

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Letras

**UM ESTUDO SINTÁTICO, SEMÂNTICO E PRAGMÁTICO
DOS VERBOS “PODER” E “DEVER”**

George Luiz Manes Pereira

BELO HORIZONTE
2011

GEORGE LUIZ MANES PEREIRA

**UM ESTUDO SINTÁTICO, SEMÂNTICO E PRAGMÁTICO
DOS VERBOS “PODER” E “DEVER”**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras, da Pontifícia Universidade Católica de Minas, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística

Orientadora: Profa. Doutora Arabie Bezri Hermont

**BELO HORIZONTE
08 de julho de 2011**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

P436e	<p>Pereira, George Luiz Manes Um estudo sintático, semântico e pragmático dos verbos “poder” e “dever” / George Luiz Manes Pereira. Belo Horizonte, 2011. 216f.</p> <p>Orientadora: Arabie Bezri Hermont</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras</p> <p>1. Língua portuguesa -Verbos. 2 Funcionalismo (Linguística). 3. Gramaticalização. I. Hermont , Arabie Bezri. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.</p> <p>CDU: 806.90-25</p>
-------	--

George Luiz Manes Pereira

**UM ESTUDO SINTÁTICO, SEMÂNTICO E PRAGMÁTICO
DOS VERBOS “PODER” E “DEVER”**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras, da Pontifícia Universidade Católica de Minas, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística.

Banca Examinadora

Professora Doutora Arabie Bezri Hermont (orientadora) – PUC Minas

Professor Doutor Lorenzo Teixeira Vitral - UFMG

Professor Doutor Johnny José Mafra – PUC-Minas

**Belo Horizonte
08 de julho de 2011**

DEDICO ESTE TRABALHO

*À minha mãe, a quem devo tudo que o tenho na vida.
Guerreira, do amanhecer ao anoitecer, que,
em muitos momentos,
não se permitiu realizar muitos sonhos,
pois, na incansável luta pela sobrevivência,
sempre tentou me ajudar e apoiar na vida.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pela ajuda, graça e enorme amor que nunca faltaram, mesmo nos momentos em que tudo, para mim, parecia sem solução.

A minha orientadora, Arabie, pelo carinho e sorriso constantes, pelo profissionalismo e orientação segura, que, em todas as situações, mostrou-se sempre compreensiva e extremamente gentil.

Aos meus colegas de estudo, principalmente, Maria José Saksida, pelas ótimas conversas, pela maravilhosa biblioteca oferecida, pelos lanchinhos saborosos e apoio constante; à Alcione Gonçalves, pela amizade construída, torcida, momentos de descontração; ao Renato Corgozinho, pelas considerações e sugestões apresentadas ao meu trabalho; e ao professor Guilherme, por me ajudar no abstract.

Aos meus amigos de longos anos e “cobaias”, Dener Eustáquio, Daniel e Albino, que, sem perceberem, tiveram suas conversas anotadas para meus estudos.

Aos demais colegas do programa de pós-graduação, pelo companheirismo, que, mesmo com laços de amizade em constante amadurecimento, sempre me lembrarão bons momentos.

Aos professores da pós-graduação, pela ajuda nos momentos de dificuldade, principalmente, à professora Vanda Bittencourt, à professora Ângela Vaz Leão, ao professor Hugo Mari e ao professor Marco Antônio de Oliveira.

Aos funcionários da secretária do programa de pós-graduação, pela atenção.

Ao CNPq, que proporcionou o financiamento desta pesquisa.

Os cegos e o elefante

Era uma vez seis cegos à beira de uma estrada. Um dia, lá do fundo de sua escuridão, eles ouviram um alvoroço e perguntaram o que era. Era um elefante passando e a multidão tumultuada atrás dele. Os cegos não sabiam o que era um elefante e quiseram conhecê-lo. Então o guia parou o animal e os cegos começaram a examiná-lo:

Apalparam, apalparam...Terminado o exame, os cegos começaram a conversar:

— Puxa! Que animal esquisito! Parece uma coluna coberta de pêlos!

— Você está doido? Coluna que nada! Elefante é um enorme abanador, isto sim!

— Qual abano, colega! Você parece cego! Elefante é uma espada que quase me feriu!

— Nada de espada e nem de abano, nem de coluna. Elefante é uma corda, eu até puxei.

— De jeito nenhum! Elefante é uma enorme serpente que se enrola.

— Mas quanta invencionice! Então eu não vi bem? Elefante é uma grande montanha que se mexe.

Malba Tahan

RESUMO

Esta investigação realizou um estudo dos verbos modais *poder* e *dever*, sob a ótica da Linguística Funcional. Pesquisamos esses dois verbos, tendo em vista quatro frentes de análises: na primeira, observamos as manifestações das três categorias linguísticas inerentes aos verbos, a saber: (i) a categoria dêitica do tempo, que consiste em localizar o momento da anterioridade, simultaneidade e posterioridade (conforme o modelo formal de Reichenbach (2005)); (ii) a categoria não dêitica do aspecto, que diz respeito à constituição da duração interna da situação (caracterizada segundo Comrie (1976), Travaglia (1994) e Castilho (2002)); e (iii) a categoria da modalização, que exprime a marca subjetiva do falante para expressar o grau de certeza ou o juízo de sua proposição (segundo Palmer (2001) e Neves (2006)). Na segunda frente de análises, observamos os critérios de auxiliarização e a configuração das perífrases verbais com os verbos *poder* e *dever*, a partir das postulações de Pontes (1973), Lobato (1975), Almeida (1978), Benveniste (1989), Longo & Campos (2002) e Perini (2010), com o objetivo de vislumbramos os diferentes graus de vinculação sintática e de gramaticalidade dos verbos em pauta. No terceiro momento, comparamos os sentidos que os dois verbos modais podem desempenhar na sentença, retomando os diferentes contextos sintáticos traçados por Pontes (1973), para percebermos a previsibilidade e os novos contextos sintáticos desenvolvidos ou bloqueados pelas formas gramaticalizadas e pelas formas não gramaticalizadas. E por fim, mostramos os esquemas cognitivos da elaboração metafórica, segundo as constatações de Sweetser (1990) e Lakoff (1993), para confirmarmos como os verbos modais elaboram cognitivamente o conhecimento linguístico. Ao final deste estudo, demonstramos que os verbos *poder* e *dever* são, de fato, verbos gramaticalizados, que possuem graus de vinculação muito forte com os verbos principais, e, que, por causa do processo de gramaticalização, são efetuadas diferentes modalizações. Dentre as formas previstas, podemos citar as modalizações deontica, epistêmica e dinâmica, as quais tendem a tanto efetuar diferentes significações linguísticas quanto a organizar sintaticamente o modo como verbo auxiliar irá se comportar sintaticamente em contextos específicos.

Palavras-chave: verbos modais *poder* e *dever*, perífrase verbal, mecanismos de gramaticalização, gramática funcional.

ABSTRACT

This research aims to perform a study of modal verbs *poder* and *dever*, from the perspective of the Functional Linguistic. We studied these two verbs, taking into account four-pronged analysis: first, we observe the manifestations of the three linguistic categories inherent in the verbs, named: (i) the deictic category of time, which is to locate the time of prior, concurrency, and posterity (described as a systematization of the formal model of Reichenbach (2005)), (ii) the category of non-deictic aspect, which concerns the establishment of the duration of the internal situation (characterized according to Comrie (1976), Travaglia (1994) and Castillo (2002)), and (iii) the category of modality which mark to express the speaker's subjective degree of certainty or the judgments of his proposition (defined according to Palmer (2001) and Neves (2006)). In the second front of analysis, we observed the criteria of auxiliation and the verbal phrases circumlocutions setting with the verbs *poder* and *dever*, from the postulates of Pontes (1973), Lobato (1975), Almeida (1978), Benveniste (1989), Longo & Campos (2002) and Perini (2010), in order to take a glimpse at the different degrees of grammaticality and syntactic linking of the verbs in question. In the third step, we compare the meanings that the two modals can have in the sentence, retaking the different syntactic contexts outlined by Pontes (1973), to realize the predictability and new syntactic contexts developed or blocked by the grammaticalized forms and the not grammaticalized forms. Finally, we show the cognitive schemes of metaphorical elaboration, according to the findings of Sweetser (1990) and Lakoff (1993), to confirm how the modals cognitively elaborate the linguistic knowledge. At the end of this study, we demonstrate that the verbs *poder* and *dever* are, indeed, grammaticalized verbs, which have very strong degree of linkage with main verbs, and that due to the process of grammaticalization, different modalizations are made. Among the predicted forms, we can cite the deontic, epistemic and dynamic modalizations, which tend to both perform different linguistic meanings within the sentence and syntactically organize how the auxiliary verb will behave syntactically in specific contexts.

Keywords: modals verbs *poder* and *dever*, verbal phrase, mechanisms of grammaticalization, functional grammar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Processo de gramaticalização	40
Figura 2: Gramaticalização do verbo <i>habeo</i>	42
Figura 3: Estágios da gramaticalização.....	45
Figura 4: Estágios da mudança linguística	51
Figura 5: Unidirecionalidade.....	51
Figura 6: Escala da abstratização	55
Figura 7: Representação do vínculo sintático do verbo auxiliar.....	110
Figura 8: Representação do vínculo sintático do verbo da subordinada	110
Figura 9: Relações do adjunto adverbial da sentença.....	112
Figura 10: Perífrase verbal com estrutura reversa	117
Figura 11: Ordem dos auxiliares na sentença.....	152
Figura 12: Esquema da capacidade	187
Figura 7: Esquema da permissão	188
Figura 8: Esquema da possibilidade	188
Figura 9: Esquema da obrigação	190
Figura 10: Esquema da necessidade	191

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Lista de abreviaturas	23
Quadro 2: Conjugação dos tempos compostos do português	97
Quadro 3: Conjugação dos verbos <i>poder</i> e <i>dever</i>	110
Quadro 4: Lista dos critérios de auxiliaridade	124
Quadro 5: Lista dos critérios de auxiliaridade que serão utilizados	126
Quadro 6: Flexões de tempo do verbo <i>dever</i>	133
Quadro 7: Valores atribuídos aos verbos <i>poder</i> e <i>dever</i>	162
Quadro 8: Comparação dos verbos plenos de <i>poder</i> e <i>dever</i>	183
Quadro 9: Comparação do verbo gramaticalizado e do verbo não gramaticalizado de “poder”	183
Quadro 10: Comparação do verbo gramaticalizado e do verbo não gramaticalizado de “dever”	184

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

vj – Revista Veja
ie – Revista Isto é
jn – Jornal Nacional
mgtv – MGTV
stv – Seriados
ci – Conversa informal
cn – Criação nossa
TC – Tempo Composto
LV – Locução Verbal
CP – Conjugação Perifrástica
GT – Gramática Tradicional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Proposta e Justificativa	15
1.2 Objetivos	20
<i>1.2.1 Objetivo geral</i>	20
<i>1.2.2 Objetivos específicos</i>	21
1.3 Metodologia	21
1.4 Organização do trabalho de pesquisa	25
2 FUNCIONALISMO E GRAMATICALIZAÇÃO	27
2.1.Funcionalismo	27
<i>2.1.1 O termo função nos estudos funcionalistas</i>	28
<i>2.1.2 Antecedentes históricos da escola funcional</i>	32
<i>2.1.3 Gramática Funcional</i>	33
2.2 Gramaticalização	35
<i>2.2.1 A definição do termo gramaticalização nos estudos da linguagem</i>	36
<i>2.2.2 Antecedentes históricos dos estudos sobre gramaticalização</i>	37
<i>2.2.3 Sobre diacronia e sincronia</i>	40
<i>2.2.4 Mecanismos da gramaticalização</i>	43
<u>2.2.4.1 Estágios de gramaticalização</u>	44
2.2.4.1.1 Christian Lehmann	44
2.2.4.1.2 Sebastião Gonçalves Leite e outros	47
<u>2.2.4.2 Princípios da gramaticalização</u>	48
2.2.4.2.1 Paul Hopper	48
2.2.4.2.2 Elizabeth Traugott & Paul Hopper	50
2.2.4.2.3 Bernd Heine & Tania Kuteva	52
<i>2.2.5 Processos metafóricos</i>	54
<u>2.2.5.1 Elaboração cognitiva dos verbos modais</u>	57
<u>2.2.5.2 A modalização nos esquemas cognitivos de Eve Sweetser</u>	62
3 TEMPO, ASPECTO, MODALIZAÇÃO	65
3.1 Tempo verbal	66

3.1.1 Temporalidade	66
3.1.2 Interpretação temporal	67
3.1.3 Momentos temporais de Reichenbach	69
<u>3.1.3.1 A representação do presente</u>	71
<u>3.1.3.2 A representação do pretérito</u>	72
<u>3.1.3.3 A representação do futuro</u>	73
3.2 Aspecto verbal.....	75
3.2.1 Aspectualidade	75
<u>3.2.1.1 Perfectividade e Imperfectividade</u>	78
<u>3.2.1.2 Telicidade e Atelicidade</u>	80
<u>3.2.1.3 Interação dos complementos circunstanciais</u>	82
3.3. Modalização	85
3.3.1 Distinção entre modalidade e modalização	86
3.3.2 Conceito de modalização	88
3.3.3 Tipologias da modalização	90
<u>3.3.3.1 Modalidade epistêmica</u>	90
<u>3.3.3.2 Modalidade deôntica</u>	92
<u>3.3.3.3 Modalidade dinâmica</u>	93
4 CRITÉRIOS DE AUXILIARIDADE	95
4.1 A perspectiva da gramática tradicional	96
4.2 A perspectiva dos estudos linguísticos	102
4.3 Critérios de auxiliaridade desenvolvidos	102
4.3.1 Eunice Pontes	103
4.3.2 Maria Lucia Lobato	109
4.3.3 João de Almeida.....	116
4.3.4 Émile Benveniste	118
4.3.5 Beatriz de O. Longo & Odette de S. Campos	120
4.3.6 Mário A. Perini.....	121
4.4 Critérios de auxiliaridade selecionados	122
5 ANÁLISE DOS VERBOS MODAIS PODER E DEVER	127
5.1 As categorias linguísticas de tempo, aspecto e modalização	127
5.1.1 A temporalidade e a modalização	127
<u>5.1.1.1 A manifestação do tempo presente</u>	128

<u>5.1.1.2 A manifestação dos tempos pretéritos</u>	132
<u>5.1.1.3 A manifestação dos tempos futuros</u>	136
<i>5.1.2 A aspectualidade gramatical e lexical dos verbos modais</i>	139
<i>5.1.3 A alternância do aspecto pelos adjuntos circunstanciadores</i>	145
5.2 Auxiliaridade	147
<i>5.2.1 Aplicação dos critérios de auxiliaridade</i>	148
<i>5.2.2 Relações de gramaticalidade entre os verbos auxiliares poder e dever</i>	161
5.3 Auxiliaridade e Modalização	164
<i>5.3.1 Ocorrências do verbo poder</i>	166
<u>5.3.1.1 P1 - poder pleno</u>	166
<u>5.3.1.2 P2 - poder deôntico</u>	169
<u>5.3.1.3 P3 - poder epistêmico</u>	171
<u>5.3.1.4 P4 - poder dinâmico</u>	173
<i>5.3.2 Ocorrências do verbo dever</i>	176
<u>5.3.2.1 D1 - dever pleno</u>	177
<u>5.3.2.2 D2 - dever deôntico</u>	178
<u>5.3.2.3 D3 - dever epistêmico</u>	181
<i>5.3.3 Relações sintáticas entre os verbos modalizadores poder e dever</i>	182
5.4 Gramaticalização e processos metafóricos	185
<i>5.4.1 Manifestação dos esquemas cognitivos da modalização</i>	186
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS	200
ANEXOS	209

1 INTRODUÇÃO

1.1 Proposta e justificativa

Atualmente, é cada vez maior o número de pesquisadores que tem investigado o modo como as palavras mudam constantemente suas características gramaticais, bem como a maneira que essa mudança afeta os demais itens da sentença. Os estudos que buscam descrever as regras de como as palavras ou itens lexicais sofrem determinadas mudanças vêm desde os estudos dos neogramáticos, no final do século XIX, ao refletirem as condições morfossintáticas de como algumas palavras passavam a desempenhar diferentes funções gramaticais à medida que o tempo transcorre, até os estudos dos linguistas modernos, nos tempos atuais, ao tentarem explicar quais são os princípios e os estágios para tais mudanças.

Dentro dos diferentes modelos propostos de mudança linguística, que buscam determinar as razões das transformações pelas quais as palavras passam e, conseqüentemente, quais as origens e as etapas relacionadas a esse processo, deparamo-nos com a *gramaticalização*, que, em suma, se resume em demonstrar como itens lexicais alteram suas características semânticas e sintáticas para se tornarem itens gramaticais.

Para apresentarmos um exemplo mais preciso sobre esse fenômeno, pensemos na possível mudança em que o verbo *dever*, possivelmente, se tornou, de acordo com Cegalla (2005) e Bechara (2009), uma locução prepositiva *devido a*, com a natureza semântica de causalidade. O processo em que um *verbo* altera suas características lexicais, sintáticas e semânticas, para se tornar uma *locução prepositiva*, é o que chamamos de *gramaticalização* ou item gramaticalizado. A compreensão da gramaticalização é percebida mais nitidamente na maneira como os dois itens *dever* e *devido a* apresentam a mesma origem histórica, a partir do verbo latino *debeo*, *-es*, mas que desenvolveram funções gramaticais completamente distintas ao longo do tempo, isto é, de verbo e de locução prepositiva.

Dessa forma, se observarmos mais atentamente o fenômeno linguístico relacionado aos *verbos*, perceberemos que alguns itens lexicais desenvolveram determinadas mudanças que não são muito claras, mas que podem ser descritas no português em uso. É justamente esse o propósito de nossa pesquisa, mostraremos como dois verbos do português (*poder* e *dever*) apresentam determinadas alterações sintáticas e semânticas, ao serem analisados como verbos gramaticalizados e verbos não gramaticalizados. Ou seja, descreveremos, nesta

pesquisa, as formas como esses dois verbos, tanto os itens lexicais plenos quanto os itens lexicais gramaticalizados, se apresentam sintaticamente na sentença e, conseqüentemente, os sentidos desenvolvidos pelos seus usos em contextos linguísticos específicos.

De acordo com as terminologias das gramáticas tradicionais, *os verbos não gramaticalizados* são denominados como os *verbos principais da oração*, que ocupam a posição de núcleo da sentença, e os *verbos gramaticalizados* são classificados como os *verbos auxiliares*, que não ocupam o núcleo da sentença, mas apresentam uma relação indissociável com o verbo principal. A gramaticalização, então, ocorre quando o verbo principal sofre determinadas mudanças de significado e passa a ocupar a posição de verbo secundário, designado, também, como verbo auxiliar. Os verbos *poder* e *dever* passaram por essa alternância, ao mudarem suas posições sintáticas de verbos principais para verbos auxiliares, no percurso da evolução lexical da língua.

O verbo *poder*, entretanto, no português atual, pelo que sabemos, tem sua forma plena como verbo transitivo indireto seguido da preposição *com*, em exemplos do tipo, “Eu *posso com* essa prova de português”, assim como apresenta também outra posição sintática, mais frequente na língua, como verbo auxiliar seguido do *verbo principal*, em exemplos do tipo, “Você *pode fazer* um favor para mim”. Já o verbo *dever*, tal como o *poder*, apresenta também duas estruturas gramaticais, uma forma plena, categorizada como verbo transitivo direto, em exemplos do tipo, “Marilza *deve* R\$ 10,00 para seu marido”, e uma forma auxiliar, em que o *dever* se liga a outro verbo principal para formar uma perífrase, em exemplos como, “Marilza *deve viajar*, hoje, bem cedo”.

Em ambos os casos, percebemos que ocorreu uma mudança do significado do verbo gramaticalizado, no caso de *poder*, entre uma sentença que é estruturada com o verbo pleno e outra, com o verbo auxiliar. O verbo pleno *poder com*, expressou o significado lexical da *capacidade* ou da *habilidade* do falante em desenvolver uma tarefa; o verbo auxiliar *poder*, não há mais uma expressão do significado da capacidade física ou intelectual do falante, mas um pedido. Já o verbo *dever*, da mesma forma que o *poder*, também mudou sua propriedade semântica ao alterar sua estrutura sintática, ou seja, o verbo transitivo direto expressou o significado de dívida, e a forma de auxiliar designou o significado da necessidade.

Essas flutuações entre o significado lexical da palavra e a estrutura formal na sentença são questionamentos levantados por alguns linguistas acerca dos mecanismos da gramaticalização e, concomitantemente, são questionamentos das pesquisas relacionadas às formações de perífrases verbais do português. Na perspectiva da gramática tradicional, os verbos auxiliares são denominados, também, como *construções perifrásticas*, *tempos*

compostos ou *locuções verbais*, ou seja, são estruturas linguísticas que apresenta dois verbos em sequência, um verbo auxiliar (AUX) flexionado e um verbo principal (PRINC) sempre na forma nominal, isto é, no gerúndio, ou no particípio, ou no infinitivo.

Os verbos auxiliares *poder* e *dever* são sempre seguidos de verbos no *infinitivo*, sem exceções. Essa fixação sintática ou concatenação entre verbos, dentro do fenômeno de formação de perífrases verbais, tem sido alvo de complexas discussões teóricas, conforme nos apontam Pontes (1973), Lobato (1975), Traugott & Hopper (1993), Traugott & Dasher (2002), Lehmann (2002), Neves (1997), Gonçalves *et al.* (2007) e Heine & Kuteva (2007), principalmente, no que se referem aos princípios e aos mecanismos relacionados à vinculação sintática dos verbos e à gramaticalização.

Sobre essa vinculação sintática, esses autores nos mostram que o critério de *auxiliaridade* diz respeito a uma tentativa de descrever a configuração formal que um verbo auxiliar tem, ao participar da formação de uma perífrase verbal. Dessa forma, nas discussões relacionadas à gramaticalização e aos processos de auxiliaridade, frisa-se, inegavelmente, que uma perífrase verbal não pode ser uma construção de verbo auxiliar e, ao mesmo tempo, uma oração subordinada de qualquer natureza. Já a gramaticalização, por ser um processo histórico, é considerada um fenômeno inerente a todas as línguas naturais (LEHMANN, 2002), e apresenta-se como um modelo linguístico que dispõe de explicações teóricas de como ocorrem mudanças na estrutura sintática, de forma contínua e ininterrupta, entre os itens lexicais e os itens gramaticais em determinados contextos linguísticos muito específicos.

No encaixe sintático de verbos, os auxiliares *poder* e *dever* nunca serão seguidos de orações subordinadas de qualquer natureza (substantivas, relativas ou adverbiais).¹ Essa afirmação não é ponto controverso sobre o fenômeno de formação de perífrases verbais com os dois verbos *poder* e *dever*, apesar de que tal fato não seja uma generalização adequada para todos os verbos modais em língua portuguesa, já que os modais, como *querer*, *desejar*, *precisar*, *necessitar*, etc., ora formam perífrases verbais, ora orações subordinadas substantivas, como, por exemplo, “Quero dormir cedo hoje”, e “Ele quer que você se divirta mais”. As discussões sobre os efeitos de sentido, os princípios de configuração formal, as características gramaticais e as consequências da dualidade desse tipo de estrutura dupla com esses verbos, os quais possibilitam duas formas de materialização sintática (auxiliar e subordinada), não serão o alvo de nossas análises.

¹ A menos que o verbo principal esteja inferido no contexto, como, por exemplo:

“__ Zé, você pode chegar mais cedo amanhã?”

“__ Posso, desde que você me ajude nas tarefas de hoje.”

Nessa pesquisa, apresentaremos um estudo de descrição no *eixo sincrônico*² de como os verbos auxiliares *poder* e *dever* são utilizados na língua em uso. Dessa forma, os verbos *poder* e *dever* são descritos dentro do complexo sistema linguístico do português da atualidade, sem levantarmos quaisquer indagações sobre os estágios anteriores da formação da perífrase verbal, isto é, sem necessitarmos de apresentar a evolução e a característica histórica da construção perifrástica.

Outro ponto importante a ser considerado é a concepção que fazemos sobre a categoria da *modalização*, pois ambos os verbos estão intimamente relacionados às mudanças de sentido, que são pesquisadas sobre o rótulo dessa categoria linguística. Dessa forma, como nos diz Neves (2002), a *modalização* é uma forma de como o locutor representa uma avaliação subjetiva, um julgamento ou uma manifestação de sua vontade por meio da interlocução em contextos interativos. Essa avaliação subjetiva recebe um tratamento formal no estudo da linguagem em uso, desdobrando-se em dois eixos: o da *conduta* e o do *conhecimento*. Além dessas duas, temos também, segundo Palmer (2001), o terceiro eixo, o da *habilidade*, que se relaciona exclusivamente com o verbo *poder*, na interpretação que o falante faz de si ou de seu interlocutor, ao expressar sua capacidade para desempenhar determinada tarefa ou apresentar sua habilidade para fazer algo.

A expressão de uma *ordem*, *obrigação* ou *pedido*, no processo comunicativo, está direcionada ao eixo da *conduta*, o que indica operações interativas de um valor emocional que tende a levar o alocutário³ a realizar uma ação futura, com influência na intencionalidade do locutor. Assim, o eixo da conduta representa a confirmação da autoridade de alguém em fazer com que o seu interlocutor realize uma tarefa ou uma ação. Essa concepção da atuação do interlocutor ao elaborar sua influência no eixo da obrigatoriedade e permissão é denominada, em linguística, conforme Palmer (2001), *modalização deôntica*.

O eixo do *conhecimento* marca uma relação do comportamento do falante sobre a validade daquilo que é dito, ou seja, a sua avaliação subjetiva direciona-se para um julgamento da proposição como algo possível, provável ou necessário. O que está em jogo é a relação subjetiva que o falante faz da enunciação ao considerar que ações/eventos são possíveis. Da mesma forma que os deônticos, a concepção da atuação do julgamento do

² Sincronia, em linguística, segundo Mattoso (1968), se refere ao estudo de um fenômeno qualquer independente da evolução histórica da língua. Dessa forma, é possível abstrair de amostras do português contemporâneo os fatos que antecederam um dado fenômeno linguístico sem ter de considerá-lo como um sistema recorrente de uma etapa de sua história.

³ Conforme Dubois *et al.* (1973), alocutário é aquele indivíduo capaz de receber mensagens.

falante sobre a proposição, que é considerado algo possível, denomina-se, em linguística, de acordo com Palmer (2001), modalização *epistêmica*.

A terceira realização pragmática, que faz parte do comportamento semântico-discursivo do dizer do falante, necessariamente relacionada ao verbo *poder*, é designada, segundo Palmer (2001), modalização *dinâmica*. Essa modalização diz respeito à capacidade física ou intelectual do falante em realizar uma tarefa ou ao julgamento que se faz de sua habilidade para a execução de um evento, como, por exemplo, “Hércules pode carregar um bloco de concreto nas costas”, ou seja, Hércules é dotado da *capacidade física* de carregar blocos extremamente pesados nas costas.

Além da *modalização*, as outras categorias linguísticas, que serão contempladas no desenvolvimento teórico e na análise dos dados desta pesquisa, são as do *tempo* e as do *aspecto*. A categoria tempo, de acordo com os estudos de Corôa (2005), caracteriza-se por uma propriedade dêitica⁴, por relacionar a sentença ou a enunciação no eixo dinâmico de anterioridade, de simultaneidade e de posterioridade. No caso do português, a interpretação temporal pode ser adequada às formas verbais numa investigação linguística, quando são descritas as estruturas da língua no que se refere ao eixo temporal, na localização do evento transcorrido no passado, no presente ou no futuro. Já com relação à categoria de aspecto, pode-se dizer que, segundo Comrie (1976), diferente do tempo, é uma categoria não dêitica que reflete a duração interna do evento/situação, ao considerar o ponto de vista em que situações estão em desenvolvimento, ou foram encerradas. Um exemplo desse tipo de constituição interna da duração de uma situação ocorre, geralmente, em casos do tipo, “A festa começou”, que marca o início de um evento e, em exemplos, como, “O aluno terminou seu trabalho”, que expressa o término do desenvolvimento da ação. Dessa maneira, as categorias linguísticas de tempo e de aspecto, por serem muito relacionadas, mas com particularidades específicas, serão apresentadas mais detalhadamente adiante.

A intenção de desenvolver uma pesquisa que descreve os verbos modais se justifica pela ausência de investigações que tenham frisado as características linguísticas dos verbos em pauta, sob a ótica funcionalista, observando-se a manifestação da categoria do tempo, do aspecto, da modalização, da vinculação sintática entre os verbos auxiliares e principais e a representação cognitiva da modalização, respectivamente. Ou seja, o propósito desta pesquisa

⁴ Quando se diz que o tempo é uma categoria dêitica, entende-se que os dêíticos são, segundo Levinson (2007), elementos linguísticos expressos de diferentes maneiras que ajudam na interpretação das enunciações em contextos específicos. Dessa forma, a entidade específica do tempo é lembrada pela extensão das desinências temporais dos morfemas flexionados de uma estrutura verbal ou pelos adjuntos circunstanciadores de tempo, os adjuntos temporais.

é colaborar para uma melhor e mais aprofundada descrição dos verbos modais, *poder* e *dever*, gramaticalizados e não gramaticalizados, levando-se em conta uma análise da formação de perífrases verbais, bem como a integração das categorias e dos processos linguísticos envolvidos nessa formação, a saber: as categorias do tempo, do aspecto, e da modalização, os critérios de auxiliaridade e os processos cognitivos apresentados pela mudança semântica.

Nossa ancoragem na Gramática Funcional encaixa-se na relação metodológica que o modelo teórico tem em integrar o sistema linguístico de uma determinada língua com seu uso, explorando os fenômenos linguísticos a partir de várias dimensões da realidade discursiva da linguagem. Dessa maneira, o Funcionalismo, segundo Neves (2002), não foca apenas as regras que governam a constituição adequada das expressões linguísticas, mas, acima de tudo, a maneira como essas estruturas governam padrões de interação verbal em que são utilizadas.

Caracteriza-se, portanto, um campo de investigação que relaciona os componentes sintáticos, semânticos e pragmáticos em linguagem teórica, para atingir uma adequação teórica e pragmática, de modo que todos os componentes não se sobreponham uns aos outros, mas que se relacionem de forma orgânica.

Neste ponto, fundamentados pela escola Funcionalista da Linguagem, investigamos dados reais da língua, numa abordagem que preza pela integração de elementos de natureza sintática, gramatical e os contextos pragmáticos de uso. O estudo dos verbos modais, então, tem a finalidade de contribuir para um exame das possíveis realizações pragmáticas de construções perifrásticas do português, aumentando o leque de discussões acadêmicas que visam a descrever e a explicar fenômenos de mudança sintática da língua em uso.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Fazer uma contribuição acadêmica no campo da descrição dos verbos do português, realizando uma investigação sincrônica que visa a analisar os processos linguísticos relacionados à formação e interpretação dos verbos *poder* e *dever* gramaticalizados e não gramaticalizados, na tentativa de apresentar tanto suas características sintático-semânticas quanto pragmático-cognitivas.

1.2.2 Objetivos específicos

Mostrar os esquemas possíveis da categoria de tempo de acordo com a proposta de Reichenbach ([1947] 2005).

Apresentar quais são as possíveis manifestações da categoria de aspecto verbal das perífrases verbais com *poder* e *dever*, principalmente, aquelas relacionadas às tipologias da *perfectividade / imperfectividade* e da *telicidade / atelicidade*.

Apresentar as tipologias da modalização *epistêmica*, *deôntica* e *dinâmica*, vinculadas aos verbos modais *poder* e *dever*, relacionando-as às categorias de tempo verbal e de aspecto verbal.

Apresentar o grau de vinculação sintática dos verbos *poder* e *dever*, tentando demonstrar possíveis diferenças de auxiliarização entre ambos os verbos auxiliares.

Mostrar a representação cognitiva da modalização *epistêmica*, *deôntica* e *dinâmica*, conforme a proposta de Sweetser (1990), com verbos modais *poder* e *dever*.

Todos esses objetivos estão interligados com as propriedades sintáticas e pragmáticas dos verbos *poder* e *dever* no que concerne à gramaticalização, uma vez que, por razões lógicas, não há meios de desvincular o tempo, o aspecto e o modo de um verbo, no momento em que estes ocorrem como verbos não gramaticalizados para verbos gramaticalizados, ou seja, de verbos lexicais para verbos auxiliares. O estudo de todas essas categorias e processos linguísticos, então, visa a traçar um perfil da configuração formal dos verbos *poder* e *dever*, bem como da identidade pragmática e cognitiva da perífrase verbal, para, assim, descrevermos mais amplamente o sistema verbal dos auxiliares no uso da língua.

1.3 Metodologia

O objeto de estudo deste trabalho são os verbos gramaticalizados *poder* e *dever* que sempre aparecem em diferentes manifestações linguísticas, seja na modalidade escrita, seja na falada. Portanto, consideramos que é válido recolher amostras de material linguístico dos dois verbos em qualquer tipo de modalidade (escrita ou falada), uma vez que não nos preocupamos, em princípio, com questões relativas aos significados pragmáticos que a modalização atribui para os diferentes gêneros textuais escritos ou dos discursos falados.

Dessa forma, admitir a extração de dados em distintas modalidades, em que se comprovem fatos empíricos da língua em uso, atestados como realidades linguísticas do usuário da língua, não é um método que prejudique nossa análise da configuração sintática dos verbos modais, pelo contrário, justamente pelo universo amplo da amostra, contemplando múltiplos grupos de modalidades, é que confirmaremos o alto grau de gramaticalidade ou não das perífrases verbais.

Os dados coletados, dessa forma, referem-se a sentenças do português que não preveem o controle dos fatores sociolinguísticos, como gênero, idade, escolaridade, e classe social, muito menos reflexões apuradas sobre o suporte da modalidade em questão, ou seja, o gênero textual da ocorrência, bem como os modos de organização do discurso (narrativo, descritivo, argumentativo, dissertativo, expositivo, etc.). Diante de tais constatações, selecionamos amostras de escrita e fala provenientes de *corpus* de diferentes origens, cujas principais características descrevemos a seguir.

a) Revista VEJA e ISTO É: os dados das revistas se constituem, basicamente, de algumas reportagens e entrevistas em que ocorreram as perífrases verbais com *poder* e *dever*;

b) Jornais de TV: o Jornal Nacional e o MGTV caracterizam uma variedade de formas linguísticas de material falado de brasileiros e jornalistas, ou seja, pessoas localizadas em diferentes regiões brasileiras, que são entrevistadas e fazem entrevistas;

c) Conversas Informais: representam amostras anotadas de pessoas conversando sobre diferentes temas, com idades, profissões e classes sociais distintas. Nesse tipo de amostra, várias sentenças foram anotadas à medida que as pessoas manifestaram construções com os verbos *poder* e *dever*, seja na forma perifrástica ou não;

d) Seriado de TV: coletamos dados de séries de TV escolhidas em formato de DVD. A utilização desse tipo de material foi devido à proximidade que os falantes/personagens têm com o uso da linguagem do português contemporâneo. Entretanto, mesmo cientes de que esses materiais são elaborados com base em textos pensados em torno de um roteiro, observamos que os seriados se aproximam muito do falar cotidiano do brasileiro. E ainda por cima, os interlocutores dessas películas buscam sempre uma adaptação da narrativa aos roteiros, para, assim, "cativarem" o público alvo. Da mesma maneira que foram coletadas amostras nas conversas informais, também anotamos as manifestações dos verbos *poder* e *dever* à medida que foram ocorrendo.

Abaixo apresentamos uma lista de abreviaturas, seguida de exemplos, relacionadas à fonte dos dados e que, daqui por diante, serão utilizadas em todo o trabalho. Empregamos

essas abreviaturas como um meio de identificar a origem de determinada sentença no conjunto de enunciados em que os verbos *poder* e *dever* surgiram.

CORPORA	ABREVIATURAS
Revista VEJA	veja
Revista ISTO É	ie
JORNAL NACIONAL	jn
Telejornal MG TV	mgtv
Seriados	stv
Conversas Informais	ci
Criação Nossa	cn

Quadro 1: Lista de abreviaturas
Fonte: Elaborado pelo autor.

Exemplos:

Embora não possa imaginar sua reação, vamos aguardar. [ci]
 Minas Gerais pode ter rodovias. [mgtv]
 O Senado não pode ser apenas um lugar de escândalos. [jn]
 O poder do míssil pode ultrapassar o da munição comum. [ie]
 Eu posso estar chegando mais tarde amanhã. [cn]

Às vezes, utilizamos uma referência única “cn”, em minúsculo, para representar um exemplo, que é uma sentença criada para os fins dessa pesquisa. Os exemplos com “cn” aparecerão ao longo de todo o trabalho, até mesmo em algumas das análises, uma vez que não ocorreram alguns tipos de sentenças no português, que consideramos importantes, com características mais particulares que são necessárias para a explicação da estrutura da perífrase verbal ou para alguma explicação relevante dos verbos *poder* e *dever*. Essa posição também não prejudica a abordagem teórico-metodológica a ser desenvolvida no transcurso da pesquisa pelo fato de que não são criações artificiais que contradizem a natureza de uma configuração perifrástica ou o desenvolvimento desta investigação, tornando-se, portanto, um dado necessário.

Nas análises realizadas, primeiramente, visamos mostrar a manifestação das categorias linguísticas do paradigma verbal do português, ou seja, como são interpretadas as categorias de tempo, de aspecto e de modalização dos verbos *poder* e *dever*. Sobre a categoria tempo, nos baseamos nos estudos de Reichenbach (2005), que sistematizou a realização cronológica do tempo (passado, presente e futuro) em um modelo teórico formal desdobrado em três momentos da enunciação. Logo em seguida, com relação ao aspecto, retomaremos as reflexões de Comrie (1976) e de Castilho (2002) e descreveremos a realização do aspecto

gramatical perfectivo e imperfectivo e, o aspecto lexical télico e o atélico⁵. Com relação à modalização, mostraremos, com relação às perífrases verbais, as tipologias da modalização, estudadas por Palmer (2001), a saber: as modalizações epistêmica, deôntica e dinâmica.

Em segundo lugar, apresentaremos quais são os critérios de auxiliaridade que configurariam uma estrutura perifrástica com os verbos em pauta, a partir dos estudos realizados por Pontes (1973), Lobato (1975), Almeida (1978), Benveniste (1989), Longo & Campos (2002) e Perini (2009). Esses autores nos trazem contribuições importantes sobre as regras inerentes a uma construção perifrástica, assim como os contextos formais que os verbos *poder* e *dever* tendem a desenvolver.

E por fim, demonstraremos que a modalização pode ser mapeada semanticamente, de acordo com Sweetser (1990) e Lakoff (1993), já que as diferentes formas linguísticas da modalização representam esquematicamente o modo como o indivíduo interage com o mundo. Com base nesses autores, analisaremos a relação metafórica das perífrases verbais, com o propósito de mostrar o que tem sido denominado extensão de significados das estruturas gramaticalizadas de formas mais concretas em relação às formas mais abstratas da língua. O estudo da modalização, nessa perspectiva, objetiva demonstrar como os conceitos básicos e mais concretos do conhecimento linguístico se articulam, na organização cognitiva, com os conceitos básicos e mais abstratos.

Conduzimos, portanto, todas essas formulações de ordem mais teórica no que se refere ao tratamento e análise das categorias do tempo, do aspecto, da modalização e da auxiliaridade para buscarmos informações e explicações relevantes sobre a descrição dos verbos modais *poder* e *dever* gramaticalizados e não gramaticalizados, tendo como foco a construção de perífrases verbais do português em uso.

A análise e a organização metodológica das ocorrências dos verbos *poder* e *dever* foi feita em três etapas distintas. Na primeira, refletimos nas amostras numa abordagem qualitativa, envolvendo as categorias de tempo, aspecto e modalização, com o objetivo de verificar a configuração formal dos verbos na forma de perífrases verbais. Em seguida, apresentamos os critérios de auxiliaridade dos verbos, que dizem respeito à maneira como se pode identificar uma perífrase verbal e não outra estrutura. E, por fim, apresentamos os processos metafóricos das ocorrências verbais, tendo em vista que a formação de uma estrutura gramaticalizada sempre desenvolve relações mais abstratas dos itens lexicais. Essa abstratização está relacionada ao desenvolvimento dos processos cognitivos do conhecimento

⁵ Os detalhes sobre essas categorias linguísticas do aspecto e do tempo serão apresentados e exemplificados mais adiante.

humano, que elaboram construções dinâmicas de “potencialidades” e “barreiras”, conforme apresentaremos nas seções de discussões de dados.

1.4 Organização do trabalho de pesquisa

Este estudo está organizado em seis capítulos, sendo o primeiro uma breve descrição do que a investigação contém. No segundo, dividido em duas seções, focalizam-se as abordagens teóricas correspondentes ao Funcionalismo Linguístico e à Gramaticalização. Na primeira seção, apresentamos uma breve menção sobre a concepção de *função* nos estudos da linguagem, a origem da escola funcional e da gramática funcional e sua importância para a pesquisa em pauta. Em seguida, na próxima seção, acerca da gramaticalização, são realizadas algumas conceituações e apresentados alguns dos princípios, dos estágios e dos processos de metaforização, relacionados à gramaticalização.

No terceiro capítulo, desenvolvemos alguns pressupostos teóricos das três categorias linguísticas inerentes às formas verbais de *poder* e *dever*, a saber: a categoria de tempo, a categoria de aspecto e a categoria de modalização. Cada categoria é apresentada em três seções distintas, cujo objetivo é apresentar uma proposta teórica do paradigma verbal das três classes gramaticais que são parte indissociável das estruturas formais de todo e qualquer verbo perifrástico⁶.

No quarto capítulo, retomamos alguns os critérios de auxiliaridade propostos por Pontes (1973), Lobato (1975), Almeida (1978), Benveniste (1989), Longo & Campos (2002) e Perini (2010), os quais nos apresentam algo sobre a identidade estrutural de uma perífrase verbal. Todos os critérios totalizaram vinte nove regras de formação perifrástica, o que possibilitou uma ampla visão sobre algumas tendências dos princípios e dos mecanismos que originam uma perífrase verbal

No capítulo quinto, foram realizadas as análises dos dados e está dividido em quatro partes. Na primeira seção, analisamos as categorias da temporalidade, da aspectualidade e da modalização, observando a atuação das relações do tempo, do aspecto perfectivo /

⁶ Estamos delimitando as categorias do tempo, aspecto e modalização somente às formas verbais que serão analisadas, os verbos gramaticalizados, conforme os objetivos dessa pesquisa, mas estamos cientes que o tempo, o aspecto e a modalização também recaem sobre verbos não gramaticalizados.

imperfectivo, do aspecto télico / atélico e da modalização em perífrases verbais com os verbos *poder* e *dever*.

Na segunda seção, visamos testar os graus de gramaticalidade das perífrases verbais, ou seja, aplicamos dezessete critérios de auxiliaridade nas perífrases de *poder* e *dever*, para verificar como é constituída uma perífrase de fato. Isso ocorreu tendo em vista que cada critério selecionado se compõe de uma propriedade sintática específica, que consideramos relevante para mostrarmos a identidade formal e o limite de ligação sintática entre o verbo auxiliar e o verbo principal.

Na terceira seção, com base em algumas relações sintáticas desenvolvidas por Pontes (1973), elaboramos uma análise que combina um item verbal gramaticalizado com um conjunto de critérios de formação sintática. Essa postura ocorreu do nosso interesse em perceber a configuração formal entre os verbos gramaticalizados e os verbos não gramaticalizados. As formas modalizadas contempladas para esse tipo de estudo foram: os verbos *plenos* de *poder* e *dever* e suas respectivas modalizações (da *capacidade*, dos *deônticos* e dos *epistêmicos*). Cada uma das relações sintáticas serviu de experimento para se verificar a existência de distinções entre os verbos gramaticalizados e entre os não gramaticalizados, o que permitiu uma visão mais detalhada da configuração e identidade formal dos verbos *poder* e *dever* tanto das formas perifrásticas quanto das formas não perifrásticas.

Na quarta seção, abordamos o mapeamento da mudança semântica envolvida na configuração das perífrases verbais com *poder* e *dever* na maneira como esquematizam os sentidos *dinâmicos*, *epistêmicos* e *deônticos*. Ou seja, a partir dessas modalizações, demonstramos que as diferentes modalizações elaboram relações cognitivas completamente diferentes. O que pretendemos com esse tipo de análise é confirmar, de acordo com as investigações de Sweetser (1990), Traugott & Hopper (1993), e Heine & Kuteva (2007), que as formas linguísticas mais concretas tendem a relacionar evidências do mundo físico-social, enquanto que as formas mais abstratas tendem a relacionar evidências de nossas experiências cognitivas, devido à maneira como interagimos abstratamente com o mundo que nos cerca.

Por fim, no capítulo seis, colocamos as considerações finais a que chegamos, o que vem a sintetizar nossas observações sobre os verbos *poder* e *dever* gramaticalizados (perifrásticos) e não gramaticalizados (não perifrásticos).

2 FUNCIONALISMO E GRAMATICALIZAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos o arcabouço teórico que fundamenta toda a pesquisa aqui desenvolvida sob a ótica do funcionalismo e da gramaticalização.

Entende-se por *Funcionalismo Linguístico*, segundo Neves (2007), um princípio teórico-metodológico que objetiva a descrição e a explicação de um fenômeno linguístico qualquer, relacionando-o ao uso da linguagem, num determinado contexto social, integrando as estruturas formais da gramática da língua com as intenções e as motivações pragmáticas / discursivas do falante ou do ouvinte.

Já a gramaticalização é considerada um dentre os vários processos de mudança linguística que se tem observado nas línguas humanas. Os estudos em gramaticalização consistem, de modo geral, em desenvolver um método para estudar os mecanismos relacionados à maneira como formas gramaticais surgem ou como são modificadas. O fenômeno da gramaticalização, de acordo com Traugott & Hopper (1993), compreende o movimento em que palavras, itens lexicais, mudam seu estatuto gramatical, tornando-se elementos ainda mais gramaticais, adquirindo propriedades mais restritas dentro do sistema linguístico. Nesse sentido, a gramaticalização é um processo passível de análise, à medida que rotula uma unidade lexical que vai se alterando, até se tornar membro de categorias mais fechadas no sistema gramatical da língua.

2.1 Funcionalismo

Para realizar uma abordagem sobre funcionalismo nesta seção, apresentaremos, primeiramente, a concepção de *função* dentro dos estudos da linguagem, suas variações e seus pressupostos, com o intuito de explicar a relevância e o motivo da palavra *função* para esse ramo da linguística.

Num segundo momento, ofereceremos um sucinto panorama histórico da origem da escola funcional, o chamado *Círculo Linguístico de Praga*, bem como seus principais autores e os motivos que os levaram a concentrar esforços para inovar a abordagem teórica vigente da época. Podemos dizer, brevemente, que tal empreendimento obteve uma repercussão no alinhamento da concepção de linguagem como instrumento de comunicação e interação

social, em que se admite que o sistema linguístico e as formas estruturais da gramática são ligados ao uso real da língua.

Na terceira parte, mostraremos alguns autores mais proeminentes dentro dos estudos daquilo que se tem chamado gramática funcional, suas respectivas escolas (norte americana, britânica e holandesa), assim como os principais autores brasileiros. São assinaladas, de forma resumida, as direções alcançadas por esses grupos estrangeiros e algumas considerações rápidas sobre os estudos brasileiros. Em seguida, definiremos o que é a gramática funcional, propriamente dita, para que, ao final, passemos para próxima seção, *a gramaticalização*.

2.1.1 O termo função nos estudos funcionalistas

O termo *função* em linguística funcional, na década de 20, designava o caráter teleológico da atividade humana, isto é, definia um princípio teórico sobre os meios expressivos da comunicação, que eram definidos sobre um princípio de *finalidade*, conforme afirmou Mathesius (1972):

A língua, produto da atividade humana, compartilha com tal atividade o seu caráter teleológico de finalidade. Quando se analisa a linguagem como expressão ou como comunicação, a intenção do sujeito falante é a explicação, que se apresenta com maior finalidade e naturalidade. Por isso mesmo, na análise linguística, se deve situar o ponto de vista da função. Deste ponto de vista, *a língua é um sistema de meios de expressão apropriados para um fim*. Não se pode chegar a compreender nenhum feito da língua sem ter-se em conta o sistema ao qual pertence (MATHESIUS, 1972, p. 30).⁷

Partindo desse princípio teleológico, o termo *função* e *funcional* provinham de uma interpretação finalista, pois, na época, a concepção de Mathesius (1972) era considerada um método de análise interpretativa das expressões linguísticas, opondo-se ao ponto de vista saussuriano. Ferdinand de Saussure, considerado “o pai da linguística”, concebia a língua como um sistema, um conjunto de unidades que obedecem a certos princípios e funcionamentos, com regras de elementos coesos, estabelecidos pelo próprio sistema. Assim,

⁷ La lengua, producto de la actividad humana, comparte con tal actividad su carácter teleológico o de finalidad. Cuando se analiza el lenguaje como expresión o como comunicación, la intención del sujeto hablante es la explicación que se presenta con mayor facilidad y naturalidad. Por esto mismo, en el análisis lingüístico, debe uno situarse en el punto de vista de la función. Desde este punto de vista, *la lengua es un sistema de medios de expresión apropiados para un fin*. No puede llegarse a comprender ningún hecho de lengua si tener en cuenta el sistema al cual pertenece.

o indivíduo, ser social, falante, ou ouvinte, para Saussure, de acordo com Costa (2007), teria valor secundário, ou inexpressível para investigações do fenômeno da linguagem, pois a tendência em se analisar uma língua era apenas baseada em sua estrutura.

Os estudiosos de Praga, os funcionalistas, não eram totalmente favoráveis à distinção rígida existente, conforme as concepções de Saussure, entre diacronia e sincronia, e não aceitavam à noção de homogeneidade do sistema linguístico. A projeção dos funcionalistas era a de que os fundamentos teóricos de análises da língua deveriam ter sempre parâmetros na comunicação. Essa designação foi amplamente desenvolvida e sofreu algumas modificações ao longo do tempo na tentativa de redefinirem-se, claramente, métodos mais precisos e coerentes de uma abordagem teórica, para uma discussão científica dos fatos da língua.

Martinet concebeu o termo *função* como uma relação que estabelecia a *sintaxe com cada elemento da língua* (morfemas e sintagmas) para com o restante do enunciado, que haveria uma correspondência entre os elementos do sistema linguístico com o plano não linguístico, i.e, com o *resto da experiência humana* (as intenções comunicativas do falante) (MARTINET, 1976, p. 17). Para o autor, uma língua sem sintaxe não é língua, uma vez que a experiência humana não se contenta em apenas justapor elementos em ordem aleatória, deixando o sentido (semântica) e a estrutura (sintaxe) aos cuidados do arranjo acidental para se exprimirem todas as relações necessárias à comunicação.

No final da década de 70, desenvolvendo as *funções comunicativas da linguagem*, Jakobson (1976) ampliou o sentido de *função*, que passou a designar o modo como o falante, nas diferentes situações envolvidas pela linguagem, representa seu conhecimento. Estas situações são, ao todo, seis funções, que constituem o processo linguístico de toda comunicação verbal, a saber: o remetente, a mensagem, o destinatário, o contexto, o contato e o código. A proposta de Jakobson (1976) era considerar a *função linguística* como um recurso para estudar a língua humana como um meio expressivo da comunicação, separando irremediavelmente a concepção formalista da funcionalista.

Com o desenvolvimento dos estudos da linguagem, o termo *função* passou a determinar vários fenômenos da linguagem dentro dos componentes da gramática e do discurso. Nichols (1984) chegou a apresentar cinco sentidos do termo:

a) função-interdependência: a função ganha um sentido matemático em que a análise funcional se materializa nos domínios linguísticos de uma dependência entre as relações gramaticais de um elemento da sintaxe para outro correspondente. Por exemplo, o agente (no domínio semântico) tem seu correspondente nos pronomes, nomes, anáforas, sujeito etc., e sua(s) interdependência(s) manifesta(m)-se nos contextos pragmáticos de processamento;

b) função-propósito: marca o propósito do uso da linguagem. Assim, indaga-se sobre o que o falante pensa ou acredita fazer com o uso da linguagem. Esse uso constitui uma ou outra forma de *declarar, ordenar, decretar, dizer*, situado em um Ato de Fala, que é a fonte da comunicação. A Teoria dos Atos de Fala, nesta perspectiva, é uma proposta teórica realizada por Searle (1984) e Austin (1990) para determinar as ações realizadas pela linguagem. Esses dois autores distinguem a simples produção de um enunciado (ato locucionário), a intenção do falante sobre o que produz (ato ilocucionário) e as consequências que a produção do enunciado acarreta (ato perlocucionário);

c) função-contexto: considerada como um reflexo de atos de fala e contexto, o *funcional* refere-se à integração entre participantes do evento comunicativo (falante/ouvinte) e as relações sociais;

d) função-relação: diz respeito à relação de um elemento estrutural do evento e suas implicações em determinado contexto. Por exemplo, conforme Nichols (1984), o SN (sintagma nominal) pode ocupar, segundo as intenções do falante, a posição de sujeito gramatical, tópico, objeto direto/indireto, variando, com maior ou menor força, o modo como um elemento do sistema linguístico provê sentidos ao discurso;

e) função-significado: o *funcional* também sempre pressupõe um uso fundamentado no significado pragmático, ou seja, formas linguísticas que, aparentemente, parecem incompreensíveis dentro de determinadas situações, ganham significado em outras.

Segundo Nichols (1984), nos estudos funcionalistas, uma ou outra definição de *função* ganha maior ou menor peso, dependendo da proposta teórica do linguista e da forma como aborda seus dados na relação gramática/falante/contexto. O destaque, portanto, das diferentes concepções de *função* é a maneira de relacionar às formas linguísticas em que a interação social se desenvolve ao modo como interagem os fatos gramaticais.

Entretanto, por ser *função* um termo polissêmico que subjaz a diferentes atitudes e metodologias no campo da linguística, há uma grande dificuldade em se encaixar determinado linguista como o mais representativo da vertente da *Linguística Funcional*, visto que, conforme nos diz Neves (1997, p. 6), existem tantas versões funcionalistas quantos linguistas que se chamam funcionalistas. Nos tempos modernos, o termo *função* determina, segundo a autora, a relação entre uma forma e outra (função gramatical), entre uma forma e seu significado (função semântica) e entre o sistema de formas e seu contexto (função pragmática). Desta maneira, mesmo que o *funcional* não seja fácil de ser delimitado, porque não compreende mais uma escola, mas uma postura teórico-metodológica com várias ramificações, desde aqueles que rejeitam o formalismo até os que criam uma teoria, ainda

existem meios de classificar um estudo *funcional*, funcionalista, observando a maneira como as estruturas linguísticas são submetidas às proposições de ordem contextual, discursiva e textual em uma pesquisa. Ou seja, podemos dizer que uma investigação que inclui unidades formais integradas e analisadas conjuntamente às unidades culturais e sociais estaria no aparato de uma teoria denominada funcionalista. Mesmo com esta delimitação de Neves (1997), ainda existe muita controvérsia sobre o assunto, pois, com os recentes avanços da Linguística Cognitiva, não há como se dizer se os cognitivistas são ou não *pós-funcionalistas emergentes*, uma vez que suas análises também, vez ou outra, elaboram um quadro integrado entre os aspectos formais da linguagem e os contextos textuais e interativos de uso, cognitivamente elaborados.

Diante de diferentes modelos, podemos perceber, nos estudos funcionais, outras similaridades que são reconhecidas dentre um conjunto de proposições que podem ser rastreadas. É possível caracterizar basicamente um funcionalista, sem apontá-lo como alguém que apenas rejeita o formalismo (gerativista ou estruturalista), verificando-se o seu ponto de vista sobre o objeto da linguística, o modo como aborda metodologicamente a língua e o a forma como examina o objeto de estudo. Esse método compreende a análise das interfaces do uso linguístico em conjugação com o sistema. Neves (2007), neste ponto, define que o campo de estudos funcionalistas:

São direções centrais, nas reflexões, a consideração de que pelo uso se chega ao sistema, e pelo significado se chega à forma. As entidades linguagem e língua estão na base das postulações, a primeira, pela variedade de propósitos a que serve, e a segunda, pela unidade que, assentada na diversidade, a identifica. (...) uma análise funcionalista faz, acima de tudo, a interpretação dos textos, que são consideradas unidades de uso – portanto, discursivo-interativas –, embora, obviamente, ela vá à interpretação dos elementos que compõem as estruturas da língua (tendo em vista suas funções dentro do sistema linguístico) e à interpretação do sistema (tendo em vista os componentes funcionais). (NEVES, 2007, p. 90).

A autora estabelece que é por meio do estudo do sistema linguístico que se alcança o sentido, assim, compreende que o termo *função* cobre um quadro metodológico amplo ao incorporar uma investigação que tende a integrar diversos componentes – sintático, semântico e pragmático – instigando uma forma de tratar o discurso em contextos do uso da língua (sociais, culturais e cognitivos), projetando, assim, um estudo mais amplo acerca do processo da comunicação humana.

2.1.2 Antecedentes históricos da escola funcional

A linha teórica funcionalista nasceu no início, aproximadamente, do século XX por meio de expressivas investigações linguísticas, que tiveram como ponto de partida a escola de Praga. O objetivo foi estudar os fenômenos linguísticos tanto da modalidade falada quanto da escrita, na tentativa de captar ou compreender os mecanismos que estruturam a língua dentro dos diferentes contextos sociais. Entretanto, não é, necessariamente, adequado dizer que o Funcionalismo nasceu no século XX, pois Mathesius (1972) já apontou que tais estudos são anteriores à data de sua divulgação. Pode-se apenas depreender que foi a partir dessa data que o *Funcional* ganhou *status* de um ramo da ciência da linguagem.

Esse empreendimento originou-se do entendimento dos estudiosos da linguagem ao observarem, de acordo com Trnka (1972), que toda língua é organicamente mutável dentro das diversas comunidades, apresentando diferenças notáveis entre muitas delas, seja fonológica, seja sintática. O Funcionalismo emergiu, portanto, para opor-se aos *métodos estruturais* vigentes na época, que visavam a destituir a comunidade de fala de seus métodos e técnicas de investigação.

O termo Estruturalismo que era usado para designar uma corrente linguística com diferentes facções, que divergiam dos *métodos neogramáticos* na análise da realidade linguística. Os linguistas neogramáticos utilizavam um método comparativo, enfatizando a importância fonética para o estudo histórico de diferentes línguas, na tentativa de compreenderem a evolução e o desenvolvimento dessas línguas (TRNKA, 1972). Diferenciando-se dos neogramáticos, os estruturalistas utilizavam métodos atomistas de uma realidade psicológica para se estabelecer a realidade de uma língua pelo estudo do signo linguístico, sem levar em conta a forma como o falante estruturava o sistema linguístico com sua intenção pragmática e, muito menos, as diferentes realidades das comunidades sociais desses falantes. Isso de certa forma tornava, aparentemente, os métodos dos neogramáticos próximos aos métodos dos estruturalistas.

A escola funcional, para distinguir-se dos neogramáticos e dos estruturalistas, propôs constituir um conjunto de conceitos e métodos de investigação, que integrassem o estudo atomístico do sistema linguístico por meio de reflexões sobre o uso da linguagem. Ao fazer isso, os funcionalistas compreendiam que, em nenhum momento histórico, passado ou presente, a língua interrompe seu estágio de sistema e, paradoxalmente, se mantém em

constante instabilidade nos seus níveis estruturais, devido ao comportamento social das situações comunicativas (TRNKA, 1972).

Foi por causa dessas observações, para determinarem-se os meios de verificar o instável e o estável da língua, que alguns deles, tais como, Vilém Mathesius, Roman Jakobson, Nikolai Trubetzkoy, André Martinet, e outros, reuniram-se, consolidando, de acordo com Mathesius (1972), o denominado *Círculo Linguístico de Praga*, em 1929. A meta era tentar estabelecer os fundamentos básicos de métodos linguísticos, que levassem em conta os componentes estruturais (fonologia, morfologia ou sintaxe) em confluência com os contextuais (pragmática, discurso e realidade social), para a descrição das línguas (CUNHA, 2003, p. 158-159). Os linguistas praguenses, então, não consideram a teoria linguística como uma disciplina independente da experiência humana, mas, como um marco teórico que vislumbra o material linguístico concreto, efetuado pelos usos de sujeitos sociais.

2.1.3 A Gramática Funcional

Depois da visão funcionalista muito representativa da Escola de Praga, surgiram muitos modelos particulares de análise que se aproximam do método praguense, mas que desenvolveram certa autonomia metodológica, uma vez que elaboraram métodos próprios de descrição e análise dos fatos da língua. Dentre as grandes linhas mundiais, podemos citar que, na vertente norte americana, encontra-se Elizabeth Closs Traugott, John Du Bois, Paul Hopper, Sandra Thompson, Joan Bybee, C. Mathiessen, Talmy Givón. Na escola britânica, temos Michael A. K. Halliday e R. Hasan. Na escola alemã, estão Christian Lehmann, Bernd Heine, e, da Holanda, Simon Dik, J. Lachlan Mackenzie e Kees Hengeveld. No Brasil, destaca-se uma quantidade expressiva de autores, mas, sobretudo, Ataliba T. de Castilho, Maria Helena de Moura Neves, Sebastião Josué Votre, Maria Luiza Braga e Anthony Julius Naro, são os mais produtivos em publicações, na perspectiva funcional.

Apesar dessas diferentes linhas de pesquisas, em alguns casos, linguistas desenvolveram seus próprios quadros teóricos. Da linha britânica, por exemplo, Halliday (1985) elaborou o que tem sido chamado de Funcionalismo Sistêmico. Na Holanda, Hengeveld & Mackenzie (2008) desenvolveram o Funcionalismo Gramatical Discursivo e, nos USA, Givón & Shibatani (2009), o Funcionalismo Linguístico Americano ou Funcionalismo-cognitivista.

Essas importantes escolas funcionalistas desenvolveram seus próprios métodos de estudos com língua, distinguindo-se, assim, umas das outras. Na Linguística Sistêmica, para Halliday, conforme nos diz Neves (1997), a língua é considerada um meio de expressão, centro condutor de reflexão, a *função* não é apenas uma entidade sintática, mas uma estrutura sistêmica e semiótica que se vincula a competência linguística, a qual visa à organização gramatical de frases, ou seja, as unidades dos enunciados linguísticos têm um contexto nos papéis sociais que os indivíduos desempenham. Desta forma, Halliday parte de uma “reflexão que se dirige para a multifuncionalidade dos itens, para uma consideração das estruturas linguísticas exatamente pelo que elas representam de organização dos meios linguísticos de expressão” (NEVES, 2008, p. 18).

Na escola norte americana, Givón, de acordo com Neves (2008), orienta-se pela estruturação interna da gramática como um organismo que unifica sintaxe, semântica e pragmática, tendo como referência os aspectos cognitivos, o processamento mental, a cultura, a variação, a aquisição e a evolução da língua. Givón, conforme Neves (2008, p. 25), declara que quer fornecer um quadro explícito, sistemático e abrangente da sintaxe, semântica e pragmática unificados como um todo.

Na Holanda, Simon Dik preocupa-se com uma visão generalizante da gramática, ao desenvolver uma formalização da interação verbal. Simon Dik e Kees Hengeveld, citados por Neves (2008, p. 80), estão altamente interessados nos estudos de diversas línguas (até para a determinação tipológica), registrando as diferenças e as similitudes na busca de adequação tipológica, que se organiza em uma interdição de transformações e filtros da interação verbal.

No panorama brasileiro, enfim, os estudos funcionais ganham impulso a partir da década de 80 com pesquisas dos fatores da comunicação em *corpus* falado e escrito. Nesta época, reflete-se uma diversidade de orientações teóricas com base em diferentes escolas funcionais, inclusive com algumas perspectivas de combiná-las. São pioneiros os estudos de Rodolfo Ilari (*Perspectiva funcional da frase portuguesa*) e Evanildo Bechara (*Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português – Tese de Cátedra/UERJ*), que, segundo Neves (1999, p.72), foram funcionalistas desde seus primeiros trabalhos ao tratarem de um modelo interacional, incorporando, com as diversas funções da gramática, os meios de expressão do falante, sob o ponto de vista da interação com uso da língua e o sistema linguístico.

Cada uma destas escolas alinha-se a uma generalização sobre a gramática funcional ao considerar mais pertinente e significativo um ou outro método para o estudo do uso da língua. No campo dos estudos, não existe aquela que é mais importante na descrição ou na

propriedade em explicar regras sobre o regime da interação social. Cada qual parte de um padrão de adequação pragmática, discursiva ou textual para conceber um modelo de como o usuário da língua integra seu dizer, suas intenções, suas motivações cognitivas e sociais na materialização de formas gramaticais.

Gramática Funcional é, portanto, uma gramática do uso linguístico, já que ela não pressupõe a tarefa de apenas descrever as normas da língua, descontextualizadas da situação comunicativa, como um sistema autônomo. Ou seja, por gramática funcional, entende-se “uma teoria da organização da gramática das línguas naturais”, que tende a integrar-se em “uma teoria da organização da interação social” (NEVES, 1997, p. 15). A gramática funcional é vista como, necessariamente, um organismo maleável, que se adapta às condições comunicativas e cognitivas dos falantes, implicando que os padrões morfossintáticos estáveis e sistematizados estão em constante transformação, devido ao uso (PEZATTI, 2009, p.199).

Em suma, o quadro teórico no qual esta pesquisa se insere é o do Funcionalismo Linguístico Americano de Traugott & Hopper (1993), Hopper (1991), Traugott & Dasher (2002) e Heine & Kuteva (2007), compreendido como uma proposta de organizar as línguas naturais, integrando a interação social comunicativa dos falantes aos fenômenos sintáticos, semânticos e cognitivos da gramática.

Por meio dessa integração, há meios de se afirmar que o modelo teórico ganha convenções e princípios metodológicos bem complexos, sob o ponto de vista funcional, já que são estudados três eixos teóricos sobre os dados linguísticos: o gramatical, o cognitivo e o pragmático. Isso significa, então, em concordância com Cesário *et al.* (1996), que a descrição linguística se torna bem complexa, uma vez que gramática sofre um conjunto de pressões cognitivas decorrentes das pressões do uso, que são a causa de a gramática apresentar um aspecto irregular e, ao mesmo tempo, sofrer uma reorganização decorrente do modo como os falantes interpretam o mundo e o configuram mentalmente.

2.2 Gramaticalização

Nessa seção, abordaremos os princípios e os estágios fundamentais para a identificação dos mecanismos da gramaticalização, os quais servirão de base para as reflexões e análises dos verbos modais. A abordagem trazida nesta seção faz-se pertinente porque estamos lidando com verbos – poder e dever – que já passaram e ainda passam pelo processo

de gramaticalização. Para tanto, os pressupostos teórico-metodológicos da gramaticalização, que apresentaremos a seguir, têm como objetivo dar uma visão panorâmica sobre o fenômeno, desde seus antecedentes históricos até suas implicações cognitivas, também, denominadas processos metafóricos.

2.2.1 A definição do termo gramaticalização nos estudos da linguagem

A Gramaticalização é definida como um processo histórico de mudança linguística de palavras lexicais que se tornam elementos gramaticais. Essa mudança apresenta vários estágios interrelacionados em que uma determinada palavra (doravante item lexical), dentro de determinado contexto textual ou pragmático-discursivo, altera gradativamente seu valor referencial para se tornar um morfema gramatical (doravante item gramatical ou funcional).

Palavra de valor referencial, neste trabalho, é sinônimo de palavra com significado próprio, ou seja, palavras, como *mesa*, *cabeça*, *dever*, *pegar*, têm significado próprio ou conteúdo próprio, materializado na percepção social do indivíduo que interage com o mundo. Porém, palavras, como *para*, *de*, *entretanto*, não têm materialização na percepção social, e sim, na percepção cognitiva do indivíduo, sendo sempre elementos presos às outras palavras para que seja elaborado algum significado referencial cognitivo (causa, consequência, oposição, comparação, etc.).

Um caso típico de gramaticalização relativamente estabilizado é a mudança de classe morfológica ocorrida por itens que perderam sua natureza semântica para expressar relações cognitivas. No caso do verbo *dever*, podemos citar o exemplo em que *dever*, de referência plena com o significado de *dívida*, como em “O Dener me deve 10 reais, desde o ano passado, cê acredita?” [ci], mudou seu conteúdo referencial, passando a expressar o conteúdo cognitivo da necessidade, como em: “Eu devo encontrar os meninos lá na porta do Bang Bang Burger.” [ci]. Contudo, a forma mais abstrata, *dever* – *necessidade*, ainda é atuante no português, convivendo com *dever* – *dívida*.

2.2.2 Antecedentes históricos dos estudos sobre gramaticalização

O estudo da gramaticalização é, de acordo com Neves (1997), registrado pela primeira vez na China, no século X, percorrendo um longo caminho até chegar à França, com Condillac e Russeau; à Inglaterra, com Tooke; à Alemanha e aos Estados Unidos, com Bopp, Humboldt e Whitne. Mas foi Meillet (1912), no século XX, que realmente inventou o termo “gramaticalização” tal como é utilizado até hoje. Antes disso, o termo “gramaticalização”, em si, não era utilizado.

Para Lehmann (2002), a gramaticalização obteve seu desenvolvimento a partir de duas largas tradições linguísticas, sendo uma originária dos estudos da História Linguística do Indo-Europeu e a outra, da Tipologia da Linguagem. Os linguistas indo-europeístas, também denominados de neogramáticos, apresentaram estudos voltados para a descrição da evolução das línguas com pesquisas fundamentadas em explicações das mudanças sonoras ou sintáticas das formas latinas ou línguas antigas. Já a Tipologia da Linguagem era uma metodologia científica amplamente utilizada por muitos linguistas do final do século XIX e início do século XX, utilizada para descrever uma determinada língua, sem se fundamentar nos estudos de dados históricos das línguas antigas, como o latim, mas utilizando contextos linguísticos contemporâneos da própria língua em questão.

A vertente Indo-europeia apresenta, segundo Lehmann (2002), duas obras que são consideradas as mais representativas sobre os processos de mudança linguística. A primeira, com Étienne Bonnot de Condillac, é a “*Essai sur l’origine des connaissances humaines*” (Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos), datada de 1746, que explicita o porquê de algumas palavras do Indo-Europeu se aglutinarem em clíticos. A segunda “*The diversions of Purley*” (As mudanças de Purley), datada de 1786, de John Horne Took, explica como alguns nomes do latim derivaram para preposições em algumas línguas românicas.

Apesar de Lehmann (2002) não apresentar exemplos de como essas obras desenvolveram suas análises, o autor argumenta que as hipóteses dessas obras foram originadas de pesquisas de Linguística Histórica. A relevância dessa constatação está em mostrar como formas gramaticais livres se tornam formas presas e, com isso, confirmar que o fenômeno de aglutinação e de mudança sintática já era proeminente desde o Latim-Romance. Esses estudos dos processos de alternância lexical podem ser considerados, conforme Lehmann (2002), um molde para o desenvolvimento da gramaticalização, o que torna

Condillac e Horne Tooke os precursores da denominada “teoria da gramaticalização”, na vertente neo-gramática.

No estruturalismo ou tipologia da linguagem, por sua vez, Lehmann (2002) cita que August Wilhelm Von Schlegel e Wilhelm Von Humboldt tiveram uma obra denominada, “*Observations sur la langue et la littérature provençales*” (Observações sobre a língua e literatura provençais), datada de 1818, que descreveu exhaustivamente a morfologia do Latim e do Romance, mostrando o modo como as formas analíticas desenvolveram formas renovadas. Apesar de a configuração teórica dos autores do século XIX ser fundamentada em estudos de formação de palavras provindas ora do latim, ora da própria língua nacional deles, Lehmann (2002) sugere que, por não haver uma nomenclatura clara que recobrisse todos os fenômenos dessas obras supracitadas, devido à época do desenvolvimento desses trabalhos, suas implicações levam a crer que podem ser considerados estudos do processo que acomodam a gramaticalização propriamente dita.

Lehmann (2002) acolhe largamente os estudos estruturalistas de Wilhelm von Humboldt e Franz Bopp, que não reduziram os estudos da língua aos fenômenos da diacronia somente, mas desenvolveram uma disciplina relacionada com a sincronia, ou melhor, aprimoraram uma pesquisa do estado de língua considerado num momento dado, independentemente da evolução histórica dessa língua. Assim, Humboldt e Bopp, bem como August Schleicher e Georg von der Gabelentz, elaboraram a hipótese de que a descrição da língua pode ser contemplada numa visão da tipologia sincrônica.

Entretanto, mesmo que a gramaticalização não tenha sido o foco articulado desses autores, o processo em si, conforme Lehmann (2002), ganhou certo aparato teórico, com base em diferentes dados, visto que muitas dessas investigações estavam confirmando e provando que toda língua conduz a mudanças estruturais entre formas, seja por competição, seja por aglutinação.

Em 1912, os estudos sobre mudança linguística ganharam novos horizontes com a afirmação de Meillet (1912, p.133) ao dizer que *gramaticalização* é um processo que “certas palavras criam novas formas, introduzindo categorias que não tinham expressão linguística, transformando todo o sistema.⁸”

Esta asserção de Meillet nasceu de suas observações sobre o verbo “être” (ser/estar) do francês ao perceber a existência de uma alternância de verbo locativo “eu estou em casa” (*Je suis chez moi*) para verbo cópula “eu estou doente, estou amaldiçoado” (*Jes suis malade, je*

⁸certaines mots crée des formes neuves, introduit des catégories que n’avaient pas d’expression linguistique, transforme l’ensemble du système.

suis maudit), até o surgimento de um elemento um pouco mais gramatical, como o verbo auxiliar “eu estou falando” (*Je suis parlé*). Neste sentido, Meillet (1912) constatou que ocorreu uma atribuição de um caráter gramatical a um termo outrora autônomo, ou seja, o verbo “être” perdeu suas características lexicais para desempenhar uma função gramatical acessória à oração, servindo de base categorial de outro verbo principal para expressar modo, tempo, pessoa.

Mesmo diante de todas essas contribuições dos estruturalistas e dos neogramáticos, foram dois importantes artigos dos estruturalistas que “dirigiram uma nova luz sobre gramaticalização” (LEHMANN, 2002, p. 5).⁹ O primeiro é o ensaio de Jakobson, datado de 1959, que atribui à gramaticalização um processo obrigatório da evolução das categorias gramaticais, em que uma característica específica define os significados *lexicais* da língua para *derivacionais*, ou seja, o texto de Jakobson argumenta que a formação de sufixos ocorre a partir de palavras lexicais. Apesar dos problemas inerentes a essa afirmação (significado lexical para significado derivacional), Lehmann (2002) argumenta que se pode dizer que Jakobson compreende que a evolução de uma língua é marcada pelo aspecto sintático em sua característica mais intrínseca, a morfossintática. O segundo é o artigo de Žirmunskij, datado de 1966, que, de acordo com Lehmann (2002), trata da combinação de palavras compostas que estruturam outras palavras simples. Neste caso, o termo gramaticalização “não é usado aqui (somente) como uma transição de uma construção analítica para uma sintética, isto é, um processo de aglutinação, mas é explicitamente aplicado como uma formação de uma construção sintética” (LEHMANN 2002, p. 6).¹⁰

Enfim, com as considerações de Meillet (1912), que criou a palavra gramaticalização, os estudos acerca da mudança linguística das línguas ganharam um *status* mais elevado, pois aqui se pode categorizar um fenômeno linguístico de forma unitária. Por essa constatação, a definição de gramaticalização mais recorrente entre as pesquisas de mudança sintática foi a proposta por Kurylowicz, que nos afirma:

Gramaticalização consiste na ampliação dos limites de um morfema, avançando de uma unidade lexical para uma gramatical ou de um menos gramatical para um *status* mais gramatical, isto é, de um formato derivacional para um formato flexional. (KURYLOWICZ *apud* LEHMANN, 2002, p. 6).¹¹

⁹ Throw new light on grammaticalization.

¹⁰ Is used here not (only) for the transition from the analytic to the synthetic construction, i.e. the agglutination process, but is explicitly applied to the formation of an synthetic construction.

¹¹ Grammaticalization consists in the increase of the range of a morpheme advancing from a lexical to a grammatical or from a less grammatical a more grammatical status, e.g. from a derivate formant to an inflectional one.

Apresentamos, a seguir, uma figura que demonstra como é concebido o processo de gramaticalização de dois autores supracitados, Meillet (1912) e Lehmann (2002), para compararmos como cada linguista compreende a mudança linguística sob o ponto de vista da gramaticalização.

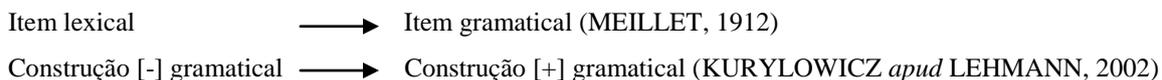


Figura 1: Processo de gramaticalização

Fonte: Elaborado pelo autor.

A versão de Meillet (1912) nos diz que gramaticalização projeta um processo de mudança de uma palavra de natureza lexical para gramatical. Já Kurylowicz citado por Lehmann (2002), não é mais um item lexical que sofre a mudança, mas uma construção gramatical que passa de [-] gramaticalizada para [+] gramaticalizada. Assim, para Lehmann (2002), a gramaticalização não estaria envolvida em apenas determinar os estágios de alternância de palavras para afixos, mas de estruturas linguísticas menos gramaticalizadas para estruturas linguísticas mais gramaticalizadas. Isso corresponderia dizer que, entre os verbos modais, não é o verbo *poder* ou *dever* que sofreu a mudança linguística, mas, sim, a construção AUXILIAR + PRINCIPAL que sofreu a gramaticalização, uma vez que o auxiliar seria preenchido por uma forma do verbo *poder* ou *dever* mais outro verbo na forma nominal. Neste ponto, assumimos que ambas as opções são oportunas acerca das discussões sobre gramaticalização. As abordagens dos autores são pertinentes às argumentações em que cada um está inserido e, neste trabalho, não será feito qualquer tipo de distinção entre ambas as colocações, uma vez que evocam análises que exploram a mudança do item lexical e mostram os mecanismos gerais da gramaticalização.

2.2.3 Sobre diacronia e sincronia

Em alguns dicionários especializados, o termo gramaticalização apresenta uma definição mais ou menos similar. Geralmente, a gramaticalização se refere a um processo de mudança gramatical que uma classe de palavras lexicalmente autônoma sofre, alterando seu

estatuto gramatical para outra classe lexical mais dependente gramaticalmente. Esta definição é apresentada em Dubois *et al.* (1973), ao afirmar que:

em linguística diacrônica, fala-se de gramaticalização quando um morfema lexical, durante a evolução de uma língua em outra, tornou-se um morfema gramatical. Assim, a palavra latina *mens, mentis* (no ablativo *mente*) tornou-se em português o sufixo de advérbio de modo em docemente, violentamente, bobamente, etc. (DUBOIS *et al.* 1973, p.318).

Já em Câmara (1968), é registrada a seguinte definição sobre o conceito a respeito da gramaticalização:

Um processo que consiste em transformar vocábulos lexicais, ou palavras, providas de semantema, em vocábulos gramaticais. É em princípio a origem diacrônica de todos estes últimos vocábulos. Quando num estado linguístico coexistem a palavra e o vocábulo gramatical, decorrente da gramaticalização, tem-se um caso de derivação imprópria. Ex.: *salvo* – particípio ou preposição (O menino está salvo – Entraram todos, salvo ele). (CÂMARA, 1968, p.178).

Evidencia-se, nos dois excertos, que o termo gramaticalização tem interpretações distintas entre os dois autores. Dubois *et al.* (1973) ressalta o aspecto diacrônico da evolução das palavras gramaticais, enquanto Câmara (1968) expressa uma definição mais morfossintática do ponto de vista sincrônico. Apesar dessas distintas constatações, consideramos que a gramaticalização pode ser observada nas duas perspectivas: na diacronia, quando a preocupação do linguista estaria voltada para uma pesquisa ou explicação da origem das formas gramaticais, bem como o seu desenvolvimento histórico, e, na sincronia, quando a preocupação do pesquisador estaria voltada para a identificação dos graus de gramaticalidade de uma forma linguística, assim como os possíveis padrões discursivo-pragmáticos que estão influenciando nos deslizamentos funcionais no presente (GONÇALVES *et al.*, 2007).

Com relação à Linguística Enunciativa, Benveniste (1989) percebeu que as categorias da gramática podem tanto sofrer mudanças no eixo diacrônico quanto no eixo sincrônico. Tais transformações de categorias consistem em alterações linguísticas, não necessariamente realizadas com todas as classes gramaticais da língua ao mesmo tempo, uma vez que algumas classes de palavras poderiam atingir estágios distintos de funções gramaticais, ou gramaticalização, dependendo das diferenças de sua natureza ou do próprio desenvolvimento da língua.

Embora Benveniste (1989) não explicita o termo *gramaticalização* em seu texto, ele argumenta sobre as transformações que passaram algumas categorias linguísticas, como na formação de perífrases verbais do verbo *habeo* (haver – latim); e sobre as transformações

desse verbo, originando o tempo futuro do latim para as línguas românicas (latim > *cantare habeo* > francês > *je chanterai*), que parecem ser exemplificações muito similares aos de Meillet (1912).

O estudo do verbo latino *habeo* também é apresentado por Castilho (2010), ao propor que, para ocorrer gramaticalização, um verbo pleno deve desenvolver propriedades mais gramaticalizadas do que já possui. Esse exemplo é o mais clássico dos estudos no que concerne à gramaticalização em língua portuguesa, pois o verbo *habeo* (haver em latim), no percurso do tempo, tornou-se um afixo verbal, designando o futuro do presente da língua portuguesa (*amar-ei*). O processo pode ser esquematizado da seguinte forma:

Amare habeo > *amarábeo* > *amaráveo* > *amarayo* > *amaray* > *amarei*

Figura 2: Gramaticalização do verbo *habeo*
Fonte: CASTILHO, 2010, p. 404.

A forma *habeo* se reduziu ao monossílabo *ei* no português, tornando-se um afixo, passando a agrega-se no morfema do infinitivo do verbo [r], *ei* > *rei*, indicador de futuridade. O morfema latino do verbo *haver*, praticamente, desaparece, reanalisado no português como um sufixo número-pessoa.

Apesar de essas constatações sobre o processo de gramaticalização ser relevantes, Bybee (2004) argumenta que, sobre a teoria da gramaticalização, não é suficiente definir o processo de mudança pelo qual um item lexical se torna mais gramatical, como um morfema gramatical, num modelo apenas diacrônico, pois é necessário se perceber também como a forma gramaticalizada é efetivamente usada na língua atualmente. Antes mesmo de dizer algo sobre uma forma qualquer que se gramaticalizou, é primordial definir, primeiramente, quais são os níveis gramaticais que a forma atualmente tem, e quais são os valores gramaticais que a forma está apresentando para os falantes da língua.

É neste ponto que esta pesquisa se apresenta como relevante, pois é uma tentativa de descrever o uso das locuções verbais modais com *poder* e *dever* nos tempos contemporâneos. Contudo, perante essa meta, antes de apresentarmos as análises dos dados, mostraremos, brevemente, quais são os estágios e os parâmetros para que uma unidade verbal possa ser considerada uma unidade verbal gramaticalizada.

2.2.4 Mecanismos da gramaticalização

Muito se tem pesquisado sobre quais são os mecanismos de mudanças que sofrem as palavras, alterando-se de itens de conteúdo lexical, de um lado, e conteúdo funcional ou gramatical, do outro.

A primeira postulação é a concepção sobre o que é um *item lexical* e o que é um *item funcional*. A explicação mais pertinente que encontramos foi expressa por Traugott & Hopper (1993), ao dizerem que:

É usualmente aceito que algum tipo de distinção pode ser feita em todas as línguas entre palavras de “conteúdo” (também chamadas de “itens lexicais”, ou “conteutistas”), e palavras “funcionais” (também chamadas palavras “gramaticais”). As palavras *exemplo*, *aceitar* e *verde* (i.e., substantivos, verbos e adjetivos) são exemplos de itens lexicais. Tal que são usadas para reportar ou descrever coisas, ações ou qualidades. E palavras como *de*, *e*, *ou*, *isso* e *aquele*, preposições, conectivos, pronomes e demonstrativos, são palavras funcionais. Elas servem para indicar relações ou valores nominais mutuamente (preposições), ligando partes do discurso (conectivos), para indicar se as entidades ou participantes em um discurso são realmente entidades ou não (pronomes e artigos), e para mostrar se eles são envolvidos pelo falante ou ouvinte (demonstrativos). (...) Quando o conteúdo da palavra assume características gramaticais de uma palavra funcional, a forma é dita como sendo “gramaticalizada”. (TRAUGOTT; HOPPER, 1993, p. 4).¹²

Desta forma, entendemos que, quando um determinado pesquisador apresenta uma forma linguística com o rótulo de item lexical, devemos compreender que este item é uma palavra autônoma na língua, desempenhando uma função referencial própria. Por outro lado, quando for designado um item funcional, este será uma categoria linguística dependente sintática ou morfologicamente de outra, não desempenhando, assim, uma função referencial própria.

A segunda postulação diz respeito à diferença concebida entre a concepção de *parâmetro* e de *estágio* nos estudos de gramaticalização. Por estágio, pressupõe-se um caminho a ser seguido, que, em gramaticalização, é unidirecional, ou seja, percorre apenas uma linha determinística que habilita a gramaticalização ser tratada como processo. Os

¹² Is usually accepted that some kind of distinction can be made in all languages between “content” words (also called “lexical items”, or “contentives”), and “function” words (also “grammatical” words). The words *example*, *accept*, and *Green* (i.e., nouns, verbs, and adjectives) are examples of lexical items. Such words are used to reported or describe things, actions, and qualities. The words *of*, *and*, *or*, *it*, *this*, that is, prepositions, connectives, pronouns and demonstratives, are function words. They serve to indicate relationships of nominals to each other (prepositions), to link parts of a discourse (connectives), to indicative whether entities and participants in a discourse are already indentified or not (pronouns and articles), and to show whether they are close to the speaker or hearer (demonstratives). (...) When a content word assumes the grammatical characteristics of a function word, the form is said to be “grammaticalized”.

estágios seriam, dessa forma, níveis de atuação e deslocamento gradual de uma mudança em que um item lexical muda sua categoria linguística para item gramatical. Entretanto, essa trajetória não pode ser vista como uma escala ininterrupta que os itens lexicais sofrem. Ou seja, um item lexical *pode não completar* sua reconstrução interna de gramaticalidade até formar uma partícula ou um afixo, apesar de que, também, qualquer item lexical *pode completar* sua formação gramatical até o último estágio de mudança, tornando-se um item funcional. Este é o caso do verbo *habeo*, do latim, já mencionado, que, no percurso histórico da língua, tornou-se um afixo para marcar o tempo futuro, *amare habeo > amarei*. Já os princípios são regras gerais e determinantes na identificação de um fenômeno mais geral, atuando quase como uma lei abrangente o suficiente, que tende a recobrir o maior número de casos possíveis. No que concerne à gramaticalização, os princípios servem para se identificar o grau de gramaticalidade de um item, assim como os contextos que o possibilitaram. Contudo, cada princípio aplicado isoladamente não caracteriza suficientemente o processo de gramaticalização como um todo, pois seria necessário verificar o conjunto de princípios para perceberem-se quais são os que recobrem mais eficientemente uma determinada forma gramaticalizada.

Nesse particular, serão apresentados, a seguir, os estágios da gramaticalização, tendo em vista a proposta de Lehmann (2002) e Gonçalves *et al.* (2007). E, logo em seguida, os princípios da gramaticalização elaborados por Hopper (1991), Traugott & Hopper (1993), Gonçalves *et al.* (2007) e Heine & Kuteva (2007).

2.2.4.1 Estágios da gramaticalização

2.2.4.1.1 Christian Lehmann

Lehmann (2002) traçou quais são os níveis de mudança linguística que um item lexical poderia desenvolver ao começar seu processo de gramaticalização. Conforme a figura 3 a seguir, existem quatro estágios que demonstram como as categorias gramaticais passam de itens do léxico para itens da gramática.

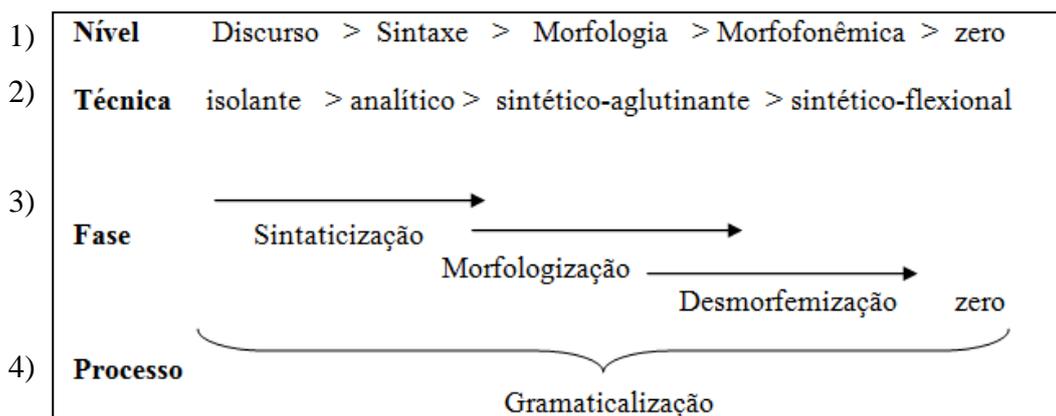


Figura 3: Estágios da gramaticalização
 Fonte: LEHMANN, 2002, p.12.

Este esquema resgata uma descrição visivelmente gradiente das categorias linguísticas do ponto de vista do *continuum* (do concreto para o abstrato), sendo o *discurso* o ponto de origem de todo o processo. Segundo Traugott & Hopper (1993, p. 6), *continuum* é o mesmo que *cline*, ou seja, uma compreensão de estágios dentro de momentos ordenados em que itens lexicais começam a passar por deslizamentos semânticos ou sintáticos em uma linha imaginária até chegarem a um estágio final, que seria o esvaziamento semântico total ou zero. Numa leitura, de cima para baixo, da figura 3, são observamos as seguintes instruções do autor.

Em (1), o *nível* sustenta o modo pragmático da análise em que o discurso prático da comunicação dá lugar ao modo sintático até zero (flexões e afixos gramaticais). No âmbito da Gramática Funcional, Givón, citado por Castilho (1997), declarou que a *sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem*. Dessa forma, se observarmos a escala de Lehmann (2002), a comunicação ou expressões linguísticas do nível (1) tendem a vincular expressões sintáticas que se iniciam pelo discurso, até alcançarem estágios mais presos da gramática, sintaxe, morfologia e a morfofonêmica, chegando aos afixos. Ou seja, pressupõe-se que a fonte de todo processo de mudança tem origem no discurso.

Em (2), a *técnica* diz respeito ao conceito de derivação de uma mudança categorial no padrão funcional, associada à perda do conteúdo lexical ou de conteúdo semântico. Uma postura reconhecida para tal afirmação é que palavras autônomas podem sofrer graduação na gramaticalidade, passando de morfemas livres para morfemas presos, chegando ao nível de formas *sintético-flexionais*. A *técnica* se refere às mudanças sintáticas ocorridas em itens lexicais de palavras livres, enquanto que o *nível* concerne a um estágio de representação mais abrangente, começando pelo discurso e reduzindo-se até a etapa da sintaxe, morfologia e

morfofonêmico. Tanto a *técnica* quanto o *nível* parecem mostrar os mesmos processos, mas não estão, visto que o *nível* é mais amplo do que a *técnica*, uma vez que “técnica” pressupõe um processo incipiente de gramaticalização, ou seja, se inicia com a palavra ou item lexical, até alcançar as etapas de sistema flexional, como ocorre com o verbo *habeo* > *ei*, e o nível recobre as diversas etapas que compõem o discurso.

Em (3), as *fases* subdividem-se em quatro patamares, a saber: (a) Sintaticização; (b) Morfologização; (c) Desmorfemização (ou redução fonética) e (d) zero. Todas estas fases restauram todo o (4) *processo* de gramaticalização dos itens lexicais. Analisaremos cada propriedade das fases separadamente.

Primeiramente, a *sintaticização*, que aparece na sequência horizontal, consiste na conversão de construções sintáticas em que alguns lexemas assumem funções mais gramaticais, como, o verbo *dever* pleno, em exemplos do tipo, “O Dener me *deve* 10 reais, desde o ano passado, cê acredita?” [ci], tornando-se uma construção auxiliar, em exemplos do tipo, “Você *deve achar* seu livro na mesa do capitão.” [stv]. Está em jogo, nessa fase, a recategorização, ou seja, uma forma linguística perde seus traços morfológicos privilegiados de forma plena para assumir traços de formas secundárias. A unidade da palavra mudou seu vínculo morfológico de verbo pleno para auxiliar, criando uma nova forma presa que desempenha outro papel gramatical em consequência da perda semântica do significado. A perda semântica do verbo principal é relacionada à alteração do significado da palavra: no primeiro exemplo, acima mencionado, temos o significado de uma dívida, no segundo, uma suposição. O mesmo se observa na mudança do verbo pleno *dever*, ao assumir a função de locução preposicional de valor causal *devido a*, talvez, originária do particípio passado de *dever*.

A *morfologização* pode ser explicada pelo exemplo clássico da mudança da palavra latina *mens, mentis*, (mente, no português), que originou o morfema derivacional, ao formar advérbios de modo, (-mente), encontrado em palavras como *igualmente*, *paralelamente*. Esta foi a transformação de uma palavra lexical que se tornou outra ainda mais aglutinante, quando passou a designar outra referência no momento em que foi retirada de sua posição morfológica de substantivo, ou melhor, de item lexical pleno. A configuração morfológica do substantivo *mente* não aderiu totalmente ao significado do afixo *-mente*, embora, como forma presa, o afixo, *-mente*, resguarde um pouco de seu significado latino original. Isso ocorre porque *mens, mentis* significava em tempos pretéritos *sabedoria, alma* ou *razão*. Assim, *discretamente*, teria um significado secundário de aquele que tem a razão de *ser discreto* ou *paciente*, e, *elegantemente*, aquele que *tem a alma elegante*.

A *desmorfemização*, seguindo a última linha de mudança, caracteriza-se pela perda do conteúdo lexical, resultado da fusão com outras formas lexicais, o que pode levar um morfema a desaparecer. Este é o caso do exemplo já comentado em Castilho (2010) na formação do futuro das línguas românicas com o verbo *habeo*, reduzindo-se à flexão *-ei* (*Amare habeo* > *amarei*). Nessa fase, surgem formas muito presas, devido à perda quase total do item lexical que passou por todos os estágios de gramaticalização, *haverei – ei*. A fase *zero*, por fim, é a cristalização de estruturas na sintaxe, o que demonstra o percurso final da gramaticalização, sendo o momento máximo da exaustão do item lexical para se tornar um afixo flexional. Entretanto, um fato que se torna enganador é predizer que isso faz com que o termo ganhe transparência e se estabilize totalmente, como se este estágio fosse eternamente duradouro. Nada mais falso, segundo Votre (1996), porque o movimento de mudanças de qualquer língua é contínuo e irreversível, podendo ser acelerado ou retardado, mas nunca reprimido ou estagnado.

2.2.4.1.2 Sebastião Gonçalves Leite e outros.

Com relação aos estágios, ainda existe um deles que não foi caracterizado por Lehmann (2002), mas que é fortemente sustentado por Gonçalves *et al.* (2008) e Bybee (2004), a *Redução Fonética* ou *Erosão Fonética*.

A redução fonética é determinada pela tendência de um item lexical, em um dado estágio de gramaticalização, perder substância fonética, ao ajustar-se no novo contexto sintático no qual está inserido. Com a perda de material, por causa da mudança de classe gramatical e pela passagem da relação mais concreta para mais abstrata, esse item pode sofrer uma redução em sua materialidade sonora, como o exemplo da elaboração do afixo *haver, -ei*.

Neste aspecto, com os verbos modais, em uma pesquisa da UFOP, Paula (2009) observou que a redução fonética de *poder* evidencia o processo de gramaticalização em frases do português mineiro dos dialetos belo-horizontinos e ouropretanos. De acordo com a autora, o verbo *poder* pode reduzir-se a formas perifrásticas do tipo *pó fala*, *pó de(i)xá* e *pó fazê*, resultante da perda de substância fonética. No caso, estaríamos diante de um estágio incompleto de redução, pois o item ainda passa a desempenhar funções gramaticais de verbo

auxiliar, apesar de sua fixidez da posição sintática ser quase como de um clítico¹³. Além desse fato, a autora também constatou que não é toda manifestação linguística do verbo *poder* que possibilita a redução, pois ainda não são usuais as sentenças do tipo, **pu fazer* (pude fazer), **pu comê* (pudesse comer), para marcar o pretérito perfeito e o subjuntivo.

2.2.4.2 Princípios da gramaticalização

2.2.4.2.1 Paul Hopper

Algumas expectativas dos princípios da gramaticalização foram estabelecidas por Hopper (1991), ao perceber que existiriam leis que serviriam como regras gerais e abstratas da mudança categorial de itens lexicais, sendo classificadas em: (a) estratificação; (b) divergência; (c) especialização; (d) persistência; e (e) decategorização.

Em (a), a *estratificação*, ou *layering*, refere-se à forma como novas “camadas” emergem continuamente, coexistindo com outras, sem, no entanto, perderem suas características e propriedades semânticas e históricas. Este é o caso da existência, dentre os modais, do verbo pleno *dever* e seu auxiliar *dever + verbo nominal de infinitivo*. Logo, é possível afirmar que a forma lexical plena não desapareceu, enquanto ocorreu o processo de gramaticalização, isto é, as duas formas coexistem. Conforme Hopper (1991), o aparecimento de novas formas não estabelece, necessariamente, o desaparecimento da forma lexical antiga, mas, com relação à forma gramatical, uma vez alcançado este princípio de co-existência ou competição, o item gramatical pode continuar desenvolvendo outros estágios de gramaticalidade, passando a sofrer ainda mais gramaticalizações.

Em (b), *divergência*, ocorre uma flutuação de sentidos da forma que foi gramaticalizada. Apesar de a forma mais gramatical ainda poder conviver com a forma lexical, aquela se diferencia desta pelo fato de o item gramaticalizado poder assumir sentidos mais específicos, devido ao modo como a forma gramaticalizada apresenta uma não

¹³ Os clíticos são, conforme Dubois *et al.* (1973), os pronomes átonos, como *me, te, se, o, a, lhe, nos, vos*, etc., por exemplo, em “ele me disse isto”. Assim, definem-se o uso mais lato de um termo em que se aplica a todos os monossílabos átonos que dependem, quanto à acentuação, de outras palavras.

autonomia lexical. Este é o caso do verbo *dever* epistêmico (que marca a probabilidade, possibilidade) e deôntico (que marca a obrigatoriedade), um apresenta uma relação no nível do conhecimento e outro no da obrigação, sendo, portanto, não totalmente correlacionados pelo sentido, mas pela forma. Exemplos bem típicos dessa distinção de significados são observados em sentenças: no nível epistêmico, “*Deve* chover hoje em toda área Leste do país.” [jn], que servem para indicar a expressão da probabilidade ou da suposição, e, no nível deôntico, teríamos, “Vocês *devem* se concentrar nos estudos agora.” [stv], para indicar a expressão da obrigatoriedade.

Os dois princípios *estratificação* e *divergência* parecem ter algum tipo de similaridade pela maneira como é concebida a teoria, porém o primeiro, *estratificação*, remete-se às diferenciações existentes da natureza sintática entre itens lexicais, e o segundo, *divergência*, diz respeito às distintas flutuações da semântica que tais itens passam a desempenhar, depois de sofrerem a gramaticalização.

O parâmetro (c) da *especialização* desenvolve o pressuposto de que, uma vez que a palavra gramaticalizou-se, há uma restrição de suas possibilidades semânticas e, por conseguinte, uma diminuição de posições sintáticas em contextos gramaticais, assim como uma maior previsibilidade do uso nos contextos gramaticais. Isso possibilita que o item se torne mais regular em determinadas estruturas, podendo só ocorrer nelas e não em outras, aumentando cada vez mais o seu nível de fixação sintática.

Este é o caso da própria formação das perífrases verbais, não apenas com verbos modais, mas com todos os verbos auxiliares que apresentam uma arquitetura gramatical estreita em relação ao verbo pleno, tais como: a fixidez estabelecida pela ordem entre o auxiliar e principal, ou seja, não pode haver posposição do verbo principal; a seleção do sujeito gramatical da sentença é feita apenas pelo verbo principal nunca pelo auxiliar; a marca de concordância de tempo e modo da oração sempre é feita por verbo auxiliar, jamais pelo principal, etc. Um estudo mais detalhado dessas delimitações sintáticas entre verbo principal e verbo auxiliar é realizado mais adiante, no capítulo “Critérios de Auxiliaridade”.

Em (d), a *persistência* ocorre quando existe um vestígio semântico da forma gramaticalizada, ou seja, quando um item qualquer, que já passou a desempenhar funções cada vez mais gramaticais, continua a apresentar alguns traços semânticos, oriundos de sua forma lexical antiga. Isso significa que o item gramaticalizado ainda preserva os sentidos da forma lexical. A comprovação deste fato é observada com os verbos *poder* e *dever* que ainda mantêm alguns traços lexicais nas formas perifrásticas, originárias do passado histórico. O verbo *poder*, por exemplo, outrora significando “ser capaz”, *posse*, *possum*, *potes*, *potui*,

resguardou muito de seus valores aspectuais e modais como verbo auxiliar, segundo Ferreira (2000), assim como *dever*, do latim *debeo*, *debes*, *debui*, *debitum*, *debere*, com a significação de “ser devedor”, “estar obrigado a”.

E por fim, na regra (e), *deategorização*, há a neutralização de marcas morfológicas e sintáticas dos itens lexicais originais, já que a forma gramaticalizada adquiriu outras características secundárias, redistribuindo-se em outra classe morfológica. Em gramaticalização, é recorrente dizer que houve uma mudança no paradigma gramatical, como, por exemplo, a mudança do paradigma dos verbos *dever*, ao migrarem para o paradigma das locuções prepositivas, *devido a*.

O processo de gramaticalização envolve, então, a perda da autonomia lexical, fazendo que o item migre de sua função original para desempenhar outras funções mais gramaticais. Essa propriedade pode ser vista com o verbo *dever*, mas não com o verbo *poder*, na formação de locuções prepositivas. O verbo *dever*, nesse assunto, reelaborou totalmente sua estrutura sintático-semântica, passando a desempenhar uma função de locução prepositiva causal *devido a*, o que determinou, logicamente, uma mudança em seu papel gramatical dentro da oração. Isso ocorre por causa da perda dos seus traços nocionais de palavra lexical no desenvolvimento dos traços de palavra funcional.

2.2.4.2.2 Elizabeth Traugott & Paul Hopper

Para estes autores, o único princípio fundamental da gramaticalização é o da *Unidirecionalidade*. Essa afirmação pressupõe que, uma vez que a forma linguística apontou para o processo de gramaticalização, não há como retornar à sua forma lexical original, mesmo que esta esteja em um estágio muito incipiente de gramaticalização ou contenha vestígios semânticos de construções anteriores. Ou seja, a unidirecionalidade é uma observação generalizada dos fenômenos de mudança linguística derivada de investigações sobre a transformação de formas lexicais, ao assumirem outras funções mais gramaticais. A gramaticalização, dessa forma, é considerada um processo que estaria dentro dos princípios dos Universais Linguísticos da linguagem humana, uma vez que o processo de gramaticalização deriva de observações sobre os sistemas linguísticos que estão em constante progresso de mudança sintática.

Universais Linguísticos são, conforme Traugott & Hopper (1993), uma proposta teórica que pressupõe que todas as línguas apresentam universais, isto é, regras básicas ou categorias estruturais mínimas que fazem parte de toda e qualquer língua, independentemente da cultura, da origem, da população, ou da percepção de mundo do falante. Assim, unidirecionalidade é explicada como um deslizamento de formas lexicais que ganham propriedades gramaticais, podendo assumir propriedades ainda mais gramaticais, em estágios de mudanças e desenvolvimentos cada vez mais avançados, até tornarem-se afixos.

As figuras 4 e 5, a seguir, são tentativas de organizar essa linha imaginária de extremidades opostas que os itens lexicais formam itens gramaticais. Para os autores, independentemente dos mecanismos aplicados que vão reger a gramaticalização, existe uma direção imaginária que é unidirecional, atuando como constitutiva ao fenômeno gramaticalização, concebida, portanto, como uma possível causa do processo e não determinante dele.

ITEM LEXICAL > PALAVRA GRAMATICAL > CLÍTICO > AFIXO FLEXIONAL

Figura 4: Estágios da mudança linguística
Fonte: TRAUGOTT; HOPPER, 1993, p. 06.

MENOS GRAMATICAL > MAIS GRAMATICAL

Figura 5: Unidirecionalidade
Fonte: TRAUGOTT; HOPPER, 1993, p. 16.

Traugott & Hopper (1993) reconhecem que a unidirecionalidade é pauta para muitas discussões, mas, até o momento, os contraexemplos da unidirecionalidade são muito raros e até inadequados, pois, segundo os autores, expressam a mudança de itens em contextos sintáticos incompletos.¹⁴

Castilho (1997) também reconhece a necessidade de sustentar-se que as estruturas menos gramaticais podem se tornar mais gramaticais e nunca o contrário:

¹⁴ Não há necessidade, nesta pesquisa, de atermo-nos aos detalhes dos contraexemplos do princípio da Unidirecionalidade, por duas razões: primeiro, porque não é relevante buscar evidências empíricas para contestar a proposta, mesmo porque, conforme os autores, são exemplos raríssimos e muito esparsos entre poucas línguas e, em segundo, esse tipo de investigação ultrapassaria os objetivos desta pesquisa.

Embora tanto a desgramaticalização¹⁵ como a regramaticalização¹⁶ tenham sido observadas, elas são estatisticamente insignificantes e serão ignoradas neste trabalho. Observe-se que muitos casos de uma desgramaticalização alegada discutidos na literatura resultam comprovadamente de uma análise inadequada. (CASTILHO *apud* HEINE *et al.*, 1997, P. 56).

O princípio da unidirecionalidade é baseado, portanto, em observações sobre mudança linguística, que não dirigem uma conclusão sobre a “elevação” (*uphill*) dos itens lexicais, mas, sim, objetivam mostrar a alteração dos itens para outras formas mais gramaticais, bem difundidas em quase todas as línguas (TRAUGOTT; HOPPER, 1993).

2.2.4.2.3 Bernd Heine & Tania Kuteva

Heine & Kuteva (2007) propõem que o percurso da gramaticalização é definido a partir de mecanismos inter-relacionados: (a) *extensão*; (b) *dessemantização*, ou *bleaching*, ou desbotamento semântico; (c) *decatégorização* ou perda de propriedades ou perda de *status* de forma independente para dependente; e (d) *erosão* ou *redução fonética*, perda da substância fonética.

Sobre *extensão* (a), entende-se um aumento do significado gramatical, da forma que se tornou mais gramaticalizada, devido à inserção de novos contextos sintáticos. Esse princípio concebe uma nova extensão semântica à forma mais gramaticalizada, o que não pode ser entendido como degeneração da forma, conforme alertam os autores, e sim, uma extensão de sentidos do item, ao ocupar outros significados por causa de seu *bleaching*, ou desbotamento semântico. Entre todos os princípios dos autores, este é o mais controverso e o que tem causado certa polêmica, justamente porque não há meios de se “medir” a extensão semântica do item gramaticalizado, assim como o de mensurar esses “outros” contextos pragmáticos, desenvolvidos pelos itens lexicais.

Por se tratar de um “alargamento” do campo semântico da palavra, esse princípio foi denominado por Traugott & Hopper (1993) de *processo metafórico*, uma vez que o item gramaticalizado pode induzir às relações cognitivas muito abstratas, diferentes das relações ocasionadas pelo indivíduo no universo físico-social. Essa afirmação pode ser exemplificada quando o verbo *dever* com significado de dívida, conforme os exemplos já citados (O Dener

¹⁵ Ocorre quando um item gramatical retorna a ser item lexical, ou seja, uma forma presa torna-se livre.

¹⁶ Ocorre quando um item qualquer, que já passou por um estágio avançado de gramaticalização, perde sua gramaticalidade, passando para um estágio cada vez menos gramatical, ou seja, mais lexical.

me *deve* 10 reais, desde o ano passado, cê acredita? [ci]), é relacionado diretamente ao universo físico-social do indivíduo, mas que, devido à mudança de gramaticalidade, passa a assumir uma relação modalizadora da possibilidade (*Deve* chover hoje em toda área Leste do país [jn]). Neste último caso, podemos dizer que houve uma extensão dos sentidos do verbo *dever*, em que a modalização da possibilidade direciona a realidade do falante para áreas mais subjetivas de suas ações e seus pensamentos. Assim, pelo item lexical desenvolver relações semânticas de um mundo psíquico e pragmático do falante, Traugott & Hopper (1993) definem, necessariamente, o “processo metafórico” das categorias gramaticalizadas.

Em (b), a *dessemantização* não é, necessariamente, perda semântica, no sentido *striptu sensu* da palavra, uma vez que formas gramaticalizadas não perdem completamente seu sentido original, o que ocorre é um esvaziamento semântico da forma original comparada ao seu sentido mais antigo na língua. Ou seja, dentro da origem da palavra original, o sentido enfraquece-se, indo ganhar outros mais abstratos ou valores pragmáticos diferentes.

Neste ponto, os verbos modais não apenas sofrem um *bleaching*, nos termos dos autores, mas também podem manifestar uma polifuncionalidade, devido à manifestação das diferentes formas da modalização. O sentido semântico, dentro dos contextos da modalização, tem um grande valor e efeito pragmático para o discurso, para marcar uma atitude do falante sobre sua fala, o que nos faz pensar que a *dessemantização* seria um princípio relevante para a caracterização da gramaticalização dos verbos modais em construções perifrásticas.

No item (c), a *decatégorização* diz respeito à mudança que a palavra sofre ao mudar de paradigma dentro do sistema e que, de certo modo, retoma o princípio (e), de Lehmann (2002), a *recategorização*, em todos os seus termos.

Por fim, em (d), temos a *redução fonética*, que é o princípio que estabelece a redução de material fônico da palavra, o qual seria o estágio *zero* da gramaticalização, uma vez que a *redução* pressupõe que o item lexical se tornou um afixo derivacional dependente de outro item, completando-se, assim, o ciclo de todo processo. Com os modais em estudo, a existência da *redução fonética* com o verbo *poder* parece ser algo apenas relativo e, no que concerne ao verbo *dever*, ainda não foram comprovados quaisquer tipos de redução fonética.

2.2.5 Processos metafóricos

Nos estudos sobre gramaticalização, é recorrente dizer que um item gramatical, quando se torna mais abstrato, o significado lexical pode recobrir algum tipo de processo metafórico. Isso ocorre porque, como lembrado em Traugott & Hopper (1993), os conceitos relacionados aos elementos linguísticos mais abstratos tendem a desenvolver relações voltadas aos processos cognitivos, por causa das novas posições sintáticas em que ocupam. Um tipo relacional de uma locução preposicional de sentido causal, por exemplo, expressa uma propriedade de conteúdo meramente abstrata por meio de um item lexical gramaticalizado, como, por exemplo, “Fiquei feliz *devido a* sua prontidão.” [cn] (relação causal).

Essas questões sobre metáfora não são fáceis de serem apreendidas dentro de uma abordagem de estudos sobre gramaticalização, até mesmo pelos defensores de tais propostas, já que a definição de metáfora em si, e dos “domínios conceptuais” e “relações mais abstratas”, constituem uma formulação metalinguística muito complexa de ser descrita. Entendemos, em geral, que a vinculação de metáfora com gramaticalização é epistemologicamente adequada se pensarmos na compreensão de que Sweetser (1990) tem sobre “mudança semântica do item gramaticalizado” e “novos contextos emergentes” que a forma gramaticalizada tende a recobrir. Ou seja, o processo de metaforização ocorre quando um item altera seu significado original para sentidos mais abstratos, reorganizando-se sintática e contextualmente no sistema linguístico.

O que acontece com a metáfora é que as palavras, que entram no processo de gramaticalização, necessitando especificar uma nova relação gramatical ou fortalecer o conteúdo semântico para formas já existentes, precisam explorar outras funções de base, talvez, metafórica, para explicar ou descrever fenômenos menos concretos, entidades claramente menos delineadas em uma trajetória unidirecional de [+] concreto para [+] abstrato. Assim, as palavras podem exprimir fatos mais difíceis de serem conceptualizados, como, por exemplo:

- (1) Ela deve R\$ 15,00 em xerox. [ci] (dívida)
- (2) Esse deve ser um artefato roubado. [stv] (necessidade)
- (3) Clarice deve ter concentração no seu trabalho, caso contrário... [ie] (obrigação)

No primeiro exemplo acima, o significado de *dívida* é atribuído em um contexto [+concreto] para a sentença (1), pelo fato de que a relação de um indivíduo *devedor* aparentar uma concepção linguística relacionada diretamente ao mundo físico e social do falante. No primeiro excerto, não há um processo metafórico da enunciação, como nos dois últimos exemplos, pois nestes, sim, há uma expressão de concepção mais abstrata, ligada ao contexto linguístico [-concreto] de *necessidade* e de *obrigatoriedade*. Ambas as relações modalizadoras estão orientadas para os processos mais cognitivos do falante, ou seja, a *obrigação* e a *necessidade* estão diretamente ligadas à elaboração cognitiva do mundo psíquico desse falante em uma escala mais alta de abstratização.

A metáfora, envolvida na gramaticalização, é diferente daquela das figuras de linguagem, como nos avisa Sweetser (1990), pois, no caso da gramaticalização, a motivação estaria voltada para novas funções gramaticais e contextuais. A partir daí, novas formas de expressão são formadas, preexistindo com outras, cuja origem seria de natureza categorial, ou seja, um verbo auxiliar advém sempre de um verbo principal, nunca o contrário.

Gonçalves *et al.* (2007), para descreverem que categorias cognitivas básicas vão da esquerda para a direita numa linha crescente de abstratização, elaboram uma escala dessas categorias cognitivas, do concreto para o mais abstrato, como demonstrado a seguir:

PESSOA > *OBJETO* > *PROCESSO* > *ESPAÇO* > *TEMPO* > *QUALIDADE*
 [+] concreto [+] abstrato

Figura 6: Escala de abstratização
Fonte: GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 43.

A gramaticalização do verbo *dever*, por exemplo, envolve um significado “literal” e outro “metafórico” com a transferência de traços ou projeções. É complexo estabelecer esta relação, mas mapear a mudança semântica é, mais ou menos, tentar explicar a forma de como os seres humanos compreendem e conceituam o mundo que os cerca. A categoria de *pessoa*, mais à esquerda, seria a mais próxima de uma relação menos abstrata da maneira como é compreendido o mundo do falante, ou seja, *dever* com função semântica de “dívida”, está diretamente relacionada às ações sociais que um indivíduo realmente faz. Já o modal deôntico do verbo *dever* apresenta uma realização que não é física, mas uma atitude cognitiva semanticamente organizada pelo ouvinte/falante, numa intenção pragmática construída mentalmente. Neste caso, estaria em jogo a atuação do que se identificaria com o *bleaching*, de Hopper (1993), ou dessemantização, pois o item em questão, o verbo *dever*, perdeu sua

propriedade referencial [+] concreta, ganhando traços [+] abstratos ao ser um formador de uma perífrase verbal.

Exemplos de dessemantização são previstas para casos do tipo, “*Posso comer um pedaço desse bolo?*” [ci], que estariam direcionados para um processo cognitivo de *permissão*, em que a expressão é compreendida como uma atitude de elaboração cognitiva do falante sobre seu ouvinte para solicitar a permissão sobre a execução de uma tarefa ou ação. Já em exemplos do tipo, “*Deise não pode com a professora de matemática.*” [cn], a relação do verbo *poder com* expressa uma relação [+] concreta da Deise em não suportar a professora de matemática, uma expressão direcionada para uma atitude da pessoa com outra no mundo físico; nesse caso, não há uma relação metafórica estreita com o verbo *poder com*.

Se forem analisados os casos de perífrases verbais dentro da Escala de abstratização de Gonçalves *et al.* (2007), acima mencionada, os verbos modais estariam num estágio que recobre o nível *processo*, mais à direita, terceira unidade da esquerda para direita, já que os exemplos com perífrases verbais são analisados dentro de uma manipulação cognitiva envolvendo processos mentais de atitude do falante, o que chamamos de *modalização*, que foram originados a partir dos verbos *poder e dever*.

Há, portanto, uma motivação pragmática da modalização que induz ao novo contexto de conhecimentos e obrigações, por meio da própria extensão do sentido de *dívida* existente no verbo *dever*, nos exemplos supracitados. Os elementos dessa escala, *pessoa, objeto, processo, espaço* etc., constituem “domínios de abstratização” não estáveis, mas dinâmicos e passíveis de ultrapassagem, uma vez que um item, no momento em que assume sua condição [+] concreta] de *pessoa*, pode ir direto para a categoria de *processo* em linha reta, numa condição [+] abstrata], sem pousar em escalas intermediárias. Como exemplificado anteriormente, o verbo *dever* pode ser descrito na concepção de *processo*, passando por cima do conceito de *objeto*, sem dele depender ou com ele se relacionar.

O mesmo poderia ser representado para qualquer item lexical em processo de gramaticalização, pois a escala serviria apenas para mostrar qual a categoria de conceitos abstratos que a nova forma gramaticalizada estaria tomando. Além disso, quanto mais à direita o item lexical estiver na escala de abstratização, maior será seu nível de metaforização.

Assim, podemos afirmar que, em conformidade com Cezário & Votre (1996), palavras diferentes tendem a assumir unidades conceptuais distintas, obedecendo não apenas à escala de unidirecionalidade, mas também manifestar um modo particular de processos cognitivos da forma como as palavras estruturam a experiência. No estudo da gramaticalização, estão em jogo, portanto, complexas redes de mudanças semânticas e sintáticas que são originadas das

intenções comunicativas dos falantes de uma língua qualquer. Apesar de, neste trabalho, a coleta de amostras ter sido realizada de forma indistinta, ou seja, com material tanto escrito quanto falado, a gramaticalização ocorre, inegavelmente, sobre o registro falado, uma vez que é esta a fonte de toda e qualquer mudança linguística.

É por causa disso que os princípios e estágios dos autores supracitados são importantes, pois desempenham o papel relevante de instrumentos teóricos que possibilitam a visualização de um conjunto de etapas organizadas que não poderiam ser vistas diretamente na comunicação, sem uma sistematização adequada.

2.2.5.1 Elaboração cognitiva dos verbos modais

São dois os principais pontos que abordaremos nesta seção sobre os processos pragmático-cognitivos dos modais: (i) mostrar, rapidamente, algumas discussões sobre as teorias cognitivas que elaboram reflexões pertinentes acerca do desenvolvimento cognitivo dos verbos modais e; (ii) apresentar algumas formulações de Sweetser (1990) de como são configurados formalmente os verbos modais, para conseguirmos mapear a estrutura semântica das categorias cognitivas de *barreiras* e de *potencialidades*. Ao fazermos isso, tentaremos explicar como seres humanos estruturam esquematicamente as formas modalizadas dos verbos *poder* e *dever*, que serão analisados, a partir dessa perspectiva, na seção 5.4.

Desenvolvemos, dessa forma, uma análise que visa a mostrar uma configuração cognitiva de como a modalização dos verbos é construída pelo falante, com base nos estudos de Sweetser (1990) e Lafoff (1993). Nesse tipo de análise, a descrição dos verbos que se configuram na trajetória da mudança sintática de itens [+] concretos para [+] abstratos está relacionada ao fenômeno de mudança ocorrido entre a re-elaboração dos traços semânticos de [+] concreto para [+] abstrato, via metáfora.

Algumas questões, que norteiam a questão de mudança de [+] para [-] concreto, dizem respeito a algumas das reflexões sobre os *domínios básicos do conhecimento dos esquemas imagéticos*, definidos por Lakoff (1993). As metáforas, assim, funcionariam como uma construção linguística complexa e muito estruturada, que representa a intenção linguística do falante sobre aquilo que diz e sobre sua atuação pragmática diante de seu interlocutor e do mundo que o cerca.

Os esquemas imagéticos, dentro do contexto da modalização, são modelos teóricos da estruturação do conhecimento que o falante elabora para organizar o mundo. Os esquemas são modelos, isto é, estruturas constituídas, conforme as afirmações de Sweetser (1990), de *barreiras* e *potencialidades*, cujas especificidades serão vislumbradas adiante.

A organização desses esquemas imagéticos determina como configuramos os processos da modalização de *capacidade*, de *permissão*, de *possibilidade*, de *obrigação* e de *necessidade* na mente. Assim, cada categoria modalizadora, segundo Sweetser (1990), tem uma representação esquemática própria e estruturalmente organizada, no que diz respeito às manifestações de modalização, *dinâmica*, *deôntica* e *epistêmica*.

Esse fato consiste numa validade do significado das sentenças que os verbos *poder* e *dever*, denominados modais, tendem a expressar. O princípio fundamental de um verbo modal é exprimir uma sentença que declare uma *necessidade*, *possibilidade*, *obrigação*, *permissão*, etc., que deve se relacionar ao modo como o falante codifica sua atitude subjetiva em relação à proposição, à maneira como compreende e organiza seu conhecimento do mundo (TRAUGOTT; DASHER, 2002).

Com relação aos significados modais e não modais, Sweetser (1990) afirma que os modais desenvolveram-se a partir de significados não modais e que, entre os elos de sentido dos modais deônticos, teriam surgidos os valores dos significados epistêmicos. Conforme a autora, os deônticos originaram os modalizadores epistêmicos por uma relação de não causalidade, mas por extensão de sentidos¹⁷. Em outras palavras, Sweetser (1990) argumenta que, em estudos com crianças, os sentidos deônticos acontecem primeiro, antes dos epistêmicos, pois, segundo a linguista, crianças são educadas, constantemente, pelos pais por meio de ordens de autorização e permissão. As proibições sobre as entidades linguísticas fazem com que a criança adquira a modalização deôntica primeiro, focando a modalização epistêmica como secundária.

Assim, da hipótese de os deônticos virem primeiro na organização mental, as ordens e obrigações estariam, de acordo com a autora, diretamente relacionadas à maneira como seres humanos interagem com o mundo físico e social, isto é, as pessoas fazem primeiramente referência aos processos diretamente ligados aos sentidos físicos e sociais, para depois relacionarem a eles os processos cognitivos e mentais mais abstratos. Esse é um meio de crianças compreenderem o mundo que as cerca, pois, ao transferir a responsabilidade da organização do mundo, primeiramente aos processos físicos, o ser humano teria melhores

¹⁷ Wells (1979), Stephany (1986), Aksu-Koç (1988), Kuczay & Day (1979) sugerem, de acordo com Sweetser (1990), que a modalidade deôntica seja universalmente adquirida primeiro do que a modalidade epistêmica.

meios de conhecer a natureza que o envolve, de forma mais evidente, podendo apegar-se, em seguida, às relações mais abstratas construídas pela sua mente.

Dessa forma, as crianças, durante o amadurecimento cognitivo, dão forma estrutural ao mundo físico e começam a organizá-lo por meio de observações. Elas utilizam a linguagem do mundo psicológico e emocional para dar referência ao mundo interno de organização psíquica, paralelamente ao mundo externo. Assim, Sweetser (1990) supõe que o mundo real da “obrigatoriedade” conduz aos processos mentais do mundo da razão, ou seja, há uma direção em que os deônticos podem originar formas epistêmicas.

Essa pressuposta “obrigatoriedade” de um ato é, geralmente, imposta por terceiros, de forma que se torna alheia, ou seja, outras pessoas agem sobre a ação do interlocutor. Também está pressuposta a experiência do impositor, pois indivíduos mais jovens, muitas vezes, tendem a obedecer aos mais velhos, justamente, por causa da inexperiência das pessoas mais novas. Dessa forma, para Sweetser (1990), a *obrigatoriedade* e a *permissão* desenvolveram as formas da *possibilidade* e da *necessidade*, ou seja, os epistêmicos se tornaram formas derivadas a partir dos deônticos. Isso ocorre porque, segundo a autora, a natureza epistêmica do modal estaria relacionada à forma de organização lógica da mente em focar a capacidade abstrata de nos relacionarmos com o mundo físico.

Apesar de a autora não explicitar como foram realizados os testes que conduzem as suas constatações com crianças, este modelo teórico de explicações abstratas estaria de acordo com a maneira que alguns linguistas compreendem os processos de gramaticalização, principalmente, no que concerne aos processos metafóricos da linguagem. (TRAUGOTT; HOPPER, 1993; GONÇALVES *et al.*, 2007; e HEINE; KUTEVA, 2007).

Mesmo que a própria definição de metáfora não ser ponto pacífico da teoria linguística, apresenta-se relevante, pois, pelo entendimento da extensão dos sentidos da gramaticalização, podemos tentar explicar a semântica das perífrases verbais dentro de uma teoria sobre os processos metafóricos.

A concepção de metáfora, assim, é entendida como a conexão existente entre significados, motivada por bases linguísticas relacionados à nossa experiência. Lakoff (1993) define que metáforas são mapas entre domínios conceptuais que se aplicam à linguagem de nosso dia-a-dia, um processo diretamente ligado à natureza da linguagem humana.

Para esclarecer essa definição, precisamos saber o que são domínios conceptuais, que conforme o autor, seriam maneiras de nossa linguagem, ou melhor, de nossa manifestação de língua, falada ou escrita, direcionar nossa experiência social, emocional, psíquica e cultural

que ganhamos da forma como conhecemos o mundo e construímos, em nossas mentes, um nível básico de esquemas imagéticos.

Para Lakoff (1993), o esquema imagético é a base do conhecimento mais baixa de uma categoria linguística, ou seja, numa relação de duas palavras como “animal” e “gato”, a palavra “animal” é um nível mais alto da base do conhecimento do que “gato”, que viria a ser uma classe mais baixa e específica. Assim, podemos formar uma imagem mental “imagética” de “gato”, mas não de “animal”, e é justamente com as bases mais baixas, do tipo “gato”, que a maior parte de nosso conhecimento é organizada. Então, domínios, nesses termos, são as bases mentais de categorias que nos ajudam a construir e organizar nosso conhecimento. Essas categorias de nível baixo são, conforme o autor, a fonte da criação de muitos processos metafóricos, como, por exemplo, “minha chefe é uma gata”.

O entendimento da metáfora, da oração citada, acontece quando o ouvinte consegue reconhecer o domínio da experiência que tem de “gatas”, com todas suas propriedades, como “delicadeza, beleza, graciosidade”, assim como reconhecer o domínio da experiência que tem de “chefes”, com todas as suas propriedades de autoridade e mandante da empresa. A metáfora ocorre quando há uma “transferência”, ou melhor, uma integração (*blending*) de ambos os domínios de conhecimento desses traços conceituais para a representação de um novo domínio a “chefe gata”. Assim, a representante legal da autoridade da empresa é delicada, bonita e graciosa.

Retornando à questão da modalização, os processos metafóricos, relacionados à gramaticalização, determinam que estruturas do domínio concreto são projetados aos domínios mais abstratos. Como não temos, até o momento, pelo que sabemos, uma explicação clara sobre essas relações entre domínios dos verbos modais, *poder* e *dever*, as definições dessas ligações que iremos esboçar abaixo serão fruto de nossas leituras de Traugott & Dasher (2002).

Assim, para descrevermos o percurso da metáfora da modalização, por exemplo, os autores estabelecem que um domínio “concreto” da *dívida* ou *débito* é uma relação entre seres humanos do mundo físico, podendo se projetar em outro domínio mais “abstrato”, da *necessidade*, no plano mental e cognitivo. Esse fato pode ser exemplificado com sentenças do tipo:

Jaqueline me deve 15 reais [cn].

Minha orientadora me disse que a parte de análises do trabalho deve ficar para depois [ci].

A primeira sentença é compreendida como um deôntico, *dever*, no sentido de dívida, interpreta-se que Jaqueline tem uma obrigatoriedade para com o interlocutor no domínio físico e concreto de sua relação com o mundo. Já a segunda sentença é entendida como um epistêmico, já que o interlocutor não expressa a sua dívida sobre o mundo físico, mas sua compreensão da necessidade de que uma parte de seu trabalho vai ficar para depois.

Se refletirmos nas confirmações de que Sweetser (1990) para reconhecer que os epistêmicos são operações cognitivas, podemos provavelmente afirmar que o falante, ao utilizar a forma epistêmica “deve ficar”, esteja elaborando sua intenção subjetiva por meio de do plano mental, cognitivo, para marcar uma relação que ele tem com o mundo que não é uma obrigatoriedade física, como no primeiro exemplo, mas uma mera necessidade.

Apesar de que ambos os processos explicitarem uma relação de modalização, os usos do verbo *dever* não são, necessariamente, os mesmos, e as relações sintáticas de ambos também não são totalmente equivalentes. No primeiro caso, temos uma obrigatoriedade real que o *dever* representa por meio de um único verbo principal. No segundo exemplo, uma necessidade pragmático-cognitiva de um ato que o verbo *dever* representa por meio de uma perífrase verbal.

E, por outro lado, se pensarmos mais detalhadamente sobre os mecanismos da modalização, o molde da *possibilidade* não se confunde com o da *obrigação*, em contextos determinados, como em “Aqueles que acreditam em Deus podem viver com felicidade.” [ie], uma vez que “poder viver com felicidade” não é entendida como uma obrigatoriedade. E até esses dois moldes, obrigatoriedade e possibilidade, não se confundem com *capacidade*, em ocasiões como “Apenas o cachorro chamado Cérbero pode abrir a porta para o inferno.” [stv]. Neste caso, conforme o conhecimento do falante sobre mitologia, Cérbero é o cão de Hades, cuja obrigação é vigiar a entrada dos mortos. Somente ele, o cão, possui a capacidade de abrir as portas do inferno, mas nenhum outro animal o pode.

Disso, Lakoff (1993) conclui que, quando categorias linguísticas ou esquemas não se referem mais às categorias e aos esquemas da experiência básica, do mundo físico, estamos representando categorias metafóricas. Dessa maneira, os processos metafóricos que a gramaticalização defende é justamente essa passagem dos domínios concretos da modalização deôntica da obrigação para os domínios mais abstratos da modalização epistêmica da possibilidade.

A propriedade de “obrigação” ou de “permissão” são categorias linguísticas, ou esquemas, conforme Sweetser (1990), que dizem respeito às nossas experiências corpóreas, mais estáticas, originadas em momentos em que compreendemos a realidade física. E as

relações abstratas, a “possibilidade”, a “probabilidade” e a “necessidade” são evidências de experiências abstratas, mais dinâmicas, fundamentadas em momentos básicos da compreensão de nossa relação entre o mundo circundante e nossas intenções mentais ou emocionais. Por isso, Lakoff (1993) afirma que os conceitos abstratos ligam-se às categorias de tempo, quantidade, estado, ação, causa, modalização, pois são meios de construirmos o conhecimento, além do conhecimento experiencial básico.

Partindo, portanto, dessas relações existentes entre formas concretas e formas abstratas, Sweetser (1990) propõe que a modalização seja analisada como uma força dinâmica sobre uma situação no mundo real ou no mundo emocional que o falante usa para construir imagens abstratas da organização do mundo.

De acordo a autora, as modalizações do eixo das ações deônticas estabeleceriam “barreiras”, construídas cognitivamente, para que certos eventos do mundo físico possam ou não acontecer. “Barreiras” é um nome abstrato para categorizar um tipo de obstáculo colocado por terceiros que nos impedem de realizarmos certas ações, ou seja, a ação é restrita por alguém. A noção de “barreiras” torna-se, portanto, um construto teórico para explicar como são esquematizados os verbos modais em uma determinada língua. Já com as modalizações epistêmicas, o falante não quer ou não pode se referir a uma verdade da sentença em uma situação 100% verdadeira, por causa do nível das informações de que dispõe ou que a ele são impostas, criando, portanto, não uma “barreira”, mas uma relação de “potencialidade” de que o evento possa ou não ocorrer. A “potencialidade”, também, é uma construção cognitiva, uma nomenclatura teórica que designa algo diferente de uma “barreira”, pois o que está em pauta com a “potencialidade” não é a imposição de outro, mas a veracidade, a faculdade de que é possível um estado de coisas possa acontecer no mundo real.

Esses dois domínios teóricos da construção do mundo, “barreiras” e “potencialidades” são, a nosso ver, duas configurações teóricas e abstratas da linguística, mas que são relevantes, pois possibilitam demonstrar como, segundo Sweetser (1990), transparece-se o esquema de representações metafóricas da modalização *deôntica*, *epistêmica* e *dinâmica*.

2.2.5.2 A modalização nos esquemas cognitivos de Eve Sweetser

Sweetser (1990) elabora a noção de “barreiras” e “potenciais”, como meios de organização cognitivamente elaborados dos verbos modais, a partir da interpretação de

enunciados do mundo físico e social. Essas “barreiras” e “potenciais” serão analisadas, mais especificamente com os verbos *poder* e *dever* no último capítulo, com o objetivo de tentarmos descrever, de forma mais eficaz, a estrutura cognitiva da modalização.

A noção de “barreira”, de acordo com Sweetser (1990), representa uma forma de mostrar como é o comportamento linguístico dos modais, a partir de suas formas e de seus usos. Entretanto, o estudo dos modais, feito pela autora, abrange não apenas o verbo *poder* (*can*) e *dever* (*might*), mas toda uma grande classe de modais do inglês, o que possibilita uma generalização das possibilidades metafóricas, sobre tais verbos, que consideramos relevante.

Nos ideais de Sweetser (1990), alguns modais expressam a compreensão cognitiva de uma “barreira”, entendida como um impedimento, uma obstrução, para se executar uma determinada tarefa, enquanto que outros modais materializam processos mentais complexos sobre a ocorrência de uma “potencialidade”, de um fato ser possível de acontecer ou não.

Entre os verbos modais, o verbo *poder*, quando exprime a modalização deôntica, elabora a estrutura cognitiva da obstrução feita por uma “barreira” imposta por alguém; a capacidade, também denominada modalização dinâmica, exprime a habilidade de alguém em remover a “barreira” e, a possibilidade da modalização epistêmica expressa uma extensão da “potencialidade”. Já com o verbo *dever*, por sua vez, possibilita duas formas de estruturação cognitiva da organização metafórica, de um lado, a expressão da *obrigação* elabora a representação cognitiva da “barreira”, obstrução imposta, e, de outro lado, a expressão da modalização da necessidade representa a extensão de uma “potencialidade” do mundo psicológico. Na seção 5.4, mostraremos como é esquematizada cada uma dessas propriedades cognitivas com suas respectivas construções de modalização, com os verbos gramaticalizados.

Entretanto, é importante observar que, como verbos modais se vinculam aos muitos verbos da língua portuguesa, os esquemas de *barreiras* e *potencialidades* se aplicam aos verbos principais que tendem a expressar tais relações. Isso não quer dizer que, nas diversas formas de expressar modalização, os esquemas de *barreira* e *potencialidade* ficarão a cargo apenas dos verbos principais, embora importantes, a expressão de “obstrução” e “potência” está mais diretamente relacionada às construções perifrásticas como um todo e às intenções do falante sobre seu dizer (SWEESTER, 1990).

Resumindo o que foi visto, as alterações previstas pela gramaticalização são fatores responsáveis de mudanças que uma unidade linguística sofre ao passar por várias etapas em uma escala: o esvaziamento semântico > a metaforização > a perda da autonomia > a fixidez morfossintática > e a erosão fonética. Todos esses processos resultam na adaptação da nova forma aos novos contextos linguísticos, o que estabelece que, quanto mais completa for a

gramaticalização, mais perdas sintáticas a forma gramaticalizada pode sofrer, mas, por outro lado, devido à dessemantização, o item gramaticalizado pode desenvolver relações semânticas cognitivas mais complexas, o que estabelece também um alto grau de gramaticalização.

No próximo capítulo, apresentaremos as categorias linguísticas inerentes à formação de perífrases verbais, a saber: o *tempo*, o *aspecto* e a *modalização*, objetivando mostrar as concepções teóricas relacionadas a essas categorias, que fazem parte, necessariamente, de todo um repertório da formação e gramaticalidade de todo e qualquer verbo.

3 TEMPO, ASPECTO E MODALIZAÇÃO

Neste capítulo, são descritas as categorias funcionais das perífrases verbais, a saber: o tempo, o aspecto e a modalidade.

Sobre a categoria tempo, na primeira seção, mostraremos as relações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade, fundamentando-nos em Reichenbach (2005 [1947]), retomado por Corôa (2005) com os exemplos do português. Reichenbach (2005) foi um filósofo alemão que formalizou o processo da temporalidade em línguas naturais, tendo em consideração três momentos que demonstram um meio formal de descreverem-se as relações de temporalidade em várias as línguas.

No que concerne à categoria aspecto, na segunda seção, demonstraremos a intrincada relação da “duração interna do evento”, conforme Comrie (1976) e Castilho (2002). O aspecto define-se como uma relação muito próxima com o tempo, mas que dele se distingue por ser uma classe gramatical não dêitica¹⁸, que não exprime passado, presente ou futuro. As relações aspectuais expressam o desenvolvimento interno da ação verbal, seja para representar o evento que está encerrado “a reunião acabou.” [cn], seja para representar o evento que está em andamento “estamos lendo um livro muito interessante.” [cn]. Ambas as relações, de completude da duração do evento e da incompletude da duração do evento, são descritas, em conformidade com as propostas dos autores supracitados. Tomamos as noções básicas do aspecto *perfectivo* e o aspecto *imperfectivo*, que servem para marcar o *aspecto gramatical* de um verbo e da dimensão da *telicidade* e da *atelicidade*, que designam o *aspecto lexical* de um verbo.

A modalização, por sua vez, segundo Palmer (2001), diz respeito ao modo como o falante toma uma atitude sobre o conteúdo proferido ou recebido. A motivação dessa “atitude” pode tomar vários contornos em relação ao conteúdo da sentença, desde uma possibilidade “pode ser que ela esteja doente, por isso não chegou.” [stv], até uma obrigação “podem parar já com isso.” [stv]. A intenção do falante é provocar certas mudanças na informação veiculada, mas a interpretação de uma classe modal, seja ela de possibilidade, seja ela de obrigação, não é apenas acessível pelo conteúdo da sentença em si, mas também pela situação em que os interlocutores estão inseridos.

¹⁸ De origem grega, dêixis significa “apontar”, “indicar”, pode ser definida em linguística como uma localização e identificação de pessoas, objetos, eventos, processos, atividades referidos em relação ao contexto espaço-temporal criado e mantido pelo ato de enunciação (CORÔA, 2005).

3.1 Tempo Verbal

Nas seções que se seguem, apresentaremos algumas definições sobre a temporalidade dos verbos, conforme os estudos de Reichenbach (2005), ao situar formalmente as propriedades dos tempos dos verbos na anterioridade, na simultaneidade e na posterioridade, para, em seguida, delimitarmos algumas indagações de Corôa (2005), que utilizou a proposta de Reichenbach (2005) em dados do português.

3.1.1 Temporalidade

Na estrutura morfológica do verbo de uma perífrase verbal, unem-se estruturas de natureza flexional ou desinencial, que não são expressas pelo verbo principal da oração, mas, pelos verbos auxiliares. Retomamos dois exemplos de Corôa (2005), para levantarmos uma breve reflexão sobre a interpretação do tempo dos verbos. Primeiramente, a questão fundamental, ao estudar a temporalidade nas perífrases, é poder responder à seguinte pergunta, subjacente à linguagem da temporalidade: quando aconteceu? Vejamos os exemplos:

Li o livro. (CORÔA, 2005, p. 18).
Lia o livro. (CORÔA, 2005, p. 18).

Em língua portuguesa, é o verbo auxiliar o responsável pelo desempenho temporal da oração, daí se alguém diz *li o livro*, sabe-se, claramente, que alguém leu o livro. Mas, com perífrases verbais com *poder* e *dever*, talvez não aconteça o mesmo, tal como ocorre com relação ao pretérito de verbos plenos. Acreditamos que a relação temporal sofre algumas mudanças, porque os sentidos não são os mesmos entre uma e outra estrutura verbal (forma plena e forma perifrástica), como, por exemplo, *lia um livro* é diferentemente interpretada de *podia ler o livro*. Enquanto, por um lado, a relação da temporalidade do imperfeito com o verbo *ler* marca uma expressão da ação de um fato que se desenvolve no tempo, com o verbo *poder*, por outro lado, compreendemos que a ação do ato de ler não ocorreu. O falante pede uma permissão para desempenhar uma ação futura ao expressar sua vontade, a leitura do

livro, e, ao mesmo tempo, pressupõe-se que este falante ainda não o leu. Ou seja, a realização da manifestação temporal é distinta com verbos nos mesmos tempos verbais, no caso, o imperfeito, em que, de um lado, expressa-se o passado e, de outro, o futuro.

Por isso, elaboramos esta seção, objetivando apresentar, inicialmente, a teoria linguística que corrobora com nossas análises, pois entendemos que a relação de temporalidade de um verbo pleno e a de um verbo modal em uma perífrase pode não ser a mesma em muitas situações. Refletimos que a forma gramaticalizada dos verbos modais expressa outras interpretações da temporalidade, ou seja, a forma gramaticalizada e a forma não gramaticalizada tendem a desenvolver relações de tempo de formas distintas.

3.1.2 A interpretação temporal

Uma característica de toda e qualquer língua é a capacidade de exprimir relações temporais relacionadas ao presente, ao passado ou ao futuro. Em português, a realização da temporalidade verbal está presente na maneira como os sufixos flexionais das desinências verbais alternam-se para designarem o presente, o passado e o futuro. Porém, a marca do tempo, que se refere à anterioridade, à simultaneidade e à posterioridade, algumas vezes fracassa, quando analisamos não apenas os morfemas flexionais internos ao verbo, mas a sentença como um todo, junto com seus adjuntos integrantes. Os exemplos são:

- a) Amanhã, entra em vigor a nova Lei do Governo. [cn]
- b) No Domingo, vou à praia. [cn]
- d) Ontem à tarde, Gabriel vê uma colega de infância no correio e se alegra. [cn]

Como se percebe, nos casos mencionados, a ancoragem dos tempos do passado e do futuro está muito relacionada à realização dos advérbios que acompanham os verbos. A semântica da localização temporal, dessa forma, está evidentemente marcada pela enunciação, pelo momento de fala do indivíduo, de acordo com os advérbios circunstanciais que ocupam lugar de complementos na sentença e não apenas pelas flexões verbais.

Em (a), o tempo verbal na primeira pessoa do singular do presente do indicativo tem incidência no tempo cronológico do presente, mas o adjunto adverbial “Amanhã” desloca a relação temporal para o futuro. Em (b), apesar de o verbo “ir” estar conjugado na forma do indicativo, assim como em (a), a interpretação temporal também recobre o futuro, pelo fato de

o adjunto adverbial “no domingo” se referir a um fato ainda não ocorrido. E, em (c), mesmo com a flexão verbal no presente do indicativo, a compreensão do tempo cronológico ocorre direcionada para o passado, devido ao uso do adjunto “ontem à tarde”.

Apesar de as relações existentes entre o presente do indicativo e a propriedade da expressão da temporalidade (anterioridade, simultaneidade e posterioridade) não serem, em muitos casos, uníssonas, é muito recorrente dizer que a marca mais evidente das expressões de tempo seja relacionada ao *momento do evento* descrito junto com o *momento da referência* cronológica e ambos com o *momento da enunciação* proferido pelo falante. Assim, descrever as realizações temporais de passado ou futuro é, antes de tudo, mostrar que o *momento da referência* cronológica está relacionado ao *momento do evento* descrito e, para uma descrição do passado, seria necessário mostrar que o tempo passado ocorre quando o *momento do evento* está antes do *momento da fala*, e enquanto que no futuro, o *momento do evento* está depois do *momento da fala*.

Dessa forma, faremos uma análise da temporalidade, da forma como foi realizada por Corôa (2005), para estudar e descrever essa semântica do tempo em português, ou seja, separaremos as expressões adverbiais, de um lado, e os tempos do grupo verbal, do outro. Isso se faz necessário porque, segundo a autora, as condições sintáticas, lógicas e pragmáticas de um grupo e de outro são diferentes.

Os três momentos acima mencionados foram delimitados pelo filósofo alemão Hans Reichenbach, em uma obra datada em 1947, *Elementos de Lógica Simbólica*¹⁹, cujo principal capítulo, *Tempos do Verbo*²⁰, foi retomado por Corôa (2005), em sentenças e expressões do português. O capítulo de Reichenbach (2005) é uma tentativa de sistematizar a cronologia do tempo como uma categoria ligada aos verbos do inglês.

Na próxima seção, demonstraremos a maneira que as argumentações de Corôa (2005) podem proporcionar boas reflexões com dados do português, visto que a estrutura da proposta da autora, aplicada à nossa língua, estabelece propriedades lógicas à categoria tempo, que consideramos adequadas para uma descrição linguística da temporalidade, na tentativa de descrevermos os verbos gramaticalizados *poder* e *dever*.

¹⁹ Elements of Symbolic Logic.

²⁰ Tense of Time.

3.1.3 Os momentos temporais de Reichenbach

De todas as propostas desenvolvidas para a explicitação das características da temporalidade, a obra que apresentou as propriedades lógicas do tempo, provém de Hans Reichenbach, como já foi dito. A doutrina lógica de Reichenbach (2005) atribui uma tricotomia na explicação de como o tempo é constituído, capacitando o pesquisador a relacionar os três tempos (passado, presente e futuro) em três momentos que estruturam a compreensão da temporalidade da língua, a saber:

O Momento da Fala (*speech time*) – MF – consiste no momento da enunciação, do proferimento da realização da fala, momento que se faz uma enunciação sobre um fato qualquer, é o tempo da comunicação.

O Momento do Evento (*event time*) – ME – consiste no momento da realização da ação expressa pelo verbo, é a descrição do tempo do acontecimento da frase, ou seja, uma descrição do tempo da predicação. É o momento mais concreto por ter um referente definido e captar mais objetivamente o intervalo de tempo em que ocorre o processo, evento, ação ou acontecimento descrito.

O Momento da Referência (*reference time*) – MR – consiste no ponto de referência, é o que situa o sistema temporal na anterioridade, na simultaneidade ou na futuridade, ou simplesmente, o passado, o presente e o futuro em uma linha do tempo cronológico. A ideia de Reichenbach foi atingir um limite bem próximo da intuição do falante, visto que o arranjo tipológico dos três momentos é a referência mais precisa de como o falante relaciona todos os tempos (passado, presente e futuro) em qualquer língua para expressar a referência da temporalidade.

Corôa (2005) demonstra que, de todos os momentos, o terceiro, *o momento de referência*, é o mais importante do grupo, pois determina um sistema fixo da referência. Essa asserção fica mais explícita ao confrontarem-se dois exemplos que apresentem a mesma flexão verbal no modo indicativo, porém com uma relação temporal distinta, tais como:

- a) Em 1914, eclode a Primeira Guerra Mundial. (CORÔA, 2005, p.40).
- b) Em 1939, eclode a Segunda Guerra Mundial. (CORÔA, 2005, p.40).

Ocorre que o evento de (a) aparece como anterior ao evento de (b), e o evento de (b) é posterior ao evento de (a), não podendo ser simultâneos, apesar de os tempos verbais

mostrarem a mesma flexão. Ou seja, uma descrição no tempo presente em (a) não é simultâneo ao evento de (b), e isso não está relacionado apenas aos verbos inseridos na sentença, mas à forma como os complementos adverbiais interagem com o conhecimento histórico que temos da Primeira e da Segunda Guerra.

O tempo verbal do presente do modo indicativo da 3ª pessoa do singular não representa tempos iguais, nos exemplos mencionados, à medida que o tempo não se desenvolve da mesma maneira nos dois casos da sequência, pois o evento expresso no exemplo (a) é anterior ao evento apresentado no exemplo (b), o que é totalmente aceitável na forma como conhecemos o percurso histórico das duas guerras. O que os distingue é o *momento de referência*, (MR), o ponto de referência, do momento em que os fatos ocorrem, mesmo porque o *momento de fala* e o *momento do evento*, nesse caso, são iguais.

Isso significa dizer que o tempo cronológico, conforme Corôa (2005, p. 41), com a afirmação do “aqui” e do “agora”, pode não ser percebido, uma vez que podem apresentar um sistema referencial distinto, ou seja, (a) é anterior a (b). Desta forma, o tempo presente pode ser visto, teoricamente, por meio de um ponto que se move como uma linha para a direita, variando conforme as circunstâncias das intenções comunicativas do falante e da construção do seu dizer. Isso determina que tempo verbal das desinências e o tempo cronológico da temporalidade não expressam, necessariamente, a mesma relação.

Mas essa é apenas uma representação formal, é bem óbvio que o tempo não se move em “linha” e não tem “direção” para direita ou para esquerda. Esses exemplos (a) e (b) expõem muitos casos que a língua apresenta na não colaboração dos tempos flexionais com os tempos cronológicos. Casos do tipo “Eu vou para a faculdade” são uma das típicas estruturas linguísticas do português, marcadas pelo tempo gramatical do presente do indicativo com o tempo cronológico da futuridade.

A série dos três momentos recompõe um histórico da narrativa, em que são localizados os vários eventos com relação ao momento do proferimento da fala (MF). Neste ponto, o caráter dêitico da temporalidade contrapõe-se ao caráter não dêitico dos fenômenos elaborados pelo aspecto verbal, o qual será contemplado na próxima seção.

Contudo, a maior dificuldade em propor este tipo de propriedades temporais está na própria característica irrefutável do próprio tempo, que é a distinção do “antes” e do “depois” numa linha cronológica unidirecional. Existe uma grande dificuldade em traçar o que é anterior ou posterior, conjuntamente com os atos da enunciação, relacionando-os aos tempos dos modos verbais, o que torna, portanto, o trabalho de Reichenbach (2005) estruturalmente

relevante, consistindo no quadro mais completo para a descrição temporal das línguas naturais.

No que concerne às perífrases verbais, na questão dos momentos temporais do *momento de fala*, *momento do evento* e *momento de referência* (MF, ME e MR, respectivamente), Corôa (2005) define os três momentos dentro de uma abordagem de possibilidades da materialização temporal da flexão verbal. Ou seja, cada tempo verbal do modo indicativo recebe, necessariamente, uma representação diferente. Desta forma, a autora traça um quadro que define as possibilidades de ocorrência dos três momentos em seis categorias do Indicativo, uma para cada tempo verbal, a saber: o presente do indicativo, o pretérito perfeito, o pretérito imperfeito, o pretérito mais-que-perfeito, o futuro do presente e o futuro do pretérito.

Com a realização dos três momentos, Reichenbach (2005) relaciona os morfemas dos tempos verbais do inglês (*simple present*, *simple past*, *simple future*, *present perfect*, *past perfect* e *future perfect*) em função do modo como se relacionam com os três momentos lógicos, MF, ME e MR, no português. De acordo com Corôa (2005), a análise dos lapsos do tempo é muito vantajosa para descrever a relação de temporalidade do português, começando com o modo indicativo, em que os momentos lógicos (MF, ME, MR) correspondem, intuitivamente, à maior parte da estrutura dos verbos do português brasileiro no modo indicativo, e que podem ser representados conforme as constatações a seguir.

3.1.3.1 A representação do presente

A forma do presente do indicativo representa um ponto fixo do referente, que é o limite existente entre o passado e o futuro. O *momento de referência* MR é estável, no sentido em que determina o “agora” temporal, um momento que não é posterior ou anterior na questão da referência, como, por exemplo, “Você está na sala” [cn].

A referência do ato de “está” é marcada pelo tempo do presente do indicativo, que não caracteriza uma atitude do falante em relação ao passado, visto que é um ponto do fato presente, que se estende mais para um tempo do “aqui” e “agora”. De fato, muito perto de quem fala e do acontecimento descrito, assim, os três momentos são considerados simultâneos MR, MF, ME.

No sistema de representações de Reichenbach, as vírgulas significam simultaneidade e traços representam precedência ou anterioridade temporal, a sequência MF, MR, ME significa simultaneidade de momentos e, a sequência MR – MF – ME significa que o *momento de referência* é anterior ao *momento de fala* e este ao *momento do evento*.

3.1.3.2 A representação do pretérito

Com relação às três formas do pretérito, o perfeito, o imperfeito e o mais-que-perfeito, Corôa (2005, p. 49) estabelece três possibilidades para a manifestação do tempo, que refletem realidades de ações, atividades e processos percebidos como reais pelo falante, mas realizados no passado. Dentro dos tempos do pretérito, o *momento de referência*, MR, é o que está mais delimitado, pois recobre apenas o ponto de referência do passado, restando estabelecer as distinções entre o *momento de fala*, MF, e o *momento do evento*, ME.

No pretérito perfeito, tem-se a referência do “atual”, pois é o resultado perfeito, muitas vezes, segundo Corôa (2005), mais importante que o próprio evento. Além do resultado temporal, há também a noção de resultado do evento, como fatos consumados em oposição a uma mera pressuposição não comprometida com o resultado do evento, ou seja, tem-se com o pretérito perfeito a certeza de que algo de fato aconteceu. Nesta designação, “tempo e aspecto” estão muito relacionados e o pretérito perfeito faz deste *tempo* um passado visto no momento atual, e o evento narrado, visto como posterior, fica delimitado. Dessa forma, a referência temporal transmitida pelo falante para o ouvinte está ligada ao momento da enunciação, designando ME – MR, MF (CORÔA, 2005, p.53). Assim o *momento de referência* MR é simultâneo ao *momento de fala* MF e estes dois, por sua vez, são posteriores ao *momento do evento* ME.

No pretérito imperfeito, o *momento do evento*, ME, tem sua designação no passado, é uma representação de algo ocorrendo no passado e visto a partir de um referencial do passado, porém, a manifestação do tempo não é limitada no pretérito imperfeito e não limita o evento transcorrendo somente no passado, ou seja, não acaba no MF *momento da fala*, como no caso acima mencionado, com o pretérito perfeito. No exemplo de “Carlinhos trabalhava no IBC” (CORÔA, 2005, p.51), não implica o cessamento do evento e muito menos “diz” que Carlinhos não trabalha mais no IBC, ou seja, Carlinhos pode estar trabalhando no IBC até hoje. Dessa forma, o imperfeito é representado por ME, MR – MF. O que isso indica é que,

ao fundamentar a simultaneidade de ME, *momento do evento*, e o MR, *momento de referência*, a autora está ligando o “tempo psicológico” em que o ME e MR fazem na perspectiva temporal com o que falante transmite ao ouvinte. Assim, algo que se iniciou no passado pode transcorrer tranquilamente até o presente. O *momento de fala*, MF, é posterior ao MR e ME e, é, justamente, o falante que se coloca na perspectiva também de passado para contemplar o evento na sua ocorrência.

O pretérito mais-que-perfeito é, em verdade, conforme Corôa (2005, p.50), o tempo que representa uma grande dificuldade de interpretação semântica e materialização no discurso, pois se restringe aos usos das obras de literatura, aos estilos muito formais e aos cuidados de pouquíssimos contextos da expressão oral. Entretanto, na investigação de Corôa (2005), a estrutura que melhor o representa, seria ME – MR – MF, ou seja, o *momento do evento* ME precede o *momento da fala* MF e este precede o *momento da referência* MR. Isso ocorre porque o ME, *momento do evento*, é o passado remoto designado pelo morfema (-ra) das gramáticas tradicionais, como, por exemplo, “João escrevera a carta, quando ele telefonou”, ou, pelas formas compostas, como, por exemplo, “João tinha escrito a carta, quando ele telefonou” (CORÔA, 2005, p.49). O evento de “escrever a carta” precede não só o MF, *momento da fala*, como o outro, “telefonar”, uma vez que o ato de escrever a carta já está num passado anterior em relação a um passado (MR) que já é considerado concluído.

3.1.3.3 A representação do futuro

Com o futuro, no português, temos duas formas gramaticais, o futuro do pretérito e o futuro do presente. Com relação ao futuro do presente, o exemplo dado pela autora é: “O garoto virá mais cedo” (CORÔA, 2005, p.57), cuja representação seria MF, MR - ME. Esta representação expressa um evento que se realiza em um tempo diferente do MF, *momento de fala*. Neste caso, é um tempo que virá, visto do ponto de visto do MF, e, de maneira paralela, o evento não está ocorrendo. O *momento de referência*, MR, é simultâneo ao *momento de fala*, MF, ou seja, ambos são simultâneos e precedem o *momento do evento*, ME, porque é um fato que semanticamente não aconteceu.

O futuro do pretérito é representado pela fórmula MR – MF – ME, no exemplo dado pela autora, “O garoto viria mais cedo” (CORÔA, 2005, p.57), o evento não ocorreu e era previsto em um tempo depois do MF, *momento da fala*, ou seja, a vinda do garoto foi vista

como futura em algum momento, que é posterior ao MF. Dessa forma, o MR, *momento de referência*, precede ao MF e o ME precedente a ambos (MR e MF), pois uma realização futura anterior, que não se liga ao MF e nem ao MR, serve para marcar um fato que ainda não aconteceu em um tempo passado, compreendido como pressuposto.

Em suma, esta seria uma breve explanação do quadro da temporalidade da língua portuguesa no modo indicativo. Alguns exemplos foram retirados e explicados em conformidade com os dados de Corôa (2005). No entanto, não foram encontrados, nos nossos dados, exemplos da modalidade escrita e falada que cobrissem todas as possibilidades de ocorrência dos três momentos em todas as seis classificações verbais (uma do presente, três do pretérito e duas do futuro), principalmente, casos com o tempo do pretérito mais-que-perfeito.

Por fim, a forma como Reichenbach, citado por Corôa (2005), sistematizou as relações de temporalidade, apesar da complexa tricotomia apresentada, para os fins de nosso trabalho, a teoria se torna adequada. Consideramos que, para descrever o tempo dos verbos *poder* e *dever*, uma relação perifrástica é distinta tanto sintática como semanticamente de uma estrutura verbal com verbos simples. Dessa maneira, analisar a manifestação perifrástica sob a ótica de Reichenbach seria a mais pertinente, pois o autor integra três eixos que são inerentes à configuração verbal, a saber: o eixo do acontecido (do fato), o eixo da referência (cronológico) e o eixo da enunciação (do falante), que correspondem, respectivamente, aos já mencionados ME, MR e MF.

Com base nestas três realizações, mostraremos, na parte de discussão dos dados, como as perífrases verbais com *poder* e *dever* são configuradas. De início, podemos dizer que a marca da temporalidade nunca será a do verbo principal, uma vez que, em língua portuguesa, verbos na forma infinitiva não expressam qualquer tipo de relação temporal, tendo o verbo auxiliar, portanto, a incumbência de cumprir essa função.

Cada representação da temporalidade, será útil para determinarmos não apenas as relações de temporalidade da língua, mas também para mostrarmos que, diante de uma perífrase verbal, a interpretação do tempo não é tão limitada como as colocações de Corôa (2005), principalmente, com os verbos *poder* e *dever*, conforme será visto nos capítulos que se seguem.

3.2 Aspecto Verbal

Nesta parte do trabalho, apresentaremos a categoria do aspecto verbal. Na primeira parte, definiremos o que é o aspecto verbal, para, logo após, nas duas próximas seções, delimitarmos algumas reflexões sobre a perfectividade / imperfectividade e, na sequência, telicidade e atelicidade. Por fim, mostraremos algumas reflexões sobre o modo como os adjuntos circunstanciais podem alternar a propriedade do aspecto.

3.2.1 Aspectualidade

O aspecto verbal, em linguística, é uma das categorias gramaticais mais complexas, dentro de uma análise dos eventos verbais, sendo considerado, junto com a temporalidade e a modalização, um terreno arenoso de descrição gramatical para a linguística moderna. O termo “aspecto” é usado, muitas vezes, sobre o rótulo de *Aktionsart*, palavra de origem germânica utilizada pelo linguista Curtius (*apud* Almeida, 1978), que significa a ação expressa pelo verbo. Apesar das divergências e das convergências empregadas pela terminologia, a noção básica do aspecto será aquela explicitada por Travaglia (1994):

Aspecto é uma categoria verbal de TEMPO, não dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da realização da situação. (TRAVAGLIA, 1994, p.53)

Travaglia (1994) define o aspecto como uma expressão da duração interna de um evento, assim como fez Comrie (1976), ao dizer que o aspecto é a constituição da duração interna da situação descrita. No caso do português, haveria uma diferença entre orações do tipo:

 Maria cantou no teatro. [cn]
 Maria cantava no teatro. [cn]

Com relação aos tempos verbais, não há diferença entre os pretéritos, uma vez que ambos trazem a informação de passado, *cantou* e *cantava*. O problema está na forma como os

fatos são apresentados, ou seja, são interpretados de maneiras diferentes. Enquanto o pretérito perfeito marca um evento acabado, o imperfeito marca o mesmo evento, mudando seu ponto de vista, tornando-o inacabado ou em andamento, ou seja, Maria ainda “canta” ou está “cantando” no teatro. Assim, as duas sentenças são realizações aspectuais diferentes, mas não necessariamente de diferenciações expressivas do tempo passado, uma vez que algo do passado é um fato realizado ou entendido como situado, necessariamente, anterior ao presente.

Esses dois exemplos mencionados dizem respeito ao sistema aspectual do verbo. No primeiro caso, denomina-se o aspecto perfectivo e, no segundo, o imperfectivo. Apesar de haver uma informação temporal marcada pelas desinências verbais *-ou* e *-ava*, é preciso distinguir tempo de aspecto, apesar de serem classes muito intrincadas.

Em 1960, o alemão Karl-Heinz Kloppel, apoiando-se na classificação aspectual, não usou mais o termo *Aspekt*, empregando apenas *Aktionsart* ou simplesmente “Aspecto” para definir toda a realização aspectual e o modo da ação verbal (ALMEIDA, 1978, p. 34).

Dessa maneira, diferentemente da noção de tempo, aspecto ganhou uma formulação teórica que o delimita. O tempo é uma categoria dêitica que marca um ponto no espaço cronológico, relacionando-se à anterioridade, à simultaneidade e à posterioridade. O aspecto, por sua vez, não tem nenhum comprometimento com relação a qualquer ponto determinado no tempo cronológico, devido à sua não vinculação à situação da fala, pois está ligado à duração interna do evento para marcar sua conclusão ou seu desenvolvimento.

Conforme Castilho (2002), o tempo pode pressupor o aspecto, mas o aspecto não pressupõe o tempo, uma vez que o aspecto não tem a referência de apontar uma localização cronológica de algo que é anterior (passado), simultâneo (presente) ou posterior (futuro).

Mesmo que o aspecto seja alvo de vários estudos e pesquisas em várias partes do mundo, a categoria, em si, apresenta muitas interpretações, de acordo com os diferentes autores que a estudam, como nos aponta Godoi (1992).

Em sua tese, Godoi (1992) demonstra que o aspecto é abordado sob diferentes ângulos dentro da teoria linguística, da filosofia lógica e da matemática. Entretanto, não serão discutidos, em nosso trabalho, os problemas relatados pela autora. Essa decisão é decorrente de duas posições: primeiramente, não é o foco de nossa pesquisa fomentar os problemas epistemológicos do aspecto, o que poderia ocasionar uma argumentação que pode tornar o trabalho mais oneroso; em segundo lugar, a dissertação não é um estudo sobre o aspecto verbal com suas diferentes formas de interpretação, e sim, uma descrição dos verbos modais

dever e *poder* gramaticalizados e não gramaticalizados. O aspecto é, apenas, uma das categorias gramaticais presentes nos processos verbais inerentes à formação de perífrases.

Dessa forma, com o desenvolvimento de algumas reflexões sobre os “modos da ação verbal”, podemos dizer que o aspecto recebeu um tratamento linguístico que o separou em dois níveis, de acordo com a maneira que o usuário da língua representa o desenvolvimento da ação. O maior problema da pesquisa do aspecto é a dicotomia feita pelos alemães entre *Aspekt* e *Aktionsart*. Segundo Almeida (1978) e Barroso (2006), o primeiro termo marca, de um lado, a perfectividade / imperfectividade e o segundo, do outro, marca a manifestação télica / atélica.

Ambas as relações estão indissociavelmente relacionadas, visto que, de acordo com Almeida (1978), a primeira, *Aspekt*, foi denominada de *aspecto gramatical* e a segunda, *Aktionsart*, de *aspecto lexical*. Dessa forma, o aspecto verbal é uma categoria gramatical não dêitica que indica os graus de desenvolvimento de um processo verbal, e que pode ser dividida em duas classes: a categoria objetiva, o *aspecto gramatical*, que diz respeito ao desenvolvimento global da situação (perfectivo/imperfectivo), e a outra, a categoria subjetiva, o *aspecto lexical*, concernente à maneira pela qual a ação tem um lugar determinado durante uma situação específica, dentro da natureza lexical do verbo (telicidade/atelicidade) (ALMEIDA, 1978, p.31).

Apesar de parecer confusa a designação de categoria objetiva e subjetiva, e mesmo não ocupando uma matéria pacífica na terminologia linguística, elas são necessárias, conforme os exemplos que apresentaremos a seguir, porque o *Aspekt* e *Aktionsart* se justificam por caracterizar o evento ocupando um lugar determinado dentro de um ponto de vista sobre um estado de coisas, ou seja, marcam o intervalo de duração da ação verbal.

O problema do aspecto está justamente nesse “ponto de vista”, uma vez que o usuário da língua não fala por meio de meras orações simples, mas, sim, por grandes articulações de sentenças em contextos muito determinados, com objetivos, muitas vezes, bem delimitados. O aspecto apresenta, dessa forma, uma descrição difusa, pois não se restringe unicamente a limitar a duração ocasionada por um verbo em uma sentença, mas, por interpretar a duração de um evento na composição de outros verbos (auxiliares ou plenos), adjuntos e complementos, que podem ocupar relações várias, alternando-se mutuamente ou realçando, modificando, ou intensificando a duração de uma ação verbal, de acordo com a intenção do falante.

Para tentar estabelecer, pelo menos, algumas características e definições dessas duas classes, procederemos à explicação do aspecto gramatical e do aspecto lexical, nas duas

seções a seguir. Isso é necessário, pois consideramos importantes tais informações para nossa pesquisa e, também, porque ambas fazem parte das relações que o Aspecto Verbal estabelece na formação de perífrases verbais, que, a nosso ver, são pertinentes para análises da descrição dos verbos gramaticalizados *poder e dever*.

3.2.1.1 Perfectividade e imperfectividade

A perfectividade exprime uma situação objetiva, representando um evento que se completou, sem nenhuma subdivisão sucessiva na fase temporal, como em “João leu o livro [cn]”, denotando uma situação completa em que se observa nitidamente o início, o meio e o fim da leitura de João. Desta forma, como afirma Comrie (1976), a noção de “completamento” de uma situação é crucial para a distinção do aspecto, pois define que uma determinada situação foi concluída. A situação, então, tem todos os subintervalos do tempo encerrados, o que representa uma visão global do evento.

É possível caracterizar o perfectividade, também, como um todo inalisável, com começo, meio e fim englobados juntos (TRAVAGLIA, 1994). Os exemplos a seguir representam verbos com aspecto perfectivo.

Antônio ouviu música o dia todo. (TRAVAGLIA, 1994, p. 96).

Pedro pulara o muro com facilidade. (TRAVAGLIA, 1994, p. 96).

Eu estive doente, por isso faltei a duas aulas. (TRAVAGLIA, 1994, p. 96).

Já o aspecto imperfectivo é caracterizado por apresentar uma visão da situação como incompleta, imperfeita, inacabada, em andamento, em termos da fase do desenvolvimento de uma situação em relação à predicação. Isso equivale a dizer que o aspecto imperfectivo representa um desenvolvimento verbal inconcluso, em que a visão de dentro não enfoca o seu todo como encerrado. Vejam-se os exemplos propostos por Travaglia (1994):

Estou escrevendo há dias e começo a sentir-me fatigado. (TRAVAGLIA, 1994, p. 98).

A competição iniciava-se naquele instante. (TRAVAGLIA, 1994, p. 98).

Seus atos vêm escandalizando a todos. (TRAVAGLIA, 1994, p. 98).

A mistura ia endurecendo lentamente. (TRAVAGLIA, 1994, p. 98).

Em todos os exemplos mencionados, podemos vislumbrar como é caracterizada a imperfectividade, uma vez que não existe uma interpretação do evento concluído, expresso pelo verbo, ou seja, o acontecimento não foi encerrado. Nesses exemplos, a ação desencadeada pelo verbo está em continuidade, em andamento.

Com relação aos adjuntos de tempo, quando uma frase do aspecto perfectivo recebe um adjunto adverbial de tempo que indica um período de tempo mais prolongado, a frase é aceita como um sentido de mais duração, como, por exemplo, “Maria olhou as fotos durante várias horas [cn]”. Dessa forma, além da noção de completude da ação verbal, alguns adjuntos têm a propriedade de tornar o aspecto perfectivo um evento mais prolongado, alternando a ação verbal de perfectiva para imperfectiva. O contrário também pode ser observado no português, ou seja, um aspecto imperfectivo tornando-se perfectivo, como, por exemplo, “Maria devia estudar agora! [cn]”. A atuação do desempenho de Maria em “estudar” é entendida como uma ação quase imediata, portanto, mais perfectiva.

É justamente por isso que não se pode confundir tempo verbal e aspecto verbal, pois, dependendo dos complementos circunstanciais que compõem a sentença, a noção de perfectividade e imperfectividade não será a mesma dos morfemas flexionais.

(1) Papai acordava às cinco horas. (TRAVAGLIA, 1994, p. 99).

(2) Mamãe dormia até às sete horas. (TRAVAGLIA, 1994, p. 99).

(3) Ricardo caminhou meia hora. (TRAVAGLIA, 1994, p. 99).

Nos três exemplos, a adjunção de advérbio temporal faz com que o período do tempo reelabore uma construção que vai um pouco mais além do que uma mera ação de aspecto imperfectivo, ou seja, a ação torna-se repetitiva, nos casos (1) e (2), ou como uma ação mais durativa, que demorou mais alguns instantes, no caso (3). Isso se relaciona a um tipo de análise que não será desenvolvida na nossa investigação, pois o aspecto repetitivo e o aspecto durativo dizem respeito, segundo Travaglia (1994), às *fases de desenvolvimento dos modos da ação verbal*.

Essas fases correspondem a um refinamento com mais detalhes da maneira como é a duração de um evento. Assim, o que vai designar, por exemplo, o aspecto perfectivo durativo, seriam casos como, “Antônio ouviu música o dia todo” (TRAVAGLIA, 1994, p. 96), e, com relação ao aspecto perfectivo terminativo, teríamos exemplos como, “Terminam as aulas na sexta-feira, graças a Deus.” [ci].

Na obra de Travaglia (1994), são apresentados muitos exemplos sobre a realização entre os distintos elementos verbais em diferentes orações, ora com verbos na forma plena,

ora com auxiliares. Entretanto, nossa pesquisa não é uma análise de várias tipologias dos aspectos em diferentes perífrases verbais. O que fizemos foi restringir a proposta teórica apenas para analisarmos os verbos *poder* e *dever*, os quais serão estudados mais detalhadamente posteriormente.

3.2.1.2 Telicidade e atelicidade

Na natureza composicional de verbos, percebemos que existem características semânticas que os diferenciam. Com relação ao aspecto, casos em que se identificam verbos que, necessariamente, acarretam uma imediatez de um evento verbal ou que apresentam um sentido de ação totalizada da predicação verbal, são denominados de natureza *télica*. Dessa forma, conforme Comrie (1976), a classificação do aspecto lexical se vincula muito com o aspecto gramatical, mas diferenciando-se deste por ter um laço inerente à natureza interna do verbo, ou seja, o aspecto lexical *télico* é analisável como uma totalidade em que é observado um todo, com começo, meio e fim, configurado na natureza interna da expressão verbal, como, por exemplo, em “João chegou” [cn]. Neste caso, percebe-se todo o ato de *chegar*, desde seu início até o fim, como algo natural, referindo-se a uma situação iniciada e encerrada dentro do item lexical.

A situação do evento, nesses termos, é considerada concluída em sua totalidade, com intervalos de tempo muito sutis. Dessa maneira, situamos o verbo *télico*, cuja natureza interna força a compreensão de um encerramento do evento, como, por exemplo, “João caiu no chão.” [cn], “João chegou na sala com cara feia.” [cn], “João saiu da sala.” [cn]. Os eventos interpretados como imediatos podem ser caracterizados pelos verbos *télicos*, pois existe uma visão global de um acontecimento. Os verbos que, normalmente, contribuem para essa semântica são: *sair, cair, chegar, tropejar, quebrar, rasgar, ligar, apagar, bater, furar, etc.*

Há casos, também, em que os eventos da ação não podem ser interrompidos, como, por exemplo, “João está fazendo uma cadeira” (COMRIE, 1976, p. 44). O que seria diferente de analisar “João está cantando”, pois, se o João interrompe o ato de “fazer cadeira” (*make a chair*), não teremos, necessariamente, uma cadeira, porém, se o João interrompe o ato de “cantar” (*sing*), compreenderemos que João, necessariamente, cantou. Essa distinção de uma

ação em sua completude, designada pela natureza do item lexical, marca a atelicidade de “fazer cadeira”, e a telicidade de “cantar”.

Com verbos *atélicos*, os eventos que indicam uma ação apresentam intervalos de tempos mais prolongados, com um fim que não é necessário, como, por exemplo, “Vivem dizendo por aí que a Dilma vai ganhar as eleições.” [cn], “Daniel penteia o cabelo.” [cn]. Esses exemplos categorizam o aspecto lexical do verbo atélico, por abordar a natureza semântica da extensão verbal em que existe uma duração interna, para um evento mais durável, perante a percepção. Os verbos denominados atélicos, com relação às ações mais duráveis, são: *pentear, comer, correr, lavar, costurar, cozinhar, estudar, rabiscar, moldar, construir, andar*.

O atélico se caracteriza, também, como uma situação, normalmente, em fases de desenvolvimento, enfocando-se não o sentido de um todo imediato, mas podendo expressar um processo demorado, ou que não demande uma conclusão imanente, como, por exemplo, “Estou escrevendo uma carta.” [cn], “Joaquina fazia o almoço às 10 horas.” [cn].

Comrie (1976) afirma que a categoria do aspecto lexical atélico pode ser considerada como dependente da referência temporal de duração, já que a ação mais prolongada de um ato é inerente ao verbo. O autor percebe que, com verbos atélicos, o desenvolvimento da ação compreende uma maior quantidade de tempo. Ou seja, a ação de “escrever carta”, “fazer almoço” demanda mais intervalos de tempo do que “cair no chão”, “quebrar a janela”, “rasgar o jornal”, “bater na mesa”, etc.

Assim, de acordo com Comrie (1976), o *aspecto* apresenta uma divisão de propriedades aspectuais que o situa em duas classes, o aspecto léxico-semântico e o aspecto gramatical. Os dois domínios não se confundem, de modo geral, uma vez que o aspecto lexical diz respeito a uma característica semântica do verbo, daí localizamos a oposição em aspecto télico *versus* aspecto atélico. Por outro lado, o aspecto gramatical é comumente caracterizado pelo completamento da ação verbal, o que acarreta a distinção do aspecto perfectivo e do aspecto imperfectivo.

Esses domínios interagem mutuamente no tratamento da localização da duração de uma eventualidade, apesar de o tratamento linguístico dado por essas oposições ser uma postura teórica, marcada pelos traços [+] ou [-] duráveis, para diferenciar verbos como *cair* e *pentear*. No primeiro caso, *cair* seria marcado o aspecto [-] durável por causa da percepção existente na relação imediata do evento verbal. Ou seja, existe um início, um meio e um fim do desenvolvimento semântico, que é percebido pelo próprio item lexical. Assim, o falante e ouvinte reconhecem um evento do processo verbal que ocorre como um todo. Desta forma,

orações com advérbios temporais com duração prolongada são inacessíveis, por exemplo, em, “*Maria caiu no chão por duas horas²¹” [cn]. Já no segundo caso, o verbo *pentear* marca o aspecto [+] durável, visto por uma contiguidade duradoura do tempo, podendo ser adicionados advérbios de duração prolongada, como, por exemplo, “Maria penteou o cabelo por duas horas.” [cn]. Nos exemplos citados, o primeiro verbo, *cair*, seria considerado um verbo de aspecto perfectivo e o segundo, *pentear*, de aspecto imperfectivo.

A relação de perfectividade e imperfectividade não é sempre rígida. Nos exemplos apresentados, o verbo perfectivo pode apresentar uma relação imperfectiva e vice-versa. No caso de *cair*, poderemos ter “A bolsa de valores está caindo continuamente nestes dias.” [cn] e, com *pentear*, podemos obter exemplos como, “Maria penteou o cabelo de um lance só.” [cn]. Os verbos das duas sentenças podem ser utilizados de formas diversas, o que proporciona uma análise aspectual um tanto complexa.

A mesma observação pode ser feita com relação à telicidade e à atelicidade, um verbo télico pode ser empregado de maneira atélica e vice-versa. Um exemplo desse tipo ocorre com o verbo “construir” que é télico em sentenças do tipo “Maria construiu a casa.” [cn] e atélico em sentenças como “Maria está construindo aos poucos sua casinha.” [cn]. Entretanto, como a proposta desta seção é apenas apresentar um esboço teórico breve, não serão demonstrados exemplos que dificultem a compreensão do processo aspectual e, muito menos, exemplos contraditórios sobre as relações aspectuais, uma vez que esta parte do trabalho tem natureza apenas norteadora.

3.2.1.3 Interação dos complementos circunstanciais

A informação originária da natureza aspectual das orações, muitas vezes, toma dimensões que podem ir além do item verbal isoladamente, envolvendo informações semânticas dos adjuntos circunstanciais, os complementos adverbiais. Dessa forma, atribuir a classificação do aspecto somente pela propriedade do verbo torna o fenômeno e a descrição do aspecto em si, algo incompleto, por vezes até incoerente, pois, a partir de inclusões de advérbios, as propriedades do aspecto podem ser alteradas. Isso é comprovado com sentenças

²¹ O asterisco se refere a uma construção da língua portuguesa que é agramatical, i.e, uma estrutura que não segue as regras do sistema linguístico dos falantes da língua.

do tipo “João quase caiu”, em que o verbo *cair*, de natureza perfectiva, torna-se um imperfectivo devido ao modificador “quase”, que altera sua propriedade aspectual.

Mesmo sabendo-se que o aspecto gramatical (perfectivo/imperfectivo) envolve distinções semânticas que são codificadas através da constituição interna de uma ação, o caráter composicional do aspecto é influenciado pela natureza semântica dos adjuntos adverbiais, segundo o estudo de alguns linguistas, tais como Castilho (2002), Ilari (2002) e Barroso (2006).

Castilho (2002), ao analisar sentenças com aspecto imperfectivo e seus argumentos, percebeu que são alterados os aspectos do verbo, devido ao uso de determinados argumentos. O autor cita o caso de “o jornalista entrevistou uma artista famosa”, em que o verbo *entrevistar* marca um aspecto perfectivo. Já em “cada jornalista entrevistou uma artista famosa” dará lugar a interpretação de que há várias artistas para vários jornalistas, apenas pela inserção do advérbio “cada” na sentença. Tem-se, portanto, dois fenômenos ocorrendo por causa da inclusão de “cada”. Ou seja, ocorre uma mudança de um SN jornalista, quantificado como mais de um, designando a repetição da ação de entrevistar.

Os argumentos que fazem parte da sentença, desta forma, servem de igual importância para a composição do aspecto obtido. Tais argumentos foram pesquisados também por Ilari (2002) que definiu os elementos que alteram o aspecto, como uma classe de advérbios que tem a propriedade particular de restringir ou coocorrer com a categoria do aspecto.

Os aspectualizadores são um tipo determinado de adjuntos que se envolvem com aspectos para destacar ou delimitar suas propriedades. Como exemplo, o autor aponta para casos de aspectos perfectivos, que não implicam fases de desenvolvimento, ou duração interna em andamento. Ou seja, devido à restrição do verbo, advérbios que denotam duração podem ser bloqueados como em “(?) Recentemente, havia um grande festival de música popular em Campinas”, que seria uma sentença estranha, segundo Ilari (2002, p. 142), uma vez que *havia*, esquematicamente, envolve uma leitura dêitica que remete ao passado e, *recentemente* envolve uma leitura da atualidade ou do momento. Não somente o aspecto imperfectivo faria da sentença algo inusitado, como também o tempo verbal do pretérito imperfeito da flexão verbal traria a mesma leitura incomum.

Para explicar a interação dos adjuntos com os aspectos verbais, Ilari (2002) explica que um substantivo isolado que indicia um evento isolado ou um estado de coisas duráveis pode contribuir para o adjunto de qualificação genérica como em “Existe uma demanda *muito grande atualmente em relação aos respectivos sindicatos*” (ILARI, 2002, p. 176). Não somente este caso é previsto como restrito, mas também adjuntos que sinalizam um momento

pontual são incompatíveis com imperfectivos, do tipo “*Naquele ano havia *muitos atropelamentos*”. O autor mostra que a agramaticalidade ocorre porque o adjunto temporal é um determinante específico ou número contável, que não pode coocorrer com aspectos que indiciam duração do evento, sendo mais adequado dizer “Naquele ano houve *muitos atropelamentos*”.

Como esta seção é de natureza apenas explanatória, não serão apresentados os profundos problemas envolvidos sobre o assunto da interação dos advérbios com o aspecto, pois isso demandaria outra pesquisa à parte. No momento, serão apresentados somente alguns casos em que alguns tipos de advérbios têm influência sobre a classificação aspectual da sentença.

Podemos dizer, sumariamente, que o aspecto lexical restringe a manifestação de alguns argumentos, em vez de modificar o aspecto como nos exemplos citados anteriormente. O aspecto télico, que se relaciona com eventos instantâneos, não permite a adjunção de complementos com durabilidade menos instantânea. Por este motivo, “*a bomba estourou por um dia/um mês.” [cn], “*Maria chegou na portaria durante 5 minutos.” [cn] e “*a porta bateu em 5 dias.” [cn] são orações consideradas agramaticais, porque o télico não possibilita a inserção de um complemento que tenha natureza progressiva ou em andamento, já que ele próprio, o télico, representa lexicalmente uma ação rápida, imediata e que tende a uma conclusão.

O aspecto é uma categoria da gramática dos verbos que, segundo Almeida (1978), apresenta uma natureza essencialmente composicional, uma vez que interagem diversos elementos que estruturam sua composição, a saber:

- (a) a qualidade do item lexical – télico/atélico;
- (b) a completude ou não da sentença – perfectivos/imperfectivos e;
- (c) a combinação de argumentos adverbiais.

A interpretação semântica do evento e de sua duração, com relação ao aspecto, implica, portanto, a execução de diferentes elementos na sentença, o que torna sua análise bastante complexa, porém, não necessariamente impossível.

O “Aktionsart” do verbo opõe os verbos entre formas perfectivas e imperfectivas, sendo as primeiras compreendidas como eventos únicos, com duração limitada, e as segundas codificam não duráveis, em andamento ou desenvolvimento, como já foi dito. Mas, de acordo com Barroso (2006), a categoria do aspecto deve dar conta de um conjunto de especialidades que recaem sobre sua definição, sejam elas: (i) dar conta da tipologia da duração de um estado

de coisas, (ii) descrever os estágios do tempo do desenvolvimento da ação e (iii) identificar as fases do desenvolvimento da ação, indicando seu início, o meio ou o final.

Dessa maneira, podemos perceber mais nitidamente uma visão integradora, relacionada com a combinação entre os adjuntos circunstanciais, como no exemplo “O animal morreu pouco a pouco”, visto que, apesar de o verbo *morrer* ser naturalmente um perfectivo, neste caso, ele está sendo usado na forma imperfectiva, ou seja, a ação está em andamento e não chegou a uma conclusão.

A mesma mudança de relações pode ser vista na mudança do aspecto lexical, ou seja, em vez de ser classificado um verbo como télico, devido à realização instantânea inerente ao ato de *morrer*, o argumento *pouco a pouco* altera suas propriedades aspectuais, alternando o tratamento *télico* para uma compreensão mais *atélica*, ou seja, ação de *morrer* mais prolongada.

Por fim, para relacionarmos essas discussões à gramaticalização dos verbos *poder* e *dever*, é bom salientar que, quando um verbo pleno se gramaticaliza, o verbo principal de perífrases com infinitivo não desempenha a função de tempo e aspecto, ocupando, portanto, o verbo auxiliar, a função do desenvolvimento do aspecto verbal.

A descrição do aspecto lexical e do aspecto gramatical, dessa forma, apresentada nesta seção, servirá para descobrirmos quais são os aspectos inerentes às *perífrases verbais* com *poder* e *dever*, tanto no nível da perfectividade e imperfectividade quanto em relação às noções de telicidade e atelicidade. Ao fazer isso, pretendemos mostrar um breve panorama do aspecto das perífrases verbais e, simultaneamente, tentar descrever o que Traugott & Hopper (1993) e Heine & Kuteva (2007) argumentam sobre o “alargamento” dos significados dos verbos e construções que sofreram alteração de sentidos devido à gramaticalização. Esse alargamento, a nosso ver, ocorre pela extensão dos significados (re)elaborados, que tanto o tempo, quanto o aspecto tendem a desenvolver nas formas gramaticalizadas.

3.3 Modalização

Nas seções que se seguem, apresentaremos a distinção feita entre o conceito de modalidade e *modalização*, conforme Castilho & Castilho (2002) e Neves (2002), para, em seguida, definirmos a conceituação de *modalização*. Na última parte, serão demonstradas as

três tipologias da modalização que estão mais relacionadas com os verbos modais *poder* e *dever*, a saber: a epistêmica, a deôntica e a dinâmica.

3.3.1 *Distinção entre modalidade e modalização*

Embora não sejam totalmente claras as diferentes formas da manifestação da modalização e mesmo reconhecendo que a formação de como o julgamento do falante se manifesta não ser uma obra tão fácil de ser descrita, Castilho & Castilho (2002) e Neves (2002) explicam que os recursos linguísticos, que manifestam a expressão da modalização, podem ser originários, da prosódia, dos modos verbais (indicativo ou subjuntivo), dos verbos auxiliares (dever, poder, querer), dos adjetivos (é possível, é claro, é desejável), dos advérbios (possivelmente, exatamente, obviamente), dos sintagmas preposicionais (na verdade, em realidade, com certeza, de fato), etc. Dessa forma, tendo um papel efetivamente subjetivo na enunciação, a natureza semântica da modalização é influenciada não apenas pelas diferentes formas linguísticas mencionadas, mas também do lugar, do como, para quem, e de que o falante fala, para expressar seus pensamentos e as intenções sobre as pessoas e a comunidade linguística que o cerca.

Castilho & Castilho (2002) ainda advertem que as formas linguísticas também podem instituir uma avaliação prévia do falante, caracterizada pela subjetividade, sobre o conteúdo proposicional, transmitindo, portanto, os sentidos das intenções de *ordenar*, *permitir*, *obrigar*, *desejar*, *possibilitar*, *sugerir*, etc.

Contudo, antes de iniciarmos uma breve descrição sobre os principais tipos de modalização que serão o alvo desta pesquisa, convém definirmos a distinção das terminologias modalidade e modalização. Primeiramente, a *modalidade* se diferencia de tempo gramatical, de tempo cronológico e de aspecto verbal, por não ser uma característica ligada ao evento em si, mas ao *status* da proposição (PALMER, 2001). Assim, em uma abordagem sobre a modalidade, é verdadeiro que há sempre uma manifestação do *modo* em uma proposição, independentemente de o falante estar ou não consciente dela.

Para explicar mais efetivamente o que vem a ser *modo* e *modalização*, precisamos entender os conceitos de *realis* e *irrealis* das expressões linguísticas. Neves (2006) e Castilho & Castilho (2002) definem *realis* e *irrealis* como sendo as formas com que o falante expressa um determinado tipo de declaração. *Realis* descreve, conforme esses autores, uma situação

atualizada, interpretada e entendida como real, ou um acontecimento que é reconhecível através da percepção, como um fato totalmente verdadeiro, certo e com o maior grau de exatidão. Já a *irrealis* descreve uma situação como pensada, imaginada, hipotética ou pressuposta, conhecida em um conjunto de fatos ou eventos presumíveis ou prováveis.

Não há dúvidas, para os autores, que a distinção de *realis* e *irrealis* permite oferecer uma noção que determina distintas características gramaticais da proposição, ou seja, a *realis* serve para identificar a modalidade indicativa, ou modo Indicativo, e a *irrealis* serve para marcar a modalidade subjuntiva, ou modo Subjuntivo.

Realis (modo Indicativo) e *irrealis* (modo Subjuntivo) constituem, de acordo com a afirmação de Palmer (2001), duas recorrências imediatas da enunciação em que o falante sempre vai pronunciar, seja um modo gramatical da *realis*, seja um da *irrealis*, em suas proposições.

Basicamente, são estes os dois caminhos que diferenciam a *modalidade* e a *modalização*, visto que a *modalidade*, ou simplesmente *modo*, estabelece um tratamento gramatical da declaração do falante, a qual pode ser entendida como um fato certo do conhecido, o *modo Indicativo*; e o fato incerto estaria ligado à suposição ou à dúvida, o *modo Subjuntivo*. Tipicamente, conforme Palmer (2001), uma cláusula vai apresentar um destes dois eixos, apesar de que ainda há muito que se refletir sobre a atual nomenclatura linguística, principalmente, no que diz respeito ao denominado *modo Imperativo*, uma vez que este modo não incorpora nem o campo do *realis*, nem o do *irrealis*.

A categoria da *modalização*, nesta pesquisa, é apresentada como algo diferente dos tipos de *modalidade* (do *realis* e do *irrealis*), uma vez que, no sistema da *modalização*, podem ocorrer os dois eixos indistintamente seja no *modo Indicativo*, seja no *modo Subjuntivo*. Isso significa dizer que, *realis* e *irrealis* não estabelecem qualquer tipo de grau de *modalização* de uma sentença ou, simplesmente, não diferenciam as distintas realizações da *possibilidade*, da *probabilidade*, da *necessidade* e da *capacidade* da proposição. Exemplos com verbos modais do tipo: “Kate *pode* estar em casa.” [stv] ou “Espero que Kate *possa* estar em casa.” [stv adaptada], apesar de marcarem um fato relacionado ao julgamento da hipótese do falante, necessariamente uma *possibilidade*, ambas as sentenças, uma no *modo Indicativo*, e a outra no *Subjuntivo*, não dizem nada a respeito da modalização da *possibilidade*, tornando-se, assim, a distinção das duas esferas, *modalidade* e *modalização*, necessária.

Desta forma, de acordo com as constatações de Palmer (2001) sobre os *modos*, iremos distinguir, a partir deste ponto, as duas correntes do sistema modal. De um lado, com as relações gramaticais, a *modalidade* será compreendida como integrante do sistema gramatical

das sentenças, referindo-se aos modos verbais do *Indicativo* e do *Subjuntivo*, e, de outro, a *modalização* será entendida como um sistema pragmático, referindo-se à forma como o falante atribui um valor de julgamento para sua enunciação, para expressar um evento *possível*, *necessário*, até chegar à *obrigação* e à *permissão*.

Neste ponto, a carga semântica das modalizações, inseridas nas falas dos interlocutores, pode apresentar interpretações diferentes quanto ao valor do conteúdo dessa fala, assumindo noções de *possibilidade*, de *necessidade*, de *obrigação*, de *permissão* ou de *capacidade*, o que, geralmente, distingue as tipologias das modalidades existentes para os verbos modais *poder* e *dever*, a saber: a modalização epistêmica, a modalização deontica e a modalização dinâmica.

No que concerne à classificação dos verbos modais *poder* e *dever*, a realização de um estudo dessas três modalizações vai determinar um desenvolvimento de ações que parecem ser aparentemente ambíguas, mas que acabam por ser suprimidas, devido ao uso mais contextualizado, a menos que, quando em situações de humor, ironia ou deboche, o falante deseja manter a ambiguidade propositalmente. Com relação ao nosso estudo, antes de iniciarmos algumas reflexões sobre as modalizações pertinentes para esta investigação, iremos conceituar, brevemente, o que é a *modalização*.

3.3.2 Conceito de modalização

Modalização é definida, de acordo com Palmer (2001), Neves (2006) e Mello *et al.* (2009), como a atitude do falante diante de uma determinada realidade, que marca operações de juízo, da certeza, da possibilidade, do desejo ou da ordem. Diante de ações diversas, o falante enuncia, para seu ouvinte, diferentes maneiras de encarar a coisa enunciada, podendo tais fatos ser considerados verdadeiros, duvidosos, improváveis, impossíveis, possíveis, sem que haja, necessariamente, uma correspondência biunívoca entre o comportamento do ouvinte/falante frente àquilo que pronuncia em uma atividade ou acontecimento. De acordo com Almeida (1978), a modalização do falante expressa um sentimento ou vontade subjetiva do indivíduo frente a determinadas ações/eventos.

A atitude do falante, nesses termos, pode assumir diferentes graus de certeza, conforme a relação do locutor frente ao seu enunciado, a sua enunciação, ou ao seu contexto de situação. Dessa forma, a noção de modalização, para os fins de nosso trabalho, vai se ligar

à forma como o enunciado, dentro de um contexto, refere-se à intenção do falante para expressar uma *possibilidade*, *necessidade*, *obrigação*, etc. Essa definição pode não ser a mais adequada, por não recobrir o enunciatário ou o enunciador, inseridos numa interação determinada, mas, talvez, seja a mais necessária para os fins desta pesquisa, a saber: o processo de formação de perífrases verbais. Casos de modalizações que serão analisadas são previstas em:

Permissão: *podemos* entrar na internet agora. [ci]

Obrigação: vocês não *devem* ficar até mais tarde na rua, entenderam... [stv]

Possibilidade: não *podemos* ainda confirmar a informação de que o presidente... [jn]

Necessidade: eu *devo*, no mínimo, manter a dignidade de uma mulher. [ci]

Capacidade: O cachorro chamado Cérbero *pode* abrir a porta do inferno. [stv]

Definir modalização, em si, é algo bem mais complexo, uma vez que o significado de “atitude do falante” não pode ser compreendido apenas para descrever um evento, e sim, para explicar um determinado fenômeno linguístico, a partir de fatos linguísticos observados, perante a intenção desse falante em contextos pragmáticos, ao utilizar certos elementos/expressões da língua. Nos exemplos mencionados, a modalização da *permissão* só é reconhecida como tal, diante do contexto linguístico da interação em que estão reconhecidos os menores de idade e a mãe, dona do computador. Entretanto, a mesma sentença, tal como pronunciada, pode sinalizar uma *possibilidade* em uma situação em que os indivíduos envolvidos, no ato da instalação de um serviço qualquer de banda larga, comentam entre si: “*podemos entrar na internet agora*”.

Essa “atitude do falante” apresenta traços descritivos/explicativos complexos, pois, até o momento, não há meios claros e precisos de se mensurar ou configurar de forma mais adequada dessa “atitude” em todas as suas dimensões, formatos ou proporções. Para o investigador da modalização, conforme Neves (2006), saber se os métodos utilizados são adequados para se analisar a modalização, saber se sua avaliação sobre uma enunciação qualquer, cujos enunciados ou segmentos podem ou não ter marcas explícitas e detectáveis para este ou aquele dado ou fato, parece ser uma tarefa teórica bem complexa, visto que a multiplicidade de significados das conversações e dos textos escritos podem influenciar na explicação da modalização, cujas fronteiras operam diferentes meios de expressão e distintas correspondências com a realidade.

A grande complicação presente nos estudos da modalização está situada na forma em que um contexto linguístico é mencionado e pesquisado, ou seja, essa “atitude do falante”

pode se referir à predicação, ao enunciado, ao enunciador, ao enunciatário, à interação entre ambos ou ao contexto em geral. Todos esses problemas são apenas diferentes pontos de vista que tomam forma se pensarmos também como é veiculada a “atitude do falante”, seja pelo conteúdo proposicional, a sentença, seja pela relação do conteúdo discursivo, o contexto.

Contudo, para os fins desta pesquisa, priorizamos uma definição mais limitada da modalização, relacionada ao *enunciado*, pois, nosso estudo toma a dimensão gramatical da proposição como um lugar privilegiado, visto que estamos vislumbrando as características do sistema verbal do português, necessariamente, as dos verbos modais *poder* e *dever*. Portanto, mesmo pressupondo que as investigações enunciativas da modalização também sejam importantes, no momento, deixaremos toda essa complexidade pragmático-discursiva dos modais para serem desenvolvidas em outras investigações.

Por fim, com relação à classificação tipológica, que será utilizada, descreveremos as três modalizações, que mais se aproximam dos valores da modalização dos verbos modais *poder* e *dever*, a seguir: a epistêmica, a deôntica e a dinâmica.

3.3.3 Tipologias da modalização

3.3.3.1 Modalização epistêmica

De origem grega, *episteme* significa conhecimento, entendimento ou ciência. A modalidade epistêmica é aquela que marca os graus de (in)certeza de uma sentença, ou o grau de conhecimento do falante sobre alguma afirmação, podendo, assim, assumir valores de *possibilidade*, *probabilidade* ou *suposição*, indo do que é mais *possível* até o que é mais *pressuposto* ou *inferido* (PALMER, 2001). A modalidade epistêmica também diz respeito às noções de especulação, dedução e suposição, a partir da verdade da proposição, envolvendo o conhecimento e a crença do falante. A especulação é a expressão de incerteza no eixo da possibilidade, a dedução é a expressão da inferência sobre algo observado ou sua probabilidade e a suposição (*assumptive*) indica uma compreensão sobre algo que é possivelmente conhecido, mas matéria duvidosa, conforme os exemplos a seguir.

Aquelas crianças podem ter sido enganadas. [stv] (especulação)
 Este vaso deve ser um artefato roubado. [stv] (dedução)
 Algo poderá mudar no Brasil. [veja] (suposição)

De acordo com Neves (2006), o valor de uma modalização epistêmica na sentença posiciona o falante e suas intenções entre a quase certeza e vários graus de possibilidade, em que o enunciador avalia como verdadeiro um enunciado, mas restringindo-o como algo questionável ou relativo. Nos exemplos mencionados, os graus de comprometimento dos dois primeiros casos marcam a impressão falante sobre a possibilidade de as crianças terem sido enganadas e um vaso ter sido roubado, mas o locutor não tem a certeza do fato, no terceiro caso, observamos que o falante expressa uma suposição.

Dentre os graus epistêmicos, podemos citar o fato que é possível ou que é provável. Entretanto, dependendo da intenção do falante, há os tipos de interpretação modais ligadas à impossibilidade, devido ao uso de expressões negativas dentro da sentença, como, por exemplo, “Ela não pode vencer jogo com essas carta (sic).” [ci]. Dessa maneira, os recursos linguísticos utilizados com verbos modais são maneiras de o falante não se comprometer com a verdade do que é dito, revelando uma baixa adesão ao enunciado, ou criando um efeito de atenuação (NEVES, 2006).

Os recursos da modalização são, também, formas de o falante marcar um crédito para o enunciador (por meio das expressões: possivelmente, eventualmente), conduzindo o ouvinte a acreditar no conteúdo informado. Por outro lado, o conteúdo enunciado é indigno de credibilidade e o falante pode marcar a sentença como inconsistente (provavelmente, talvez), sem, ao menos, ferir o proferimento de seu interlocutor ou o dele próprio, mascarando a verdade.

Apesar de essas categorias estarem muito relacionadas, *a priori*, podemos dizer que os graus de comprometimento do falante sobre seu julgamento ou sobre a fonte de informação do ato proferido é forte (possivelmente) ou fraco (provavelmente), visto que ambos podem assumir uma relação de valores, mas também de crenças e desejos, como, por exemplo, “vou possivelmente formar este ano, pois estou fazendo as últimas disciplinas” [cn].

Realizando uma análise ampla da interação entre produtor de fala e ouvinte, orientada pelas intenções comunicativas do locutor, percebemos que a modalidade epistêmica está relacionada ao eixo do conhecimento. Isso pode exigir do enunciador da sentença certo conhecimento a respeito daquilo que pronuncia, baseado em conhecimentos prévios que podem estar mais ou menos próximos da certeza, funcionando, vez ou outra, como uma forma

de convencer o interlocutor de uma tese ou duvidar de sua tese, sem, necessariamente, afirmar sua invalidade (NEVES, 2006).

3.3.3.2 Modalização deôntica

Deôntico origina-se do grego *déon*, que significa o que é obrigatório. Conforme Palmer (2001), a modalização deôntica é aquela que se refere às noções de obrigação e de permissão, às normas de conduta, ligada aos atos de autoridade do falante. A obrigatoriedade deriva de uma fonte de conhecimentos X, que o ouvinte reconhece como verdadeiro e que é obrigado a realizar em forma de ação, comumente vinculada a alguém ou a alguma coisa.

Já a permissão tem uma fonte de conhecimentos X, que o ouvinte também reconhece como verdadeiro, porém, a ação não lhe é obrigatória, mas permitida, ou seja, deve haver uma predisposição da pessoa ou instituição, que criou a permissão, em permitir que a ação se inicie. Por essa razão, apesar de obrigação e permissão estarem no mesmo eixo deôntico, elas não se confundem, pois os marcadores de obrigação tendem a iniciar uma ação, que, às vezes, empurram o falante a fazer algo que não quer, enquanto que a permissão ocorre o inverso, o falante deseja efetuar a ação. Conforme Palmer (2001), a permissão inicia uma ação com função desiderativa, ou seja, marca um ato que tem como fonte a satisfação de um desejo daquele que solicita a permissão.

Nessa perspectiva, Palmer (2001) classifica as modalidades deônticas em dois grupos, as *deônticas diretivas* e as *deônticas comissivas*, baseando-se nos Atos de Fala de Searle (1984). As *modalidades diretivas* são identificadas como permissões ou obrigações em contextos determinados, geralmente, dependentes de algum tipo de autoridade do locutor. E as *modalidades comissivas* se definem como uma promessa ou compromisso subjetivo do falante para fazer algo ou que tenciona fazer algo. A diretiva é mais frequente na realização dos verbos em pauta, e a comissiva se apresenta em muitos outros contextos que não são apenas com os dos verbos *poder* e *dever*, como, por exemplo, *prometo fazer*, *pretendo construir*, etc. Entre os sentidos comissivos e diretivos, existem os seguintes casos com *poder* e *dever*:

Permissão: Posso comer um pedaço de bolo? [ci].

Permissão: Podemos entrar na internet agora. [ci].

Obrigação: Pode ir já pro seu quarto. [ci].

Obrigação: Você deve obedecer o que eu digo, sou sua mãe... [stv].

A referência da modalização deôntica da *permissão* e da *obrigação* parecem que são muito distintas, mas Palmer (2001) argumenta que as comissivas têm a propriedade do compromisso obrigatório, que deve ser realizado para a satisfação do falante.

3.3.3.3 Modalidade Dinâmica

A modalidade Dinâmica, denominada segundo Mello *et al.* (2009), de modalização Disposicional ou Habilitativa, diz respeito à disposição, à habilidade ou à capacitação do falante sobre aquilo que profere, avalia ou considera. Para Palmer (2001), a noção de capacidade seja ela física, seja ela emocional, é denominada modalização Dinâmica, cuja propriedade é marcar um potencial interno, mental, psíquico ou físico do falante, conforme os exemplos que se seguem:

- a) A criatura, mesmo renga, pode andar. (MELLO *et al* 2009, p.120)
- b) Asa é capaz de capinar os campos. (PALMER, 2001, p. 77)²²
- c) Ele pode correr uma milha dentro de quatro minutos. (PALMER, 2001, p.77)²³

Um fato importante que Palmer (2001) cita, é a possibilidade de o verbo poder (*can*), dentre todos os modais disponíveis no inglês, ser capaz de expressar três tipos de modalizações: a epistêmica, a deôntica e a dinâmica. Nessa perspectiva, segundo o autor, poder (*can*) não é usado somente para referir-se à capacidade mental ou física de alguém, mas também envolve circunstâncias que podem afetar algum tipo do desenvolvimento ou capacidade da pessoa referida. Dessa forma, em (c), não somente existe um julgamento sobre a capacidade física de uma pessoa, como também indica um conhecimento ou uma característica típica inerente ao objeto referido, que pode, ou não, ser um conhecimento compartilhado entre diversos falantes.

Enfim, depois de apresentadas essas três categorias, consideradas básicas para nossas análises dos verbos modais *poder* e *dever*, podemos dizer que a modalização é uma categoria linguística extremamente complexa, pois refere-se à atitude do falante sobre aquilo que é dito.

²² Asa is able to hoe fields.

²³ He can run a mile in under four minutes.

Mesmo não pressupondo um estudo que vise a responder todos os problemas constantes na questão da “atitude do falante”, delimitamos nossa proposta em considerar a modalização um processo do *enunciado*, contextualmente localizado. A modalização das perífrases verbais, no que concerne à gramaticalização, se torna algo muito importante, pois, no momento em que o verbo se gramaticaliza, começa a desempenhar outras relações do significado que não eram observadas em sua forma plena.

Refletindo sobre esse processo, nessa última seção, diferenciamos, conforme Palmer (2001), as modalizações mais relevantes para os verbos *poder* e *dever*, mediante o significado que cada categoria gramatical pode recobrir, a saber: a modalidade deôntica, epistêmica e dinâmica. Essas três modalidades estão diretamente relacionadas aos eixos da *conduta*, do *conhecimento*, e da *habilidade*, e representam um posicionamento do falante sobre seu discurso, para manifestar uma compreensão da *obrigação* e *permissão* de uma ação, da *possibilidade* e *necessidade*, e da *habilidade* e *capacidade*.

Essas três categorias serão bem úteis para descrevermos as flutuações de sentido que os verbos modais apresentam em formas perifrásticas, as quais serão contempladas detidamente na parte de análises de nossa pesquisa.

4 CRITÉRIOS DE AUXILIARIDADE

Este capítulo se divide em quatro grandes blocos. No primeiro, são apontadas algumas questões fundamentais oriundas da gramática tradicional da língua portuguesa, no que diz respeito ao tratamento do fenômeno da auxiliaridade, uma vez que as gramáticas apresentam três subgrupos daquilo que é denominado o verbo auxiliar, a saber: Tempos Compostos, Locuções Verbais e Conjugações Perifrásticas. A distinção desses grupos parece algo um pouco duvidoso na concepção gramatical, uma vez que não são delimitados critérios necessários para tal aceção. Apesar de sabermos perfeitamente que as gramáticas tradicionais não estão preocupadas com uma descrição das relações pragmáticas do evento comunicativo, muito menos com explicações de nível subjetivo, a divisão dos verbos auxiliares em três categorias representa algo, no mínimo, curioso. Parece que, nas gramáticas tradicionais, Tempo Composto, Locução Verbal e Conjugação Perifrástica assumem propriedades distintas, embora, a nosso ver, não seja uma divisão totalmente pacífica, pois todas as três definições participam do mesmo escopo de Construção Perifrástica. Apresentaremos maiores detalhes da visão tradicional na seção 4.1.

No segundo momento, na seção 4.2, refletimos sobre o estudo de perífrases verbais no campo da gramaticalização, apresentando algumas implicações esboçadas na seção anterior, com o objetivo de trazer algumas afirmações mais genéricas a respeito das estruturas dos verbos auxiliares e dos modais.

Logo em seguida, em 4.3, elaboramos alguns apontamentos de linguistas brasileiros que se detiveram em pesquisar o fenômeno de auxiliarização em língua portuguesa, aplicando testes para que se possam distinguir as propriedades de perífrases (verbo auxiliar + verbo principal) de outros tipos de construção gramatical em que aparecem dois verbos em sequência, como, por exemplo, nas orações subordinadas.

E, por fim, na seção 4.4, pretendemos listar todos os critérios de auxiliaridade que determinam a distinção existente entre perífrases verbais e orações subordinadas. Tais regras são ora abrangentes, ora específicas, pois, para o estudo de verbos auxiliares, a hipótese básica é que tais critérios não expliquem apenas algo sobre os verbos auxiliares, mas também sobre os verbos principais. Assim, tanto o verbo auxiliar quanto o verbo principal, serão observados a partir de um conjunto critérios, que se fazem necessários, para mostrarmos o maior ou o menor grau de gramaticalidade das perífrases verbais.

4.1 A perspectiva da gramática tradicional

Esta parte da pesquisa visa a discutir como algumas gramáticas tradicionais (doravante GT) tratam o estudo dos verbos auxiliares. Isso foi feito porque constatamos algumas divergências sobre o assunto e até mesmo diferenças nas terminologias gramaticais sobre a auxiliaridade. Em primeiro lugar, percebemos uma difusão de opiniões muito ampla a respeito da definição do que vem a ser uma perífrase verbal. Tais definições percorrem diferentes formas de abordar o tema e trazem sempre uma ou outra acepção, como Tempo Composto (TC), Locução Verbal (LV) e Conjugação Perifrástica (CP).

Este tipo de reflexão é fruto de uma lenta observação crítica desenvolvida sobre algumas definições de Tempos Compostos, Locuções Verbais e Conjugações Perifrásticas, que são apresentados pelas Gramáticas Tradicionais e que, a nosso ver, não estabelecem uma uniformidade sobre os processos de construção de perífrases verbais. O método utilizado para verificarmos essa desconformidade entre as gramáticas foi o comparativo, ou seja, relacionando autores do passado e do presente, na busca do entendimento sobre o que venha a ser definida e configurada uma perífrase verbal. Entretanto, não houve a intenção, ao se fazer essas comparações, de criticar este ou aquele autor, cuja dignidade intelectual é respeitável, sem dúvida alguma, no campo da Gramática Tradicional. Reiteramos que nossa preocupação, nesta seção, é assumir alguma posição dentre as investigações feitas sobre fatos gramaticais, alicerçados pela Gramática Tradicional, necessariamente, sobre as definições existentes que distinguem Tempo Composto (TC), Locução Verbal (LV) e Conjugação Perifrástica (CP). Tamanha distinção tem, aparentemente, uma justificativa morfossintática que promove, vez ou outra, o uso de uma ou de outra concepção isoladamente, seja de Tempo Composto, para algumas gramáticas, seja somente de Locução Verbal, para outras.

Na composição da argumentação das gramáticas, os Tempos Compostos (TC) são construções gramaticais que se constituem dos verbos *ter*, mais raramente com *haver*. A ideia é dizer que esses dois verbos, na forma de participípios verbais, têm participação direta na formação de tempos gramaticais simples com equivalência irrestrita aos tempos gramaticais compostos. Desta forma, analisemos os Tempos Compostos e suas relações com Tempos Simples, como nos exemplos a seguir.

T. Verbais	1ª Conj. –ar (cantar)		2ª Conj. –er (bater)		3ª Conj. –ir (partir)	
	T. simples	T. composto	T. simples	T. composto	T. simples	T. composto
Presente	Canto	-	Bate	-	Parto	-
Pret. Imperf.	Cantava	-	Batia	-	Partia	-
Pret. Perf.	Cantei	Tenho cantado	Bati	Tenho batido	Parti	Tenho partido
Pret. M.Q.P.	Cantara	Tinha cantado	Batera	Tinha batido	Partira	Tinha partido
Fut. do Pres.	Cantarei	Terei cantado	Baterei	Terei batido	Partirei	Terei partido
Fut. do Pret.	Cantaria	Teria cantado	Bateria	Teria batido	Partiria	Teria partido

Quadro 2: Conjugação dos tempos compostos do português
Fonte: Adaptado de FARACO & MOURA (1996) e BECHARA (2005).

Na concepção da maioria das gramáticas tradicionais consultadas, o tempo do pretérito perfeito simples do modo indicativo tem, em sua projeção, um tempo composto, também, no pretérito perfeito do indicativo, com a estrutura de *ter* + *particípio*. Desta forma, há sempre alguns verbos no pretérito perfeito simples, que podem ser expressos no pretérito perfeito composto, e que se configuram com o verbo *ter*, mais raramente com *haver*, em exemplos como: “Os dois tinham (haviam) sido vistos no cinema.” (CEGALLA, 2002, p.187). Esta estrutura de verbo auxiliar com *ter* + *particípio*, que tem uma equivalência com outro tempo simples, denomina-se, conforme as gramáticas tradicionais, Tempo Composto (TC).

É justamente esta estrutura que consideramos duvidosa, pois, se pensarmos mais detalhadamente na forma como os Tempos Compostos se configuram, podemos encontrar alguns contra-exemplos. As gramáticas dizem que *tenho estudado* é uma forma paralela a *estudei*, assim como *tenho partido*, com *parti*. Contudo, na nossa concepção, *tinha partido* não significa, necessariamente, um paralelo semântico com *partira*, assim como *tinha estudado* não é necessariamente *estudara*.

Isso ocorre justamente por causa do aspecto verbal de que tratamos no capítulo anterior, visto que, no exemplo supracitado, *parti* é um verbo com aspecto perfectivo, ou seja, ação imediata, percebida como instantânea através dos sentidos, que tende a um encerramento do desenvolvimento da ação, e *tenho partido* é um verbo com aspecto imperfectivo, ou seja, uma ação que tende ao fim natural, mas que apresenta uma durabilidade maior, que pode se propagar do passado até o presente. Com relação às formas do pretérito mais-que-perfeito composto, ao assumirem uma repercussão de progressivo, a estrutura resultante não se limita à ação, encerrada apenas no passado em relação a outro passado mais anterior. Podemos constatar isso pela análise das fases do desenvolvimento dos “modos da ação”, conforme a concepção de Travaglia (1994), em que, no exemplo, *parti*, há uma fase de desenvolvimento do aspecto *terminativo*, finalizado, acabado ou conclusivo, e, no exemplo, *tenho partido*, há uma fase de desenvolvimento do aspecto *iterativo*, que tende a se desenvolver até o presente.

Um exemplo desse fenômeno pode ser visto em: “*Tenho partido* mais cedo pra casa esses dias, porque meu neném está doente.” [cn]. Dessa maneira, o retorno para casa não é entendido como uma ação que se encerrou no passado em relação a outro mais anterior, mas um passado que descreve um evento que está em andamento até o momento. De acordo com a proposta de Comrie (1976), no que concerne ao aspecto gramatical, *tinha partido* não apontaria para uma ação perfectiva, encerrada, mas, sim, uma ação imperfectiva, com tendência a propagar-se para presente.

Já com os outros exemplos do quadro 2, se refletirmos sobre o caso de *tinha estudado*, em que as gramáticas estipulam um paralelismo com o tempo mais-que-perfeito *estudara*, podemos estabelecer a mesma comparação feita com os verbos *parti* e *tinha partido*. Em contextos do uso real de falantes, percebemos que, *tinha estudado* não é, necessariamente, a manifestação da expressão do tempo verbal mais-que-perfeito, mas, sim, do pretérito perfeito simples, se pensarmos em sentenças, como, por exemplo: “Eu *tinha estudado* para prova, por isso me dei bem.” [cn]. O que se entende, no significado imediato, é um passado mais próximo do presente com o significado de “estudei muito para a prova” e não um passado longínquo “eu estudara muito para a prova”, que remete a um passado mais anterior.

A descrição feita pelas gramáticas, dessa forma, dificulta uma visão panorâmica do fenômeno da auxiliabilidade, pois, ao se analisarem os exemplos em contextos determinados, a concepção de Tempo Composto torna-se obscura, pois se restringe a uma configuração formal sem se levar em conta o aspecto do verbo, assim como as diferentes manifestações de tempo em que o verbo se relaciona.

Entre as gramáticas tradicionais, as formas perifrásticas são apresentadas em dois níveis, de um lado os TC (Tempos Compostos) e, do outro, as LV (Locuções Verbais) e as CP (Conjugações Perifrásticas). Desta forma, entende-se que o fenômeno das perífrases apresenta duas estruturas distintas, de um lado os TC, que representam um paralelismo aos tempos simples, com verbos *ter* e mais raramente com o *haver* e, do outro, as LV e CP, os quais representariam os demais verbos perifrásticos da língua. Esses verbos do português brasileiro, que possibilitam a formação de perífrases de LV e CP, podem ser *poder*, *dever*, *continuar*, *ir*, *necessitar*, *pretender*, *saber*, *querer*, *começar*, *visar*, *viver*, etc.

No que concerne às definições do que sejam os verbos auxiliares na língua portuguesa, as gramáticas tradicionais têm uma concepção mais uniforme: a maioria afirma que verbos auxiliares são verbos que se ligam a outro (chamado principal). Entretanto, o conjunto formado por verbo auxiliar + verbo principal com *ter*, conjugado em tempos verbais, para

algumas gramáticas, ora recebe o nome de Tempos Compostos (TC), ora de Locução Verbal (LP) / Conjugação Perifrástica (CP).

Só para exemplificar esse tratamento dos verbos auxiliares na língua portuguesa, elaboramos um levantamento mais amplo sobre quais as gramáticas têm desenvolvido algum tipo de concepção sobre os Tempos Compostos (TC) e descobrimos que Almeida (1973), Sacconi (1994), Faraco & Moura (1996), André (1997), Cereja & Magalhães (1999), Sarmento (2000), Bechara (2005), Cegalla (2005) e Bechara (2009)²⁴ fazem distinção entre Tempo composto e Locução Verbal. Além disso, foi constatado que, dentre todas as obras consultadas, Almeida (1973) e Bechara (2009) não fazem a distinção entre Locução verbal e Conjugação Perifrástica.

Sumariamente, a maneira como os gramáticos relacionam os verbos auxiliares em suas obras, dos nove autores listados, todos fazem a mesma distinção a qual argumentamos acima, ou seja, para eles, TC é uma forma linguística a serviço de uma equidade com tempos simples. Todos os autores também consideram que LV é uma outra forma linguística, que não tem equidade com o tempo simples das conjugações verbais do português. Assim, ao identificarem formas verbais do tipo “*vamos viajar*”, argumentam que não há uma relação com o presente simples do indicativo *viajamos*, mas, sim, com o futuro *viajaremos*, o que tornaria a distinção, feita por eles, necessária.

Conforme as obras consultadas, percebemos que algumas não fazem referência à categoria de CP (Conjugação Perifrástica): verificamos isso em Sacconi (1994), Faraco & Moura (1994), André (1994), Cereja & Magalhães (1999), Sarmento (2000) e Bechara (2009). Não obstante, foi constatado que, dentre todos esses autores, Almeida (1973) e Cegalla (2005) apresentam as duas acepções de Conjugação Perifrástica e Locução Verbal, e, afirmam, explicitamente, que ambas as acepções se referem aos mesmos processos de TC.

Contudo, consultamos outras gramáticas e constatamos que há algumas obras que não estabelecem um paralelismo entre o Tempo Composto e a Locução Verbal, como as de Almeida (1950), Tôrres (1959), Said Ali (1964), Luft (2000) e Infante (2001).

Isso demonstra uma desconformidade desses autores sobre as terminologias de Tempo Composto (TC) e Locução Verbal (LV), diante da complexidade da língua e da riqueza de formação dos verbos auxiliares, ou seja, para eles, há necessidade de dividir-se a nomenclatura usual em duas acepções, uma vez que muitos verbos que possibilitem a auxiliaridade não terão um equivalente com os tempos simples. Isso ocorre justamente com as

²⁴ Utilizamos obras do mesmo autor, às vezes, em edições diferentes, para percebemos alguma mudança de posicionamento sobre TC e LP/CP.

conjugações perifrásticas dos modais *poder* e *dever*, que, apesar de apresentarem uma forma simples, ambos têm construções improdutivas no português contemporâneo, na correspondência com alguma forma composta. Vejamos os casos no quadro a seguir, sendo a interrogação uma marca das formas linguísticas menos usuais para o português em uso.

T. Verbais	2ª Conj. –er (dever)		2ª Conj. –er (poder)	
	T. simples	T. composto	T. simples	T. composto
Presente	Devo	-	Posso	-
Pret. Imperf.	Devia	-	Podia	-
Pret. Perf.	Deveu	(?) Tenho devido	Pude	(?) Tenho podido
Pret. M.Q.P.	Devera	(?) Tinha devido	Pudera	(?) Tinha podido
Fut. do Pres.	Deverei	(?) Terei devido	Poderei	(?) Terei podido
Fut. do Pret.	Deveria	(?) Teria devido	Poderia	(?) Teria podido

Quadro 3: Conjugação dos verbos *poder* e *dever*

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar de as gramáticas não se referirem ao fenômeno sintático da forma como expusemos, fica como pressuposto que nem toda forma composta é produtiva para o português usual, mas, mesmo assim, consideramos que não é relevante traçar uma equivalência entre tempos compostos (TC) e tempos simples, uma vez que: (i) a natureza semântica do aspecto do tempo composto não é o mesmo que a do aspecto do tempo simples e (ii) as formas do tempo composto não têm produtividade sintática para alguns verbos da língua.

Ao consultarmos outras obras, descobrimos que há autores que apresentam ora uma, ora outra aceção sobre o que definimos como perífrase verbal, isto é, não fazem distinções sobre Tempo Composto ou Locução Verbal, apresentando apenas uma ou outra definição para a composição dos verbos auxiliares. Observamos que Rocha Lima (1958), Brandão (1963), Ernani (1999), Vilela (1999), Campedelli & Souza (1999), Mesquita (2007), Ferreira (2003) e Azeredo (2008) apresentam apenas a definição de Tempo Composto (TC). Já Said Ali (s/d), Maia (1983) e Faraco e Moura (1992) expressam apenas a definição de Locução Verbal (LV) com a mesma configuração dos tempos compostos.

Entende-se pela leitura desses autores, reiteramos que não é relevante diferenciar Tempo Composto (TC) de Locução verbal (LV), para estudarmos os fenômenos de formação de perífrases verbais. Essa afirmação é adequada, se pensarmos que os processos de fixação de um verbo a outro são os mesmos para todos os verbos da língua, e o trabalho daqueles que investigam o fenômeno se torna menos árduo, uma vez que a terminologia de TC, CP ou LV não são determinantes para traçar diferenças nítidas entre construções perifrásticas.

Impõe-se contra todas estas questões, um estudo clássico sobre verbos auxiliares realizado por Pontes (1973), que levanta algumas discussões a respeito da terminologia de TC, LV e CP. Na década de 60, antes das reflexões de Pontes (1973), Said Ali (1964) já considerava inexpressivas as denominações de TC e CP, uma vez que:

as diversas formas *ter feito, tenho feito, tinha feito, tive feito* etc. irmanaram-se todas por um traço semântico proveniente da origem comum, e o seu estudo – mau grado a tradição até o presente seguida – é para fazer-se em conjunto e fora do quadro das formas simples, aliviando-se assim o paradigma geral dos complicados ingredientes de tempos perfeitos compostos e tempos anteriores, passados e exatos. Trata-se de uma conjugação perifrástica. (SAID ALI, 1964, p. 19)

Pontes (1973), ao verificar as colocações de Said Ali (1964), argumenta que “de modo geral, não se encontra uma definição do que seja TC ou CP, e por isso não se fica sabendo qual é o critério usado pelas gramáticas para distingui-los” (PONTES, 1973, p. 17). Por causa dessa falta de definição precisa e coerente sobre o fenômeno da auxiliaridade pelas gramáticas e pela falta de concepções mais esclarecedoras sobre o Tempo composto, a autora defende que, se for o caso de diferenciar as sequências verbais por apresentarem uma estrutura de *ter* + *particípio*, “então, porque não distinguir também as formadas com gerúndio e infinitivo?” (PONTES, 1973, p.22), já que o que ocorre nas gramáticas é uma unanimidade de reconhecer o tempo composto, apenas, em formas verbais de *particípio*. A autora, por fim, acaba por abandonar as designações de TC e CP, ficando apenas com LV (Locução Verbal).

Nesta pesquisa, apresentamos diferenças entre TC, CP e LV, mas optamos por utilizar a denominação Perífrase Verbal, tornando-a como sinônimo para todos os termos apresentados.

Por fim, no que concerne à definição de verbo auxiliar, utilizamos a concepção traçada por Lobato (1975), outro estudo clássico sobre a auxiliaridade. A autora define a estrutura de auxiliaridade, nos termos de *auxiliante* e *auxiliado*. Com o verbo auxiliar, temos o *auxiliante*, que equivale ao verbo auxiliar propriamente dito, e o *auxiliado*, o regente da predicação, ou seja, o verbo principal. Lobato (1975) utiliza essa nomenclatura para defender a hipótese de que os auxiliares correspondem a um acervo vastíssimo da língua, que apresentam uma diversidade de relações aspectuais e temporais muito ricas no sistema linguístico e são, ao mesmo tempo, muito complexos pela multiplicidade de formas, funções e usos.

4.2 A perspectiva dos estudos linguísticos

No estudo sobre a configuração formal do verbo auxiliar no português, Pontes (1973) constatou que, embora muitos gramáticos não explicitem os critérios utilizados para chegarem a determinadas conclusões sobre os verbos auxiliares, bem como para definirem quais são as diferentes formas e usos desses verbos, a origem para todas as afirmações gramaticais, sejam elas quais forem, seriam oriundas das gramáticas do latim.

O latim, desta forma, tornou-se a fonte de definições e concepções dos diferentes quadros de conjugações verbais que estão incorporados nas gramáticas do português brasileiro, assim como em outras línguas, no espanhol, por exemplo. A grande confusão existente, então, aconteceu com relação aos auxiliares, por causa da repercussão do latim na estrutura do português, sem que tenham sido feitas as devidas mudanças linguísticas inerentes ao próprio processo de auxiliarização. A investigação da formação do verbo auxiliar, segundo Pontes (1973), pressupõe, portanto, um pesquisador que vislumbre um estudo diacrônico da língua desde seu passado histórico até o presente, tendo em vista o princípio da gramaticalização. Contudo, como já foi explicitado, este tipo de estudo não será realizado nesta pesquisa.

Feitas todas essas observações, nas próximas seções, apresentaremos alguns critérios de auxiliaridade que serão úteis para identificação da configuração formal dos verbos gramaticalizados, *poder* e *dever*.

4.3 Critérios de auxiliaridade desenvolvidos

Nesta parte do trabalho, vamos apresentar várias abordagens de alguns autores que desenvolveram critérios gramaticais que possibilitam identificar uma sequência verbal como auxiliar e não outra estrutura. Tais regras são propriedades que caracterizam esses verbos, sendo algumas mais gerais, e outras mais específicas. Mesmo com critérios mais específicos, reconhecemos que as regras, que serão listadas, nos possibilitam reconhecer um item verbal, operando na forma de oração subordinada ou funcionando como auxiliar. Acima de tudo, estabelecer esse inventário de relações de auxiliarização parece suficiente para descrever uma arquitetura da auxiliaridade.

De início, iremos mostrar os critérios mais clássicos sobre o tema, conforme Pontes (1975), até chegarmos a uma listagem mais recente, de acordo com as propostas realizadas por Perini (2010). O objetivo é refletir sobre todos os critérios desenvolvidos por diferentes autores, para depois, restringirmo-nos àqueles critérios que percebemos mais adequados para uma análise dos graus de auxiliaridade dos modais.

4.3.1 Eunice Pontes

Inicialmente, Pontes (1973) propõe treze critérios a fim de verificar as propriedades formais existentes na formação dos verbos auxiliares. A autora, entretanto, não se restringe apenas aos verbos modais *poder e dever*, como na nossa pesquisa, mas abarca toda a gama de perífrases verbais da língua portuguesa. A listagem dela percorre fatores sintáticos, porém salienta que alguns critérios não devem ser considerados determinantes para a identificação de perífrases verbais.

a) Primeiro critério:

A “Técnica da Substituição” estabelece que, ao haver uma sequência de elementos, é recorrente os morfemas aparecerem em cadeia, visto que os primeiros verbos devem, obrigatoriamente, estar flexionados. A substituição, assim, diz respeito à mudança na flexão, o que possibilita o verbo auxiliar a passar pela mudança do tempo verbal. A posição inicial flexionada corresponde à forma de o verbo estabelecer tempo e modo para o elemento seguinte, no qual não incide qualquer tipo de flexão verbal. Esse segundo elemento do grupo permanece sempre com sua forma no infinitivo, no gerúndio ou no particípio, conforme se pode verificar nos exemplos a seguir:

João está comprando... (PONTES, 1973, p. 43)

João vai comprar... (PONTES, 1973, p. 43)

João tinha comprado... (PONTES, 1973, p. 43)

b) Segundo critério:

Apesar de parecer redundante com o primeiro critério, Pontes (1973, p.44) explicita que “o segundo elemento da sequência, se houver, sempre vai receber a terminação de gerúndio ou de particípio ou de infinitivo”, uma vez que o segundo elemento, o verbo principal, constitui-se o que a GT denominou de forma não-finita.

João deve estudar. (PONTES, 1973, p. 44)
 João tem estudado. (PONTES, 1973, p. 44)
 João está estudando. (PONTES, 1973, p. 44)

c) Terceiro critério:

A seleção do verbo não-finito vai depender do verbo que se encontra como auxiliar, ou seja, o verbo *ter* só seleciona particípio, assim como o *ser*, e o verbo *haver* seleciona particípio ou infinitivo. Caso essa combinação não ocorra, a sentença resultante será inaceitável. A restrição seletional é um processo que ocorre em todos os verbos que possibilitem a auxiliaridade.

João tem estudado. (PONTES, 1973, p. 44)
 *João tem estudar. (PONTES, 1973, p. 44)
 João está estudando. (PONTES, 1973, p. 44)
 *João está estudar. (PONTES, 1973, p. 44)
 João havia comprado livros. (PONTES, 1973, p. 45)
 *João havia comprar livros. (adaptado de PONTES, 1973, p. 45)

d) Quarto critério:

Segundo a autora, praticamente todos os verbos do português na primeira posição flexionam e acabam por selecionar a forma não-finita do verbo que o sucede. Esta é a regra apresentada acima, mas a autora enfatiza que o verbo principal na forma nominal (gerúndio, particípio ou infinitivo) não ocorre aleatoriamente na oração, uma vez que existem algumas classes de auxiliares verbais que só aceitam um ou outro tipo de forma não-finita e não outra. Esta regra é geral no português atual, e, raramente, apresenta exceções. A autora mostra que as sentenças do português são *estruturalmente organizadas*, não havendo organizações aleatórias na seleção do verbo não-finito.

1ª Classe dos Infinitivos: notemos que estão nesta classe todos os modais (*poder*, *dever*, *querer*, *precisar*, *necessitar*, etc.), ocorrendo casos em que alguns deles são seguidos de preposição como em *haver de* ou *ter de*.

MODAL + INFINITIVO.

Você não **devia comer** estas coisas estranhas. [stv]
 Posso **sentir** o cheiro daqui. [ci]
 Maria **precisa conversar** com você. [cn]
 Ele **tem de estudar** mais. [cn]

A 2ª Classe dos Particípios e a 3ª Classe dos Gerúndios não serão apresentadas, visto que não iremos pesquisar construções com dados que elaboram perífrases com essas formas nominais.

e) Quinto critério:

Quando há verbos auxiliares, ocorre a possibilidade de até quatro verbos aparecerem encadeados na sentença. Estes são os casos de:

Temos estado comprando. (PONTES, 1973, p. 45)

Devemos ter estado comprando. (PONTES, 1973, p. 44)

f) Sexto critério:

Na constituição de uma sequência com mais de dois verbos auxiliares, existe uma *ordem estrutural hierarquicamente organizada* que deve ser seguida. Geralmente, o último verbo de uma sequência pode ser ou um particípio ou um gerúndio, ocorrendo logo após de um verbo no infinitivo, o qual deve estar depois do verbo principal, no caso dos modais. Se, por alguma razão, a forma do gerúndio tome a última posição, esta será antecedida por um particípio ou um infinitivo.

Primeiro caso: AUXILIAR + INFINITIVO + PARTICÍPIO.

Deve ter comprado. (PONTES, 1973, p. 46)

Segundo caso: AUXILIAR + INFINITIVO ou PARTICÍPIO + GERÚNDIO.

Deve estar comprando. (PONTES, 1973, p. 46)

Tem estado comprando. (PONTES, 1973, p. 46)

Este último exemplo parece um pouco artificial com a realidade linguística de um falante e com o que de fato acontece na língua. Nos dados, entretanto, com os modais, há exemplos do tipo:

Pode continuar checando as autorizações que você pediu, porque são muitas. [stv]

Algo **deve estar impedindo** ele de atender o telefone. [stv]

g) Sétimo critério:

Pontes (1973) diz que os verbos auxiliares não podem trocar de posição com o verbo principal dentro da oração. Esta regra é geral e cobre todas as ocorrências de auxiliares do português, assim não podem acontecer quaisquer substituições de posição estabelecida pela

estrutura da língua. Em primeiro lugar sempre ocorre o auxiliar e depois a forma não-finita, como, por exemplo: *dever* + infinitivo; e nunca infinitivo + *dever*.

***Tem devido comprar.** (PONTES, 1973, p. 46)

***Está tendo comprando.** (PONTES, 1973, p. 46)

No lugar de:

Deve ter comprado. (PONTES, 1973, p. 46)

Tem estado comprando. (PONTES, 1973, p. 46)

h) Oitavo critério:

Não existe uma relação de concordância de número do verbo principal na sua forma nominal, dentro de uma sequência de auxiliarização. Cabe sempre ao verbo auxiliar desempenhar a função de concordância de número em todos os casos, obrigatoriamente.

Os meninos **têm estudado.** (PONTES, 1973, p. 51)

*Os meninos **têm estudados.** (PONTES, 1973, p. 51)

i) Nono critério:

Nas formas de apassivação, a voz passiva continua na mesma posição entre o modal e o auxiliar, ocorrendo uma incidência de *particípio* no final na sentença. Esta regra não recobre todos os casos do português, mas tem sua relevância para os modais.

Voz ativa: João **tem comprado** Flores. (PONTES, 1973, p. 51)

Voz passiva: Flores **têm sido compradas** por João. (PONTES, 1973, p. 51)

Voz ativa: Você não **poderá usar** minha estratégia. [stv]

Voz passiva: Minha estratégia não **poderá ser usada** por você. [cn]

j) Décimo critério:

Construções com os verbos *ter* + *particípio* sempre funcionam como elementos indissociáveis em relação ao adjunto temporal. O adjunto pode incidir para dentro da sequência verbal, entre auxiliar e principal, sem, no entanto, alterar o sentido temporal da sentença.

João tem estudado **ultimamente.** (PONTES, 1973, p. 52)

João tem **ultimamente** estudado. (PONTES, 1973, p. 52)

Ultimamente, João tem estudado. (PONTES, 1973, p. 52)

Apesar de a regra apresentar casos com o verbo *ter* + *particípio*, percebe-se muita produtividade também para com os verbos modais.

Eles estão confiantes que podem recuperá-la **a qualquer hora**. [jn]
 Eles estão confiantes que podem **a qualquer hora** recuperá-la. [jn adaptado]
 Eles estão confiantes que **a qualquer hora** podem recuperá-la. [jn adaptado]

k) Décimo primeiro critério:

A unidade de um verbo auxiliar também se vê pela negativização, que afeta a sequência como um todo e não pode aparecer entre o verbo auxiliar e o principal.

João **não** tem estudado. (PONTES, 1973, p. 52)
 * João tem **não** estudado. (PONTES, 1973, p. 52)

Esta normalidade co-existe para alguns casos do português, mas parece ser mais regular com os verbos *ter*, *ser*, *haver* e *estar*, seguidos de *particípio*. Essa regra parece que não é eficaz para com os modais, uma vez que os verbos que os seguem nunca aparecem com *particípios* e muito menos com *gerúndios*. No capítulo 5, analisaremos as ocorrências dos modais que aceitam a negativização, refletindo a mudança de sentido determinada pela negação.

Isso pode **não** ser muito útil. [stv]
 Isso **não** pode ser muito útil. [stv reformulado]
 Vocês **não** podem deixar essa sala ainda. [stv]
 Vocês podem **não** deixar essa sala ainda. [stv reformulado]

Em síntese, nos exemplos mencionados, a negativização é possível para todos os verbos modais, porém, com o verbo *poder*, ocorre a mudança efetiva da interpretação da modalização. Dessa forma, quando a negativa “não” está antes da perífrase verbal, “Isso **não** pode ser muito útil” [stv], “Vocês **não** podem deixar essa sala ainda” [stv], interpretamos a sentença como uma proibição, da modalização deontica. Contudo, quando o advérbio de negação aparece entre o verbo auxiliar e o verbo principal, a sentença é interpretada como possibilidade, probabilidade, da modalização epistêmica “Isso pode **não** ser muito útil.” [stv adaptado], “Vocês podem **não** deixar essa sala.” [stv adaptado]. Assim, a mudança da posição da negativa altera a significação do verbo modal para deontico ou epistêmico.

O mesmo fenômeno não acontece com o verbo *dever*, em sentenças como:

Ele viu algo que **não** deveria ver. [stv]

Ele viu algo que deveria **não** ver. [stv adaptada]

É por isso que disse que você **não** deve correr no salão. [stv]

É por isso que disse que você deve **não** correr no salão. [stv adaptada]

Nos exemplos mencionados, não existe a alternância entre a modalização deôntica, da expressão da proibição, com a modalização epistêmica, da expressão da possibilidade. A negativa com o verbo *poder* altera o sentido da modalização, mas, com o *dever*, não existe essa alternância para marcar as diferentes modalizações.

l) Décimo segundo critério:

O sujeito gramatical da perífrase verbal é selecionado pelo verbo principal. Tal restrição determina orações gramaticais aceitáveis e inaceitáveis da língua para qualquer verbo auxiliar.

A pedra **quebrou**. (PONTES, 1973, p. 52)

A pedra tinha **quebrado**. (PONTES, 1973, p. 52)

* A pedra tinha **lido**. (PONTES, 1973, p. 52)

Um dragão pode **soprar** fogo da boca. [stv]

* Uma pedra pode **soprar** fogo da boca. [stv adaptado]

m) Décimo terceiro critério:

Pontes (1973) explica que o verbo *ter* combina-se com qualquer outro verbo principal, inclusive impessoal, para formar uma perífrase. Apesar de a autora mostrar somente exemplos com *ter*, consideramos que a regra também pode ocorrer com os modais *poder* e *dever*, conforme os exemplos a seguir.

Tinha **chovido**. (PONTES, 1973, p. 52)

Tinha **havido** aula. (PONTES, 1973, p. 52)

Mas pode **haver** pessoas desonestas no jogo. [stv]

Um último detalhe das observações de Pontes (1973), no que se refere aos verbos modais, é que o verbo *poder* tem uma relativa mobilidade dentro da oração, quando lhe é inserido outro auxiliar que o antecede. Tudo sugere, conforme a autora, que o *poder*, assim como outros auxiliares, precisaria de novas regras mais abrangentes que possibilitassem descrever, de uma forma mais “elegante” e “econômica”, a realidade da língua. Os exemplos são:

João tem **podido** cantar. (PONTES, 1973, p. 97)

João está **podendo** cantar. (PONTES, 1973, p. 97)

João tem estado **podendo** cantar. (PONTES, 1973, p. 97)

Neste caso, reconhece-se que há um verbo modal, nessas sentenças, mas que não desempenha a função de auxiliar, que desenvolve as categorias de tempo, de aspecto e de modalização para a sentença. Apesar de a discussão ser relevante para categorização da auxiliaridade, restringiremos nosso estudo aos verbos *poder* e *dever* que são verbos modais “auxiliares”, ou seja, os elementos verbais que designam tempo, aspecto, modo, voz para a perífrase. Relegamos para outras pesquisas a maneira como os demais verbos da sequência verbal funcionam na configuração formal de perífrases.

4.3.2 Maria Lucia Lobato

Lobato (1975) também, para identificar se um verbo no português é ou não auxiliar, apresenta uma lista de dezesseis critérios que levam em conta o componente sintático. A proposta dessa autora é atribuir um conjunto de testes a uma lista de verbos para determinar qual grupo satisfaria um conjunto de requisitos para serem denominados verbos auxiliares, propriamente ditos. Vejamos os critérios da autora.

a) Primeiro critério:

O conjunto criado por um verbo auxiliar e um verbo pleno deve formar uma *unidade significativa*. Essa afirmação está calcada numa relação de ligação dos termos em que um depende sintática e semanticamente do outro, uma vez que não podem configurar sozinhos na oração, evitando-se, assim, orações mal formadas de acordo com as regras da gramática da língua.

Aquele lixo [**deveria ter sido despejado**] em um lugar menos movimentado. [jn]

*Aquele lixo [**ter sido despejado**] em um lugar menos movimentado. [jn reformulado]

*Aquele lixo [**deveria**] em um lugar menos movimentado. [jn reformulado]

b) Segundo critério:

A *acepção egocêntrica* determina que todo verbo auxiliar apresente uma ligação semântica e sintática com o sujeito gramatical da sentença. No processo de auxiliarização, os

dois verbos terão a mesma identidade com um só sujeito, estabelecendo um vínculo sempre necessário em todos os casos, como demonstra a figura 7 abaixo.

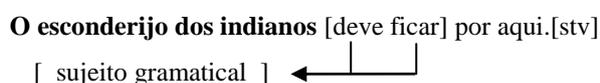


Figura 7: Representação do vínculo sintático do verbo auxiliar
Fonte: Elaborado pelo autor.

Se se puderem ocorrer dois sujeitos para os dois verbos diferentes, existe a possibilidade de a construção ser uma oração subordinada de infinitivo, que, em outros termos, seria classificada como uma oração subordinada substantiva, ficando eliminada a hipótese de verbo flexionado ser um auxiliar, conforme a figura 8 abaixo.

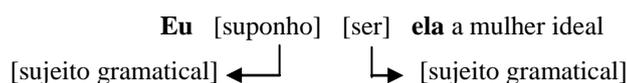


Figura 8: Representação do vínculo do verbo da subordinada
Fonte: Elaborado pelo autor.

c) Terceiro critério:

Este critério conjuga com a mesma definição empregada pelas gramáticas escolares, em que um sintagma verbal auxiliarizado é composto de uma forma verbal flexionada, seguido de uma outra forma verbal no infinitivo, gerúndio ou particípio. A flexão do verbo auxiliar é obrigatória em todos os casos de formação de perífrases, mas não se deve imaginar que somente esse critério seja suficiente para se identificar uma perífrase verbal, pois, conforme Lobato (1975), muitas das orações reduzidas do português também são construídas com verbos no infinitivo. Esse critério não deve ser tomado isoladamente, mas vir conjugado com outros para se identificar, de fato, uma construção perifrástica.

Auxiliar + infinitivo: **vai ler**. (LOBATO, 1975, p. 33)

Auxiliar + gerúndio: **está lendo**. (LOBATO, 1975, p. 33)

Auxiliar + particípio: **é lido**. (LOBATO, 1975, p. 33)

d) Quarto critério:

Na ordem superficial dos termos da oração, auxiliar + principal configuram-se em uma sequência linear; o auxiliar é seguido pelo verbo principal, visto que o auxiliar não pode

suceder o principal. Esta regra, sobre a auxiliarização, é rígida, apesar de os outros termos da sentença poderem se mover para outras posições na oração.

O médico **pode esquecer** instrumentos nos pacientes. [ie]
 O médico **esquecer** instrumentos nos pacientes **pode**. [ie adaptado]

Pode o médico **esquecer** instrumentos nos pacientes. [ie adaptado]
 * O médico **esquecer pode** instrumentos nos pacientes. [ie adaptado]

e) Quinto critério:

Um meio de identificar os verbos auxiliares de dois verbos concatenados em sequência é a impossibilidade de os primeiros não constituírem construções de orações subordinadas. Entretanto esse critério deve ser analisado a partir de uma construção perifrástica como um todo e não apenas a partir do item lexical verbal. Ou seja, o fato de *querer* ser auxiliar em *quero viajar* e construção de oração subordinada em *quero que saia*, é porque o auxiliar está sendo analisado dentro de um conjunto estrutural (querer + infinitivo, querer + oração subordinada). O verbo *querer*, por si mesmo, como item lexical, possibilita as duas formas.

Aliando-se a isso, conforme aponta Lobato (1975), se o verbo não propiciar a formação de construções com *que*, então, serão considerados verbos de orações perifrásticas. Vejamos os exemplos que se seguem:

Ele **mandou que** fizesse isso. (LOBATO, 1975, p. 37)
Podem comer mais. [ci]
 ***Pode que** comesse mais. [ci adaptado]

De acordo com a autora, o último exemplo ficaria bloqueado na composição de critérios, pois a forma perifrástica não se comporta como uma oração subordinada desenvolvida. Esse critério pressupõe muitas reflexões sobre as orações subordinadas, uma hipótese que depois poderia ser testada é se toda oração reduzida teria necessariamente uma desenvolvida correspondente e se toda oração desenvolvida teria a sua contraparte reduzida.

f) Sexto critério:

A formação de uma oração com dois verbos em sequência não restringe a inserção de circunstâncias temporais entre eles, ou seja, adjuntos temporais podem posicionar-se junto de verbos. Entretanto, ao fazer isso, a autora argumenta que há uma mudança sintática observada entre os verbos de orações subordinadas substantivas em relação aos auxiliares. O adjunto temporal incide nas orações subordinadas, no objeto direto ou no infinitivo. Já na perífrase verbal, incide sobre o grupo verbal inteiro.

[Ontem], me [mandaram] ir embora. (LOBATO, 1975, p. 43)



Mandaram [ir] embora, [hoje]. (LOBATO, 1975, p. 43)



Eu [poderia eliminar] todos [em 7 segundos] [stv]



Figura 9: Relação do adjunto adverbial na sentença

Fonte: elaborado pelo autor.

No primeiro exemplo, o adjunto adverbial de tempo *ontem* modifica o verbo *mandar*. O ouvinte entende, imediatamente, que alguém o mandou ir embora. No segundo caso, existe também uma interpretação em que o adjunto adverbial *hoje* modifica o complemento, o verbo *ir*, visto que a interpretação do ouvinte seria a de que alguém que mandou fulano *ir* embora, no dia de *hoje*.

Entretanto, essa liberdade da modificação do adjunto adverbial, com relação aos verbos na sentença, não é atestada no terceiro exemplo. O adjunto “7 segundos” não pode recair no verbo modal “pode” isoladamente, e, muito menos, somente ao verbo principal “eliminar”. Então, a modificação do adjunto “7 segundos” deve recobrir toda a predicação, *poderia eliminar*, não sendo possível a interpretação da modificação apenas em um ou outro verbo.

g) Sétimo critério:

Segundo Lobato (1975), um teste muito produtivo para identificar verbos auxiliares é o da negatização, de maneira que uma sequência verbal com auxiliar e principal não pode ser separado por um advérbio de negação. Segundo esse critério, grande parte dos verbos do português não seriam auxiliares, necessariamente.

Maria pode vir. (LOBATO, 1975, p.55)

Maria **não** pode vir. (LOBATO, 1975, p.55)

Maria pode **não** vir. (LOBATO, 1975, p.56)

Ele sabe ouvir os outros. (LOBATO, 1975, p.56)

Ele **não** sabe ouvir os outros. (LOBATO, 1975, p.56)

Ele sabe **não** ouvir os outros. (LOBATO, 1975, p.56)

Em todos os exemplos mencionados, conforme a autora, é possível negar o primeiro e o segundo verbo da sequência, com alguma mudança de sentido, o que forneceria a hipótese de que são duas formas diferentes. O mesmo não ocorre com verbos tipo auxiliares como *ter* e *ser*, que impossibilitam a separação pelo advérbio da negação.

João tem dormido muito. (LOBATO, 1975, p.57)

João **não** tem dormido muito. (LOBATO, 1975, p.57)

(?) João tem **não** dormido muito. (LOBATO, 1975, p.57)

Naquele tempo eu era nascido. (LOBATO, 1975, p.57)

Naquele tempo eu **não** era nascido. (LOBATO, 1975, p.57)

(?) Naquele tempo eu era **não** nascido. (LOBATO, 1975, p.57)

A única possibilidade, com relação à aplicação do “não”, nos exemplos mencionados, seria a da anteposição do verbo auxiliar antes ou logo após toda a perífrase verbal, mas nunca no meio da relação entre verbo auxiliar e verbo principal. Esta realização da negação demonstra um complexo comportamento sintático desses verbos, mas, mesmo assim, nada autoriza o fenômeno da auxiliarização ser restrito apenas aos verbos *ter* e *ser*.

Mesmo com a afirmação da autora de que verbos, ao aceitarem uma negação entre seus termos, constituiriam orações diferentes e que os demais verbos que restringem a aplicação dessa regra são auxiliares, com os modais, há uma complexidade sintática, já observada no décimo primeiro critério de Pontes (1973), pois os modais *poder* e *dever* aceitam a negação e, ao mesmo tempo, expressam sentidos diferentes.

h) Oitavo critério:

A “restrição paradigmática” determina que todo auxiliar deve ter particípio. De todos os critérios arrolados pela autora, este parece ser o mais obscuro, porque prediz que todo auxiliar deve ser um particípio. Assim como ocorre com *ter* + *particípio*, *haver* + *particípio*, *estar* + *particípio* e *ser* + *particípio*, a maioria dos verbos *de estado* determinariam uma regularidade paradigmática para todos os outros verbos da língua. Não obstante, a autora reconhece que a falta de um particípio não é condição suficiente para determinar a auxiliaridade.

i) Nono critério:

A aplicação deste critério estabelece a inseparabilidade dos termos na auxiliaridade. O grupo verbal funciona como um uno semântica e sintaticamente indissociável, mas isso não impede a colocação de clíticos, expressões ou conjunções, que podem ser intercalados entre o auxiliar e o verbo principal.

Estava **eu** dormindo quando bateram à porta (LOBATO, 1975, p. 35)

Ele tem-**te** escrito? (LOBATO, 1975, p. 35)

j) Décimo critério:

O critério do grupo fonético, prosódico ou acentual estabelece que o constituinte de uma cadeia falada caracteriza a presença de um só acento tônico. Segundo a autora, é uma

unidade que forma um contorno prosódico, cujos limites são não-variáveis. Distinguem-se dos grupos de força ou de entonação, que compreendem vários grupos fonéticos. O grupo de força é delimitado pela respiração, sendo emitido por meio de pausas, e o grupo de entonação resulta do fenômeno de pronúncia, manifestando-se em frases e em elementos rítmicos correspondentes à respiração.

Como não será realizada uma análise de grupos prosódicos, esse critério não será investigado nesta pesquisa. Apesar de que, como bem salientou Neves (2002), qualquer estudo que descreva a Modalização, passa vez ou outra pela análise prosódica da fala, pois é aí que são recrutadas todas as modalidades da língua, mas, para nossos objetivos, não focamos os aspectos fonológicos da manifestação da modalização perifrástica.

k) Décimo primeiro critério:

Esta regra é a *frequência de ocorrência*, a qual se assemelha muito ao princípio de Bybee (2004), em relação aos processos de gramaticalização. A frequência, conforme Lobato (1975), é muito significativa para intuir se uma categoria da língua está sendo utilizada ou não. Se uma categoria verbal não é usada ou apresenta baixos índices de ocorrência, ela tende a desaparecer. Este critério admite, dessa maneira, que não apenas os auxiliares, mas todo elemento gramatical da língua tem uma média de frequência. Conseqüentemente, só pode ser aplicada esta regra aos auxiliares, quando são realizadas coletas de dados de diversas procedências e feitas análises quantitativas, o que não será feito nesta pesquisa.

l) Décimo segundo critério:

Este critério estabelece a formação de um Sintagma Verbal como grupo unitário (auxiliar + auxiliado), tornando-se um único constituinte da oração. No exemplo abaixo, tem-se só uma oração realizada como SV de um predicado. Os morfemas das palavras não apresentam diferentes graus de ligação entre essas ligações, mesmo que possam ser inseridas outras partículas entre os termos, a atualização da unidade do constituinte continua a mesma.

Você **pode contar** comigo. [ci]
 Você **pode** sempre **contar** comigo. [ci adaptada]

m) Décimo terceiro critério:

Apassivação é um dos recursos encontrados nos auxiliares, portanto, representa uma avaliação para identificá-los, uma vez que é suscetível a qualquer verbo apassivar-se. A ideia da autora é a de que, havendo paráfrase entre formas ativas e passivas, os verbos das duas formas serão considerados pertencentes à conjugação perifrástica.

Voz ativa: Eles **têm enganado** você. (LOBATO, 1975, p. 46)

Voz passiva: Você **tem sido enganado** por eles. (LOBATO, 1975, p. 46)

Voz ativa: Eles **deverão contratar** você. (LOBATO, 1975, p. 46)

Voz passiva: Você **deverá ser contratado** por eles. (LOBATO, 1975, p. 46)

n) Décimo quarto critério:

Este critério diz respeito à possibilidade de realizações comutáveis dentro de um mesmo campo lexical. Essa liberdade, para a linguista, é um delimitador do campo lexical do auxiliar, ao mesmo tempo em que se estabelece um eixo de realizações. Por exemplo, o verbo “dizer” é comutável com “falar”, “explicar”, “jurar”, “prometer”, sendo todos do mesmo campo semântico, selecionando o sujeito gramatical de forma semelhante. Entretanto, Lobato (1975) salienta que, devido à falta de experimentos de maior ou menor quantidade de escolhas, esse critério não deve ser considerado determinante na classificação dos auxiliares.

Essa regra determina, então, que o verbo *poder* tem a possibilidade de realizar uma perífrase com outros verbos da mesma natureza, como, por exemplo, *querer*, *pretender*, *desejar*, *dever*, *necessitar*, etc.

o) Décimo quinto critério:

A pronominalização é, muitas vezes, utilizada para diferenciar auxiliares e verbos plenos. Consiste em estabelecer uma relação de substituição entre um pronome com um auxiliado. Se houver a impossibilidade de mudança, ter-se-á uma oração com auxiliaridade, caso contrário, seriam dois verbos em orações distintas.

Se até João **é respeitado** por seus alunos, eu também **o** serei pelos meus. (LOBATO, 1975, p. 65)

Uma das vítimas **foi encontrada** ontem pelos aviões da FAB. As três outras ainda não **o** foram, apesar das procuras constantes. (LOBATO, 1975, p. 65)

p) Décimo sexto critério:

É um critério semântico que atribui a *perda de significado* de todo o verbo auxiliar, devido à sua nova posição sintática na sentença e, em sequência, à sua grande ligação com o verbo principal. Conforme Lobato (1975, p. 52), “a etapa gramatical está ultrapassada, quando a zona de aplicação de um morfema se estender a ponto de perder seu caráter lexical, para não mais representar senão um papel gramatical.”

De acordo com Vilela (1999), este critério de *perda semântica* denomina-se *deslexicalização*. E com relação ao verbo pleno, este se caracteriza pelo conteúdo semântico mais elaborado que o auxiliar, visto que seu significado se dirige diretamente ao mundo

extralinguístico existente, funcionando gramaticalmente como núcleo do predicado da sentença.

Esta visão sobre a configuração verbal é compatível com as propostas de Lehmann (2002) e Hopper (1993), conforme a discussão que fizemos nos capítulos anteriores, a respeito da gramaticalização. Daí a ideia predominante de que, quanto maior a perda semântica, maior será o nível de gramaticalização e mais completa será a perda do sentido concreto do verbo.

Entretanto, nem todos os verbos são suscetíveis de sofrerem perda de significação e, além do mais, há diferentes graus de perda se se analisarem os níveis de elaboração da modalização dos verbos modais *poder* e *dever*. Talvez, fosse este o ponto crítico da gramaticalização com relação aos verbos modais, visto que, neles, a perda é relativamente baixa, ou seja, mesmo gramaticalizados, permanecem com alguns de seus traços de verbo pleno. Porém, a compreensão de como ocorre essa perda semântica e os sentidos determinados por esses dois verbos, serão observados mais detalhadamente no capítulo 5, no qual desenvolvemos uma análise de como é realizada a manifestação dos processos metafóricos dos verbos e suas respectivas realizações da modalização deôntica, epistêmica e dinâmica.

4.3.3 João de Almeida

Para o autor, qualquer tipo de perífrase verbal a ser estudada em português, deverá apresentar diferentes formas e funções, uma vez que nenhuma delas será idêntica à outra, e, para poder descrevê-las, faz-se necessário estabelecer critérios de natureza sintática, semântica e funcional.

a) Primeiro critério:

Este critério determina que uma perífrase verbal, ou locução verbal, é um conjunto indissolúvel de verbo mais uma forma nominal, diferentemente daquela que é formada com verbo mais nome, uma vez que, neste segundo caso, haveria uma perífrase nominal. Os exemplos de perífrases nominais do autor são:

Ter medo. (ALMEIDA, 1978, p. 7)

Passar a perna. (ALMEIDA, 1978, p. 7)

Cruzar os braços. (ALMEIDA, 1978, p. 7)

b) Segundo critério:

Segundo Almeida (1978), apesar de o primeiro critério ser importante, ele não diferencia sintagmas do tipo *sorria dormindo* e *estava trabalhando*, (ALMEIDA, 1978, p. 7), pois a incidência de formas do primeiro critério revela sua insuficiência, por ser muito geral. No primeiro caso, há uma circunstância temporal *sorria enquanto dormia* e, no segundo, uma relação realmente de perífrase verbal.

Com construções de infinitivo, o segundo critério estabelece a correspondência entre sujeitos para os auxiliares, de sorte que *deixei-o trabalhar* (ALMEIDA, 1978, p.7) apresentaria uma interpretação com dois sujeitos gramaticais, enquanto que *estava trabalhando* se refere à interpretação de um único sujeito gramatical para os dois verbos. Daí ser este, de acordo com o autor, o melhor meio de integrarem-se o primeiro e o segundo critérios.

c) Terceiro critério:

Deve haver uma correspondência da perífrase com orações simples, ou seja, um valor de não oposição às formas com tempos simples. Assim, apenas a perífrase verbal aceitaria a estrutura reversa. Vejam-se os exemplos.

Estava trabalhando	—————>	Trabalhava
Tinha partido	—————>	Partira
Hei de vencer	—————>	Vencerei
Deixei-o trabalhar	—————>	-----

Figura 10: Perífrase verbal com estrutura reversa

Fonte: ALMEIDA, 1978, p. 8.

A última relação (*deixei-o trabalhar*) reflete aquela questão que já apresentamos no início deste capítulo, em que as gramáticas tradicionais estabelecem uma equidade entre tempos compostos e tempos simples. A última sentença não seria uma perífrase, na concepção do autor, porque não permitiria uma fixação direta com o tempo simples.

d) Quarto critério:

O critério semântico diz respeito ao processo de gramaticalização das formas verbais, inerentemente ligada à constituição de perífrases verbais. Isso acontece, porque, conforme Almeida (1978), a gramaticalização é um fenômeno de esvaziamento semântico da significação do léxico para uma significação gramatical. Contudo, não se pode desprezar que,

na observação léxica de perífrases, ocorreu uma transição semântica de formas lexicais para gramaticais, e até mesmo na perífrase mais “pura” não ocorre um esvaziamento total da significação.

e) Quinto critério:

O critério funcional também deve ser levado em conta no tratamento das perífrases, entendendo-se por funcional a influência do contexto em que as perífrases estão inseridas. A pesquisa ideal sobre verbos, para o autor, deve considerar a influência do verbo sobre a maneira pela qual são estruturados os tempos e os modos verbais, pois isso é fundamental para se reconhecerem os efeitos de sentido que desenvolvem as perífrases em diferentes enunciados.

Uma forma do tempo gramatical do presente do indicativo não materializa o mesmo sentido do tempo cronológico do presente. No modo do indicativo, por exemplo, o verbo do presente do indicativo pode se submeter a uma realização da ação de um evento futuro, ou algo próximo a uma hipótese ou ordem, como nos casos abaixo:

Presente do Indicativo, tempo cronológico do Futuro.

Eu vou trabalhar naquela fábrica. (ALMEIDA, 1978, p. 9)

Presente do Subjuntivo, relação da hipótese.

Pedro pensa que eu vá trabalhar naquela fábrica. (sic) (ALMEIDA, 1978, p. 7)

Presente do Subjuntivo, relação da ordem.

Pedro, vá trabalhar na fábrica! (sic) (ALMEIDA, 1978, p. 7)

4.3.4 Émile Benveniste

Benveniste (1989), ao analisar as diferenças existentes entre as muitas línguas, verifica que a evolução tomada pelo sistema linguístico está atrelada às mudanças sofridas por suas categorias, entendendo-se, por categorias, as classes morfológicas constitutivas de funções gramaticais. Entretanto, salienta que tais categorias não mudam simultaneamente, mas passam por distintos estágios que podem atingir algumas categorias mais do que outras. O verbo auxiliar é uma destas classes, pertencente a muitas famílias de línguas, que tendem a sofrer modificações, assumindo as funções gramaticais e, ao mesmo tempo, ligadas aos complementos também verbais.

Apoiando-se nos estudos de Guillaume, Benveniste (1989) admite que os verbos auxiliares são *subductivos*. Essa *subductividade* é um processo complexo que Benveniste (1989) define:

“Os verbos auxiliares são verbos cuja gênese material interrompida por uma conclusão mais rápida da gênese formal, fica em suspenso, não se completa e pede, conseqüentemente, um *complemento de matéria* que – estando encerrada a ontogênese da palavra – só pode vir do exterior: de uma outra palavra.” (GUILAUME *apud* BENVENISTE, 1989, p. 181)

Assim, há subducção quando um verbo completo quanto à forma (conjugase em todos os modos e em todos os tempos), mas incompleto quanto à matéria, necessita prender-se a outro verbo. Mais ou menos, ao mesmo tempo, torna-se um componente dependente de outra forma verbal, formando as chamadas perífrases. Na formação dessas construções, há um momento de desdobramento, cujas características de tempo e modo são atribuídas ao auxiliar, e o semantema (consiste no significado lexical da palavra), ao auxiliado.

Benveniste (1989), depois dessas considerações iniciais, apresenta três regras relativas à estrutura formal da auxiliarização, a saber:

a) Primeiro critério:

O *princípio da não-reflexividade da função auxiliante* estabelece que nenhum verbo principal funciona como auxiliar de si próprio, ou seja, casos como **estava estando*, **haver havendo*, **teve tendo* são formas não aceitas pelo princípio da não auxiliaridade do verbo principal. Entretanto, de acordo com os dados de Coelho (2006), constatou-se a incidência de construções em português, do tipo *tem tido*, *foi indo*, *tem de ter*, *há de haver*, muito produtivas na língua portuguesa, o que torna este princípio o menos rígido de todos.

b) Segundo critério:

Diz respeito à *neutralização de que nenhum auxiliante admite a auxiliação de diátese*, ou seja, nenhum verbo auxiliar constrói voz passiva, somente o verbo principal. Isso é comprovado em exemplos do tipo:

Voz passiva: Aqueles dados **poderiam** ter sido alterados por qualquer um. [ci]

Voz ativa: Qualquer um **poderia** alterar aqueles dados. [cn adaptado]

Como se constata, a mudança sintática ocorre com o verbo principal e não com o verbo auxiliar. Isso confirma o que Coelho (2006) diz sobre o fato de que, ao inserir-se um segundo verbo auxiliar entre o verbo pleno e o auxiliar, na transposição da passiva, comprova-se o princípio de que um auxiliar não pode ser apassivado.

c) Terceiro critério:

Por fim, a *não-reversibilidade da relação auxiliante e auxiliado* propõe argumentar que um verbo auxiliar e um pleno não podem mudar de posições. Ou seja, exemplos do tipo **correu poder, *nadaria poder, *andava dever, *pulou deve*, são construções bloqueadas por não seguir a regra específica.

4.3.5 Beatriz de O. Longo & Odette de S. Campos

Ao estudar as perífrases de tempo em *corpus* falado, Longo & Campos (2002) selecionam critérios para a verificação do grau de gramaticalidade das perífrases, para, assim, tentar reconhecer se, entre as duas formas em análise, há um compartilhamento de graus de gramaticalização ou não. Para isso, apresentam cinco aplicações de testes, a saber:

a) a *inseparabilidade* dos verbos auxiliares: se houver verbos intervenientes, o grau de fusão entre os dois será baixo;

b) a *irreversibilidade*: se houver possibilidade de reversão ou de anteposições dos verbos, o grau de gramaticalização também será baixo e não haverá auxiliares na oração e, logicamente, não haverá construções perifrásticas;

c) o *esvaziamento semântico*: ocorre quando o significado original dos verbos desaparece, sendo substituído por relações mais gramaticais como tempo ou aspecto, neste caso, as formas verbais serão mais gramaticalizadas. Apesar de as autoras não apresentarem os exemplos claros sobre este critério, podemos afirmar que “o livro estava na mesa [cn]” é diferente de “eu estava estudando [cn]”, uma vez que a primeira sentença estabelece o significado de localização e a segunda, de ação em progresso;

d) a *recursividade*: o fato de um verbo incidir sobre uma base idêntica, ou seja, ficam restritas construções do tipo **pode podendo, *está estando* etc. Isso revelaria uma persistência do significado do verbo auxiliar como categoria funcional, demonstrando um baixo grau de gramaticalidade e;

e) a *perda das características sintáticas*: esta regra estabelece que os auxiliares não desempenhem função de núcleo da oração, operando apenas como categorias funcionais, ou seja, existe uma ausência de acusativos e locativos complementos para os auxiliares, o que pode mostrar um alto grau de gramaticalidade.

Os resultados das autoras com relação aos testes condizem com a compreensão de que as perífrases, em estudo, estão no mesmo grau de gramaticalização. Mas o mais importante na pesquisa que desenvolveram foi levantar a hipótese de que, com a aplicação de testes mínimos e abrangentes, é possível resolver a questão da identidade e configuração das perífrases verbais.

4.3.6 Mário A. Perini

Com o objetivo de resumir um conjunto básico de características que permitem distinguir verbos auxiliares de verbos modais, Perini (2010) elaborou algumas propriedades, que também servem para particularizar um auxiliar, seja modal ou não, de outros verbos em sequência, em orações distintas. Alguns desses critérios são listados abaixo:

a) Primeiro critério:

Um auxiliar (não modal) acrescenta ao verbo principal traços semânticos, que não são previsíveis a partir do *significado dos verbos em separado*. Assim, conforme Perini (2010, p. 240), o verbo *ir* desempenha a semântica de movimento, em *Eu vou à praia*, mas não em *Eu vou almoçar*. Ou seja, o linguista diferencia os verbos pelo comportamento semântico lexical que têm na oração, ora como verbos plenos separados da oração, ora como perífrases.

Mais adiante, o autor elabora uma regra com o raciocínio de que os modais têm significado constante em seu uso auxiliar ou principal, com a apresentação do seguinte exemplo: *ele começou a trabalhar*, *ele começou o trabalho*, (PERINI, 2010, p. 240), em que ocorre uma nominalização do verbo principal. Esta postura é contraditória se for levado em conta o exemplo *A TV acaba de estragar* (PERINI, 2010, p. 238), em que não há nominalização do verbo principal, pois o sistema da língua bloqueia ocorrências do tipo **A TV acaba o estrago*. Desta forma, essa especificidade da regra de Perini (2010) precisaria ser mais delimitada.

b) Segundo critério:

Todos os auxiliares não admitem um sujeito gramatical diferente para ambos os verbos, ou seja, deve ocorrer uma identidade entre sujeitos gramaticais. Essa posição está em consonância com Pontes (1973) e Lobato (1975), já citadas.

c) Terceiro critério:

Um auxiliar (não modal) sofre negação, mas o verbo principal não sofre. Assim, são possíveis os casos do tipo *eu não vou sair*, mas não **eu vou não sair* (PERINI, 2010, p. 240). Esta relação da posição da partícula negativa separa os verbos modais dos não-modais como “eu não resolvi sair”, e “eu resolvi não sair”, (PERINI, 2010, p. 240), que se distinguem os auxiliares (*ser, haver, ter e estar*) dos demais (*começar, poder, dever, continuar, etc.*). Entretanto, em consonância com a análise de Perini, mostraremos, no próximo capítulo, como os modais *poder* e *dever* apresentam algumas singularidades, pois possibilitam a negativa em sentenças como, “não posso confiar em ninguém” [veja] > “posso não confiar em ninguém” [veja adaptada].

4.4 Critérios de auxiliaridade selecionados

No início deste capítulo, analisamos diferentes gramáticas, perfazendo quase 40 anos de estudos, de modo a identificar como são discutidas as perífrases verbais. Constatamos uma confusão terminológica sobre o que venha a ser a Locução Verbal e a Conjugação Perifrástica, uma vez que estas eram, vez por outra, classificadas de forma diferente com a denominação de Tempo Composto. Vários autores mencionados fizeram essa distinção por uma questão formal de similaridade entre a conjugação do tempo simples e a conjugação do tempo composto, principalmente, do verbo *ter*, seguido pelo particípio. Outros autores não fizeram tal distinção, por reconhecerem que tanto as construções com verbo *ter*, mais raramente com *haver*, quanto as construções com outros verbos auxiliares promovem a formação de construções perifrásticas indistintamente.

Contudo, para os fins deste trabalho, Tempo Composto, Locução Verbal e Conjugação Perifrástica foram denominadas como uma forma única, que é a *Perífrase Verbal*, visto que todos estes processos de formação marcam o mesmo fenômeno linguístico, a auxiliaridade. Com relação aos termos de auxiliante e auxiliado, propostos por Lobato (1975), e verbos nocionais e verbos relacionais, propostos por Said Ali (1964), optou-se por manter a denominação padrão, em conformidade com Pontes (1973), verbo *auxiliar* e verbo *principal*.

Na segunda parte, apresentaremos a definição de perífrases verbais, e afirmamos que o processo de auxiliarização é uma questão inerente ao mecanismo de gramaticalização. Como enfatiza Lobato (1975), ao se analisar o auxiliar modal, o pesquisador, necessariamente, se

defronta com todo verbo que contenha uma forma infinitiva na segunda sequência verbal, indistintamente. Essa afirmação é importante, pois delimita um conjunto de possibilidades sobre as relações aspectuais e temporais nas quais estes verbos modais podem aparecer.

Na última parte, o maior bloco de todos, foram expostos vários critérios de análise de auxiliaridade verbal, que mostram algumas propriedades necessárias para se identificar quando uma sequência de dois verbos é uma perífrase verbal ou duas orações distintas. Esses critérios foram utilizados em nossas análises como instrumentos para verificarmos as diferenças gramaticais de vinculação sintática entre o verbo auxiliar, dos verbos *poder* e *dever*, com os verbos principais, assim como o grau de gramaticalidade a que tais verbos apresentam.

Elaboramos uma lista, a seguir, enumerando os critérios de todos os autores supracitados, à medida que foram aparecendo na seção anterior, colocando os nomes dos linguistas que desenvolveram regras de auxiliarização. A listagem foi elaborada como um resumo da relação entre critérios propostos e seus respectivos autores. Entretanto, aqueles critérios que apareciam repetidos não foram enumerados novamente na lista, pois, apenas marcamos, na tabela, o autor que os utilizou, tendo em vista sintetizar todos os critérios de auxiliaridade mencionados, sem deixar faltar nenhuma ocorrência.

Critérios de Auxiliaridade		Pontes (1973)	Lobato (1975)	Almeida (1978)	Benveniste (1989)	Longo & Campos (2002)	Perini (2010)
1	Possibilidade de flexão temporal apenas do verbo auxiliar	X	X				
2	Impossibilidade de flexão temporal do verbo principal	X					
3	Seleção do verbo <i>não-finito</i> pelo verbo auxiliar	X					
4	Estruturação organizada entre verbo auxiliar e os da sequência	X					
5	Possibilidade de sequências verbais com até quatro verbos	X					
6	Ordem estrutural hierarquicamente organizada entre as sequências verbais	X					
7	Irreversibilidade entre auxiliar e verbo principal	X	X		X	X	
8	Impossibilidade de concordância de número entre o sujeito e verbo principal	X					
9	Apassivação	X	X				
10	Inserção de Adjuntos Temporais entre os dois verbos sem alteração do sentido		X				
11	Negativização	X	X				X
12	Seleção do sujeito gramatical pelo verbo principal (identidade entre suj. e aux.)	X	X				X
13	Possibilidade de combinação do auxiliar com qualquer outro verbo, até o impessoal	X					
14	Formação de uma unidade indissociável, sem o apagamento de um dos verbos	X	X				
15	Impossibilidade de construção de orações subordinadas		X	X			
16	Todo verbo auxiliar deve possibilitar a construção com participio		X				
17	Inseparabilidade dos termos da perífrase		X	X		X	
18	Grupo prosódico		X				
19	Frequência de ocorrência		X				
20	Formação de um único constituinte, SV		X				
21	Realização comutável de verbos na mesma natureza		X				
22	Pronominalização		X				
23	Perda Semântica		X	X		X	
24	Correspondência da perífrase (tempo composto) com tempo simples			X			
25	Categorização do tempo cronológico pelo verbo auxiliar, nunca pelo principal			X			
26	Impossibilidade de os verbos auxiliares, auxiliarem-se a si mesmo.				X	X	
27	Perda das características sintáticas do núcleo pelos verbos auxiliares					X	
28	Auxiliares elaboram traços semânticos para as sentenças						X
29	Impossibilidade de o verbo auxiliar construir voz passiva				X		

Quadro 4: Lista dos critérios de auxiliaridade

Fonte: Elaborado de acordo com os critérios de auxiliaridade dos autores supracitados.

Para descrevermos quais serão os critérios listados no quadro mencionado, que serão utilizados em nossas análises no próximo capítulo, enumeramos cada um e colocamos, diante da numeração o nome da regra. Como a regra em si, já foi descrita na seção anterior, mostraremos apenas o motivo de não a utilizarmos para as análises, pois existem circunstâncias fonológicas, sintáticas, semânticas de algumas delas, que tornam o estudo da auxiliaridade dos modais oneroso, já que ultrapassam os objetivos da pesquisa ou apresentam relações muito próximas com outras regras já citadas.

Da lista de critérios, Pontes (1973) e Lobato (1975) desenvolveram a maior lista de todos os linguistas com treze e dezesseis princípios, respectivamente. Longo & Campos (2002) apresentam alguns critérios similares àqueles que foram citados por Pontes (1973) e Lobato (1975), e mostram um critério que não foi empregado por outros autores, a saber: 27 – *Perda das características sintáticas do verbo principal pelo verbo auxiliar*. Almeida (1978) apresentou um único critério diferenciado dos demais, o 24 – *Correspondência com tempos simples*, o qual nenhum outro autor apontou. E Perini (2010) elaborou um critério que é distinto dos outros autores, a saber: o 27 – *Auxiliares elaboram traços semânticos para as sentenças*.

Optamos, todavia, por eliminar da lista de critérios, o 03 – *Restrição de combinações não-infinitivas para o verbo auxiliar*, pois os verbos auxiliares *poder* e *dever* não aceitam outras formas não-finitas, além dos infinitivos; o 16 – *Todo verbo auxiliar deve possibilitar a construção com particípio*, por não ser eficiente com os verbos modais ao estabelecer que toda a perífrase deve ser constituída de um particípio; o 18 – *Grupo prosódico*, por ir além da metodologia proposta para este trabalho; o 19 – *Frequência de ocorrência*, por pressupor um estudo estatístico, o que também não é objetivo desta pesquisa; o 20 – *Formação de um único sintagma verbal* – por ser uma regra aproximada de 13 – *Possibilidade de combinação do auxiliar com qualquer outro verbo, até o impessoal*; o 21 – *Realização comutável de verbos com o mesmo campo lexical*, por não ser significativo, uma vez que todo verbo *poder* possibilita a inserção do *dever* na mesma estrutura, e vice-versa; o 22 – *Pronominalização*, por ser um critério em que se estabelece apenas a substituição de um verbo por um pronome; o 24 – *Correspondência das perífrases verbais com tempos simples*, por não ser produtivo para com os verbos modais, uma vez que *poderia cantar* nunca possibilitaria a mesma correspondência de significação unívoca com *cantaria* por causa da modalização; o 25 – *Categorização do tempo cronológico pelo verbo auxiliar, nunca pelo principal*, por ser um critério que determina a flexão do auxiliar, o que já está subentendido pelo critério 01 – *Possibilidade de flexão apenas do verbo auxiliar*; por fim, o 27 – *Perda das características sintáticas dos*

verbos principais e o 28 – *Auxiliar elabora traços semânticos à sentença*, por serem muito semelhantes à regra 23 – *Perda semântica*.

Dos dezessete critérios restantes, elaboramos uma lista que, a nosso ver, consideramos a mais representativa sobre as propostas apresentadas, na tentativa de identificar se os verbos *poder* e *dever* constituem perífrase verbal ou não. A nova lista dos critérios selecionados é, portanto:

1	Possibilidade de flexão temporal apenas do verbo auxiliar.
2	Impossibilidade de flexão temporal do verbo principal.
3	Estruturação organizada entre verbo auxiliar e os da sequência.
4	Possibilidade de sequências verbais com até quatro verbos.
5	Ordem estrutural hierarquicamente organizada entre as sequências verbais.
6	Irreversibilidade entre auxiliar e verbo principal.
7	Impossibilidade de concordância de número entre o sujeito e o verbo principal.
8	Apassivação.
9	Inserção de adjuntos temporais entre os dois verbos sem alteração do sentido.
10	Negativização.
11	Seleção do sujeito gramatical pelo verbo principal (identidade entre sujeito e auxiliar).
12	Possibilidade de combinação do auxiliar com qualquer outro verbo, até o impessoal.
13	Formação de uma unidade indissociável, sem o apagamento de um dos verbos.
14	Impossibilidade de construção de orações subordinadas.
15	Perda Semântica.
16	Impossibilidade de os verbos auxiliares auxiliarem-se a si mesmos.
17	Impossibilidade de os verbos auxiliares construírem a voz passiva.

Quadro 5: Lista dos critérios de auxiliaridade que serão utilizados

Fonte: Elaborado pelo pesquisador de acordo com os autores supracitados.

Esses critérios, como dissemos, são os que consideramos mais representativos da identidade das perífrases verbais, e serão utilizados como formas de se mostrar se um verbo modal seguido por outro, no infinitivo, é uma oração subordinada, de acordo com a Gramática Tradicional, ou é uma construção perifrástica. Apesar de essa lista não estabelecer uma distinção suficiente entre os itens lexicais *poder* e *dever*, ela foi significativa para a descrição estrutural e formal das formas gramaticalizadas (perifrásticas).

5 ANÁLISE DOS VERBOS MODAIS *PODER* E *DEVER*

5.1 As categorias linguísticas de tempo, de aspecto e da modalização

Iniciamos esta primeira seção com o estudo da manifestação da temporalidade dos verbos modais *poder* e *dever*, tendo em foco, também, a manifestação da modalização. Restringiremos nossas investigações ao modo do Indicativo, devido à grande incidência de amostras que encontramos nos *corpora* escolhido. Começaremos a análise com a interpretação da temporalidade dos tempos verbais do presente do indicativo, do pretérito perfeito, do pretérito imperfeito, do futuro do pretérito e do futuro do presente com os verbos *poder* e *dever*. Logo após, apresentaremos a manifestação do aspecto verbal, em ambos os verbos, no que tange à perfectividade / imperfectividade e à telicidade / atelicidade e, mostraremos, em seguida, algumas possibilidades de alteração aspectual em decorrência da inclusão de adjuntos circunstanciadores.

5.1.1 A temporalidade e a modalização

Com base nas possibilidades combinatórias dos esquemas temporais de Reichenbach (2005), demonstraremos como se relacionam os tempos do modo Indicativo dos verbos modais, *poder* e *dever*. Privilegiamos o Indicativo, porque o modo Subjuntivo tem uma baixíssima frequência nas amostras. Provavelmente, isso se deve à forma como os falantes da língua compreendem esse tipo de modo verbal e, conseqüentemente, à compreensão que têm sobre sua significação. Limitamo-nos, assim, a analisar somente os casos do uso em que os verbos apareciam com maior frequência, ou seja, o modo Indicativo.

Na parte teórica das categorias linguísticas da temporalidade, mostramos a representação do tempo verbal do pretérito mais-que-perfeito, porém não contemplaremos o seu uso pelo mesmo motivo das ocorrências do modo Subjuntivo. Ou seja, O pretérito mais-que-perfeito é um tempo gramatical que foi utilizado com baixíssima frequência nas amostras coletadas. Vejamos os casos do presente do indicativo.

5.1.1.1 A manifestação do Tempo Presente

a) Tempo presente com o verbo *poder*:

Para iniciarmos, com o tempo presente, observa-se, nitidamente, que a manifestação da realidade temporal é evidente a localização do momento da fala em simultânea relação ao momento do evento e o momento de referência, por expressarem um tempo que está ocorrendo. Assim, a temporalidade do momento referência do presente localiza-se em relação simultânea ao MF e ME. A representação desse esquema é MF, ME, MR, conforme se observa nos seguintes casos:

- 1) No xadrez, a rainha pode atravessar o tabuleiro inteiro num único movimento. [stv]
- 2) Eu não posso simplesmente morrer neste lugar. [stv]
- 3) Só podemos esperar pelo momento certo. [ci]
- 4) Sua cota na escola pode ultrapassar 100%. [mgvtv]
- 5) Podemos entrar na internet agora? [ci]
- 6) Vocês podem usar esse método para se defenderem. [stv]

Dessa forma, mesmo que as modalizações não sejam as mesmas, visto que, em (1), temos a modalização Dinâmica, em (2), (3), (4), a modalização Epistêmica e, (5) e (6), a modalização Deontica de permissão, a relação de simultaneidade das relações temporais entre o momento da fala e o momento da referência não mudam, isto é, permanecem em simultaneidade. Ou seja, o falante manifesta um fato da realidade no tempo presente.

b) Tempo presente com o verbo *dever*:

Com o verbo *dever*, o primeiro ponto a ser considerado é a dualidade da manifestação da temporalidade do presente do indicativo, que é diferente do verbo *poder*. Mesmo que a fórmula de Reichenbach pareça a mesma do verbo *poder*, ou seja, ME, MR, MF simultâneos, o *dever* representa, muito eficazmente, o presente gnômico, ou, simplesmente, o tempo das verdades universais. Isso ocorre porque MF da proposição se insere numa verdade que é independente do momento em que o fato foi pronunciado.

- A Terra deve girar em torno do Sol [cn] (fato inquestionável)
 (?) A Terra pode girar em torno do Sol [cn] (fato pressuposto)

- A água deve ferver com mais de 100°C. [cn] (fato inquestionável)
 (?) A água pode ferver com mais de 100°C. [cn] (fato pressuposto)

Nos exemplos mencionados, a modalização epistêmica de necessidade marca fatos considerados verdadeiros em qualquer situação ou intervalo de tempo, independentemente do grau de certeza que o falante tem sobre tais fatos. A realização da atemporalidade diz respeito aos eventos que não podem ser mudados por forças humanas. A expressão do verbo *dever* se torna mais necessária do que a do *poder*, para manifestar esses fatos considerados atemporais, verdades absolutas intransponíveis.

Dessa forma, mesmo que a esquematização da temporalidade seja a mesma que o verbo *poder*, ou seja, MF, ME, MR, essa pequena observação sobre a atemporalidade dos fatos deve fazer parte também da descrição que distingue semanticamente ambos os verbos, *poder* e *dever*. Conforme Corôa (2005, p. 16), se pensarmos na formalização da temporalidade, o momento do evento ME, no tempo presente, coincide com o MR. O sistema fixo de referência temporal do MR permite que ele se fixe paralelamente ao ME para marcar algo que é infinito, absoluto. Temos, por isso, a fórmula MF, ME, MR, como uma configuração única que figura a perspectiva de infinidade de nossa limitada consciência humana, perante a observação de fatos objetivos do mundo natural.

c) Construções com *ter* + *particípio* com o verbo *poder*:

A composição da representação do tempo presente não é estável, quando verificamos exemplos do tipo.

Ele pode ter feito coisas escondido. [ci]

O tesouro pode ter sido alterado pelo vendedor. [stv]

Essas crianças podem ter sido enganadas pelo vendedor. [stv]

Geralmente, orações compostas com *ter* + *particípio* ocorrem para evidenciar a modalidade epistêmica de *possibilidade* e *probabilidade*. Nesta oração composta, mesmo que o verbo auxiliar *poder* esteja no presente do indicativo, a relação de temporalidade é de *passado*. Ou seja, o momento do evento é anterior ao momento da fala, quando o fato é proferido, o acontecimento já se sucedeu, ME - MF. E o particípio do verbo *ter* encarrega-se de elaborar o momento de referência como considerado simultâneo ao momento da fala, designando, portanto, ME - MR, MF.

Em outras palavras, o momento da fala é simultâneo à relação temporal em que ocorreu. Assim, na interpretação da oração “as crianças podem ter sido enganadas.” [stv], marca que o evento já ocorreu e que é passado quando foi proferido por alguém, ou seja, ME - MR, MF. Mesmo reconhecendo que estamos diante de um modal de *possibilidade*, o fato *ser* ou *não verdadeiro* não determina que a relação de temporalidade seja, necessariamente, do

presente, pelo contrário, quando temos exemplos em que o verbo *poder*, acompanhado pelo *ter + particípio*, reconhecemos perfeitamente que o evento ocorreu no *passado*, mesmo que o verbo auxiliar, principal elemento que marca a temporalidade, esteja no modo Indicativo do tempo verbal do Presente e marque uma mera *possibilidade* de ocorrência, uma modalização epistêmica.

d) Construções *ter + particípio* com o verbo *dever*:

Com relação ao verbo *ter + particípio*, expresso conjuntamente com *dever*, ocorre a mesma interpretação com o verbo *poder*, que demanda uma relação de temporalidade passada. O verbo *dever* sofre a ação do particípio quando o auxiliar está na flexão do presente, transformando a relação da interpretação da temporalidade, reelaborando essa interpretação dos fatos do tempo do presente para o passado. Observamos esse fato nos exemplos a seguir.

A polícia já deve ter encontrado a localização deles. [ie]
 Aquele seu amigo já deve ter encontrado um daqueles caras. [stv]
 Deve ter sido sofrido ficar sozinho tanto tempo. [stv]
 Ele deve ter ficado desapontado com ela. [ci]

Com todos os exemplos, mesmo que o verbo auxiliar esteja no presente, o MR e o MF se tornam simultâneos. Assim como ocorre com o verbo *poder*, o ME é anterior, ou seja, o fato ocorre antes do momento da enunciação. A fórmula que expressa essa relação é ME – MR, MF.

e) Construções do tempo presente com a marca da futuridade:

Outro fato importante de ser comentado é a relação de futuridade que o verbo *poder* no presente do indicativo, quando o falante pronuncia algo do tipo: “Sua cota na escola pode ultrapassar 100%.” [mgvtv], “Podemos entrar na internet agora?” [ci] ou “Vocês podem usar esse método para se defenderem.” [stv]. Existe uma relação muito próxima da enunciação com um acontecimento que tem o intervalo de tempo que envolve a ação a ser desenvolvida no futuro. Essa relação de uma ação a ser desempenhada em um momento que não é o do presente marca mais eficazmente a modalização deôntica, uma vez que ordens e obrigações têm a propriedade de serem eventos a que tendem levar a ação verbal para o tempo posterior.

No entanto, iremos considerar que o tempo verbal do Presente do Indicativo, com a modalização *deôntica*, tenha a representação temporal no futuro, dependendo do contexto em que o falante está inserido. Os modais *deônticos* se relacionam com fatos proferidos no presente, mas que pressupõem ações a serem desenvolvidas no futuro.

Diante de tal dilema, tentaremos descrever o verbo tal como se apresenta, um fato do presente, com uma projeção abstrata para o futuro. Talvez, seria o caso de interpretarmos os fatos linguísticos como duais, ou seja, o tempo do Presente do Indicativo teria duas manifestações para ações do verbo *poder*, sendo a modalização *deôntica* mais relacionada à interpretações do futuro e as demais modalizações *epistêmica* e *dinâmica*, relacionadas com o tempo presente, como, por exemplo, “o plano pode funcionar.” [stv] (modalização epistêmica) e “posso sentir o cheiro de algo ruim daqui.” [mgvt] (modalização dinâmica).

f) Tempo das verdades universais com o verbo *poder*:

Existem alguns casos em que o deôntico da proibição manifestado pelo verbo *poder* também pode expressar a relação das verdades universais, apesar de serem mais raros os casos, como, por exemplo, “Homens não podem engravidar.” [cn]; “Mesas não podem sair andando sozinhas.” [stv]; “Um edifício não pode desaparecer da noite para o dia, sem deixar vestígios.” [stv]. Essas sentenças expressam verdades absolutas por duas razões: primeiramente, existe a compreensão que temos da forma como o mundo é organizado e, em segundo, a incidência do advérbio “não” tende a marcar eventos que não são prováveis de ocorrer, sinalizando a expressão da modalização deôntica da proibição ou da modalização epistêmica da impossibilidade.

No que concerne a essa marca do advérbio “não”, é relevante ressaltar que a expressão da *proibição* só ocorre quando a negativa recai antes da perífrase verbal, ou seja, o advérbio aparece anteposto ao verbo auxiliar, como, por exemplo: “Cláudia **não** pode sair de casa, enquanto não terminar os exercícios da escola.” [ci], “Você **não** pode ver televisão agora e pronto [ci]”. Já a posição interposta, ou seja, a colocação do “não” entre o verbo auxiliar e o verbo principal, sempre marca a expressão da modalidade epistêmica de *possibilidade*, como, por exemplo: “Os convidados podem **não** chegar a tempo na reunião.” [jn adaptado]. Ambas as relações da posição do advérbio são relevantes para identificar que tipo de modalização que a sentença recobre: se a deôntica, se a epistêmica. Contudo, o advérbio de negação não altera o tempo do fato narrado, nesses contextos. Dessa forma, mesmo que a modalização esteja acarretando fortes mudanças de significação, a esquematização da representação da temporalidade ainda continua sendo MF, ME, MR.

g) A incidência do adjunto “não” no verbo *dever*:

Em sentenças com o verbo *dever*, do tipo: “nós **não** devemos ler tudo o que está ao nosso alcance ainda”. [stv], o verbo *dever* expressa um fato narrado ou descrito no momento em que o evento aconteceu, sem mudar o sentido da modalização epistêmica da necessidade, mesmo que a partícula da negativa mude de posição. Assim, em exemplos do tipo, “nós

devemos **não** ler tudo o que está ao nosso alcance ainda” [stv adaptada], a sentença não apresenta os mesmos efeitos da alteração posição da negativa como em *poder*. A sentença, em si, é considerada verdadeira para os falantes do português, embora não tenhamos a necessidade de saber maiores detalhes sobre quem são os interlocutores e o que eles sabem e o que estão fazendo, pois a interpretação ou entendimento desses fatos é alcançada pelo contexto, no momento em que a sentença foi enunciada.

O verbo *dever* tem, talvez, uma representação dúbia, ou seja, dependendo do contexto, a relação da 3ª pessoa do plural do tempo Presente do Indicativo se confunde com a 3ª pessoa do plural do Tempo Pretérito Perfeito (*devemos*). No caso, temos algumas dúvidas se, em língua portuguesa, existam realmente fatos do tempo verbal do pretérito perfeito do indicativo com o verbo *dever*. Nesse caso, talvez, como em muitos outros, o contexto da situação do fato proferido vai determinar a interpretação do falante para a compreensão do presente ou do passado.

5.1.1.2 A manifestação dos tempos do pretérito

Nas formas do Pretérito Perfeito e Imperfeito, o esquema da temporalidade estabelece que a manifestação do esquema da temporalidade compreenda ações a serem realizadas no passado. Assim, dentro dos pretéritos perfeito e imperfeito, o momento de referência MR é sempre recoberto pelo passado, ficando sempre antes de todos os momentos esquematizados por Reichenbach (2005). O que diferencia, então, o perfeito e o imperfeito é a distinção entre o momento da fala (MF) e o momento do evento (ME).

a) Tempo pretérito perfeito do verbo *poder*:

Vejamos exemplos do pretérito perfeito com o verbo *poder*.

Não pude perdoá-lo. [stv]

Não pude ler todo o seu trabalho, estou muito atarefada. [ci]

Wagner não pôde vir, porque a supervisora dele num liberô. (sic) [ci]

O pretérito perfeito é marcado pelo tempo passado de um evento recente. Nos dados acima, o resultado do evento é perfectivo, ou seja, o próprio acontecimento apresenta uma noção de acabado, encerramento, com fatos consumados de algo de que temos certeza. Apesar de estudarmos o aspecto mais adiante, essa compreensão de completude da ação é importante.

Isso ocorre porque a relação, “tempo e aspecto” é muito estreita e o pretérito perfeito estabelece que a temporalidade seja um momento passado, proferido depois do acontecido.

Dessa forma, a representação esquematizada da temporalidade designa ME – MR, MF, já que a referência temporal MR está relacionada diretamente ao momento em que o falante profere o fato, portanto, são simultâneos e anteriores ao momento do evento.

Uma vez que o pretérito perfeito, como dizemos, marca o aspecto da perfectividade com os casos de *poder*, ou seja, relações encerradas, podemos argumentar que, em todas as modalizações epistêmicas com os exemplos do verbo *poder*, na forma do pretérito perfeito, não vão marcar, necessariamente, uma modalização da *possibilidade* de algo a ser realizado, mas, sim, uma enunciação totalmente verdadeira, muito mais do que uma mera *probabilidade*.

Dessa forma, os fatos narrados do pretérito perfeito, com *poder*, não irão representar um baixo grau de certeza da proposição, uma *possibilidade*, mas um alto grau de certeza de um evento que, de fato, ocorreu. Ou seja, quando o falante profere sentenças, como, “Não pude encontrar o livro que você me pediu.” [ci], a situação envolvida pelo pretérito é compreendida como totalmente verdadeira, “a pessoa não encontrou o livro”. Portanto, pode-se dizer que, nesse caso, exista, nesse tempo verbal, uma modalização epistêmica do mais alto grau de certeza.

b) O tempo pretérito perfeito do verbo *dever*:

Com o *dever* no pretérito perfeito, existem algumas questões de dualidade que são apenas resolvidas pelo contexto. Isto é, o verbo *dever*, no pretérito perfeito, tem mais de uma forma cognata, com exceção das 1ª, 2ª e 3ª pessoas do singular que são totalmente improdutivas. Ou seja, a 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito pode se confundir com a 3ª pessoa do plural do pretérito mais-que-perfeito, assim como a 1ª pessoa do plural do presente, com a 1ª pessoa do plural do pretérito mais-que-perfeito, pois ambas são estruturalmente idênticas, conforme o esquema a seguir.

Presente	Pretérito Perfeito	Pretérito Mais-que-perfeito
Devo	Devi (improdutiva na fala, como auxiliar)	Devera
Deves (improdutiva na fala, como auxiliar)	Deveste (improdutiva na fala, como auxiliar)	Deveras (idem)
Deve	Deveu (improdutiva na fala, como auxiliar)	Devera
Devemos ←	Devemos	Devêramos (idem)
Deveis (improdutiva na fala, como auxiliar)	Devestes (improdutiva na fala, como auxiliar)	Devêreis (idem)
Devem	Deveram →	Deveram

Quadro 6: Flexões de tempo do verbo *dever*
Fonte: Elaborado pelo autor.

Fatos como esse dificultam a descrição do verbo *dever*, uma vez que só a situação do momento do acontecimento é que vai determinar qual é a real manifestação da temporalidade desses dois tempos verbais do pretérito (devemos, deveram). No pretérito perfeito, a 3ª pessoa do singular é rara ao configurar um verbo auxiliar, pode-se dizer que é *quase* inexistente como perífrase verbal, assim como as demais formas, marcadas no quadro, como improdutivas.

c) Tempo do pretérito imperfeito do verbo *poder*:

Vejamos agora os casos do imperfeito com o *verbo poder*.

Eu tentei tudo que podia pra fazer você feliz. [stv]

Eu nem podia respirar com aqueles bandidos em cima de mim. [veja]

Korina não podia ter feito isso comigo. [stv]

No pretérito imperfeito, o *momento do evento*, assim, como no pretérito perfeito, relaciona-se com um evento do passado, isto é, tem uma representação de um fato que ocorreu no passado. Contudo, o aspecto imperfectivo delimita uma ação não conclusa, não totalmente desenvolvida; a ação é entendida no passado, mas não foi encerrada ou concluída no passado. Parece que o referencial do imperfectivo se iguala, até certo ponto, ao perfeito em relação à quase conclusão do fato narrado, porém a única distinção prevista pelos dois (perfeito e imperfeito) é que o acontecimento do pretérito imperfeito não é entendido como um fato 100% finalizado, como ocorre no pretérito perfeito.

Quanto à sentença “tentei tudo que podia”, acima citada, de fato, o falante tentou e fez tudo que pode no momento passado, porém os resultados não foram os esperados. A sentença marca a vontade, o desejo, a esperança de uma mudança de atitude sobre seu interlocutor, ligando proposição à modalização *Dinâmica*. A relação da volição, que interpretamos no primeiro exemplo, está muito relacionada ao pretérito imperfeito, assim, a esquematização da temporalidade será ME, MR – MF. O momento do evento é simultâneo ao momento de referência, ou seja, ambos fazem parte da perspectiva temporal e o momento da fala é posterior a ambos, uma vez que o falante se coloca na perspectiva de passado para contemplar o evento em sua ocorrência.

d) Tempo do pretérito imperfeito e a marca da futuridade com o verbo *poder*:

Além dessas considerações sobre o pretérito imperfeito do verbo *poder* designar a modalização epistêmica, foram encontrados casos em que o mesmo tempo verbal na modalização deôntica apresenta a marca da futuridade, ou seja, o evento tem um desenvolvimento e uma interpretação de uma ação futura. Vejamos os casos.

Você podia pegar aquela tigela verde na geladeira pra mim. [ci]
 A Marina bem que podia entrar na academia, ela tá bem gordinha. [stv]
 A PUC podia colocar uma creche aqui dentro pros alunos que têm filho pequeno. (sic) [ci]

Esses exemplos do imperfeito do *poder* têm uma relação com a modalidade deôntica que direciona o discurso para um evento que será desenvolvido no futuro. O deôntico, nesses contextos, não é, necessariamente, uma ordem, mas uma especulação de um fato que poderia ocorrer, exceto o primeiro exemplo que é mais interpretado como um pedido. Nos exemplos, além dessa relação com um pedido ou uma alusão ao futuro, existe uma grande coincidência de o pretérito imperfeito estar sobreposto ao futuro do pretérito, ocorrendo, assim, uma relação de futuridade entre ambos, já que o evento não ocorreu. O ME é futuro, o MR é passado e ao Momento da Fala é anterior ao ME, já que o fato está para o futuro, marcando, assim, o esquema MR – MF – ME.

Mesmo que alguns linguistas pensem que o desenvolvimento verbal deveria ser algo do tipo: “Você poderia pegar aquela tigela verde na geladeira pra mim. [ci mencionada e adaptada], entendemos que o falante queria marcar não a pressuposição, marcada pelo futuro do pretérito, mas, sim, a sugestão de amizade, o pedido direto e a forma polida de mandar, que ficou mais expresso pelo pretérito imperfeito. O verbo *poder*, portanto, no imperfeito, marca um pedido, um questionamento mais enfático ou uma ordem educada de um fato que não ocorreu, para, assim, expressar uma relação em que ocorre a modalização deôntica. Com o tempo gramatical do futuro do pretérito, haveria apenas uma suavização da intenção do falante, para exprimir uma interpretação da pressuposição, o que não ocorre com o imperfeito, o qual marca uma atitude de pedido ou ordem, com certa polidez.

e) Tempo do pretérito imperfeito com o verbo *dever*:

Com o verbo *dever*, o tempo do pretérito imperfeito do indicativo expressa a modalização epistêmica no campo da necessidade e apresenta a mesma fórmula do tempo verbal do imperfeito do verbo modal *poder*, conforme os exemplos a seguir.

Você não devia comer essas coisas estranhas. [stv]
 A Carolina não devia se preocupar tanto com seu bebê. [ci]
 Eles já deviam ter chegado, tô cansada de esperar. [ci]
 Você devia avisar pra sua mãe pra onde a gente tá indo. [stv]

A interpretação do tempo, em todos os exemplos, exprime uma relação da temporalidade do passado, ou seja, algo é descrito ou proferido como um evento que tem o referencial no passado. Entretanto, essa manifestação de tempo não é limitada, podendo ultrapassar os limites do passado até atingir um evento que tem um momento de ocorrência muito próximo ao presente, ou seja, o momento em que o falante proferiu a sentença se relaciona a um acontecimento que está acontecendo naquele exato momento. Dessa maneira, na primeira sentença, quando o falante expressou que alguém não *devia comer* algo, este falante está dizendo um fato para alguém naquele momento. Em outras palavras, podemos dizer que a relação do acontecimento com o presente é muito tênue.

Por essa razão, o ME e o MR são simultâneos, ou seja, estão interligados (ME, MR), estabelecendo uma representação do momento da fala como posteriormente manifestada, assim, tem-se a fórmula ME, MR – MF.

5.1.1.3 A manifestação dos tempos do futuro

a) Tempo do futuro do pretérito com o verbo *poder*:

Vejamos se os casos do Futuro do Pretérito são todos similares aos do imperfeito com o verbo *poder* em relação à representação da futuridade.

Ela poderia estar viva. [jn]

Esse dinheiro todo poderia se provar muito benéfico para você também, é só fazer um empréstimo. [stv]

Você não poderia ter um desafiante melhor. [stv]

Você poderia cuidar da limpeza por hoje. [stv]

De acordo com os dados, o futuro do português o ME é sempre posterior, ou seja, o momento do acontecimento é um pressuposto que não ocorreu, um tempo abstrato. Um fato visto ou interpretado como um pedido, suposição, indagação ou especulação tende a se desdobrar ou não para o futuro, todos ligados à modalização deôntica do pedido ou à modalização epistêmica da possibilidade/probabilidade. No primeiro exemplo, o repórter faz uma especulação sobre possibilidade de uma mulher desaparecida estar viva. No segundo e terceiro exemplos, também percebemos a mesma relação de suposição. Já no último exemplo, observamos um *deôntico* de um pedido que a esposa faz ao marido sobre a limpeza da casa

naquele dia, mas que não deixa de ser reconhecida também como uma modalização com um resquício de possibilidade futura.

Assim, como os fatos mencionados não aconteceram, o MF é antes do ME, visto que o falante, ao proferir sua sentença, projeta o fato para uma relação de tempo futuro, MF – ME. Já o MR, que é a relação abstrata do tempo, vai assumir a posição antes do MF, pois marca algo que ainda não aconteceu, designando, portanto, o esquema MR – MF – ME.

b) Tempo do futuro do pretérito com o verbo *dever*:

O Futuro do Pretérito com *dever* é, também, interpretado como condição de hipótese, com o evento marcado por uma perspectiva passada, como, por exemplo.

Você não deveria falar isso do seu pai. [stv]
Aqueles meninos já deveriam ter chegado. [stv]

Mesmo com traços modais característicos da modalização deôntica da proibição, conforme o primeiro exemplo, e da epistêmica de necessidade, de acordo com o segundo, a realização temporal é a mesma de *poder*. Ou seja, O ME é posterior ao MF, para marcar a forma do evento não começado, e ambos são precedidos pelo MR, que codifica o referencial do suposto passado, incluindo uma interpretação hipotética de algo que é previsto pelo falante, não necessariamente o fato real, mas, sim, o fato vindouro, que é apenas uma possibilidade. Teremos, assim, MR – MF – ME, tal como ocorreu com os exemplos do verbo *poder*.

c) Tempo do futuro do presente com o verbo *poder*:

Vejamos os casos do futuro do presente.

- 1) Algo poderá mudar o Brasil, basta o povo querer. [mgvt]
- 2) Você poderá escapar por aqui. [stv]
- 3) Eu poderei voltar para o quartel. [stv]
- 4) Todos poderão entrar no salão dentro de instantes. [jn]

O futuro do presente expressa um evento que vai ser realizado no tempo depois do MF, neste caso, é o tempo posterior, observado como algo possível no ponto de vista do MF. Assim, o MR vai ser simultâneo ao MF, uma vez que ambos ocorrem juntos e são deslocados para o futuro pelo MR. O ME é o fato que não ocorreu, portanto, deve ser posterior ao MF e MR. O esquema que designa a relação dos três momentos é MF, MR – ME.

Já a compreensão da modalização abrange tanto os epistêmicos quanto os deônticos, uma vez que os epistêmicos se relacionam com fatos considerados possíveis ou prováveis,

como no exemplo (1), interpretado como “o Brasil provavelmente pode mudar se o povo quiser.” [mgvtv adaptada]. E os deônticos relacionam-se com ordens ou pedidos, de acordo com os exemplos (2), (3) e (4).

d) Tempo do futuro do presente com o verbo *dever*:

Vejam os exemplos com o verbo *dever*, na forma perifrástica.

Todos deverão fazer os exames até a data marcada. [mgvtv]

Você deverá procurar por suas respostas. [stv]

Você deverá encontrar aquelas jóias agora, antes do chefe chegar. (sic) [stv]

O verbo *dever* marca a modalização epistêmica da necessidade no primeiro exemplo. No segundo caso, marca a modalização deôntica da permissão e, no terceiro, a modalização deôntica da obrigação. Todos os exemplos expressam a mesma relação da temporalidade do futuro. Dessa forma, esse futuro marca, tal como o verbo *poder*, o tempo que virá, ou seja, mostra o evento ainda não começado, cujo ponto de referência é simultâneo ao MF. O ME, logicamente, virá depois, pois expressa o acontecimento proferido com base na futuridadade em sua totalidade, ou seja, o evento ainda não ocorreu em um tempo antes do MF.

Depois de realizada uma análise da temporalidade e das modalizações epistêmica, deôntica e, em alguns casos, a dinâmica, constatamos que, com os verbos modais *poder* e *dever*, a manifestação da temporalidade é predominante entre os auxiliares, o que comprova as afirmações de Pontes (1973), Lobato (1975), Traugott & Hopper (1993) e Traugott & Dasher (2007) sobre os processos de gramaticalização. Ou seja, é sempre o verbo auxiliar que se encarrega de desenvolver as relações de temporalidade de uma sentença seja para o presente, passado, seja para o futuro.

No que concerne às manifestações do aspecto verbal, iremos apresentar, na próxima seção, as interpretações das características gramaticais da perfectividade e imperfectividade e a elaboração das propriedades lexicais da telicidade e atelicidade em relação aos modais *poder* e *dever*.

5.1.2 A aspectualidade gramatical e lexical dos verbos modais

Em língua portuguesa, não é qualquer aglomerado de verbos que pode ser chamado de perífrase verbal, uma vez que as configurações sintáticas e semânticas dos denominados períodos compostos e das perífrases verbais são diferentes. A questão da auxiliabilidade de verbos será o tema da próxima seção 5.2, que foi elaborada para descrever as características formais de uma construção perifrástica.

Num primeiro momento, nesta seção, no que se refere ao aspecto, é importante salientar que a característica básica dessa categoria linguística é marcar a relação de duração de uma situação ou um acontecimento. Em segundo lugar, delimitamos nossas análises em apenas dois tipos de aspectos, um *gramatical* e outro *lexical*. O *aspecto gramatical*, como já foi dito, representa a situação da ação verbal, marcada como completa ou em andamento, desdobrando-se em dois eixos, o *aspecto perfectivo* e *imperfectivo*, respectivamente. Já o *aspecto lexical* diz respeito à natureza do item lexical, isto é, marca a propriedade inerente do item lexical, desdobrando-se em *aspecto télico* e *atélico*.

a) O aspecto perfectivo do verbo *poder*:

A perífrase *poder + infinitivo* tem produtividade linguística em formar perífrase com todos os verbos do português, ou seja, qualquer verbo pode cumprir a função de verbo principal com o verbo *poder*, exceto o próprio *poder*, como, por exemplo, “*Eu posso poder estudar mais [cn].”

O aspecto gramatical da perfectividade fica mais evidente com os tempos verbais do pretérito perfeito, senão, com os tempos verbais que elaboram a expressão do aspecto perfectivo, como por exemplo, o Pretérito Perfeito e o Pretérito Mais-que-perfeito. Apesar de que, conforme Said Ali (1964), o Mais-que-perfeito é um registro que foi banido do uso, como forma supérflua da língua, substituída pela perífrase composta: *fizera* > *tinha feito*.

Os exemplos da perfectividade, nos dados coletados, ficam claros nesses exemplos.

Eu não pude perdoá-lo. [stv]

Nunca pude te odiar por mais motivos que você me deu. [stv]

A relação da perfectividade, nos exemplos, marca um acontecimento em que é possível perceber o desenvolvimento da ação como um todo, no pretérito perfeito de *poder*, isto é, a ação verbal é desempenhada pelos verbos principais, *perdoar* e *odiar*, mas a relação da perfectividade é marcada pelo verbo auxiliar *poder*. Mesmo que a compreensão da

perfectividade seja um tema bem complexo de se entender, pela forma como as propriedades verbais se interagem na sentença, é possível perceber no tempo do pretérito perfeito a relação da totalização da ação verbal é mais evidente do que com o presente do indicativo.

Assim, o tempo do pretérito perfeito tem a característica mais concreta de mostrar uma ação que se encerrou, vista como um todo inalisável, em que os feixes do desenvolvimento da ação verbal foram completados. Isso é percebido muito mais claramente, se fizermos uma comparação dos tempos do pretérito perfeito com os tempos do presente do indicativo. Ou seja, talvez, pela implicação de futuridade sobre as formas perifrásticas do presente do indicativo, seguidas de infinitivo, conforme já analisamos anteriormente, a expressão mais eficiente do aspecto perfectivo fique com o tempo verbal do pretérito perfeito.

Dessa forma, quando o falante pronuncia algo como, “Você pode sair.” [cn], apesar de a ação verbal ter um laço muito grande com o presente do acontecimento verbal, existe uma compreensão da ação que acontecerá no futuro.

Esse tipo de propriedade foi descrito brevemente na seção anterior, mas reconhecemos que o fenômeno não é algo fixo na língua, uma vez que, quando o falante profere “No xadrez, a rainha pode atravessar o tabuleiro inteiro num único movimento.” [stv] ou “Eu não posso simplesmente morrer neste lugar.” [stv], a ação do momento do evento não tem uma ligação imediata ou pressuposta com o futuro, mas, sim, com o presente do acontecimento, na marcação da modalização dinâmica e epistêmica, respectivamente. Ou seja, não é apenas o verbo *poder*, por si mesmo, que expressa a futuridade, mas a integração que o verbo auxiliar *poder* tem com seu verbo principal, mais os sujeitos gramaticais e complementos circunstanciais da sentença. Além do mais, os esquemas da manifestação da modalização não são os mesmos em todos os contextos, pois alguns realizam a relação da futuridade, enquanto outros não realizam. Isso ocorre na distinção que fazemos entre os *deônticos*, que são propícios a desenvolver uma temporalidade do futuro, e os *epistêmicos*, que apresentam o acontecimento do presente.

Talvez essa marca da futuridade e, conseqüentemente, da dificuldade da descrição da perfectividade esteja relacionada à natureza da modalização deôntica do verbo *poder*. Isso ocorre, principalmente, por causa dos contextos que as ordens e as obrigações tendem a percorrer na representação do tempo posterior, nunca anterior. Dessa forma, ordens devem ser cumpridas no intervalo de tempo posterior ao momento em que foram enunciadas, assim como as obrigações, as permissões e os pedidos e, devido a isso, temos uma complicada interpretação do aspecto perfectivo e imperfectivo com os modais.

Por enquanto, talvez, o verbo *poder* tenha essa relação mais próxima com a perfectividade na forma verbal do pretérito perfeito. Isso acontece porque o tempo verbal, nesse caso, tem grande influência para a caracterização do aspecto perfectivo.

b) Aspecto imperfectivo do verbo *poder*:

A imperfectividade é observada em sentenças com os tempos verbais do presente, do pretérito imperfeito, do futuro do presente e do futuro do pretérito, uma vez que a ação verbal tende a um não encerramento ou conclusão. A imperfectividade, com o verbo *poder*, é observada nos seguintes exemplos:

Ele pode sair agora. [stv]
 Vocês podem usar este método para se defenderem. [stv]
 Não sabia que você podia arranjar livros digitais tão fácil. [ci]
 Eu nem podia respirar com eles em volta de mim. [stv]
 Algo poderá mudar no Brasil, basta o povo querer. [jn]
 Todos poderão entrar no salão dentro de instantes. [jn]
 Você poderia assinar o recibo, precisamos disso para evitar problemas. [stv]
 Pensei que você não poderia fazer o que fez. [stv]

Os casos com o aspecto imperfectivo exprimem a interpretação da ação inconclusa, porque desenvolvem intervalos da duração de um evento que compreendem a não completude da ação, podendo expressar eventos que tendem a se desenvolver no tempo posterior.

As formas perifrásticas do verbo *poder* expressam a temporalidade do futuro, assim como marcam a relação da incompletude do acontecimento, uma vez que a situação referencial ainda não ocorreu, sendo pressuposta ou inferida como algo que ainda vai acontecer. Todos os tempos verbais do presente do indicativo, pretérito imperfeito, futuro do presente e o futuro do pretérito marcam um subintervalo da ação não começada, às vezes pressuposta, como ocorre com os significados epistêmicos, ou marcam, às vezes, uma ação quase certa de acontecer, como, com os significados deônticos.

c) Aspecto imperfectivo do verbo *dever*:

A manifestação da aspectualidade do verbo *dever* é diferente do *poder*, mesmo apresentando “quase” todos os tempos verbais, pois o aspecto perfectivo, que deveria ocorrer no pretérito perfeito é quase ausente ou muito pouco produtivo na língua portuguesa. Isso é comprovado, se pensarmos na anomalia das formas do pretérito perfeito do verbo *dever* que apresenta irregularidades de formação, conforme já demonstramos no quadro 6.

O presente do indicativo do verbo *dever* é bem similar ao verbo *poder* na expressão de algo que tende ao futuro e, por isso, aparenta ter um aspecto direcionado para a imperfectividade. Assim, na forma do presente do indicativo, mesmo com essa dificuldade de

descrição, provavelmente, o verbo *dever* não apresente o aspecto perfectivo, na forma de construção perifrástica, expressando, pelo que sabemos, apenas o aspecto imperfectivo.

A imperfectividade é contemplada nos tempos do presente do indicativo, do pretérito imperfeito, do futuro do pretérito e do futuro do presente. Assim, alguns exemplos previstos do presente do indicativo são:

Você deve conseguir uma licença especial para pilotar aviões. [jn]
 Devo encontrar minha irmã lá no parque. [stv]
 Aqueles jovens devem saber o que fazem. [stv]

Da mesma forma que ocorre a imperfectividade com os exemplos do verbo *poder*, *dever* explicita uma compreensão da informação que constitui uma ação interna, vista como incompleta, projetando a interpretação da temporalidade para o futuro. Nos exemplos mencionados, “você deve conseguir”, “devo encontrar” e “devem saber” mostram a situação com um significado inconcluso. Dessa forma, todos os exemplos apresentam o aspecto da imperfectividade, caracterizando um processo verbal em desenvolvimento.

Na manifestação da imperfectividade, o verbo *dever* também apresenta a mesma descrição da incompletude de uma situação inconclusa nos tempos verbais do pretérito imperfeito e dos dois futuros, do presente e do pretérito, conforme os exemplos a seguir.

- (1) Você não devia comer estas coisas estranhas. [stv]
- (2) Joana devia telefonar para a irmã dela, já tá ficando tarde. [ci]
- (3) Você deverá procurar por suas respostas. [stv]
- (4) Cani deverá pagar sua dívida logo ou será expulso da corporação. [stv]
- (5) Você não deveria falar isso do seu pai. [stv]
- (6) Aqueles meninos já deveriam ter chegado. [stv]

Em todos os exemplos, tem-se a marca do que denominamos, conforme Comrie (1976), aspecto imperfectivo, justamente, porque se refere à visão de uma situação vista em continuidade ou progressividade.

O pretérito imperfeito do indicativo, no exemplo (1), marca uma situação de modalização deôntica de conselho ou pedido, que tende a alcançar uma ação para o futuro.

Observamos, em (2), a ação do epistêmico de necessidade “dever de telefonar”, em que o interlocutor apresenta uma sugestão à interlocutora, marcando, sintaticamente, o aspecto imperfectivo da ação não realizada.

E em (4), (5) e (6), nos exemplos supracitados, percebemos que os tempos do futuro representam o aspecto imperfectivo da ação que tende a uma ação futura, mas que a situação em si, não ocorreu. O momento do intervalo da situação, expressa pelo aspecto, é implicada,

ou seja, a situação é vista como algo que tem uma duração imprevista ou com um grau de previsibilidade bem baixa, sugerido por um período de tempo subdividido e inconcluso no momento em que foi enunciado.

d) Aspecto lexical dos verbos *poder* e *dever*:

Em relação ao aspecto lexical, a propriedade dos dois verbos modais *poder* e *dever* é a expressão da atelicidade, ou seja, ambos exprimem atividades em que é possível identificar, nos subintervalos do tempo, uma ação perceptível com nítidas mudanças. Assim, *pode cantar*, *pode nadar*, *podia cantar*, *podia nadar* expressam eventos ou ações em que o evento não tem um ponto final, a ação desencadeada pelo verbo não foi encerrada, devido à natureza semântica interna e inerente ao item verbal. Se for analisado como um evento em progressão e em desenvolvimento, o verbo *dever* também se classifica como um verbo de aspecto atélico. Talvez, essa marca da atelicidade de *poder* e *dever* esteja mais diretamente relacionada às razões que levam as expressões da modalização *deôntica* e da modalização *epistêmica* a se relacionarem aos fatos futuros da ação verbal e aos fatos da probabilidade do evento discursivo.

A atelicidade, com os modais, poderia ser fruto da gramaticalização dos verbos no momento em que se tornaram verbos auxiliares ligados aos outros verbos dentro de um mesmo constituinte, o SV (Sintagma Verbal). Desta forma, se a forma *dever*, com o exemplo, “Devo 10 reais ao banco” [cn], assume a propriedade télica, já a perífrase verbal “devo encontrar minha irmã lá no parque” [stv], assume a propriedade atélica, por causa da modalização epistêmica, resultado do processo de gramaticalização do verbo.

Este princípio de que os verbos auxiliares são mais especializados do que os plenos está em concordância com os argumentos prestados por Hopper (1991) ao dizer que toda forma gramaticalizada sofre uma *divergência*. Isso significaria afirmar que a forma gramaticalizada sofreu uma diferenciação dentro do sistema a que pertencia, para assumir novos sentidos, mais específicos, em que não eram presentes na forma lexical autônoma.

Dessa maneira, se o verbo *dever* tinha propriedades télicas, a forma gramaticalizada desenvolveu novas relações de sentido, tornando-se atélica. Já com relação ao verbo *poder*, a mesma compreensão pode ser estabelecida, uma vez que o verbo pleno apresenta um sentido de *poderio*, em sentenças como, “Eu posso com essa prova”. [cn], diferentemente, da relação de possibilidade, probabilidade, desenvolvida pelo verbo auxiliar, como em, “A minha irmã pode chegar a qualquer momento, vamos ver o que ela vai dizer” [ci].

No que diz respeito à telicidade do verbo principal, podemos argumentar que os verbos de natureza télica, tais como, *chegar*, *ganhar*, *perder*, *sair*, *cair*, etc. ganham

propriedades atélicas, devido ao alcance da fixação dos verbos modais *poder* ou *dever*. Assim, *chegar, ganhar, perder, sair, cair*, tornam-se verbos de natureza atélica em perífrases verbais, como, por exemplo: “eles só podem chegar ao topo.” [stv], “Aquele pequeno trapaceiro pode ganhar muito dinheiro, se continuar jogando assim.” [stv], “Ele pode perder a vida naquele mar bravio.” [stv], “Não há garantias que todos possam sair vivos.” [stv], “Ele pode cair no chão, se continuar andando assim.” [jn]. O mesmo ocorre com *dever* em sentenças como: “Meu pai deve chegar mais cedo hoje.” [ci], “Para passar, você deve ganhar 10 pontos.” [ci], “Se o empregado continuar faltando muito ao emprego, deve perder o trabalho mais rápido do que imagina.” [mgvtv], “Marian deve sair daquela bagunça sozinho.” [stv], “Os rapazes devem cair na real a qualquer momento”. [stv]. Dessa forma, estamos considerando que a perífrase verbal passa a atélica em função de os modais assim caracterizarem-se. Não seriam os verbos principais télicos que sofrem a atelicidade, apenas, mas, sim, a perífrase. Portanto, parece-nos que tudo isso ocorre em função dos modais carregarem os traços da atelicidade.

A única diferença dessas frases, de fato, é a manifestação da modalização, já que algumas expressam sentidos deônticos e, outras, sentidos epistêmicos. Mas, com relação ao aspecto lexical, todas representam eficazmente o aspecto atélico do processo verbal, que é decorrente da influência direta do verbo auxiliar que expressa a atelicidade.

Contudo, nem sempre a atelicidade se manifesta com o modal *poder*, pois, com a flexão do pretérito perfeito, o *poder* alterna sua propriedade télica para atélica, conforme os exemplos a seguir:

Pude ler todo o seu trabalho. [cn]

Fiz tudo o que pude para conseguir esse emprego. [stv]

O verbo flexionado *pude*, no pretérito perfeito, expressa o aspecto da telicidade, apesar de que o mesmo não acontece com o verbo *dever*, visto que este não apresenta o pretérito perfeito com forma temporal clara em língua portuguesa, de acordo com o quadro 6, anteriormente mencionado. Pelo que entendemos até o momento, talvez apenas o verbo *poder*, na forma do pretérito perfeito, acomode o aspecto télico em língua portuguesa, mesmo que seu verbo principal seja de valor atélico e mesmo que a natureza semântica dele, do modal, seja, evidentemente, de propriedade atélica.

5.1.3 A alternância do aspecto pelos adjuntos circunstanciadores

Um último ponto que pode ser observado sobre o aparato sintático da língua é a forma como “tempo e aspecto” incorporam, na sentença, adjuntos temporais ou circunstanciais. O papel básico de um adjunto adverbial é o de expressar tempo, modo, condição, finalidade, etc., porém, ao se relacionar com as construções perifrásticas, é possível perceber algumas mudanças sobre o aspecto verbal.

Em outras palavras, a expressão de algumas circunstâncias, integrada à sentença, possibilita o desenvolvimento de outros processos verbais, incluindo a caracterização do papel do aspecto na interpretação da oração. Vejamos alguns casos.

Você pode sorrir naturalmente agora. [stv]
 Você pode relaxar agora. [stv]

Em todos os exemplos, há a alteração da forma aspectual do verbo, já que, apesar de o verbo *poder* indicar o aspecto da atelicidade, com a marca do adjunto circunstancial "agora", interpreta-se a sentença uma breve força télica. Isso significa dizer que a ação verbal é compreendida como um todo e essa mudança se deve à atuação do adjunto na sentença.

Os adjuntos, assim, podem influenciar na maneira como a interpretação dos fatos são apresentados. Em sentenças como, “Hoje posso correr livremente pelos campos.” [stv], percebemos que a perífrase "posso correr" indicia uma relação da futuridade muito próxima à modalidade epistêmica. Essa relação não é desfeita, mas a temporalidade tem uma delimitação muito clara, no desenvolvimento do processo verbal em marcar um fato presente, ou seja, "o acontecimento é hoje". Assim, o advérbio “hoje” restringe o papel da futuridade do modal *poder*, para reelaborá-lo em termos de um presente mais próximo à realidade e aos fatos possíveis daquele que fala.

Contudo, o inverso também pode ocorrer, o adjunto pode se conjugar a favor da marca da temporalidade da oração, em sentenças como, “À tarde, devemos receber um convidado, levem o cachorro para o canil” [stv], em que a marca do futuro fica mais evidente com o adjunto “à tarde”, na integração que faz com sentença. Ou seja, desta vez, o adjunto corrobora as intenções do falante para marcar a futuridade de fato.

Um último ponto que constatamos é que o verbo *poder*, no pretérito perfeito, assume o aspecto da perfectividade, ao marcar o tempo concluído. Já mencionamos que esse fato diz respeito ao modo como o tempo verbal do pretérito perfeito se apresenta em eventos

encerrados. Entretanto, na construção da sentença, com a inserção de determinados elementos, o adjunto altera a perfectividade da oração para algo mais relacionado à imperfectividade dos fatos possíveis, como, por exemplo, em: “Não pude ler todo o seu trabalho ainda, estou muito atarefada.” [ci]. ou “Eu quase pude pegar aquela mesa na biblioteca, mas cheguei tarde e todas estavam cheias.” [ci] ou “Eu ainda não pude ler tudo, tem um monte de coisas para fazer.” (sic) [ci]. Assim, os advérbios “não”, “quase” e “ainda não” conseguem alternar a natureza télica do verbo modal para a natureza atélica, pois o ato de ler não foi concluído, a mesa não foi pega e o texto não foi lido. Em todas essas sentenças, mesmo que exista uma inclinação do tempo gramatical do pretérito perfeito em marcar a perfectividade, os adjuntos circunstanciais, inseridos na sentença, conseguem inverter as relações da aspectualidade. Isso significa dizer que as diferentes integrações de alguns adjuntos podem alterar efetivamente a aspectualidade verbal ou apenas realçá-la, dependendo, da natureza do item adjungido.

Por fim, reconhecendo que a gramaticalização envolve múltiplos processos que se iniciam com a mudança de significado do item lexical, analisaremos, na próxima seção, como as formas gramaticalizadas tendem a desenvolver diferentes níveis de fixação sintática. Ou seja, veremos como os itens lexicais *poder* e *dever* e suas flutuações sintáticas se distinguem quanto à forma em que constroem perífrases verbais. O desenvolvimento de formas gramaticalizadas, isto é, perífrases verbais, além de atribuir novas possibilidades para a significação (reelaborando as categorias do tempo, do aspecto e da modalização), também pressupõe uma diferenciação das possibilidades sintáticas ou, mais necessariamente, do maior ou do menor grau de previsibilidade do uso gramatical.

Com base nisso, investigaremos os critérios de auxiliaridade que a forma gramaticalizada dos verbos *poder* e *dever* tendem a recobrir, tentando perceber o nível de fixidez estabelecida pela ordem existente entre verbo auxiliar e verbo principal, bem como suas delimitações sintáticas e semânticas, relacionadas a esse processo.

5.2 Auxiliaridade

Para testar os graus de gramaticalidade das perífrases verbais com os verbos *poder* e *dever*, utilizamos os critérios de auxiliaridade, mais necessariamente, os critérios selecionados do quadro 5, que retomamos a seguir.

A	Possibilidade de flexão temporal apenas do verbo auxiliar.
B	Impossibilidade de flexão temporal do verbo principal.
C	Estruturação organizada entre verbo auxiliar e os da sequência.
D	Possibilidade de sequências verbais com até quatro verbos.
E	Ordem estrutural hierarquicamente organizada entre as sequências verbais.
F	Irreversibilidade entre auxiliar e verbo principal.
G	Impossibilidade de concordância de número entre o sujeito e o verbo principal.
H	Apassivação.
I	Inserção de adjuntos temporais entre os dois verbos sem alteração do sentido.
J	Negativização.
K	Seleção do sujeito gramatical pelo verbo principal (identidade entre sujeito e auxiliar.).
L	Possibilidade de combinação do auxiliar com qualquer outro verbo, até o impessoal.
M	Formação de uma unidade indissociável, sem o apagamento de um dos verbos.
N	Impossibilidade de construções de orações subordinadas.
O	Perda Semântica.
P	Impossibilidade de os verbos auxiliares auxiliarem-se a si mesmos.
Q	Impossibilidade de os verbos auxiliares construírem a voz passiva.

Quadro 5: Lista dos critérios que serão utilizados

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos autores supracitados.

Cada critério faz parte de um conjunto de pressupostos linguísticos que diz respeito à forma como as orações perifrásticas se configuram como tal e não outra estrutura. Apesar de o nome *critério de auxiliaridade* pressupor a composição apenas do verbo auxiliar, a auxiliaridade não se refere apenas à presença de um único verbo auxiliar, mas, sim, à sequência verbal de uma cadeia sintática, verbo auxiliar + verbo principal. Os critérios descritos também serão denominados como *regras, princípios*, sendo, portanto, considerados como modelos obrigatórios de identificação de formas verbais gramaticalizadas.

Nesta primeira parte da análise, verificaremos cada um dos critérios propostos por meio de observações feitas aos dados coletados. O objetivo é descrever o vínculo da maior auxiliaridade entre os verbos por meio da aplicação do maior número de critérios possíveis para, assim, afirmarmos algo sobre a estruturação das perífrases, a saber: a maior ou o menor gramaticalização dos verbos, a depender do maior ou do menor número de regras aplicadas.

Para chegarmos a esse objetivo, colocamos um valor sobre os dezessete critérios arrolados. O valor positivo é correspondente à aplicação efetiva da regra em uma construção, ou seja, se uma perífrase tem valor [+], significa que a regra se aplica, e se tem o valor [-], significa que a regra não se aplica. Podem ocorrer casos, entretanto, em que a regra se aplica a um ou a outro exemplo em contextos sintáticos muito específicos, tornando-se ambígua. Neste caso, a codificação da regra será [+/-], ou seja, a regra é aplicável em determinadas situações.

A disposição das regras, na próxima seção, irá obedecer à ordem alfabética em que cada regra aparece, de acordo com o quadro 5. Primeiramente, colocaremos a letra da regra, sua classificação, retomando, sucintamente, sua definição, tal como apresentada pelos autores

supracitados, para, logo em seguida, apresentarmos alguns exemplos e, se for preciso, daremos algumas informações adicionais. Os verbos analisados serão vistos conforme aparecem nos *corpora* sem nenhuma alteração, para, assim, identificarmos se as regras são ou não aplicáveis.

Ao final da descrição, veremos como se compõe a auxiliabilidade dos verbos e, conseqüentemente, o estatuto da gramaticalização. O somatório de todas as regras aplicadas e não aplicadas estabelece a estruturação das construções perifrásticas de *poder* e *dever*. Dessa forma, assume-se uma hipótese básica de: quanto maior o número de regras que se aplicam, maior o grau de gramaticalização, quanto menor o número de regras, menor o grau de gramaticalização.

Mesmo reconhecendo os problemas que tal análise pode vir a apresentar, como, por exemplo, um número irrestrito de regras que dizem respeito apenas à natureza sintática das perífrases e nada sobre as categorias de modalização ou ao contexto extralinguístico que essas construções aparecem, pensamos ser este o melhor meio de mostrar a gramaticalização, ou melhor, os graus de gramaticalização, uma vez que a teoria, sumariamente, é, em si, uma abordagem linguística sobre a mudança de classe gramatical.

Ao final da seção 5.2, mostraremos um levantamento geral sobre os critérios de auxiliabilidade e gramaticalização, conforme a análise realizada.

5.2.1 Aplicação dos critérios de auxiliabilidade

Nas análises que se seguem, tentaremos verificar como são configuradas as perífrases verbais com os verbos modais *poder* e *dever*. A numeração alfabética obedece à sequência apresentada pelo quadro 5 e, os valores [+] refere-se à aplicação da regra, e o valor [-], à não aplicação da regra. Vejamos os casos.

a) Possibilidade de flexão do verbo auxiliar:

Também denominada de “Técnica da Substituição,” esta regra determina que todo verbo auxiliar deve estar flexionado e que tal flexão é passível de ser alterada para qualquer tempo verbal. Nos exemplos abaixo, verificamos o seguinte:

Só os determinados e despreocupados com os problemas **podem** produzir uma melodia como essa. [jn]
 A música de Ravel **pode** ser tocada por até mesmo quatro instrumentos. [mgv]
 A gente não **podia** fazer nada, eles chegaram primeiro. Mas que saco, viu! [ci]

As pesquisas biológicas só **podiam** ser feitas longe dos olhos dos curiosos. [vj]
 Ele **poderia** ter me matado facilmente, se aquela arma tivesse disparado. [stv]
 Karen pensou que você **poderia** salvá-la. [stv]
 Estou surpreso que **possa** perceber isso, ainda mais que você num presta atenção em nada. [ci]
 A fé é baseada em atos que fazem você acreditar em algo que não **possam** ver. (sic) [ie]

Em todos os exemplos com *poder*, o verbo está flexionado nos tempos presente, passado e futuro do indicativo, a saber, presente, pretérito imperfeito e futuro do pretérito, respectivamente e, nos últimos casos, o presente do subjuntivo. Apesar de não encontrarmos dados no imperfeito do subjuntivo e no futuro do subjuntivo, estas formas ainda seriam válidas, como por exemplo: “Se ele pudesse dormir mais, ficaria menos cansado” (imperfeito do subjuntivo); “Assim que eu puder tirar a panela do forno, me avise” (futuro do subjuntivo).

Uma particularidade da fala hodierna é que o verbo *poder* pode ocorrer no infinitivo pessoal não flexionado na 3ª pessoa, como, no exemplo, “Você poder ficar aqui até eu dizer que pode ir” [ci]. Dessa forma, mesmo com esses exemplos escassos, consideraremos que todos os verbos com *poder*, em geral, venham flexionados. Já com *dever* encontramos o que se segue:

Aquele bandido **deve** ter um motivo para fazer algo desse tipo. [ie]
 Maicon **deve** pertencer àquele grupo de criminosos. [jn]
 Você **devia** ter deixado ela quebrar a cara dele. [stv]
 Kamila **devia** ter me avisado sobre essa ventania, olha o meu cabelo como é que tá. [ci]
 Você **deverá** ser eliminado por muitos adversários, se continuar jogando desse jeito. [ci]
 Carlos **deveria** aprender a usar isso, já tô cansada de arrumar essa porta do armário. [stv]
 Você **deveria** ter perdido o jogo para que eu pudesse vencer, que coisa. [ci]
 Talvez você **devesse** falar com ela sobre aquelas marcas de bala na parede. [stv]
 Talvez você **deva** sumir por uns tempos, até as coisas se acalmarem por aqui. [stv]

Com o verbo *dever*, ocorreram os tempos verbais do indicativo, como, por exemplo, o presente, o pretérito imperfeito e o futuro do presente, assim como alguns casos do pretérito imperfeito do subjuntivo e o presente no subjuntivo. Entretanto, não encontramos produtividade linguística do verbo *dever* nas três primeiras pessoas do Pretérito Perfeito (*devi*, *deveste*, *deveu*), mesmo porque esses tempos não são formas que constroem perífrases verbais. Dessa forma, ainda fica nossa dúvida se existe o *dever* na forma do pretérito perfeito. Até o momento, observando os dados coletados, ao refletirmos nos tempos do modo Indicativo, atribuímos o valor [+] como regra aplicada para ambos os verbos *poder* e *dever*.

b) Impossibilidade de flexão temporal do verbo principal:

Esta regra prescreve que todo verbo principal de uma sequência perifrástica tem que assumir uma forma nominal, gerúndio, particípio ou infinitivo. Assim, se pensarmos que, com perífrases verbais, o segundo elemento da sequência verbal é sempre um verbo no infinitivo,

então, teremos de reformular a regra para algo do tipo “Impossibilidade de flexão do verbo principal para outra forma nominal que não seja o infinitivo”. Com essa regra, verificamos que não existem contra-exemplos, o que estabelece a sua aplicação aos dois verbos *poder* e *dever*, indistintamente, com valor [+].

Podemos **resolver** isso sozinhos. [stv]
 Essa corrente pode **ser** ocultada usando algo grande. [stv]
 Posso **curar** as meninas facilmente com as ervas da montanha. [stv]
 Até ossos quebrados podem **ser** regenerados, se houver uma boa administração do paciente. [ie]
 Aquele cara não podia **estar** pensando na sua felicidade? [ci]
 Humanos não podem **ser** salvos, se não for pela fé. [ie]
 Os olhos dela que deveriam **estar** observando o futuro, só olham para o passado. [vj]
 A família deve **estar** chorando por uma perda tão grande. [jn]
 Sua conta deve **ter** a mesma quantidade de dinheiro que a minha... [ci]
 Dores deve **estar** competindo com alguém muito bom. [stv]
 Vocês devem **treinar** mais, estão péssimos no jogo. [ci]

c) Estrutura organizada entre o verbo auxiliar e os verbos da sequência:

Este princípio estabelece que todos os verbos na primeira posição são flexionados e acabam por selecionar determinadas formas infinitas que ocupam a segunda posição. Com relação aos verbos modais *poder* e *dever*, sem exceção, os dois selecionam um verbo no infinitivo. O valor para a aplicação da regra para os dois verbos será de [+], uma vez que não existem contra-exemplos.

Silvia **deveria ter** nos avisado que estava voltando. [ci]
 O plano **deve ter** sido reunir pessoas para depois tentar roubá-las. [stv]
 Estas pessoas **devem ter** roubado os itens no momento da confusão. [stv]
 Algo **deve estar** impedindo ele de atender o telefone. [ci]
 Ele já **deve ter** encontrado a localização deles. [ie]
Pode continuar checando a autorização dos que estão na fila, que eu vou lancar. [ci]
Posso pegar isso emprestado. [ci]
 Ele sussurrou pedindo que o filho **pudesse se vingar** por ele. [stv]
 Se você tivesse mais atenção, **poderia ter** evitado meu truque. [stv]

d) Possibilidade de sequências de até quatro verbos:

Quando há verbos auxiliares, o princípio desta regra define que podem aparecer até quatro elementos encadeados na sentença, apesar de ser mais usual na escrita, na fala ocorreu um caso.

Vocês já **devem estar sabendo usar** esta arma. [stv]

O valor de aplicação da regra, portanto, é [+].

e) Ordem hierarquicamente organizada entre as sequências verbais:

Esta regra diz respeito à forma como uma sequência de verbos auxiliares se organiza e coexiste na sentença. Denominamos os verbos auxiliares de primeira posição e de segunda posição para designar os dois verbos que aparecem em sequência, nas perífrases verbais simples, como, por exemplo, “Ele não **pode ter** feito nada disso.” [ci]. O verbo da primeira posição “pode” é o auxiliar e o verbo principal, “ter”, é o auxiliar da segunda posição.

O verbo de primeira posição, nesse exemplo, é o modal *poder*, podendo também ocorrer o *dever*, na forma conjugada, exprimindo tempo, modo, aspecto²⁵, pessoa e número para a sentença, e o verbo da segunda posição é uma forma de infinitivo, independentemente da natureza lexical desse segundo verbo.

Os verbos de terceira posição também são construções da perífrase e têm como seu regente o verbo que ocupa a segunda posição, como, por exemplo, “Um pedaço de papel **pode ser transformado** em faca.” [stv]. Assim, o que determina a forma perifrástica do verbo “transformar” é o verbo da segunda posição “ser”, cuja propriedade perifrástica exige que os verbos que lhe são subordinados estejam na forma nominal de particípio.

O verbo da segunda posição, da perífrase interna, também pode ser chamado de *verbo auxiliar*, ou seja, o verbo “ser” é um auxiliar, propriamente dito, já que determina a forma nominal do verbo que o segue, relacionando-se sintaticamente com este, obrigando-o a permanecer no particípio.

Assim, o mesmo fenômeno que ocorre com o verbo “ser” acontece com o “ter”, na segunda posição, como, por exemplo, “você poderia **ter matado** aquele pirralho facilmente.” [stv], em que o verbo da segunda posição exige que o verbo da terceira posição assuma a forma, obrigatoriamente, participial.

Há um auxiliar de primeira posição na sentença, o verbo modal, *poder* ou *dever*, que são os verbos auxiliares da oração, mas são os verbos da segunda posição, os que denominamos *auxiliares de segunda posição*, que determinam a configuração de todos os verbos da terceira posição. Dessa forma, são eles, os verbos da segunda posição, os responsáveis pela construção de particípio de “transformar” e “matar” nos exemplos mencionados. Um exemplo mais esquemático desse caso pode ser apresentado da seguinte forma:

²⁵ Com relação ao aspecto, é bom salientar que, em perífrases verbais, o particípio e o gerúndio podem expressar algum tipo de aspectualização, mas a forma do infinitivo não pode.

Desta forma, a regra impede que, dentro de perífrases, quaisquer substituições de anteposições possam acontecer, ou seja, o verbo principal não pode anteceder o auxiliar, e o verbo auxiliar não pode pospor-se ao principal. Nesse caso, orações seriam bloqueadas.

* **Usar** mais dois jogadores **podem** o cartão de memória do jogo [stv adaptado],

Ao invés de:

Mais dois jogadores **podem usar** o cartão de memória do jogo. [stv]

Como não existem perífrases com os verbos *poder* e *dever* que aceitem esse tipo de inversão, o valor atribuído para a regra é [+].

g) Impossibilidade de concordância em número-pessoal entre o sujeito e o verbo principal:

Esta regra advoga pela ausência de concordância em número do verbo principal da forma nominal, dentro da sentença. Ou seja, como estamos diante de uma perífrase com infinitivo, o verbo nominal não será compreendido jamais como um verbo de uma oração subordinada substantiva se a concordância ficar bloqueada, portanto, cabe ao auxiliar desempenhar a função de concordância, como se observa nos exemplos a seguir:

Vocês **devem ter** cuidado com este diamante. [stv]

*Vocês **devem terem** cuidado com este diamante. [stv adaptada]

Essa regra não fica bloqueada se o verbo no final da sentença for um particípio, precedido do verbo *ser*, como, por exemplo, “A técnica que você mostrou não **pode ser dominada** em tão pouco tempo.” [stv], “As técnicas que vocês mostraram não **podem ser dominadas** em tão pouco tempo.” [stv adaptada] e “Esses cidadãos **podem ser dominados** pelos bandidos.” [ie], “Esse cidadão **pode ser dominado** pelo bandido.” [ie] Ou seja, nesses casos, observamos que há concordância do sujeito do terceiro elemento que segue o verbo *ser*, embora o mesmo fenômeno não ocorra com o verbo *ter*, como, por exemplo, “Ela **deve ter chorado** pelo irmão também.” [stv], “Ele **deve ter chorado** pelo irmão também.” [stv adaptado] e “Elas **devem ter chorado** pelo irmão também.” [stv adaptado], “Eles **devem ter chorado** pelo irmão também.” [stv adaptado].

Observa-se que o infinitivo, verbo da segunda posição, continua o mesmo, o que vai predizer a aplicação da regra [+] tanto para *poder* quanto para o *dever*, uma vez que a regra se aplica aos infinitivos e não aos particípios, como nos exemplos que se seguem:

Aquele homem deve **ter** sido morto por causa das drogas. [jn]
Aqueles homens devem **ter** sido mortos por causa das drogas. [jn adaptada]

Aquele lixo não deveria **ter** sido despejado em um lugar menos movimentado. [mgtv]
Aqueles celulares não deveriam **ter** sido despejados em um lugar menos movimentado. [mgtv adaptado]

Ela deve **ter** chorado pelo irmão também. [stv]
 ***Elas** devem **ter** chorados pelo irmão também [stv adaptado]

Ele pode **ter** feito coisas escondido lá na pensão e a gente nem ficou sabendo. [stv]
 ***Eles** pode **ter** feitos coisas escondido e a gente nem ficou sabendo. [stv adaptado]
Marquinhos pode **ter** contado os segredos do nosso amigo. [stv]
 ***Marquinhos e Joaquim** podem **ter** contados os segredos do nosso amigo. [stv adaptado]

Dessa forma, quando o verbo *ter* se liga a um particípio, este não flexiona. “ele tem apontado/ ela tem apontado”. Quando o verbo *ser* se liga a um particípio, este pode e vai ficar flexionado a depender do plural do sujeito, como em: “a cachorrinha foi escovada,” [cn] e “as cachorrinhas foram escovadas.” [cn]. Há linguístas que dizem que o elemento que marca o particípio do verbo *ser* seja mais um adjetivo do que verbo nominal, porém essas colocações não serão discutidas neste trabalho, uma vez que não é nosso objetivo descrever o comportamento do verbo que segue *ser* nessas estruturas.

h) Apassivação:

As normas de apassivação descrevem que, na voz passiva, o modal *poder* e *dever* não podem mudar de posição. Como a passiva com esses verbos vai acontecer sem a substituição do modal, o valor da regra é aparentemente [+] para ambos os casos.

Voz ativa: Você não **poderá usar** minha estratégia. [stv]
 Voz passiva: Minha estratégia não **poderá ser usada** por você. [stv adaptada]

Voz ativa: Eu **devo ter** ligado a tv. [ci]
 Voz passiva: A tv **deve ter sido** ligada por mim. [ci adaptada]

Contudo, a voz passiva no português sempre foi alvo de muitas pesquisas por ser complexa e não ser aplicada em muitos casos. Com os verbos modais não é diferente, temos casos em que não ocorre a forma passiva, mesmo que o verbo auxiliar permaneça na mesma posição. Deprendemos, entretanto, uma aplicação do valor [+] para ambos os modais, mesmo que existam contextos restritos para a aplicação efetiva da voz passiva. Chegamos a tal conclusão na aplicação de [+], porque a regra (8) determina a relação de posição que o verbo *poder* ou *dever* ocupam na sentença e não, necessariamente, a natureza do verbo principal em realizar ou não a apassivação.

Assim, o motivo do bloqueio da execução da voz passiva está, provavelmente, mais relacionado à natureza semântica do verbo principal do que a aplicação da regra (8) por si, pois esta diz respeito à permuta dos termos verbais internos à sentença. Dessa forma, se existe o bloqueio da passiva, isso se deve à propriedade de alguns verbos transitivos diretos e indiretos não possibilitarem a voz passiva analítica, como nos casos que se seguem:

Devo me concentrar mais nos exercícios. [stv]

*Os exercícios **devem ser concentrados** por mim. [stv adaptado]

Alguma coisa **pode nos trazer** ao mundo real. [stv]

* O mundo real **pode ser trazido** alguma coisa. [stv adaptado]

Não **podemos depender** da nossa mãe o tempo todo. [ci]

*Nossa mãe não **pode ser dependida** o tempo todo por nós. [ci adaptada]

i) Inserção de adjuntos temporais entre os verbos da perífrase sem alteração do sentido:

Essa regra prescreve que a formação de dois verbos em sequência não impede a inserção de adjuntos temporais, uma vez que os adjuntos podem ser posicionados entre, antes ou após o verbo auxiliar e o principal. Assim, há evidências indicando que a inserção do elemento sintático não incide sobre apenas um verbo, mas na construção como um todo.

No que concerne aos dados, a inserção de um adjunto temporal não alterou a relação do aspecto, tempo ou modalização verbal, sendo, portanto, uma regra de aplicação é [+]. Vejamos os exemplos.

Vocês podem ver ela **agora**. [stv]

Vocês podem **daqui a uma semana** ver ela. [stv adaptado]

Hoje, vocês podem ver ela. [stv adaptado]

Vocês, **daqui a duas horas**, podem ver ela. [stv adaptado]

Marcus deve estar ocupado **hoje**. [ci]

Marcus, **no momento**, deve estar ocupado. [ci adaptado]

Marcus, **por ora**, deve estar ocupado. [ci adaptado]

j) Negativização:

A regra determina que uma perífrase verbal não pode ser separada pelo adjunto adverbial de negação *não*. Assim, grande parte dos verbos do português não seriam, de fato, auxiliares, uma vez que não restringem a colocação da negativa. Entretanto, no momento, vejamos os exemplos com os verbos *poder*:

O Senado **não pode ser** apenas um lugar de escândalos. [jn]
 O Senado **pode não ser** apenas um lugar de escândalos. [jn adaptado]
 Eu **não posso encher** isso para você, num tá vendo que tô machucado. [stv]
 Eu **posso não encher** isso para você, num tá vendo que tô machucado. [stv adaptado]

Há várias coisas que **não podem ser** criadas pelas mãos humanas, como, por exemplo, a fé. [stv]
 Há várias coisas que **podem não ser** criadas pelas mãos humanas, como, por exemplo, a fé. [stv adaptado]

Os exemplos, em princípio, aparecem com sentidos diferentes, em todos os casos. O que ocorre para essa distinção é que as perífrases com *poder* aceitam a negativização, mas elaboram modalizações bem distintas com a inclusão da negativa entre o modal e o verbo principal. Assim, os exemplos que apresentem a negativa antes da perífrase com *poder* “O Senado **não pode ser** apenas um lugar de escândalos.” [jn] marcam a modalização deôntica da proibição ou ordem, o que estabelece que a negativa recaia sobre as obrigatoriedades dos fatos que são narrados. Já na forma intercalada, quando o advérbio está entre o auxiliar e o verbo principal, temos a interpretação do eixo epistêmico da probabilidade ou possibilidade, como, por exemplo, “Há várias coisas que **podem não ser criadas** pelas mãos humanas...” [stv adaptado]. Essas características da modalização expressam uma sequência de fenômenos em que o critério não se aplica, assim, com o verbo *poder*, a regra se torna [-]. Já com o *dever*, obtivemos os seguintes exemplos.

Não devemos prolongar nosso sofrimento para o futuro [ie]
Devemos não prolongar nosso sofrimento para o futuro [ie adaptado]
 Ele viu algo que **não deveria ver**. [stv]
 Ele viu algo que **deveria não ver**. [stv adaptado]
 É por isso que disse que você **não deve correr** no salão. [stv]
 É por isso que disse que você **deve não correr** no salão. [stv adaptado]

Com o verbo *dever*, todos os casos previstos bloqueiam a regra que determina a não incidência da negativa entre o verbo auxiliar e o verbo principal. Ou seja, existe a forma da negativização entre os verbos, mas, que diferente de *poder*, não há a mudança da modalização. Assim, o deôntico da obrigação permanece em todos os exemplos, “não devemos prolongar” e “devemos não prolongar”, assim como nos demais casos. Estabelecemos que a regra não se aplica, obtendo o valor de [-] para este verbo também.

k) Seleção do sujeito gramatical pelo verbo principal:

Esta regra estabelece que o sujeito gramatical da sentença é sempre selecionado pelo verbo principal e não pelo auxiliar. Dessa maneira, as orações que não são possíveis na

língua, devido à incompatibilidade de sujeitos, dão origem ao bloqueio pela natureza do verbo principal.

Camélia não pode **dizer nada para ela**, senão a amizade acaba. [ci]

***A máquina de lavar** não pode **dizer nada para ela**, senão a amizade acaba. [ci adaptada]

Minas Gerais pode **ter rodovias**. [mgtv]

***A página do livro** pode **ter rodovias**. [mgtv adaptada]

O Senado não pode **ser apenas um lugar de escândalos**. [jn]

* **O buraco na sola do sapato** não pode **ser apenas um lugar de escândalos**. [jn adaptada]

Janaína deveria **cuidar da limpeza** da casa. [ci]

***A bengala** deveria **cuidar da limpeza** da casa. [ci adaptada]

(**Nós**) Deveríamos **estar relaxando com este filme chato?** [ci]

***As samambaias** deveriam **estar relaxando com este filme chato?** [ci adaptada]

Algumas sentenças supracitadas só seriam produtivas em obras de literatura, como, por exemplo: “**máquina de lavar** não pode **dizer nada para ela**, senão a amizade acaba.” [ci adaptada] e “**A bengala** deveria **cuidar da limpeza** da casa.” [ci adaptada].

Todos os contextos possíveis para a seleção do sujeito são feitos pelo verbo principal, portanto, o valor da regra é [+] para ambos, *poder* e *dever*.

l) Possibilidade de combinação do auxiliar com qualquer outro verbo, inclusive impessoal:

Ao combinar-se com qualquer verbo, inclusive o verbo impessoal *haver*, esta regra determina a existência de um verbo na forma perifrástica. Pressupõe-se que os dois verbos *poder* e *dever* não restringem a constituição de modalizações com qualquer verbo, conforme os exemplos a seguir:

Embora não possa **imaginar** sua reação, vamos aguardar. [stv]

Esta simulação pode **projetar** combates inteiros. [jn]

Alguém poder **querer** se vingar, só por causa daquele pequeno roubo. [stv]

Deve **haver** alguém vivo no meio dos destroços, os bombeiros ainda procuram sobreviventes. [jn]

Devemos sempre **assegurar** a segurança dele. [stv]

Todos os alunos devem se **reunir** na sala de vídeo. [ci]

A aplicação dessa regra vai ser de [+] para ambos os verbos.

m) Formação de uma unidade indissociável, sem a possibilidade de apagamento de qualquer verbo da sequência:

Esta regra está calcada na relação existente entre os termos sintáticos da formação perifrástica, uma vez que o conjunto criado por um verbo auxiliar e um verbo pleno deve

formar uma *unidade significativa* indissolúvel, ou seja, não podem aparecer sozinhos na sentença. Verbo principal e verbo auxiliar dependem semântica e sintaticamente um do outro, por causa disso não ocorrem isolados na sentença, evitando-se o agramaticalismo, de acordo com os exemplos que se seguem.

Aquele lixo **[deveria ter sido despejado]** em um lugar menos movimentado. [jn]

*Aquele lixo **ter** em um lugar menos movimentado. [jn adaptado]

*Aquele lixo **deveria** em um lugar menos movimentado. [jn adaptado]

[Poderíamos avaliar] a condição dele. [stv]

* **Poderíamos** a condição dele. [stv adaptado]

* **Avaliar** a condição dele. [stv adaptado]

A aplicação da regra é, portanto, [+] para ambos os verbos.

n) Impossibilidade de construção de orações subordinadas:

A regra estabelece que uma perífrase verbal não pode se desdobrar em uma estrutura de uma oração subordinada qualquer, ou seja, uma perífrase é um elemento indissociável em que o verbo auxiliar e o verbo principal são partes inseparáveis, não podendo aparecer como duas orações distintas. Lobato (1975) chama esse fenômeno de *acepção egocêntrica*, ou seja, toda perífrase tem, obrigatoriamente, uma ligação semântica e sintática entre os verbos auxiliar e principal.

Com relação aos dados, esse princípio é aplicável em todos os casos, visto que não existem, ainda, no português, orações perifrásticas, com *poder* e *dever*, que se desdobram em orações subordinadas. O valor da regra para ambos os casos é [+].

Vocês deverão agir de acordo com a situação. [stv]

Não devemos ter problemas com aquela prova de manhã, a matéria tá muito fácil. [ci]

Um papel pode ser transformado em uma faca, se a pessoa que manipula souber como se corta alguém.

[stv]

Uma alimentação saudável pode proteger o seu corpo contra doenças. [ie]

o) Perda Semântica:

Este critério estabelece que todo verbo auxiliar, devido à nova possibilidade de posição sintática, estende seu significado lexical além da zona do morfema, isto é, passa a representar outros significados além daqueles codificados pelo item lexical.

Os verbos modais *poder* e *dever* são suscetíveis de sofrer mudança de significados, dependendo da disposição do falante em expressar sentidos do eixo do conhecimento (epistêmico), que codifica valores da possibilidade e probabilidade e do eixo da conduta (deôntico), que codifica valores da obrigação e permissão. Como a significação dos verbos

tem grande possibilidade de mudança, dependendo do contexto, o valor será de [+] para ambos os casos, de acordo com os exemplos a seguir.

Deônticos (obrigação e permissão)

O único que **pode** comer isso sou eu. [ci]

Pode passar. [ci]

Todos **poderão** falar com o chefe, depois da luta. [stv]

Você **deve** ter cuidado com este diamante. [stv]

Vocês dois **devem** me tirar daqui. [stv]

Os pedestres não **devem** passar aqui, é perigoso. [mgvtv]

Epistêmicos (possibilidade e probabilidade)

Viver não significa não **poder** morrer. [ie]

Isso **pode** estar certo. [vj]

Posso pegar seu caderno emprestado. [ci]

O esconderijo dos indianos **deve** ficar por aqui. [stv]

Você **deve** ter terminado o trabalho, tá assistindo tv tão tranquilo. [ci]

Ele **deve** ter um ponto fraco. [stv]

p) Impossibilidade de os verbos auxiliares se auxiliarem a si mesmos:

Este princípio estabelece que não pode haver um verbo desempenhando a função de auxiliar e principal simultaneamente, ou seja, o verbo principal e verbo auxiliar devem obrigatoriamente ser itens lexicais diferentes. Os verbos *poder* e *dever* não podem atuar simultaneamente dentro de uma mesma sentença. Caso isso ocorra, a oração não será percebida como uma estrutura da língua portuguesa. Esta regra, com relação aos modais, é válida para o *poder*, apresentando o valor de [+], mas não para o *dever*, apresentando o valor [-]. Os exemplos previstos são:

* Não **podemos poder** os civis se envolverem com isso. [cn]

* O que **poderia poder**, se não conseguíssemos contornar essa situação. [cn]

Ele **deve dever** o banco uns 20 reais. [cn]

Maria **deve dever** apenas uns 5 reais para D. Carolina. [cn]

Apesar de a regra determinar que verbos idênticos não podem aparecer na mesma sentença, nada determina que os verbos *poder* e *dever* não possam aparecer juntos. Nos dados, casos com os dois verbos juntos não ocorreram, mas aparecem, vez ou outra, no discurso falado, exemplos do tipo: “Você **pode dever** até R\$X para o banco, sem precisar pagar os juros do crédito.” [cn] e “Você **deve poder** terminar X em breve, se for organizado.” [cn].

q) Impossibilidade de o verbo auxiliar construir voz passiva:

Esta regra determina que nenhum verbo auxiliar constrói voz passiva, somente o verbo principal. Apesar de este critério parecer-se com (h) – Apassivação, ambos apresentam representações distintas na sintaxe. A regra (h) – *Apassivação* – determina que o verbo modal e o principal não podem sofrer permutação de posições, enquanto o (q) – *Impossibilidade do verbo auxiliar construir voz passiva* – estabelece que a regra gramatical da apassivação recai sobre o verbo principal nunca no auxiliar. Mesmo que ambas as regras pareçam pressupor a mesma informação, elas não estão, uma vez que “h” expressa uma afirmação sintática de posições dos elementos da sentença, já “q” representa uma configuração sintática e semântica do verbo principal.

De acordo com o que Coelho (2006) nos diz, o fato de que, ao inserir-se um segundo verbo auxiliar entre o verbo pleno e auxiliar, na transposição da passiva, comprova o princípio de que um auxiliar não pode ser apassivado. Isso é visto em exemplos do tipo:

Voz ativa: Qualquer um poderia **alterar** aqueles dados. [cn adaptado]

Voz passiva: Aqueles dados poderiam **ter sido alterados** por qualquer um [cn]

Voz ativa: Você só pode **andar** a metade da distância neste jogo. [stv]

Voz passiva: A metade da distância neste jogo só pode **ser andada** por você. [stv adaptada]

Voz ativa: Vocês devem **fazer** a inscrição na recepção. [mgvtv]

Voz passiva: A inscrição na recepção deve **ser feita** por você. [mgvtv adaptada]

Voz ativa: Devemos **organizar** um novo plano. [stv]

Voz passiva: Um novo plano deve **ser organizado** por nós. [stv adaptada]

Como se constata, quem sofre a mudança sintática é o verbo principal e não o verbo auxiliar, quando há a possibilidade de se fazer a voz passiva. Nisso, o valor da regra de aplicação é [+] para ambos os casos.

Finalmente, depois de apresentados todos os possíveis critérios de auxiliaridade para os verbos *poder* e *dever*, veremos como é o grau de vinculação sintática entre as formas perifrásticas. Dessa maneira, ao aplicar os testes, pressupomos que os auxiliares não apresentam as mesmas características entre si, pois cada verbo, *poder* e *dever* apresenta traços diferenciados da maneira como o falante organiza o mundo que o cerca.

Nas análises realizadas, nesta seção, não examinamos exemplos de contextos diacrônicos das perífrases verbais, suas características e suas propriedades, pois tentamos clarear, nesta investigação, os processos que cercam a fixação gramatical dos verbos para identificarmos possíveis diferenças sobre a gramaticalidade e auxiliarização dos itens. Os

resultados dos testes realizados refletem, necessariamente, algo sobre o processo de formação das perífrases verbais do sistema sincrônico da língua em uso. Vejamos, então, na seção que se segue, quais foram as possibilidades de realização sintática entre os verbos *poder* e *dever*.

5.2.2 Relações de gramaticalidade entre os auxiliares *poder* e *dever*

A gramaticalização, como já dizemos, é um dos meios de se explicar como ocorre uma mudança linguística na dinamicidade de uma determinada língua no sistema linguístico e gramatical. Dessa forma, assumi-se que o grau de vinculação das perífrases acontece de forma diferenciada, mas, antes de se afirmar algo sobre a auxiliarização, teremos de confirmar nossas hipóteses por meio de testes ou diferentes análises, tentando perceber como os itens gramaticais estão sendo organizados uns em relação aos outros.

Traugott & Hopper (1993) afirmam que a motivação da gramaticalização tem muitas explicações, pois pode ocorrer devido às necessidades da comunicação de falantes, ou à organização de novos conteúdos cognitivos para os quais não se encontram outras formas e termos adequados. O surgimento, portanto, de novas formas motiva-se a partir do desenvolvimento de formas velhas, cujas novas funções sintáticas são determinadas pelos novos contextos sintáticos.

Os critérios citados e aplicados, na seção 5.2.1, são contextos sintáticos que nos possibilitam observar o comportamento sintático da forma gramaticalizada das perífrases verbais com os verbos *poder* e *dever*. Portanto, são, por assim dizer, maneiras de diferenciar ambas as perífrases verbais de orações subordinadas seguidas de verbos no infinitivo. As perífrases verbais, a depender do maior ou menor número de aplicação de regras, apresentam especificidades sintáticas que não são equivalentes as orações subordinadas, de acordo com os critérios de auxiliaridade já apresentados. Aplicadas as regras de configuração das perífrases verbais, chegamos aos seguintes resultados, conforme o quadro a seguir:

	CRITÉRIO	PODER	DEVER
1 (a)	Possibilidade de flexão temporal apenas do verbo auxiliar.	+	+
2 (b)	Impossibilidade de flexão temporal do verbo principal.	+	+
3 (c)	Estruturação organizada entre verbo auxiliar e os da sequência.	+	+
4 (d)	Possibilidade de sequências verbais com até quatro verbos.	+	+
5 (e)	Ordem estrutural hierarquicamente organizada entre as sequências verbais.	+	+
6 (f)	Irreversibilidade entre auxiliar e verbo principal.	+	+
7 (g)	Impossibilidade de concordância de número entre o sujeito e verbo principal.	+	+
8 (h)	Apassivação.	+	+
9 (i)	Inserção de adjuntos temporais entre os dois verbos sem alteração do sentido.	+	+
10 (j)	Negativização.	-	-
11 (k)	Seleção do sujeito gramatical pelo verbo principal (identidade entre suj. e aux.).	+	+
12 (l)	Possibilidade de combinação do auxiliar com qualquer outro verbo.	+	+
13 (m)	Formação de uma unidade indissociável, sem o apagamento de um dos verbos.	+	+
14 (n)	Impossibilidade de construções de orações subordinadas.	+	+
15 (o)	Perda Semântica.	+	+
16 (p)	Impossibilidade de os verbos auxiliares se auxiliarem a si mesmo.	+	-
17 (q)	Impossibilidade de os verbos auxiliares construírem a voz passiva.	+	+

Quadro 7: Valores atribuídos aos verbos modais *poder* e *dever*
Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o quadro 7, constatamos que, dos dezessete critérios aplicados, o verbo *dever* não se aplica satisfatoriamente a uma regra, a saber: 16 – *Impossibilidade de os verbos auxiliares auxiliarem-se a si mesmos*²⁶. Um exemplo da auxiliarização do critério 16 é apresentado em construções, como, por exemplo: “Ele **deve dever** mais ou menos uns 40 reais de cartão de crédito.” [cn], “Creio que nossa empresa só **deve dever** a vocês algumas horas de trabalho.” [cn]. Dessa Maneira, percebe-se que, pelo fato de o verbo *dever* poder assumir uma aparente construção diferente do verbo *poder*, talvez, isso represente que o *poder* tenha um certo grau de gramaticalidade maior do que o verbo *dever*, mas, mesmo assim, os critérios de auxiliaridade nos dizem que não há distinções extremas entre os modais em estudo. Provavelmente, também, o verbo *poder* esteja mais fixado na sintaxe, sofrendo uma mudança sintática ainda não catalogada, tornando-se um item mais gramaticalizado na língua portuguesa.

No momento, entendemos que o verbo *poder* apresenta um alto grau de gramaticalidade, e, conseqüentemente de fixação sintática com o verbo principal. Essa forma cristalizada de o verbo auxiliar se prender ao verbo principal estaria, de acordo com os estudos de Paula (2009), uma vez que o verbo *poder* sofre redução fonológica muito

²⁶ O 10º critério da *negativização* não distingue as perífrases de *poder* e *dever*, pois ambos não se aplicam a regra. Entendemos, então, que este critério não é relevante para diferenciar as perífrases dos dois verbos de orações subordinadas de infinitivo.

perceptível em contextos muito específicos da fala, o que estabelece um grau mais acelerado de gramaticalização. A autora, nesses termos, argumenta que a redução fonológica de “pó fala”, “pó deixa”, em situações da fala contemporânea, esteja favorecendo a fixidez do verbo em perífrases verbais, o que implicaria, portanto, um maior nível de gramaticalidade em nosso estudo.

Dessa forma, consideramos que o verbo *poder* seja mais gramaticalizado do que o verbo *dever*, pois o primeiro atinge plenamente os dezesseis critérios de auxiliaridade e, ainda por cima, parece estar adiantado na forma como se apresenta na sintaxe, pois, está passando por transformações fonológicas, das quais o verbo *dever* ainda não participa²⁷.

Do ponto de vista teórico, o paradigma da gramaticalização para estes dois verbos, como perífrases, precisaria ser mais explorado, principalmente, no que tange ao percurso de mudança linguística na diacronia, pois, talvez, teríamos mais subsídios de dados linguísticos para afirmar algo mais efetivo sobre a gramaticalização. Este fato corresponderia a uma análise da história dos itens no português arcaico, no português moderno e no português contemporâneo. Igualmente, do ponto de vista prático, mais elementos ou contextos linguísticos precisariam ser analisados e classificados, verificando, necessariamente, a questão da frequência do item nos três períodos históricos. Porém, com a descrição realizada dos verbos *poder* e *dever* nesta pesquisa, na perspectiva sincrônica, já percebe-se uma leve diferenciação desses dois verbos, o que possibilita afirmar algo sobre o fenômeno da fixação sintática da língua portuguesa nos tempos atuais.

Resumindo, nesta parte do trabalho, desenvolvemos um conjunto de testes para determinar se existem graus de fixação sintática entre os verbos modais *poder* e *dever* na língua portuguesa. Constatamos que, depois da aplicação de dezessete testes, os verbos modais *poder* e *dever* apresentam uma similaridade gramatical, no que tange à estrutura formal de uma construção perifrástica. Com relação aos graus de gramaticalidade, o verbo *poder* apresentou um leve avanço de auxiliaridade na comparação com o verbo *dever*.

Na seção a seguir, analisaremos a questão da auxiliaridade, categorizando ambos os verbos de acordo com a estrutura da modalização que apresentam nos dados. Ou seja, nesta seção, foram analisados dois verbos, indiferentemente da forma como modalizam o discurso, na próxima, serão investigados sete verbos, que elaboram as formas mais efetivas da

²⁷ Mesmo que o tema sobre redução fonológica seja um assunto muito relevante para determinar os graus de gramaticalização do verbo *poder*, não analisaremos este fenômeno, pois isso pressupõe uma pesquisa com outra abordagem metodológica.

modalização da língua, a saber: *Poder*_{pleno}, *Poder*_{capacidade}, *Poder*_{deôntico}, *Poder*_{epistêmico}, *Dever*_{pleno}, *Dever*_{deôntico}, *Dever*_{epistêmico}.

Ao fazermos essas delimitações, procuraremos descrever a auxiliaridade das formas gramaticalizadas e das formas não gramaticalizadas e, conseqüentemente, as possíveis diferenças sintáticas existentes entre os verbos lexicais não gramaticalizados e os verbos lexicais gramaticalizados modalizados.

5.3 Auxiliaridade e Modalização

Nesta seção, elaboramos um estudo mais detalhado dos verbos *poder* e *dever*, analisando-os separadamente, conforme os sentidos que tendem a desenvolver em construções do português. Assim, os dois verbos – *poder* e *dever* – serão descritos de acordo com as sete formas verbais, perifrásticas e não perifrásticas, conforme a proposta de classificação linguística desenvolvida por Pontes (1973).²⁸

Primeiramente, é necessário compreender que o verbo *poder* apresenta quatro significados básicos: P1 (*poder com* – pleno), P2 (*poder* – deôntico da obrigação, permissão), P3 (*poder* – epistêmico da possibilidade) e P4 (*poder* – dinâmico da capacidade). Já o verbo *dever* expressa três significados: D1 (*dever* – pleno), D2 (*dever* – deôntico da obrigação) e D3 (*dever* – epistêmico da necessidade). As codificações P2, P3 e P4 representam as três categorias da modalização possíveis para o verbo *poder*, ou seja, a modalização *Deôntica*, *Epistêmica* e *Dinâmica*, respectivamente. Já D2 e D3, do verbo *dever*, representam as duas categorias prováveis da modalização, a saber: *Deôntica* e *Epistêmica*. Os verbos plenos P1 e D1 são os verbos principais de orações não perifrásticas, como, por exemplo, “Deise não *pode com* a professora de matemática.” [cn] e “Mariana *deve* muito dinheiro ao banco, não sei o que ela vai fazer.” [stv].

Com relação à modalização, o verbo *poder* apresenta uma particularidade em relação ao *dever*, que é a quarta forma gramaticalizada P4 – *Dinâmica*. A categoria da modalização *Dinâmica* compreende uma interpretação de que só o verbo *poder* expressa, no sentido de que

²⁸ Pontes (1973) realizou um estudo que diferencia as formas verbais modalizadas deônticas, epistêmicas, dinâmicas e os verbos plenos. A partir desse estudo desenvolvemos essa seção para tentar mostrar as distinções sintáticas e semânticas dos verbos *poder* e *dever* gramaticalizados (construções perifrásticas) e não gramaticalizados (construções não perifrásticas).

o sujeito gramatical declara sua capacidade psíquica, intelectual ou física para desempenhar uma determinada tarefa.

Sobre os sentidos da modalização, podemos afirmar que a *Deôntica* representa as *obrigações* ou *permissões* que estabelecem algumas ocorrências sintáticas mais restritas, uma vez que, quando o falante expressa uma *ordem*, subentende-se uma imposição de outros indivíduos sobre o interlocutor para a realização de tarefas. Entretanto, as mesmas restrições previstas pelos *deônticos* não ocorrem similarmente com os *epistêmicos*, pois a característica desta modalização é a tendência de restringir determinadas manifestações de fatos linguísticos como eventos prováveis de ocorrer.

Para as análises realizadas nesta seção, codificamos os verbos modais, de acordo com a característica pragmática que cada um desenvolve, pois existem sete verbos que foram analisados separadamente, tais como: (i) os dois itens lexicais de P1_{pleno} e D1_{pleno}, que são os *verbos plenos*; (ii) os verbos gramaticalizados P2_{deôntico} e D2_{deôntico}, que se referirem às modalizações *deônticas* de *obrigação* e de *permissão*, exprimindo o sentido de *ordem*, *manipulação*, *proibição* ou *imposição* do falante sobre alguém; P3_{epistêmico} e D3_{epistêmico}, que definem a modalização *epistêmica* de *possibilidade* ou de *necessidade* da situação enunciada, ou seja, relacionam-se ao grau de certeza do falante sobre um estado de coisas ou ao grau de comprometimento do falante sobre alguma coisa, e, por fim, P4_{capacidade}, que estabelece o sentido de *capacidade*, ou *habilidade de alguém*, classificado no contexto da modalização *dinâmica*.

Esses sete verbos serão descritos conforme o estudo preliminar de Pontes (1973), sobre os verbos auxiliares do português, para, assim, mostrarmos mais detalhadamente, quais são as distintas manifestações linguísticas que todas as formas gramaticalizadas e não gramaticalizadas podem desenvolver. Os contextos sintáticos utilizados pela autora na análise dos verbos do português, os quais serão utilizados para investigarmos o fenômeno linguístico dos verbos *poder* e *dever*, são:

- a) A possibilidade de o verbo combinar-se com todos os tempos verbais;
- b) A possibilidade de o verbo ser seguido de *ter* + *particípio*;
- c) A possibilidade de o verbo ser seguido de *ser* + *particípio* ou *estar* + *gerúndio*;²⁹
- d) A construção com imperativo;
- e) A construção com sujeitos inanimados concretos;
- f) A construção com sujeitos animados abstratos;

²⁹ Não iremos entrar na discussão se o verbo *ser* é seguido de *particípio* ou de *adjetivo*. Neste trabalho, consideramos que a sequência é um *particípio*.

g) O verbo combinar-se com verbos impessoais;

h) Apassivação.

Por fim, de todos os oito critérios mencionados por Pontes (1973), quatro ainda não foram desenvolvidos no terceiro capítulo, a saber: (c) – possibilidade de o verbo ser seguido por *ser* + *particípio* ou *estar* + *gerúndio*, (d) – admitir a forma do imperativo, (e) – construção com sujeitos gramaticais inanimados concretos (pedra, mesa, cadeira, papel, lápis, etc.) e (f) – construção com sujeitos inanimados abstratos (fantasma, alma, esperança, etc.). Consideramos que, ao trabalharmos com mais esses contextos de ocorrência sintática, talvez, possamos demonstrar quais são as restrições sintáticas que os modais tendem a desenvolver.

Os demais contextos sintáticos mencionados, (a) – possibilidade de o verbo combinar-se com todos os tempos verbais, (b) – possibilidade de o verbo ser precedido de *ter* + *particípio*, (g) combinar-se com verbos impessoais e (h) – apassivação, já foram desenvolvidos nos capítulos anteriores e, portanto, não há razões para maiores esclarecimentos. Assim, vejamos primeiramente a atuação do verbo *poder* e, logo após, a do verbo *dever*.

5.3.1 Ocorrências do verbo poder

5.3.1.1 P1 – poder pleno

Verbos plenos com o *poder*, segundo nos diz Pontes (1973), são previstos em exemplos do tipo “ninguém *pode* comigo”, os quais são classificados como verbos modais, cujas expressões de sentido são classificadas a partir da modalização *dinâmica*. Esta modalização pressupõe a significação de que alguém tem o controle, suporta ou consegue algo por meio de suas próprias forças ou habilidades físicas ou intelectuais.

O fato de o verbo *poder pleno* servir como verbo principal, para sentenças da língua, pode ser uma constatação relevante de que o *poder pleno* resistiu ao processo de gramaticalização em algumas construções não perifrásticas no português contemporâneo do século XXI.

Entretanto, para confirmarmos, de fato, a hipótese de que a forma transitiva indireta do verbo é um resíduo de versões mais antigas da língua, teríamos de elaborar um estudo mais

acurado do *poder pleno* em uma perspectiva diacrônica, com amostras de dados históricos. Não obstante, como não faremos isso, em princípio, tentaremos descrever a forma transitiva tal como ela se apresenta no português em uso.

a) Combinar-se com todos os tempos verbais:

Vejamos alguns exemplos com o verbo $P1_{pleno}$.

Deise não pode com a professora de matemática. [cn]³⁰

Daniela não pode com esses caras aí. [cn]

Aquele lá pode com essa prova, garanto. [cn]

Com Deus, tudo posso. [cn]

Apesar de os casos dos tempos verbais dos verbos $P1_{pleno}$ não serem alvo de muitos estudos linguísticos em língua portuguesa, sumariamente, refletimos que o pretérito mais-que-perfeito talvez seja uma construção um tanto rara, como, por exemplo, “*Com Deus, tudo pudera.” [cn], “(?) Daniela não pudera com esses caras aí.” (sic) [cn] ou “Ah! Pudera eu com essa bonitona, aí!” [cn]. Com os casos do pretérito mais-que-perfeito, consideramos que, por ser mais escasso tanto na língua escrita quanto falada, parece que a construção é uma forma mais imprevisível, ou seja, ora ocorre, ora não ocorre.

A mesma imprevisibilidade acontece com sentenças como “Se eu pudesse com aquele enjoado, não teria deixado a empresa.” [cn], “Se ele puder comigo, então que venha.” [cn], “Espero que ele possa com aquela sinhá, porque eu não pude.” [cn], na forma do subjuntivo, e “Pude com aquela prova, graças a Deus!” [cn], na forma do pretérito perfeito. Com o imperfeito, talvez, tenhamos na língua exemplos do tipo, “Eu podia com aquela mulherzinha sozinha, mas, aí, apareceu a mãe dela!” [cn]. Já com os futuros do pretérito e do presente os exemplos são menos claros, como, por exemplo, “(?) Eu poderia com essa turma, se não fosse minha pressão alta.” [cn] e “(?) Eu poderei com essa gente, só me dá um tempo!” [cn].

Em princípio, a partir dos exemplos mencionados, entenderemos que, provavelmente, o verbo $P1_{pleno}$ não aceita todos os tempos verbais.

b) Possibilidade de o verbo ser seguido de *ter* + *particípio*:

O verbo $P1_{pleno}$ não pode ser seguido por nenhum outro verbo, pois deixaria de ser verbo pleno.

³⁰ Como não encontramos amostras nos *corpora*, os dados do verbo $P1_{pleno}$ foram elaborados sobre nossa responsabilidade.

c) Possibilidade de ser seguido de *ser + participípio* ou *estar + participípio*:

Conforme a observação anterior, o verbo pleno não pode ser seguido de outro verbo, pois deixaria de ser pleno.

d) Admitir imperativo:

Como estamos analisando o verbo *poder*, na figura de um verbo transitivo indireto, o modo imperativo também não é possível, como nos exemplos a seguir:

*Deise, pode com ela! [cn]

*Chover pode com as colheitas. [cn]

*Haver pode com a gramática. [cn]

e) Admitir sujeitos inanimados concretos:

P1_{pleno} possibilita a incidência de sujeitos dessa natureza, conforme os exemplos que se seguem, apresentando a expressão semântica de *suportar*, *ter domínio*, ou *aguentar*.

Aquela mesa não pode com vocês dois em cima. [cn]

Só um banho bem quente pode com esses fedorentos! [cn]

Só esse fogão pode com toda essa gente morta de fome, graças a Deus. [cn]

f) Admitir sujeitos inanimados abstratos:

P1_{pleno} também admite alguns sujeitos abstratos, com o mesmo sentido da regra anterior.

Nem a miséria pode comigo! [cn]

g) Combinar-se com verbos impessoais:

Conforme a observação da 2ª regra, o verbo P1_{pleno} não pode ser seguido por nenhum outro verbo, pois, deixaria de ser verbo pleno.

h) Apassivação:

O verbo P1_{pleno}, por ser um verbo transitivo indireto, não acarreta voz passiva, conforme o exemplo, a seguir:

Deise não pode com a professora de matemática. [cn]

*A professora de matemática não é podida por Deise. [cn]

Nem um banho quente pode com esses fedorentos. [cn]

* Esses fedorentos não são podidos pelo banho quente. [cn]

5.3.1.2 P2 – poder deôntico

a) Combinar-se com todos os tempos verbais:

Com relação aos tempos verbais, P2_{deôntico} não pode ocorrer com todas as flexões de tempos, e sempre há uma leve mudança de sentido, dependendo da interpretação que se faz da sentença. Se aparecerem os tempos verbais, a *obrigação* pode vir interpretada como *permissão*, e, em alguns casos, temos também o *pedido*, relacionado às categorias *deônticas*. Os tempos verbais que expressam a *obrigação/permissão* limitam-se aos tempos presente, pretérito imperfeito e os futuros do presente e do pretérito, conforme os casos a seguir.

Vocês podem usar este método para se defenderem. [stv]
 Você podia pegar aquela tigela verde na geladeira pra mim. [ci]
 Todos poderão falar com o assistente social diretamente, assim que as reuniões acabarem. [mgvtv]
 Os dois poderão usar pijamas. [stv]
 Você poderia cuidar da limpeza por hoje. [stv]

Os casos acima têm a grande possibilidade de ser confundidos com P3_{epistêmico}, porém, a ambiguidade é desfeita, se, em contextos específicos, o falante tiver clareza de suas intenções. Uma ordem ou obrigação não se confunde com um epistêmico de possibilidade, como, por exemplo, “Pode fazer o favor de ir já pra cama!” [ci]. Neste caso, não há como interpretar P3_{epistêmico}, pois o contexto não define outra modalização que não seja a ordem.

Com outros exemplos, a flexão verbal vai determinar se a oração é entendida como *obrigação* ou *possibilidade*. Isso ocorre porque, geralmente, o pretérito perfeito, “pude, pudemos, puderam”, o pretérito imperfeito “podia, podíamos, podiam” e o futuro do pretérito “poderia, poderíamos, poderiam”, não estabelecem claramente uma relação com P2_{deôntico}, mas, sim, com P3_{epistêmico}, como nos exemplos que se seguem.

Fiz tudo que pude para conseguir esse emprego. [ci]
 Eu nem podia respirar com eles em volta, senão eu recebia um tiro. [ie]
 Eu poderia eliminar todos em 7 segundos. [stv]

Em todos, os verbos não são interpretados como P2_{deôntico} da ordem, o fato de os tempos verbais do pretérito restringirem a materialização da modalização da *obrigação* ou da *permissão*, está relacionado ao contexto em que tais sentenças se inserem. Ou seja, ordens têm abrigo em realizações que estão por ocorrer ou eventos que devem ser realizados no futuro.

Dessa forma, como não se pede a alguém que faça algo no passado ou se permite a alguém realizar uma ação também no passado, o pretérito perfeito não se manifestará com o verbo P2_{deôntico}, uma vez que o evento já ocorreu. Assim, o tempo da futuridade de um *deôntico* restringe a existência de P2_{deôntico} e, conseqüentemente, a flexão dos tempos verbais do pretérito perfeito.

b) Possibilidade de o verbo ser seguido de *ter* + *particípio*:

P2_{deôntico} não possibilita uma construção com ocorrência de com *ter* + *particípio* e *estar* + *gerúndio*, pois, nesse caso, não teríamos o sentido da modalização deôntica, mas epistêmica, como nos seguintes casos.

Vocês dois poderão usar pijamas só à noite. [stv]

(?) Vocês dois podem ter usado pijamas só à noite. [stv adaptado] (epistêmico da possibilidade)³¹

Hisoka pode desafiar o mestre. [stv]

(?) Hisoka pode ter desafiado o mestre. [stv adaptado] (epistêmico da possibilidade)

c) Possibilidade de ser seguido de *ser* + *particípio* ou *estar* + *gerúndio*:

Nos contextos sintáticos com *ser* e *estar*, P2_{deôntico} ocorre com a interpretação da modalização deôntica de *permissão*, conforme os casos que se seguem.

Vocês três podem treinar com ele. [stv]

Vocês três podem **ser treinados** por ele. [stv adaptada] (deôntico de permissão)

Podemos entrar na internet agora? [ci]

Podemos **estar entrando** na internet agora? [ci adaptada] (deôntico de permissão)

d) Admitir imperativo:

P2_{deôntico} aceita a forma imperativa.

Pode ir já pro trabalho! [cn]

e) Admitir sujeitos inanimados concretos:

Nos contextos de sujeitos concretos, P2_{deôntico} não pode ocorrer.

*Cadeira, pode fazer o favor de ir pra cama! [cn]

*Cama, você pode usar pijama! [cn]

³¹ A interrogação, nesta seção, significa que o exemplo não corresponde aos sentidos da modalização expressos pela afirmação supracitada.

f) Admitir sujeitos inanimados abstratos:

Assim como não aparece a incidência de sujeitos concretos, P2_{deôntico} também não possibilita a construção com sujeitos inanimados abstratos.

* Fraternidade, pode tirar suas mãos daí! [cn]

Podemos dizer que os verbos da ordem de P2_{deôntico} estabelecem sempre o sentido de *ordens*, *permissões* e *pedidos*, os quais são manifestações linguísticas empregadas para agentes animados que devem executar uma ação futura.

g) Combinar-se com verbos no imperativo:

Os P2_{deônticos} não se relacionam com verbos impessoais, a leitura que se faz é uma hipótese, nunca uma ordem, como por exemplo:

(?) Pode chover hoje [ci]

(?) Pode haver mais provas no local do crime, as buscas continuam. [jn]

h) Apassivação:

A voz passiva é possível com os verbos deônticos, quando o verbo principal possibilita esse tipo de construção, de acordo o seguinte exemplo:

Voz ativa: Você dois poderão usar pijamas. [stv]

Voz passiva: Pijamas podem ser usados por vocês dois. [stv adaptada]

5.3.1.3 P3 – poder epistêmico

a) Combinar-se com todos os tempos verbais:

No campo dos epistêmicos, o P3_{epistêmico} combina-se com qualquer flexão dos tempos verbais do português para marcar algo que é provável, como nos exemplos a seguir:

Posso mencionar esse fato ao nosso supervisor. [ie]

Você pode fazer o que quiser no jogo, ele é bem flexível. [ci]

Meu irmão poderá me golpear, se acertar minha pergunta. [stv]

Ele poderia ter vencido aquele garoto, se seguisse meus conselhos. [stv]

Se eu puder descobrir a informação, seria ótimo. [ci]

b) Possibilidade de ser seguido de *ter* + *particípio*:

Nas construções seguidas com o verbo *ter* + *particípio*, os contextos de ocorrência também são possíveis, conforme os seguintes exemplos:

Ele poderia ter vencido aquele garoto. [stv]
Ele pode ter feito coisas escondido. [ci]

c) Possibilidade de ser seguido de *ser* + *particípio* ou *estar* + *gerúndio*:

Conforme o contexto acima, P3_{epistêmico} também possibilita a incidência desse tipo de construção, de acordo com os casos que se seguem.

Pesquisas biológicas só podiam ser feitas longe dos olhos dos curiosos. [veja]
Aqueles dados poderiam ser alterados por qualquer um. [veja]
Ele só pode estar blefando. [ci]
Você só pode estar brincando. [ci]

d) Admitir imperativo:

P3_{epistêmico} não aceita o imperativo. Esse fato ocorre porque o epistêmico marca um fato como provável dentro de um estado de coisas que tende a ser verdadeiro ou não. O imperativo, por outro lado, marca uma expressão de ordem, ou seja, uma atitude imediata de que o falante quer que seu interlocutor faça, que, às vezes, é uma ação independente da vontade desse interlocutor, conforme os exemplos:

*Ele pode vencer! [cn]
*As galinhas podem sair! [cn]

e) Admitir sujeitos inanimados concretos:

P3_{epistêmico} se combina, perfeitamente, com sujeitos inanimados concretos, pois coisas e objetos também possuem ou desenvolvem características ou representações consideradas como prováveis ou possíveis, conforme a interpretação que o falante representa a respeito do fenômeno observado.

As pedras podem cair no chão. [cn]
O tesouro pode ter sido alterado pelo vendedor. [stv]

f) Admitir sujeitos inanimados abstratos:

Assim como no contexto acima mencionado, P3_{epistêmico} ocorre com sujeitos abstratos, como, por exemplo.

Fantasmas não podem simplesmente sair à noite, só para assaltar a geladeira. [stv]

g) Combinar-se com verbos impessoais:

A modalização da possibilidade aceita verbos impessoais, tornando o contexto como algo impossível ou improvável.

Não pode haver outra saída desse lugar, a não ser por esse caminho. [stv]

Pode chover hoje. [ci]

Pode haver mais provas no local do crime, as buscas continuam. [jn]

h) Apassivação:

P3_{epistêmico} também aceita a voz passiva, quando, assim, o verbo principal possibilitar. Ou seja, a apassivação existe quando o verbo da segunda posição tem a propriedade de construir a voz passiva, conforme os casos abaixo:

Voz ativa: Um dragão pode soprar fogo. [stv]

Voz passiva: O fogo pode ser soprado por um dragão. [stv adaptado]

Voz ativa: Você poderia me informar os detalhes da investigação. [jn]

Voz passiva: Os detalhes da investigação podem ser informados por você. [jn adaptado]

5.3.1.4 P4 poder capacidade

a) Combinar-se com todos os tempos verbais:

Uma das propriedades sintáticas do P4_{capacidade} é o fato de ocorrer com qualquer tempo verbal e apresentar todas as flexões do modo indicativo. Esse assunto também já foi tratado nos critérios de auxiliaridade, entretanto, aqui, enfatizamos não as regras de auxiliarização, mas as características sintáticas intrínsecas do verbo *poder*, vinculadas às manifestações da modalização *dinâmica*. Os exemplos previstos são:

- 1) Você pode fazer milagres, basta querer. [ie]
- 2) Apenas o cachorro chamado Cérbero pode abrir a porta para o inferno. [stv]
- 3) Apenas o cachorro chamado Cérbero [podia] abrir a porta para o inferno. [stv adaptado]
- 4) Apenas o cachorro chamado Cérbero [poderá] abrir a porta para o inferno. [stv adaptado]

Assim como nos tempos do presente, em (1) e (2), do passado, em (3), e do futuro, em (4), o $P4_{\text{capacidade}}$ ainda tem a previsibilidade de manifestar qualquer tempo do modo subjuntivo como o futuro e o imperfeito, como, por exemplo, “Se Cérbero pudesse abrir essa porta agora, será bom.” [stv adaptada] “Se Cérbero puder abrir essa porta agora, seria ótimo.” [stv adaptada]. Em outras palavras, Cérbero é o único dotado da capacidade de abrir a porta do inferno, uma vez que o cachorro mitológico é o vigia do local.

Contudo, um fato que é importante salientar sobre a categoria $P4_{\text{capacidade}}$ é a grande possibilidade de ser confundida com $P3_{\text{epistêmico}}$, se não forem oferecidos os contextos adequados para a interpretação de uma ou outra categoria. Essa ambiguidade está relacionada ao fato de que o falante tem a *capacidade inerente* de fazer uma ação ou tem a *possibilidade de efetuar* essa mesma ação. Fica, portanto, a cargo do contexto pragmático, definir se a intenção imediata do falante é demonstrar que ele é habilitado a executar uma tarefa ou se ele tem a possibilidade de fazê-la ou não.

No exemplo acima (1) “Você pode fazer milagres, basta querer.” [ie], é ambígua, já que apresenta duas leituras: a primeira é a capacidade de alguém para fazer milagres, e a segunda é a possibilidade de que alguém possa ou não fazer milagres. Já (2) “Apenas o cachorro chamado Cérbero pode abrir a porta para o inferno.” [stv] não é ambígua, pois sabemos que Cérbero é potencialmente habilitado para realização da tarefa, assim, considera-se a sentença como uma modal de capacidade.

b) Possibilidade de ser seguido de *ter* + *particípio*:

A segunda propriedade de $P4_{\text{capacidade}}$ é a impossibilidade de ser seguido pelo verbo *ter* + *particípio* para expressar a modalização *dinâmica*. Quando ocorre a construção com o verbo *ter*, tem-se a significação da modalização $P3_{\text{epistêmica}}$, como, por exemplo:

- (?) Aquele assassinato pode ter sido obra de gangues rivais. [mgvtv]
- (?) Não entendo como o rei pode ter caído em um golpe de estado. [ie]
- (?) O tesouro pode ter sido alterado pelo vendedor. [stv]
- (?) Você não pode ter errado desta vez, seria demais pra uma pessoa só. [ci]

c) Possibilidade de ser seguido de *ser* + *particípio* ou *estar* + *gerúndio*:

Assim como no contexto acima mencionado, os casos com P4_{capacidade} não assumem a construção com esses verbos para expressar o sentido de capacidade, conforme os exemplos que se seguem. O sentido que a construção acarreta é sempre de possibilidade.

- (?) Isso pode estar custando hoje uns 10 mil. [stv]
- (?) Você deve estar apreciando o seu vinho e sua vitória. [stv]
- (?) Batalhas podem ser vencidas ou perdidas. [stv]
- (?) Eu poderia ser salvo por ele? [stv]

d) Admitir imperativo:

Pontes (1973) argumenta que o P4_{capacidade} não admite a forma do Imperativo.

- *Cérbero pode! [cn]
- *Pedras podem! [cn]

Concordamos com Pontes (1973) ao afirmar que P4_{capacidade} não pode aparecer com o sentido veiculado do modo Imperativo, uma vez que, ao expressarmos uma modalidade *dinâmica* sobre um estado de coisas, o objeto de referência tem que apresentar alguma característica física ou psíquica que lhe é inerente ou peculiar. Simplesmente, ao expressarmos ordens para alguém, por meio da modalização *deôntica*, não estamos, necessariamente, caracterizando objeto de referência em termos de sua capacidade ou de sua habilidade, mas, apenas, emitindo uma ordem ou uma permissão.

A modalidade *dinâmica* se expressa melhor em exemplos do tipo: “posso carregar aqueles dois bujão de gás, facin, facin, seu Carlos! [ci].” Talvez, isso seja possível porque existe uma habilidade qualquer que é inerente ao falante. O exemplo expressa a opinião do falante em mostrar que tem a força necessária para carregar dois bujões de gás

e) Admitir sujeitos inanimados concretos:

P4_{capacidade} admite sujeitos inanimados concretos, entendendo-se que *sujeitos inanimados concretos* são os objetos do mundo físico, como “lápis”, “mesa”, “casa”, “pedra”, “cama”, “chão”, etc., portanto, são inanimados e concretos. Diferentemente dos *inanimados abstratos*, como “consciência”, “memória”, “raciocínio”, etc., relacionados aos objetos ou processos do mundo psíquico.

Um fato que não foi observado por Pontes (1973) sobre a vinculação de sujeitos inanimados é a possibilidade de ocorrência P4_{capacidade} em sujeitos inanimados concretos. Isso acontece se entendermos que a modalidade *dinâmica* está atrelada a uma capacidade ou habilidade do objeto referido, então, se objetos inanimados têm habilidades abstratas, que são

oriundas das suas propriedades físicas, denotadas pelo verbo principal, poderemos afirmar que o contexto sintático privilegia a interpretação de $P4_{\text{capacidade}}$, como, por exemplo.

Pedras podem esfarelar com o tempo. [cn]
Cadeiras de ferro podem enferrujar com a chuva. [cn]
Celulares podem queimar se forem molhados. [cn]

Desta forma, no quesito de sujeitos inanimados concretos, $P4_{\text{capacidade}}$ não vai ser explicitada apenas com a composição de sujeitos e verbos principais aleatórios combinados com os verbos modais, mas com uma composição de uma relação de correspondência, entre a propriedade semântica do sujeito e a propriedade lexical do verbo principal. Caso essa composição não seja satisfeita, vão parecer exemplos que não satisfazem uma interpretação da modalidade *dinâmica* da língua em uso, como “*Pedras podem tropeçar.” [cn], “*Cadeiras podem correr.” [cn], “*Celulares podem tropejar.” [cn]. Somente em contextos literários, a compreensão da modalidade *dinâmica*, para esses exemplos, seria mais adequada.

f) Admitir sujeitos inanimados abstratos:

A partir dos mesmos princípios mencionados, os verbos com $P4_{\text{capacidade}}$ admitem sujeitos dessa natureza.

Fantasmas podem assustar muita gente. [cn]
A boa vontade de orientadores pode aliviar a tensão dos orientandos desesperados. [cn]

g) Combinar-se com verbos impessoais;

Verbos de modalidade $P4_{\text{capacidade}}$ não possibilitam a construção com verbos impessoais, como, por exemplo, “*Pode chover amanhã” e “*Pode haver aula”, exprimindo habilidade ou capacidade física ou psíquica de algo.

h) Apassivação:

$P4_{\text{capacidade}}$ também não se submete à voz passiva.

Voz ativa: Posso carregar aqueles dois bujão de gás, facin, facin, seu Carlos! [ci]
Voz passiva: *Aqueles dois bujão de gás podem ser carregados por mim. [ci adaptado]

Não são os bujões que podem algo, e sim o falante. Apesar de “os dois bujões” ser considerado o sujeito gramatical, não entendemos que os bujões são habilitados para serem carregados por alguém, mas é o falante que é capacitado fisicamente para carregá-los. Em outras palavras, o sujeito gramatical da voz passiva não expressa o fenômeno da modalização *dinâmica*, mas da modalização *epistêmica*.

5.3.2 Ocorrências do verbo *dever*

Para analisarmos as ocorrências de *dever*, também continuamos a refletir sobre algumas afirmações de Pontes (1973), no que tange às relações de construções sintáticas em relação às propriedades de modalização, *deôntica* e *epistêmica*, necessariamente. Para a autora, o verbo *dever*, em português, apresenta duas formas de interpretação modal, a *obrigação* e a *necessidade*. Essas formas estão em consonância com os estudos de Neves (2000), considerando-se que ambas as autoras não desconsideram a natureza polissêmica do *dever* em questão. Os contextos sintáticos, assim, não são fórmulas estanques para se definir a modalização, mas, sim, a nosso ver, meios de descrever quais são os tipos de ocorrência sintática que as formas gramaticalizadas e não gramaticalizadas podem ou não aparecer.

5.3.2.1 D1 – dever pleno

a) Combinar-se com todos os tempos verbais:

No português atual, o verbo *dever* pleno aceita a flexão de quase todos os tempos verbais, exceto a conjugação da primeira pessoa do pretérito perfeito, (*devi*), e o pretérito mais-que-perfeito. Vejamos os exemplos:

Eu devo 10 reais. [cn] (presente)
 Aquele moleque *deveu* satisfações ao pai, quando saiu de casa. [cn] (pretérito perfeito)
 Eu *devia* 10 reais. [cn] (pretérito imperfeito)
 Eu *deveria* 10 reais apenas, se não fosse os juros altos. [cn] (futuro do pretérito)
 Ele *deverá* 10 reais ao banco na próxima fatura. [cn]. (futuro do presente)

b) Possibilidade de ser seguido de *ter* + *particípio*:

D1_{pleno} não pode ser seguido por outros verbos, pois deixariam de ser verbo pleno.

c) Possibilidade de ser seguido de *ser* + *particípio* ou *estar* + *gerúndio*:

D1_{pleno}, conforme o contexto anteriormente mencionado, não pode ser seguido por outro verbo.

d) Admitir imperativo:

D1_{pleno} não aceita o imperativo.

*Deve só 10 reais! [cn]

*Devia só 10 reais! [cn]

e) Admitir sujeitos inanimados concretos:

Não ocorre com sujeitos inanimados concretos com $D1_{pleno}$, de acordo com os exemplos que se seguem:

*Aquele mesa me deve satisfações. [cn]

*Aquele geladeira me deve leite. [cn]

f) Admitir sujeitos inanimados abstratos:

São possíveis as construções com sujeitos dessa natureza com $D1_{pleno}$, conforme os casos a seguir.

As almas, cujos pecados se acumulam, devem muita uma satisfação ao Senhor. [cn]

g) Combinar-se com verbos impessoais:

Pelas mesmas razões dos contextos anteriormente mencionados, $D1_{pleno}$ deixaria de ser verbo pleno com a concatenação de outro verbo.

h) Apassivação:

$D1_{pleno}$ não possibilita a apassivação, como nos seguintes casos.

Voz Ativa: Eu devo 10 reais. [cn]

Voz Passiva: *10 reais é devido a mim. [cn]

Voz Ativa: Ele deveu satisfações ao pai. [cn]

Voz Passiva: *Satisfações ao pai é devido a ele. [cn]

5.3.2.2 D2 – dever deôntico

a) Combinar-se com todos os tempos verbais:

Uma questão que se constata com os verbos $D2_{deôntico}$ é que não apresentam todas as flexões temporais do português. Estão desautorizados de alguns tempos verbais, tais como os tempos do pretérito mais-que-perfeito (devera) e do pretérito perfeito (devi, deveste, deveu, devemos, devestes, deveram).

Assim como o P2_{deôntico}, o D2_{deôntico} não se combina com os tempos do passado o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito. Isso ocorre porque, pelos mesmos motivos que P2_{deôntico}, uma ordem, para ser uma obrigação, não pode ser entendida como uma obrigatoriedade em que deva ser cumprida no passado ou vinculada a uma ação de um contexto que já ocorreu. Com as demais formas dos tempos verbais, existe a possibilidade de interpretar o verbo *dever* como D2_{deôntico}, conforme os seguintes casos:

A parte III deve ficar para depois. [ci]
 Você deve descansar um pouco, tá com cara de cansado. [ci]

b) Possibilidade de ser seguido de *ter* + *particípio*:

D2_{deôntico} aceita ser antecedido pela construção *ter* + *particípio*, de acordo com os seguintes exemplos:

Você devia ter me avisado sobre essa ventania. [stv]
 Você devia ter deixado ela quebrar a cara dele. [stv]

c) Possibilidade de ser seguido de *ser* + *particípio* ou *estar* + *gerúndio*:

A forma verbal de D2_{deôntico} não constrói sentenças com *estar* + *gerúndio*, na mesma acepção do deôntico de obrigação. No caso, o sentido interpretado pelas sentenças vai ser de D3_{epistêmico}, conforme os exemplos a seguir:

(?) Ele deve ser viciado em tortura. [stv]
 (?) Ele deve ser chegado daquelas mulher. (sic) [ci]
 (?) Algo deve estar impedindo ele de atender o telefone. (sic) [jn]
 (?) O chefe deve estar procurando alguém famoso. [stv]

d) Admitir imperativo:

D2_{deôntico} combina com verbos do imperativo.

Vocês não devem ficar até mais tarde na rua, entenderam? [stv]
 Joshua deve sair daqui! [stv]

e) Admitir sujeitos inanimados concretos:

Conforme os critérios de seleção do sujeito, o verbo principal que seleciona o sujeito inanimado não gera a interpretação da *obrigação*, isto é, D2_{deôntico}. Assim, a sentença é entendida como uma interpretação da modalização *epistêmica*, nunca *deôntica*.

*Painéis devem enferrujar com o tempo. [cn]

* Os templos antigos dos gregos devem desaparecer com o tempo. [cn]

Todas as sentenças mencionadas não são interpretadas no sentido de obrigações ou permissões. Dessa forma, o que determina a obrigatoriedade é a maneira como o verbo principal está estruturado com o sujeito gramatical da sentença para gerar o sentido de ordens ou pedidos.

f) Admitir sujeitos inanimados abstratos:

D_{deontico} não vai combinar-se com sujeitos inanimados abstratos, pois a relação de obrigatoriedade não é só marcada pelo modal *dever*, mas pela sua vinculação com o verbo principal e com o sujeito gramatical, conforme os casos a seguir:

* Fantasma deve assustar as crianças. [cn]

* A madrugada deve ser boa, temos muitos peixes hoje. [cn]

* A bolsa deve cair se os índices do Bovespa e do Mercado não aumentarem. [jn]

g) Combinar-se com verbos impessoais:

D_{deontico} não se combina com verbos impessoais de fenômenos atmosféricos, como chover, nevar, amanhecer, tampouco com os outros verbos impessoais para exprimir o sentido da obrigação. Ao combinar-se com alguns impessoais, a sentença denota o sentido *epistêmico*.

*Deve chover daqui a pouco, vamos correndo lá pra casa. [ci]

*Deve haver um meio de chegarmos lá a tempo. [stv]

h) Apassivação:

D_{deontico} sofre a apassivação, com a preservação da obrigatoriedade. No caso de a sentença passar para a passiva, o resultado será entendido como modalização *epistêmica*. Isso porque, conforme Traugott & Dasher (2002), deonticos envolvem agentes humanos relacionados a um tipo de ação, ou seja, o discurso do falante é direcionado para interlocutores humanos que se disponham a efetuar uma ação. Vejamos os exemplos:

(1) Voz Ativa: Jack deve encontrar o Visconde. [stv]

(2) Voz Passiva: Visconde deve ser encontrado por Jack. [stv adaptado]

No caso da voz ativa (1), o contexto exprime o sentido da obrigatoriedade, pois a governanta da mansão dá ordens ao empregado (Jack) para encontrar o Visconde, antes da

hora do jantar. O mesmo sentido é entendido, se apresentarmos a voz passiva (2), pois a ordem da sentença não alterou, nesse caso, a propriedade semântica da modalização.

5.3.2.3 D3 – *dever epistêmico*

a) Combinar-se com todos os tempos verbais:

D3_{epistêmico} não apresenta todas as flexões de tempos verbais do português, como, por exemplo, o pretérito perfeito (devi, deveu) e as formas do pretérito mais-que-perfeito. Os demais tempos são previsíveis, de acordo com os exemplos que se seguem:

Aquela pasta no sofá deve pertencer a você. [ci]
 Você devia ter deixado ela quebrar a cara dele. [ci]
 Deveríamos estar relaxando com este filme chato? [ci]

b) Possibilidade de ser seguido de *ter* + *particípio*:

D3_{epistêmico} pode ocorrer com construção *ter* + *particípio*, para a expressão semântica da *episteme*, conforme os dados abaixo:

Eles devem ter entrado despercebidos. [stv]
 Eu devo ter ligado a tv. [ci]

c) Possibilidade de ser seguido de *ser* + *particípio* ou *estar* + *gerúndio*:

Sentenças do *dever* epistêmico também podem ocorrer com *ser* + *particípio*, assim como com *estar* + *gerúndio*, como, por exemplo.

Ele deve ser viciado em tortura. [stv]
 Ele deve ser chegado daquelas mulher. (sic) [ci]
 Algo deve estar impedindo ele de atender o telefone. (sic) [jn]
 O chefe deve estar procurando alguém famoso. [stv]

d) Admitir imperativo:

Assim como P3_{epistêmico}, D3_{epistêmico} não se conjuga imperativo, uma vez que algo necessário, não é algo obrigatório.

e) Admitir sujeitos inanimados concretos:

Verbos *dever* de natureza epistêmica não apresentam restrição com relação ao sujeito inanimado concreto, de acordo com as seguintes ocorrências.

Panelas devem enferrujar com o tempo. [cn]

Os templos antigos dos gregos devem desaparecer com o tempo. [cn]

f) Admitir sujeitos inanimados abstratos:

Da mesma forma que o verbo $D3_{\text{epistêmico}}$ possibilita construções com sujeitos inanimados concretos, os sujeitos abstratos não são bloqueados, como, por exemplo.

A madrugada deve ser boa, temos muitos peixes hoje. [cn]

A bolsa deve cair se os índices do Bovespa e do Mercado não aumentarem. [jn]

g) Combinar-se com verbos impessoais:

$D3_{\text{epistêmico}}$ se conjuga com os verbos impessoais, para desempenhar a modalização epistêmica da necessidade.

Deve chover daqui a pouco, vamos correndo lá pra casa. [ci]

Deve haver um meio de chegarmos lá a tempo. [stv]

h) Apassivação:

O verbo *dever* epistêmico aceita a apassivação, quando o verbo principal possibilitar esse tipo de construção, de acordo com os exemplos a seguir.

Voz Ativa: Nós devemos organizar um novo plano. [ci]

Voz Passiva: Um novo plano deve ser organizado por nós. [ci adaptado]

5.3.3 Relações sintáticas entre os verbos modalizadores *poder* e *dever*

Desenvolvemos esta seção com o intuito de mostrar efetivamente como as formas gramaticalizadas e não gramaticalizadas apresentam mudanças sintáticas e semânticas, devido à maneira como o significado da modalização é entendido. A comprovação de que itens lexicais apresentam diferenças de significado é observado no quadro que se segue:

	<i>Contextos Sintático-semânticos</i>	<i>P1_{pleno}</i>	<i>D1_{pleno}</i>
1	Combinar-se com todos os tempos verbais	Não	Não
2	Ser seguido de <i>ter</i> + <i>particípio</i>	Não	Não
3	Ser seguido de <i>ser</i> + <i>particípio</i> ou <i>estar</i> + <i>gerúndio</i>	Não	Não
4	Admitir imperativo	Não	Não
5	Admitir sujeitos inanimados concretos	Sim	Não
6	Admitir sujeitos inanimados abstratos	Sim	Sim
7	Combinar-se com verbos impessoais	Não	Não
8	Apassivação	Não	Não

Quadro 8: Comparação dos verbos plenos *poder* e *dever*
Fonte: Elaboração nossa de acordo com a proposta de PONTES (1973).

No que se refere aos verbos plenos, não foram percebidas diferenças no modo como se manifestam em determinados tipos de relação sintática, já que, nos dados testados, ambos permaneceram com os mesmos níveis de ocorrência. Somente o verbo $D3_{pleno}$ não possibilitou o contexto da construção com sujeitos inanimados concretos, como, por exemplo, “Aquelela mesa me deve satisfações” [cn].

Por outro lado, se compararmos os verbos gramaticalizados (perifrásticos) e os verbos não gramaticalizados (não perifrásticos), observamos muitas flutuações das possibilidades de manifestação sintática, que representam, também, mudanças decorrentes da alteração do significado de tais verbos. Vejamos o quadro 9 com os verbos *poder*:

	<i>Possibilidades Sintático-semânticas</i>	<i>P1_{pleno}</i>	<i>P2_{deôntico}</i>	<i>P3_{epistêmico}</i>	<i>P4_{capacidade}</i>
1	Combinar-se com todos os tempos verbais	Não	Não	Sim	Sim
2	Ser seguido de <i>ter</i> + <i>particípio</i>	Não	Não	Sim	Não
3	Ser seguido de <i>ser</i> + <i>particípio</i> ou <i>estar</i> + <i>gerúndio</i>	Não	Sim	Sim	Não
4	Admitir imperativo	Não	Sim	Não	Não
5	Admitir sujeitos inanimados concretos	Sim	Não	Sim	Não
6	Admitir sujeitos inanimados abstratos	Sim	Não	Sim	Sim
7	Combinar-se com verbos impessoais	Não	Sim	Sim	Sim
8	Apassivação	Não	Sim	Sim	Não

Quadro 9: Comparação do verbo gramaticalizado e não gramaticalizado de “*poder*”
Fonte: Elaboração nossa de acordo com a proposta de PONTES (1973).

Se tomarmos como base o verbo pleno $P1_{pleno}$, veremos que os quadrados marcados representam as diferentes formas que a modalização altera a representação sintática dos verbos não gramaticalizados e dos verbos gramaticalizados. As primeiras distinções observadas são: o $P2_{deôntico}$ recobre apenas duas manifestações sintáticas do $P1_{pleno}$, verbo pleno; e o $P3_{epistêmico}$ e $P4_{capacidade}$ se aplicam a três e cinco contextos, respectivamente, em relação ao $P1_{pleno}$.

Como breve exemplo, se os verbos modalizados $P3_{\text{epistêmico}}$ e $P4_{\text{capacidade}}$ possibilitam a flexão de todos os tempos verbais para todas suas modalizações, o mesmo não ocorreu com *poder* pleno, $P4_{\text{pleno}}$, pois o *status* de verbo pleno restringiu a manifestação de flexão, como já foi observado.

Se pensarmos mais detalhadamente no quadro 9, provavelmente poderemos defender a hipótese do que Traugott & Hopper (1993) denominaram “alargamento” do campo semântico da palavra, por causa do processo metafórico, uma vez que houve a mudança semântica que induziu às relações cognitivas inovadoras, em que um item fonte, que, no caso, é verbo pleno, desenvolveu. Heine & Kuteva (2007) também argumentam sobre essa expansão de sentidos, denominando *dessemantização* as diferentes relações sintáticas e semânticas, ocasionadas pelos itens gramaticalizados.

Por se tratar de um “alargamento” do campo semântico da palavra, este princípio se iguala ao que Traugott & Hopper (1993) denominam *processo metafórico*, já que o item gramaticalizado pode conduzir às relações cognitivas muito abstratas com diferentes interações sintáticas dos itens gramaticalizados na sentença, decorrente das novas representações sociais do indivíduo no universo físico-social.

Poderemos também afirmar que as reflexões dos autores sobre gramaticalização são pertinentes, principalmente, ao compararmos, no quadro 9, *poder* pleno, $P1_{\text{pleno}}$, com *poder* deôntico, $P2_{\text{deôntico}}$, e epistêmico, $P3_{\text{epistêmico}}$. Ou seja, todas as categorias verbais modalizadas apresentaram uma ou outra forma sintática diferenciada.

Assim, depois de relacionarmos os dados do verbo *poder*, vejamos o caso do verbo não perifrástico e dos perifrásticos de *dever*.

	<i>Possibilidades Sintático-semânticas</i>	$D1_{\text{pleno}}$	$D2_{\text{deôntico}}$	$D3_{\text{epistêmico}}$
1	Combinar-se com todos os tempos verbais	Não	Não	Não
2	Ser seguido de <i>ter</i> + <i>particípio</i>	Não	Sim	Sim
3	Ser seguido de <i>ser</i> + <i>particípio</i> ou <i>estar</i> + <i>gerúndio</i>	Não	Não	Sim
4	Admitir imperativo	Não	Sim	Não
5	Admitir sujeitos inanimados concretos	Não	Não	Sim
6	Admitir sujeitos inanimados abstratos	Sim	Não	Sim
7	Combinar-se com verbos impessoais	Não	Não	Sim
8	Apassivação	Não	Sim	Sim

Quadro 10: Comparação do verbo gramaticalizado e não gramaticalizado de “dever”

Fonte: Elaboração nossa de acordo com os contextos sintáticos propostos por PONTES (1973).

A mesma observação realizada com o verbo *poder* pode ser vista com o *dever*, isto é, a constatação de que formas mais gramaticalizadas expressam outros níveis de contextos sintáticos e relações semânticas que não eram previsíveis pela forma plena original.

Com *dever pleno*, veremos que os quadrados marcados apresentam diferenças entre a forma gramaticalizada e a forma não gramaticalizada do verbo *dever*. As primeiras distinções observadas se referem ao modo como os verbos D2_{deôntico} e D3_{epistêmico} se comportam em relação ao verbo D1_{pleno}, ou seja, os verbos deônticos apresentam quatro características sintáticas distintas dos plenos, enquanto os epistêmicos, quatro.

Apesar da complexa manifestação sintática dos modais, algumas formas sintáticas não são previsíveis para o verbo pleno, enquanto que para o deôntico D3 e para o epistêmico D2 são, como, por exemplo, os epistêmicos e deônticos possibilitarem a apassivação. Isso estabelece que, até mesmo entre as formas verbais plenas, há algumas restrições de natureza gramatical. Entretanto, existem também algumas similaridades entre o item lexical pleno e o item lexical gramaticalizado na correspondência de construções possíveis, como, por exemplo, entre D1_{pleno} e D2_{deôntico}, a impossibilidade de articularem-se sujeitos inanimados concretos.

Dessa forma, esses fatos linguísticos são importantes sobre a descrição dos verbos modais, principalmente, no que se refere às combinações mais previsíveis entre as formas gramaticalizadas e as formas não gramaticalizadas, principalmente, quando pensamos mais detalhadamente na manifestação da modalização. E diante dessa possibilidade, perceberemos que as formas gramaticalizadas tendem a desenvolver relações cognitivas de forma diferenciada.

Na próxima seção, investigaremos justamente essa hipótese, com os verbos modais *poder* e *dever*, na tentativa de demonstrar que, ao assumirem relações semânticas mais abstratas, os modais esquematizam diferentes formas do conhecimento linguístico.

5.4 Gramaticalização e processos metafóricos

Neste capítulo, investigamos três características linguísticas dos verbos *poder* e *dever*: (i) tentamos apresentar as manifestações das categorias de tempo, aspecto e modalização; (ii) mostramos os critérios de auxiliarização, que identificam a configuração formal dos verbos auxiliares em perífrases verbais e não em outra estrutura; e apresentamos as diferentes

manifestações sintáticas dos verbos gramaticalizados e não gramaticalizados, devido ao contexto da modalização. Nesta última seção, passaremos a descrever a natureza pragmático-cognitiva que as perífrases verbais tendem a desenvolver, devido às diferentes formas de significado da modalização.

Apresentaremos, dentro de uma perspectiva cognitiva, então, uma análise que busca demonstrar, esquematicamente, a maneira como as perífrases modalizadas constroem diferentes contextos pragmáticos, tomando como suporte teórico as observações de Sweetser (1990) e Lakoff (1993), que já foram discutidas na seção 2.2.5.

5.4.1 Manifestação dos esquemas metafóricos da modalização

Com relação aos verbos modais, Coan (2002) desenvolveu algumas ilustrações, com base nos estudos de Sweetser (1990), para demonstrar os esquemas de *barreiras* e *potencialidades*. Com base nessas ilustrações, descreveremos os usos deônticos (barreiras) e epistêmicos (potencialidades) dos modais *poder* e *dever* gramaticalizados em forma de perífrases verbais.

Os desenhos elaborados a seguir são apenas formas de constituir uma interpretação mais visível da proposta de Sweetser (1990), mas que, em primeiro plano, dizem respeito aos possíveis modos de como as formas gramaticalizadas são configuradas em suas especificidades de metaforização. Ou seja, mostraremos quais são os processos de estruturação da metáfora que os verbos modais em pauta desenvolveram, e, conseqüentemente, suas possibilidades de constituir o que Sweetser (1990) denominou esquema de representações de “barreiras” e “potencialidades”.

O processo metafórico é motivado pelo desenvolvimento dos itens lexicais gramaticalizados, isto é, os novos contextos sintáticos possibilitam que novas formas ganhem outras forças de expressão, podendo ou não preexistir com as formas originais. Assim, para mostrar como ocorre a escala de abstratização que demonstramos na seção 2.2.5, esquematizamos como é construída a metáfora de um por um dos verbos modalizados, a saber, modalização da *capacidade*, da *permissão*, da *possibilidade*, da *obrigação* e da *necessidade*.

Cada uma dessas categorias se refere a um traço das três modalizações já apresentadas no eixo dos deônticos, dos epistêmicos e das dinâmicas. Portanto, os esquemas que se seguem

expressam um mapeamento da mudança semântica, que compreende uma tentativa de esquematizar formalmente os novos contextos do conhecimento linguístico humano, via metáfora. Vejamos cada caso separadamente:

a) A modalização de *capacidade* induz a compreensão de uma “barreira”. Assim existe um obstáculo que pode ou não ser transposto por alguém/alguma coisa, visto que o sentido interpretado sobre a modalização da *capacidade* é: “alguém tem a capacidade para ultrapassar a barreira”, de acordo com Coan (2002, p. 46), utilizando-se dos seus recursos físicos, psíquicos, emocionais ou estratégicos. Vejamos os exemplos:

O sistema pode monitorar todos os movimentos dali. [jn]
 Minhas agulhas podem repelir qualquer tipo de incômodo do paciente. [mgvt]
 No xadrez, a rainha pode atravessar o tabuleiro inteiro num único movimento. [stv]

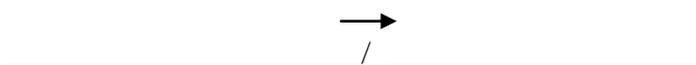


Figura 12: Esquema da capacidade
Fonte: Adaptado de COAN, 2002, p. 46.

A seta na figura 12 esquematiza a transposição da barreira. A “barreira” é representada pelas barras inclinadas ‘/’ e, a seta expressa a intenção cognitiva elaborada esquematicamente de transposição. Quando o falante pronuncia o verbo *poder* com o intuito de manifestar sua intenção de *ser capaz* de desempenhar uma tarefa, o indivíduo esquematiza cognitivamente o que está na figura supracitada. Ou seja, ele tem um problema qualquer e se considera capacitado para resolvê-lo. O esquema da figura 12, assim, representa a elaboração mental desse falante ao expressar a modalização *Dinâmica*, devido ao contexto de sua experiência mais imediata.

No primeiro caso dos exemplos, o *sistema de segurança* tem a habilidade de abrangência suficiente para que as pessoas que passem sobre sua mira possam ser monitoradas. No segundo caso, na *terapeuta da acupuntura*, as técnicas do uso de agulhas em locais específicos do corpo teriam a propriedade de aliviar as dores do paciente, e, no último exemplo, quem conhece xadrez, sabe muito bem que a *rainha* tem movimentos livres no tabuleiro, ela tem essa característica que lhe é inerente.

Considerando a natureza semântica do sujeito gramatical da sentença, estamos diante de dados que se referem a agentes não humanos, porém a mesma análise pode ser feita sobre agentes humanos, como, por exemplo: “posso carregar aqueles dois bujão de gás, facin, facin, seu Zé!” [ci]. Nesta sentença, o sujeito gramatical é alguém que se considera capacitado para

algo, e, perante isso, o esquema do conhecimento do mundo está em conformidade com o esquema da figura 12.

b) A modalização da *permissão* direciona o sentido de uma “barreira” que pode ou não ser removida pelo interlocutor, uma vez que o pressuposto da *permissão* é que a atividade a ser feita tem alguém autorizado ou autoritário que permita que a ação seja realizada ou que permita que a intenção do interlocutor seja cumprida. Pressupõe-se, então, sempre uma terceira pessoa para a situação; aquela que dê a autorização para o ato. Neste caso, a permissão pode também aparecer sobre a forma de *pedido* ou *súplica*, desempenhando também o esquema da “barreira” que precisa ser transposta. Dessa forma, o *pedido* remete sempre a uma disposição de uma “barreira”, uma vez que, se pressupõe a liberação da ação do interlocutor por terceiros. O esquema da elaboração da *permissão* vai ser diferente do esquema de *capacidade*, conforme a elaboração e os exemplos a seguir:

Podemos entrar na internet agora? [ci]
 Posso comer um pedaço desse bolo? [ci]
 Pode assistir TV agora! [ci]



Figura 13: Esquema da permissão
Fonte: Adaptado de COAN, 2002, p. 46.

Nesses casos, o primeiro exemplo expressa o *pedido* de um menino querer usar a internet; no segundo, o *pedido* de alguém comer um pedaço de bolo; e o último demonstra a autoridade da mãe sobre uma criança de 5 anos. Todos estes casos são “barreiras” que foram transpostas pela autorização de outras pessoas, que tinham a capacidade de retirar o limite dos atos de seus interlocutores. O esquema cognitivo para o desenvolvimento da compreensão desse tipo de modalização é a figura 13, pois a seta, nesse caso, está antes da barreira, o que pressupõe que algo mais do que a simples intenção do falante deve atuar na situação, para que a ação seja, de fato, realizada.

c) A modalização da *possibilidade* e *probabilidade* desenvolve uma “barreira” de forma diferente. No caso da modalização epistêmica da *possibilidade* há uma “potencial barreira”, que é representada como algo que *pode ser retirado*, ou seja, a obstrução é aparente e entende-se que o falante, provavelmente esclarecido, seja capaz de ultrapassá-la. Assim, a “barreira” é apresentada como um esquema com “aspas”, pois essa “barreira” é aparente. Ou seja, não é totalmente real, o que vem a marcar a possibilidade de fatos possíveis ou prováveis para o falante. Vejamos os exemplos:

A fadiga deve ser por causa da gravidez. [ie]
 Ele deve ser aluno, anda todo esfarrapado. [ci]
 Pessoas podem mudar com o tempo. [ci]
 Batalhas podem ser vencidas ou perdidas. [stv]

” / ”

Figura 14: Esquema da possibilidade
Fonte: COAN, 2002, p. 47.

Nos exemplos mencionados, o esquema da figura 14 representa a transposição da “barreira”. O primeiro caso expressa que a fadiga possivelmente seja uma consequência da gravidez de alguém. No segundo exemplo, existe uma suposição de que uma pessoa mal vestida na faculdade não seja um professor da instituição, o que também não expressa a verdade do fato. No terceiro caso, há uma reflexão da possibilidade de pessoas mais novas mudarem de comportamento à medida que o tempo passa e, no último, há uma hipótese de que as batalhas de guerra proporcionam vencedores e perdedores. A barreira, em todos os casos, é hipotética ou suposta, uma vez que o falante não estabelece uma afirmação rígida sobre o que é dito, assumindo o fato como pressuposto.

Apesar de os dados serem descritos como uma atitude *pressuposta* sobre o que é dito, na realidade, o falante utiliza-se dessa modalização para ocultar suas verdadeiras intenções ou pensamentos, ou seja, o interlocutor não afirma a verdade do evento, seja por não querer confirmar a verdade dos fatos, seja por não saber a verdade dos fatos.

d) A modalização da *obrigação* é representada diferentemente dos esquemas feitos por “barreiras”. Nos deônticos de *obrigação* há uma força física que empurra alguém a fazer ou a agir de determinada forma, ou seja, não há “barreiras”, mas “forças” que empurram a ação do falante a atuar de determinada maneira. A *obrigação*, portanto, é uma “potencialidade” ou uma “força”, que segue uma específica direção ou outra. O falante pode ser forçado a fazer algo, mediante a atuação da autoridade de alguém, dentro de um determinado contexto. O verbo *dever* expressa mais eficazmente essa “força”, que empurra o falante a realizar a ação na direção da seta para a direita. Entretanto, se, por acaso, o falante é empurrado a *não fazer algo*, teremos a modalização da *proibição*, o que não leva a acreditar que a mesma representação esquemática pode estar atuando. Ou seja, o falante é levado a não fazer uma tarefa por uma “força” que lhe é exterior, que, nesse caso, deve-se a ação da autoridade de seu interlocutor. Vejamos os exemplos e a representação esquemática:

Meus inimigos devem ser acorrentados e torturados todos os dias. [stv]
 Você deve obedecer o que digo, sou sua mãe seu... [stv]
 Os obesos não devem comer determinados alimentos, sabendo que podem se sentir mal depois. [jn]
 Eu devo, no mínimo, manter a dignidade de uma mulher. [ci]

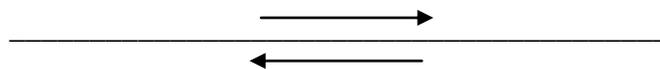


Figura 15: Esquema da obrigação
 Fonte: COAN, 2002, p. 49.

Nos casos citados, o locutor expressa suas intenções sobre o que ele quer de seu interlocutor, no primeiro exemplo, percebemos o desejo de alguém em expressar que quer que seus inimigos sejam torturados e, no segundo, que os filhos obedeçam às ordens das mães. No terceiro, expressa um conselho para obesos, mas que não deixa de ser um tipo de proibição e, no quarto, uma obrigação que uma mulher impõe sobre si mesma. Como se percebe, as modalizações de *obrigação* e *permissão* parecem estar em um campo muito tênue das relações sociais. Assim, as *obrigações*, geralmente, são geradas por relações externas, isto é, outras pessoas conduzem nossas ações, que, em alguns momentos, não expressam nossa vontade. Já as *permissões* são geradas por intenções internas, nossos desejos nos impulsionam a fazer algo e precisamos da autorização de terceiros para realizá-los. Ambas as modalizações deônticas são esquematizadas e organizadas cognitivamente, conforme os esquemas das figuras 13 e 15.

e) A modalização da *necessidade* apresenta um campo de informações que nos conduz a uma *conclusão*. Ou seja, há uma premissa que conduz alguém a concluir um fato como o mais provável da situação. Este fato está fundamentado em Sweetser (1990) por argumentar que, apesar da tendência de o falante considerar *dever* com o significado de possibilidade, *dever* também expressa *necessidade* e não se confunde com *possibilidade*. Vamos explicar primeiramente esse fato, mais detalhadamente, antes de mostrar como é a esquematização da organização cognitiva da necessidade. Vejamos os exemplos a seguir.

- a) 1. Devo permanecer aqui e ser testemunha desse terrível destino em primeira mão. [stv]
 2. Posso permanecer aqui e ser testemunha desse terrível destino em primeira mão. [stv adaptado]
- b) 1. Devo sentar nessa cadeira e esperar. [ci]
 2. Posso sentar nessa cadeira e esperar. [ci adaptado]

De acordo com a formulação da sentença com *dever*, em (a.1) e (b.1), o interlocutor é conduzido a uma conclusão sobre um estado de coisas. Em (a.2) e (b.2), o falante não é conduzido a uma conclusão, tornando a verdade das sentenças como algo possível dentro de estados de coisas. Assim, em (a.1) e (b.1), existem informações as quais tendem chegar a determinadas conclusões que são “barreiras potenciais”, já o mesmo não ocorre em (a.2) e (b.2). Dessa forma, as modalizações da *necessidade* e da *possibilidade* não podem ser sinônimas, conforme Sweetser (1990), porque organizam o conhecimento de forma diferente.

A representação do esquema de barreiras seria uma “barreira potencial que pressupõe uma conclusão”. Isso ocorre porque a alteração de um verbo *dever* pelo *poder* acarreta alterações no sentido da sentença e, conseqüentemente, da enunciação.

De acordo com Sweetser (1990), a necessidade é uma forma que leva à inevitabilidade de uma conclusão. Ou seja, o fato relatado em (a.1) “Devo permanecer aqui” é um interpretado como algo inevitável, que tende a uma conclusão e que não pode ser interpretado como uma *possibilidade*. Assim, a modalização não pode ser considerada uma mera *obrigação*, e nem uma mera *possibilidade*, pois a primeira compreende a imposição de terceiros e a segunda uma potencialidade aparente. Já em (b.2), “devo sentar”, a modalização da *necessidade*, além de imprimir uma relação de inevitabilidade, exprime também a conclusão unitária, ou seja, o fato deve ser feito por alguém inevitavelmente. Nesse ponto, o verbo *dever* distingue-se de *poder* em “posso sentar”, porque *poder* marca uma *possibilidade*, interpretando uma potencialidade aparente dentro de um campo amplo de fatos possíveis.

O necessário da modalização do *dever* é interpretado como o inevitável, o que leva à conclusão, e também ao que é *preciso*. A modalização da necessidade é o que não pode fazer falta, o indispensável, o que pressupõe o certo e definido. A figura 16, portanto, representa a *necessidade*, e os exemplos que se seguem são representações do esquema da *necessidade*:

- a) Aquelas crianças devem decidir o que querem jogar. [ie]
- b) Você não deve se preocupar tanto com sua filha. [stv]

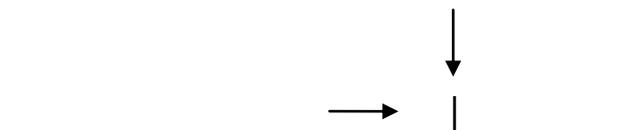


Figura 16: Esquema da necessidade
Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Em (a), o fato de as crianças decidirem o que devem brincar é pressuposto, assim a decisão das crianças é algo só delas e de ninguém mais. Porém, se trocarmos o verbo modal “Aqueles crianças **podem decidir** o que querem jogar [ie adaptado]”, fica o pressuposto de que alguém mais, além delas, também tem a capacidade de influenciar a decisão sobre o jogo que podem brincar, sejam os pais, sejam os professores. A decisão de jogar se relaciona muito com a representação do deôntico de *obrigação*, com o verbo *dever*, no sentido de que “crianças são obrigadas a decidir”. Entretanto, essa amostra retirada de uma reportagem, demonstra, claramente, que as crianças são incentivadas a decidir, portanto, uma *necessidade*, que leva a uma conclusão.

Em (b), expressa o fato de que um pai não precisa se preocupar com sua filha, podendo ser substituído por “Não há necessidade de você se preocupar tanto com sua filha”, que é bem diferente de “Você não poderia se preocupar com sua filha”. A primeira representa uma interpretação de uma precisão momentânea do mundo e, na segunda, com o verbo *poder*, há uma interpretação de um questionamento ou dúvida do falante sobre as atitudes do pai.

Em síntese, nesta seção, mostramos como é estruturada a modalização na mente do falante, utilizando as definições traçadas por Lakoff (1993) sobre os esquemas imagéticos e domínios conceptuais. Os domínios conceptuais são categorias linguísticas da experiência básica que o indivíduo apreende no mundo, por meio de sua interação com a cultura e o meio social. Esses domínios são relacionados aos esquemas mentais cognitivos que organizamos por meio das experiências com a língua.

As categorias linguísticas de "obrigação" e "permissão" seriam esquemas do conhecimento, ligados às nossas experiências corpóreas, segundo Sweetser (1990), e, através delas, desenvolvem-se as categorias mais abstratas, relacionadas às evidências de nossas experiências cognitivas mais abstratas, mais particularmente, a “possibilidade”, “probabilidade” e “necessidade”. Os esquemas do eixo deôntico são relacionados aos domínios da conduta em que há uma força externa determinando nossas ações e eventos; alguém “empurra” o indivíduo a fazer algo. A permissão é esquematizada como uma barreira que pode ser removida por alguém, para que o indivíduo possa executar uma tarefa ou procedimento (SWEETSER, 1990). Nas modalizações deônticas, segundo os estudos de Traugott & Dasher (2007), está pressuposto que a configuração formal dos verbos modais estabelece uma relação, necessariamente, agentiva entre todos os envolvidos, ou seja, o indivíduo que exerce a ação de *mandar* e o que exerce a ação de *permitir* deve ser socialmente autorizado para cumprir com essas funções.

Os esquemas do eixo epistêmico são direcionados ao domínio do conhecimento, em que há duas interpretações de construção, uma relacionada às barreiras da modalização da possibilidade e outra que leva o locutor a uma conclusão, na interpretação da modalização da necessidade. No eixo das possibilidades, a conversação do falante não é barrada para se chegar a uma conclusão, ou seja, existe uma barreira que é relativa e pode ser removida. Dependendo do contexto, a barreira ganha um uso potencial ou não, indicando probabilidade de um fato. No eixo das necessidades, o interlocutor é levado a uma conclusão, ou seja, algo o conduz a concluir um fato como mais provável, ou seja, há uma barreira potencial que delimita a interpretação do falante.

Enfim, concluímos que, numa escala de abstratização, os verbos modais desenvolvem percursos que envolvem relações de um nível concreto para mais abstrato das perífrases verbais com os verbos *poder* e *dever*, talvez, originárias de eixos deônticos das ordens para eixos epistêmicos do conhecimento. Apesar de os autores consultados não relacionarem esses dois eixos com a modalização *dinâmica*, percebemos que a volição pode também ser um desdobramento do eixo do conhecimento, pois estabelece uma relação interna do conhecimento que o falante tem de si mesmo. Mesmo sem dados que confirmem essa hipótese, estudos futuros sobre o assunto, de fato, se tornarão uma grande contribuição para a compreensão do sistema verbal dos modais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta investigação, apresentamos cinco capítulos que descrevem um conjunto de discussões, que consideramos básicas, sobre o fenômeno linguístico das perífrases verbais.

No capítulo 2, apresentamos algumas formulações sobre o aporte teórico do *Funcionalismo Linguístico* e a *Gramaticalização*, que representam a concepção de língua e o suporte teórico que adotamos para esta pesquisa. Nos capítulos que se seguiram, contemplamos informações básicas sobre as categorias linguísticas (tempo, aspecto e modo) e os critérios de auxiliaridade dos verbos *poder* e *dever*, objetos de nosso estudo. Os pontos levantados, no capítulo 3, referem-se às três categorias inerentes ao processo verbal, a saber: tempo, aspecto e modalização. No capítulo 4, relatamos alguns dos critérios de auxiliarização, abordados por alguns linguistas contemporâneos, a saber: Pontes (1973), Lobato (1975), Almeida (1978), Benveniste (1989), Longo & Campos (2002) e Perini (2010). Esses capítulos trouxeram, conjuntamente, um breve panorama da formação de perífrases verbais, as quais foram analisadas no capítulo 5.

Essa quinta parte de análises se estruturou de quatro frentes. Na primeira frente, foram descritas as categorias linguísticas do tempo, do aspecto e da modalização, que configuram a predicação dos verbos gramaticalizados em pauta. Na segunda frente, propusemos a aplicação de dezessete critérios de auxiliaridade, com as perífrases *poder* e *dever*. Logo após, na terceira frente, estruturamos algumas reflexões sobre a alternância de formas gramaticalizadas e não gramaticalizadas, tentando verificar os sentidos apresentados pelos verbos modais e suas respectivas restrições sintáticas decorrentes de sete formas verbais (o verbo pleno de *dever*, o verbo pleno de *poder*, o verbo deôntico de *poder*, o verbo deôntico de *dever*, o verbo epistêmico de *poder*, o verbo epistêmico de *dever*, e o verbo dinâmico de *poder*). E, na última frente de análise, apresentamos algumas reflexões a respeito da natureza pragmática e da esquematização cognitiva dos verbos modais gramaticalizados.

Essa última seção tinha como objetivo demonstrar, empiricamente, mediante as afirmações de Traugott & Hopper (1993), Gonçalves *et al.* (2007), Lakoff (1993) e Sweetser (1990), como é a manifestação cognitiva dos verbos modais, dentro de contextos mais abstratos da modalização, e, assim, apresentar, também, que os processos de esquematização cognitiva da modalização epistêmica de *possibilidade* e *necessidade*, da modalização dinâmica da *capacidade* e da modalização deôntica da *obrigação* e *permissão*, dentro dos usos do português contemporâneo, permitem esquematizar diferentes arranjos da estrutura do

conhecimento linguístico. Dessa forma, observamos que os verbos modais gramaticalizados se reelaboram diferentemente.

Diante de todas as colocações e reflexões no estudo da formação sintática, semântica e pragmática dos verbos modais com as formas perifrásticas e não perifrásticas dos verbos *poder* e *dever*, chegamos aos seguintes resultados:

a) Com relação às categorias de tempo, de aspecto e de modalização das formas perifrásticas:

a.1) Sobre o verbo *poder*:

Apresenta, nos tempos verbais do presente do indicativo e o pretérito imperfeito, uma incidência muito forte para a interpretação do tempo do futuro, principalmente, em orações que tendem a ser interpretadas com a modalização deôntica das obrigações e dos pedidos, como, por exemplo, "Podemos entrar na internet agora?" [ci] e "A PUC podia colocar uma creche aqui dentro pros alunos que têm filho pequeno." [ci].

Com as construções de *ter* + *particípio*, mesmo que o verbo auxiliar esteja no presente do indicativo, a sentença é interpretada como um evento do passado e a modalização é caracterizada dentro dos moldes da interpretação epistêmica, nunca deôntica, como, por exemplo, "Essas crianças podem ter sido enganadas pelo vendedor." [stv].

Os verbos modais *poder* apresentam uma especificidade da inserção da negativa, ou seja, quando a negativa "não" aparece antes do auxiliar modal, a sentença sempre pode ser entendida como um deôntico de proibição, nos casos como, "não posso deixá-los jogar." [stv]. Em outros contextos, quando a negativa recai entre o verbo auxiliar e o verbo principal, a sentença vai sempre ter o sentido da modalização epistêmica da possibilidade, como no exemplo, "Ele pode não encontrar aquelas meninas no local combinado." [stv].

O pretérito perfeito vai sempre marcar o evento acontecido, ou seja, não expressa a modalização da possibilidade ou probabilidade, mas, sim, da certeza, quase, absoluta, ou seja, o fato ocorreu, em exemplos do tipo, "Não pude perdoá-lo." [stv] ou "Não pude ler todo o seu trabalho, estou muito atarefada." [ci].

Já com relação ao pretérito imperfeito, o verbo *poder* pode marcar, assim como no presente, um fato que tende ao futuro, como no exemplo, "Você podia entrar na academia, em meu filho, tá bem gordinho." [ci]. Existem casos que o verbo também marca a modalização dinâmica, por expressar a capacidade do falante em realizar uma tarefa, como, por exemplo, "Eu tentei tudo que podia pra fazer você feliz." [stv].

O verbo *poder* no futuro do pretérito marca o futuro da possibilidade da modalização epistêmica, um tempo pressuposto, extremamente abstrato, com sentenças do tipo, "Ela

poderia estar viva." [jn]. A modalização, nesses termos, com esse tempo verbal, serve para expressar uma hipótese do acontecimento, uma realidade de um fato que é provável de ocorrer.

O futuro do presente de *poder* exprime também um fato deslocado para o futuro, que tende a uma permissão ou a uma obrigação da modalização deôntica, como nos seguintes casos, "Você poderá escapar por aqui." [stv] ou "Todos poderão entrar no salão dentro de instantes." [jn]

No que concerne à manifestação do aspecto verbal, refletimos que o verbo *poder* tem a marca da perfectividade, provavelmente, apenas no pretérito perfeito, como em "Eu pude colocar as conversas em dia com meus amigos, só depois do trabalho." [ci]. Isso ocorre porque, de acordo com a definição da perfectividade, dos termos conclusos e encerrados, o pretérito perfeito do verbo *poder* é o único tempo verbal que desempenha essa função.

Já com relação à imperfectividade, os demais tempos verbais do *poder* tendem ao não encerramento da ação verbal ou a expressão do fato inconcluso, principalmente, devido à marca da futuridade do verbo modal. Mesmo sabendo que não deveríamos combinar "tempo e aspecto", por serem categorias distintas, com relação à expressão da imperfectividade, a futuridade, que é inerente à perífrase verbal, está influenciando muito a formação aspectual de imperfectividade desse verbo modal.

a.2) Sobre o verbo *dever*:

O presente do indicativo do verbo *dever* tem a mesma interpretação da futuridade do verbo *poder*, como, por exemplo, "Devemos pensar numa estratégia para sair daqui." [stv], mas, não tem a mesma alternância de sentido com a inserção da negativa "não", como ocorre com o verbo *poder*, quando a negativa é inserida antes do verbo auxiliar e verbo principal ou entre o verbo auxiliar e o verbo principal, conforme os seguintes casos, "Ele viu algo que não deveria ver." [ie] ou "Ele viu algo que deveria não ver." [ie adaptada]. Ou seja, a adjunção da negativa não muda os sentidos da modalização com o verbo *dever*.

Já na construção com *ter* + *particípio*, o verbo *dever*, no presente do indicativo, sofre mudanças na representação do tempo, isto é, assim como o verbo *poder*, *dever* é interpretado como um evento do passado, como no seguinte exemplo: "A polícia já deve ter encontrado a localização deles." [ie].

Com o verbo *dever*, ficamos com algumas dúvidas sobre a representação efetiva do pretérito perfeito e do pretérito mais-que-perfeito, isto é, não encontramos nas amostras coletadas marcas produtivas desses tempos verbais. Dessa forma, provavelmente, o verbo *dever* seja irregular para marcar o pretérito perfeito e o pretérito mais-que-perfeito.

O pretérito imperfeito de *dever* marca uma modalização epistêmica com uma leve interpretação para um fato que tende ao futuro, como, por exemplo, "Você devia avisar pra sua mãe pra onde a gente tá indo." (sic) [stv], na expressão da modalização deôntica do pedido.

Assim como o verbo *poder*, o verbo *dever* também expressa os fatos da hipótese com o tempo verbal do futuro do pretérito, com exemplos do tipo, "Aqueles meninos já deveriam ter chegado." [stv] ou "Ele deveria arrumar aquela bagunça, tô cansada dessa vida de escrava." [stv]. Assim, fatos pressupostos ou inferidos são, geralmente, representados por esse tipo de tempo verbal.

No futuro do presente, tal como acontece com *poder*, *dever* exprime a interpretação da obrigação, o que não diferencia os dois verbos em relação à modalização deôntica, como, por exemplo, "Você deverá procurar por suas respostas." [stv].

A manifestação do aspecto perfectivo do verbo *dever*, ainda, parece-nos duvidosa, pois o verbo apresenta uma forma de expressão do tempo pretérito que consideramos improdutiva. Dessa forma, por enquanto, iremos refletir que o aspecto imperfectivo, isto é, da situação do evento em desenvolvimento, apresenta maior representatividade para o português em uso.

Com relação ao aspecto lexical, verificamos que a propriedade inerente aos verbos *poder* e *dever* é o aspecto atélico, ou seja, o evento projeta uma interpretação do não encerramento, da progressão, do desenvolvimento, o qual é representado pela natureza semântica inerente ao verbo, indiferentemente da categoria linguística da modalização (deôntica, epistêmica ou dinâmica) que o verbo estiver atuando.

b) Com relação aos critérios de auxiliaridade aplicados aos verbos *poder* e *dever*:

No processo de fixação dos verbos auxiliares em perífrases verbais, a dinamicidade da língua estabelece algumas especificidades de posições sintáticas e semânticas para as formas linguísticas que se tornaram mais fixas e, com os verbos *poder* e *dever*, não foi diferente.

Dessa forma, de acordo com os dados, reconhecemos que o verbo *poder* esteja um pouco mais avançado na ligação sintática do que *dever*, por causa de duas razões: (i) com a aplicação dos 17 critérios de auxiliarização, percebemos que o verbo *dever* não se aplicava a apenas um – impossibilidade de os verbos auxiliares auxiliarem-se a si mesmos. Ou seja, o verbo *dever* possibilitou a ocorrência de uma circunstância sintática, como, por exemplo, "Ele deve dever mais ou menos uns 40 reais de cartão de crédito" [cn]. E, em (ii), o verbo *poder* sofre a redução fonológica, em determinadas situações, no presente do indicativo, como nos seguintes casos, "pó fazê", "pó compra", "pó sentá".

Esses dois fatos nos fazem refletir sobre o provável avanço do verbo *poder* nos processos de mudança sintática. Do ponto de vista qualitativo, entendemos que não é suficiente predizer algo satisfatório sobre a gramaticalidade do verbo *poder* só com dois argumentos sobre o grau de gramaticalidade e a redução fonética das perífrases verbais, mas consideramos que *poder* está num nível de evolução linguística diferenciado de *dever*. Ou seja, *poder* apresenta estágios avançados de desenvolvimento da gramaticalização, diante da forma como se fixa dentro da sintaxe.

c) Com relação aos contextos sintáticos das formas perifrásticas e das formas não perifrásticas:

No que concerne aos verbos plenos, dentro dos oito contextos sintáticos analisados, não foram percebidas muitas diferenças entre os verbos *poder* e *dever*. Somente o verbo *dever* não ocorreu com sujeitos inanimados concretos, como, por exemplo, "Aquele caneca me deve um café." [cn], o que não compreende que *dever* é, de fato, diferente de *poder* pleno.

Entretanto, observando os verbos plenos ao lado de suas formas perifrásticas, percebemos muitas diferenças, principalmente, na forma que cada verbo modal se configura na sentença. Ou seja, os dados acenam para diferenças e traços distintivos na configuração formal das formas perifrásticas e não perifrásticas, projetando diferenças tanto nas formas gramaticalizadas e não gramaticalizadas quanto nas diferentes manifestações de modalizações das formas gramaticalizadas.

As diferenças sintáticas e semânticas que se estabelecem entre os verbos são tributárias, portanto, da gramaticalização, o que nos faz entender que o processo, em si, é extremamente produtivo na formação de novas formas linguísticas. Isso representa uma maneira de o falante construir novas formas de representação do mundo por meio de estruturas linguísticas emergentes, ou seja, o que não era possível de ocorrer na sintaxe de ontem, passa a ocorrer de hoje, e vice-versa.

d) Com relação às perífrases verbais de *poder* e *dever* nos processos metafóricos:

Nos processos metafóricos relacionados às perífrases verbais, mostramos que os contextos mais abstratos das formas gramaticalizadas, com os verbos modais *poder* e *dever*, tendem a desenvolver representações cognitivas totalmente distintas, principalmente, se compararmos as diversas manifestações de modalização existentes entre esses dois verbos.

Assim, se pensarmos na modalização dinâmica da *capacidade*, o esquema cognitivo desenvolvido é o da "obstrução", ou seja, uma "barreira" pode ou não ser transposta, dependendo da capacidade de o falante ultrapassá-la.

Com a modalização deôntica, descrevemos dois processos de representação, o da *permissão* e o da *obrigação*. As *permissões* desenvolvem elaborações cognitivas de uma “barreira” existente, e que só pode ser retirada mediante a autorização de outra pessoa, que tenha autoridade para retirar tal obstáculo ou que permita ao seu interlocutor fazê-lo. Já as *obrigações* desenvolvem os esquemas cognitivos de “força”, isto é, alguém é obrigado a fazer algo, desempenhar uma atividade, conforme a imposição de alguém. O esquema, portanto, de *obrigações* e de *permissões* é distinto, já que um não representa os mesmos modelos de elaboração cognitiva do outro.

Com relação à modalização epistêmica, encontramos diferenças entre a expressão da *possibilidade* e da *necessidade*, pois configuram esquemas cognitivos distintos com verbos modais em estudo. Os epistêmicos de *possibilidade* elaboram uma “barreira virtual”, aparente, que pode ser removida dentro de contextos possíveis de ocorrer. Já as modalizações epistêmicas da *necessidade* desenvolvem esquemas de “barreira potencial” que tende a levar a uma conclusão. Isto é, diferente da *possibilidade*, a *necessidade* leva o fato narrado a um contexto de que algo é interpretado como necessário, ou é um fato inevitável de uma imposição aparente.

Acreditamos que todas as análises apresentadas possam ser úteis para aqueles que têm o objetivo de estudar a mudança e a variação do sistema verbal em língua portuguesa. Mesmo que nossas observações tenham tido um vislumbre sobre a língua portuguesa do séc. XXI, levantamos muitas perguntas a serem respondidas, assim como, imaginamos que, dentro do grande elenco de verbos da Língua Portuguesa, muitos problemas ainda estão por surgir e muitas questões ainda podem ser respondidas.

Por fim, tentamos mostrar, com este estudo sobre a descrição verbal, um panorama da configuração estrutural dos verbos modais. Apresentamos algumas reflexões sobre a vinculação gramatical de verbos tanto no que se refere aos mecanismos sintáticos e estruturais quanto às propriedades pragmáticas e cognitivas dos usos dos verbos *poder* e *dever*. Assinalamos, portanto, nossa contribuição a respeito do fenômeno linguístico das perífrases verbais, no tocante a esses dois simples itens, *poder* e *dever*, e aguardamos novas investigações que instigam outras observações que colaborem com as investigações dos aspectos linguísticos da ampla Gramática Verbal em Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jacinto de. **Gramática Descritiva e Histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Sociedade Imprensa Brasileira, 1950.

ALMEIDA, João de. **Introdução ao Estudo das Perífrases Verbais de Infinitivo**. São Paulo: ILPHA-HUCITEC, 1978.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 1973.

ANDRÉ, Hildebrando A. de. **Gramática**. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 1997.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.

BARROSO, Henrique. **Para uma Gramática do Aspecto no Verbo Português**. 2006. Tese (Doutorado). Universidade do Minho, Portugal.

BECHARA, Evanildo, **Moderna Gramática Portuguesa**. 31ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2009.

BENVENISTE, Émile. As transformações de categorias linguísticas. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. São Paulo: Pontes, 1989, p. 129 – 139.

BENVENISTE, Émile. Estrutura das relações de auxiliaridade. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Campinas, 1989, p. 181-198.

BRANDÃO, Cláudio. **Sintaxe Clássica Portuguêsa**. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.

BYBEE, Juan. Mechanisms of Change in Grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEPH, Brian D; JANDA, Richard D. **The Handbook of Historical Linguistics**. Berkeley: Berkeley Academic Press, 2004. p. 200-216.

CAMPEDELLI, Samira Yousseff; SOUZA, Jésus Barbosa. **Gramática do Texto**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C.. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (org). **Gramática do Português Falado v. II**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 213 – 260.

CASTILHO, Ataliba T. de. Ainda o aspecto verbal. **Revista EPA: Estudos Portugueses e Africanos**. São Paulo: Ed. Unicamp, IEL/NECEPO. Número 04, p. 09 – 36, 1984.

CASTILHO, Ataliba T. de. Aspecto Verbal no português falado. In: ABAURRE, Maria Bernadete M.; RODRIGUES, Angela C. S. (orgs). **Gramática do Português Falado, volume VIII: Novos estudos descritivos**. São Paulo: Editora Unicamp. 2002, p. 83-122.

CASTILHO, Ataliba T. de. Gramaticalização. **Estudos Linguísticos e Literários**. Bahia: Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da UFBA, 1997, nº 19, p. 25-64.

CASTILHO, Ataliba T. de. Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal. **Revista Alfa**. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília. Numero 12, p. 7-135, 1967.

CASTILHO. Ataliba T. de. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 42ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 46ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CEREZA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cohar. **Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação**. São Paulo: Ed. Atual, 1999.

CEZÁRIO, Maria Moura; VOTRE, Sebastião Josué. O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Moura (orgs.). **Gramaticalização no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 64-70.

COAN, Marluce. 'Poder' e 'Dever': um estudo sobre conexões metafóricas na extensão do significado. **Revista de Ciências Humanas**. Criciúma: UNESC, 2002, v. 8, nº 1, p. 33 – 60.

COELHO, Sueli Maria. **Estudo Diacrônico do Processo de Expansão Gramatical e Lexical dos itens TER, HAVER, SER, ESTAR e IR na Língua Portuguesa**. 2006. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COELHO, Sueli Maria. **Uma análise funcional do ONDE no português contemporâneo: da sintaxe ao discurso**. 2001. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COMRIE, Bernard. **Aspect. An introduction to the study of verbal aspect and related problems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

COMPARINI, Ana Maria Paulino. A natureza multissignificativa dos verbos modais: uma análise da língua falada no Brasil. **Diálogos Pertinentes - Revista Científica de Letras**. São Paulo: UNIFAN, v. 04, nº 04, jan-jun 2008, p. 31 - 46.

CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. **O Tempo nos Verbos do Português: uma introdução à sua interpretação semântica**. São Paulo: Parábola, 2005.

COSTA, Sueli. Entre o deôntico e o epistêmico: o caráter camaleônico do verbo modal 'poder'. **Revista Eletrônica de Divulgação científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura: Letra Magma**. Ano 05, nº 11, 2º sem. 2009, disponível em: <http://www.letramagma.com>. Acessado em 15/11/2010.

CUNHA, Angélica Furtado. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo *et al.* **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008, P. 157-176.

DUBOIS, Jean. et al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

ERNANI, Terra. **Gramática Hoje**. 6ª ed. São Paulo: Scipione, 1999.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. **Gramática Nova**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. **Gramática**. 16ª ed. São Paulo: ed. Ática, 1996.

FERREIRA, Lucia Maria Alves. **A Estabilidade Semântico-sintática do Modal PODER: evidências em três sincronias**. 2000. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Mauro. **Gramática**. São Paulo:FTD, 2003.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angela *et al.* A mudança linguística. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angela *et al.* **Linguística Funcional: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

GIVÓN, Talmy; SHIBATANI, Masayoshi. **Syntactic Complexity: diachrony, acquisition, neuro-cognition, evolution**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2009.

GODOI, Helena. **Aspectos do aspecto**. 1992. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

GONÇALVEZ, Sebastião Carlos Leite *et al.* **Introdução à Gramaticalização**. São Paulo: Parábola, 2007.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. **The Genesis of Grammar: a Reconstruction**. New York: Oxford University Press, 2007.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. New York: Oxford University Press, 2008.

HOPPER, Paul. On some principles on grammaticalization. In: Traugott, Elizabeth Closs & Heine, Bernd (orgs.) **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins Company, 1991, p. 17-35.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Instituto Antonio Houaiss, 2002.

ILARI, Rodolfo. Sobre os advérbios aspectuais. In: ILARI, Rodolfo (org). **Gramática do Português Falado v. II**. São Paulo: Editora Unicamp, 2002, p. 139 -180.

INFANTE, Ulisses. **Curso de Gramática: aplicada aos textos**. 6ª ed. São Paulo: Scipione, 2001.

JAKOBSON, R. Linguística e Poética. In: JAKOBSON, R. **Linguística e Poética**. São Paulo: Cutrix, 1976, p. 118-162.

LAKOFF George. The Contemporary Theory of Metaphor. In: ORTONY, Andrew. **Metaphor and Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, 202 – 251.

LEHMANN, C. **Thoughts on Grammaticalization**. Universität Erfurt: Arbeitspapeire des Seminars für Sprachwissenschaft der Universität Erfurt, 2002.

LEVINSON, Stephen C. A dêixis. In: LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. Sao Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 65 – 119.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. Os Verbos Auxiliares em Português Contemporâneo. Critérios de Auxiliaridade. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro *et al.* **Análises Linguísticas**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975, p. 27-91.

LONGO, Beatriz de O.; CAMPOS, Odette de S. A auxiliaridade: perífrases de tempo e de aspecto no português falado. In: ABAURRE, Maria Bernadete; RODRIGUES, Angela C. S. **Gramática do Português Falado: vol. VIII Novos Estudos**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2002, p. 445-477.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira**. 14ª ed. São Paulo: Globo, 2000.

MAIA, João Domingues. **Gramática: teoria e exercícios**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1983.

MARTINET, André. Autonomia Sintática e Classificação dos Monemas. In: MARTINET, André. **Conceitos Fundamentais da Linguística**. São Paulo: Martins Fontes, 1976, p. 17-22.

MATHESIUS, V. Las Tesis de 1929. In: TRNKA, B ; VACHEK, J. ; TRUBETZKOY, N. S. ; MATHESIUS, V. ; JAKOBSON, R. **El Círculo de Praga**. Barcelona: Anagrama, 1972. p. 30-64.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico**. Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1989.

MATTOSO CÂMARA, J. **Dicionário de Filologia e Gramática**. São Paulo: J. Ozon editor, 1968.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In : MEILLET. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris : Champion, 1912, p. 130 – 148.

MELLO, Heliana; MELO, Estefânia; CARVALHO, Janayna; CÔRTEZ, Priscila. Prolegômenos sobre Modalidade. **Domínios de Linguagem: Revista Eletrônica de Linguística**, ano 3, nº 01, 1º sem. 2009. Disponível em: www.dominiosdalinguagem.org.br, acesso em: 10/03/2011.

MENDES, R. B. **A gramaticalização de Estar + Gerúndio no Português Falado**. 1999. Dissertação (Mestrado). IEL/Universidade de Campinas, São Paulo.

MENEZES, Léia Cruz de. **A modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Ceará.

MESQUITA, Roberto Melo. **Gramática da Língua Portuguesa**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. A Modalidade. In: KOCH, Ingedore G. Villaça (org). **Gramática do Português Falado, volume VI: Desenvolvimentos**. São Paulo: Editora Unicamp, 2002, p. 171-208.

NEVES, Maria Helena de Moura. A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambiguidades. **Alfa: Revista de Linguística**. São Paulo: UNESP, 2000, v. 44, p. 115 – 145.

NEVES, Maria Helena de Moura. As Gramáticas e suas interfaces. **Revista de Estudos Linguísticos Alfa**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007, p. 81-98.

NEVES, Maria Helena de Moura. Estudos Funcionalistas no Brasil. **Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada: DELTA**. São Paulo: Educ, 1999, vol. 15, nº especial, p. 70-104.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. Ou: A visão funcionalista da linguagem. In: NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15-34.

NICHOLS, Johanna. Functional Theories of Grammar. **Annual Review of Anthropology**. Amsterdam: Amsterdam Studies in the Linguistic Science, v. 43, 1984, p. 97-117.

PALMER, F. R. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PAULA, Thaís Franco de. **Contexto de Redução Fonética do verbo “Poder” no dialeto mineiro**. 2009. Mimeo.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O Funcionalismo em Linguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, v. 3, 2009, p.165 – 218.

PONTES, Eunice. **Verbos Auxiliares em Português**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1973.

REINCHENBACH, Hans. Tense of Verbs [1947]. In: MANI, Inderjeet; PUSTEJOVSKY, James; GAIZAUSKAS, Robert. **The Language of Time**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 71- 78.

REIS, Fernanda Elena de Barros; CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. Auxiliaridade no Português Brasileiro. **Língua, Literatura e Ensino**. São Paulo: IEL/Unicamp, v.3, mai 2008, pág. 461-471.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1958.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 41ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa Gramática: Teoria e Prática**. 18ª ed. São Paulo: Atual, 1994.

SAID ALI, M. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1957.

SAID ALI, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

SAID ALI, M. **Gramática Secundária da Língua Portuguesa**. 4ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

SAID ALI, M. **Gramática Secundária da Língua Portuguesa**. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

SARMENTO, Leila Lauar. **Gramática em textos**. São Paulo: Moderna, 2000.

SILVA, Gezenira Rodrigues da. **O aspecto verbal nas formas simples dos pretéritos perfeito e imperfeito do indicativo no português culto de Fortaleza: uma abordagem semântico-discursiva**. 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SOUSA, Maria Margarete Fernandes. A questão das perífrases verbais. **Revista de Letras**. Ceará: Universidade Federal do Ceará/Faculdade de Letras, v. 1/2, nº 21, jan/dez, 1999, p. 100-110.

SWEETSER, Eve. Modality. In: SWEETSER, Eve. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 49-75.

TÔRRES, Artur de Almeida. **Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S/A, 1959.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard B. The development of modal verbs. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard B. **Regularity in Semantic Change**. Cambridge: Cambridge Press, 2002, p. 105 – 151.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HOPPER, Paul. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge Press, 1993.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão**. Uberlândia: Ed. UFU, 1994.

TRNKA, B. *et al.* La Linguística estrutural del Círculo de Praga. In : TRNKA, B ; VACHEK, J. ; TRUBETZKOY, N. S. ; MATHESIUS, V. ; JAKOBSON, R. **El Círculo de Praga**. Barcelona: Anagrama, 1972. p. 13 – 29.

VIANA, Vander Paula. **Verbos modais em contraste: análise de corpus da escrita de universitários em inglês**. 2008. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VILELA, Mario. **Gramática da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 1999.

VOTRE, Sebastião Josué. Um paradigma para a linguística funcional. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Maura (orgs.).

Gramaticalização no português do Brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996 p. 15-23.

VOTRE, Sebastião Josué; ROCHA, Alexandra Ramos. A base corporal da metáfora. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Maura (orgs.).

Gramaticalização no português do Brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 71-82.

ANEXO A – Amostras da revista ISTO É e VEJA

Eu posso me acalmar trabalhando. [ie]
A fé é baseada em atos que fazem você acreditar em algo que não pode ver. [ie]
O médico pode esquecer instrumentos nos pacientes. [ie]
Isso pode ser perigoso. [ie]
Viver não significa não pode morrer. [ie]
Eles não podem escapar despercebidos. [ie]
A polícia já deve ter encontrado a localização deles. [ie]
Eu tenho o meu dever. [ie]
Não devemos prolongar nosso sofrimento para o futuro. [ie]
Você deve ter cuidado com isso. [ie]
Você deve checar seus aparelhos. [ie]
Ele viu algo que não deveria ver. [ie]
Ele deve estar certo. [ie]
Eu nem podia respirar com eles em volta. [ie]
O poder do míssil pode ultrapassar o da munição comum. [ie]
Ele pode ter feito coisas escondido. [ie]
Algo assim não pode existir. [ie]
Clarice deve ter concentração no seu trabalho, caso contrário... [ie]
Aquele bandido deve ter um motivo para fazer algo desse tipo. [ie]
Vocês podem ver ela agora. [ie]
Ele deve proteger alguém importante. [ie]
O chefe dele deve ser um mafioso. [ie]
Deve haver um jeito para isso. [ie]
Todos aqui devem ter alta reputação. [ie]
Devo ver o registro dele. [ie]
Ele já deve ter encontrado a localização deles. [ie]
Podemos chegar a uma conclusão. [veja]
Ele disse como poderíamos eliminar o lixo. [veja]
Algo poderá mudar no Brasil. [veja]
Pesquisas biológicas só podiam ser feitas longe dos olhos dos curiosos. [veja]
Aqueles dados poderiam ser alterados por qualquer um. [veja]
Se você quiser, posso ajudá-la. [veja]
Estou certa que você poderá sorrir de novo. [veja]
Nós devemos fazer o que podemos. [veja]
Eles podem sobreviver até em uma explosão nuclear. [veja]
Ela não pode renascer. [veja]
Você pode fazer o mesmo. [veja]
Pode decidir a hora de sair. [veja]
Eu nem podia respirar com aqueles bandidos em cima de mim. [veja]
Aqueles dados poderiam ser alterados por qualquer um. [veja]
Eu poderei recuperar o dinheiro. [veja]

ANEXO B – Amostras do jornal televisivo JN (Jornal Nacional)

Não posso fazer nada sobre isso. [jn]	Todos poderão entrar no salão dentro de instantes. [jn]
Só podemos esperar pelo momento certo. [jn]	O Senado não pode ser apenas um lugar de escândalos. [jn]
Sua cota pode ultrapassar 100%. [jn]	Não podemos deixar os civis se envolverem com isso. [jn]
Posso ao menos fazer isso. [jn]	O que poderia acontecer, se não conseguíssemos contornar essa situação. [jn]
Posso perguntar sobre isso para ele. [jn]	Isso deve dar um fim nele. [jn]
Podemos cansar deste trabalho em pouco tempo. [jn]	O Senado não pode ser apenas um lugar de escândalos. [jn]
Nós não podemos voltar agora. [jn]	Não podemos ainda confirmar a informação de que o presidente... [jn]
Essas pessoas não podem mudar os fatos. [jn]	Eles estão confiantes que podem recuperá-la a qualquer hora. [jn]
Ela não poderia adquirir um cartão de autorização. [jn]	Ela poderia estar viva. [jn]
Pode continuar checando a autorização. [jn]	Todos poderão entrar no salão dentro de instantes. [jn]
Ele só pode sobreviver ali. [jn]	Maicon deve pertencer àquele grupo de criminosos. [jn]
Todos poderão falar com ele diretamente. [jn]	Os obesos não devem comer determinados alimentos, sabendo que podem se sentir mal depois. [jn]
Vocês podem aproveitar o leilão. [jn]	Deve chover hoje em toda área Leste do país. [jn]
Todos podem participar do leilão. [jn]	Algo deve estar impedindo ele de atender o telefone. (sic) [jn]
Não posso confirmar isso. [jn]	Eles devem ser assassinos contratados. [jn]
Podemos acessar informações militares. [jn]	Você deve conseguir uma licença. [jn]
Ela pode estar relacionada com o incidente. [jn]	Algo deve estar impedindo ele de atender o telefone. [jn]
Sabe onde ela poderia estar. [jn]	Ele deve estar calmo agora. [jn]
Você poderá analisar suas técnicas no site. [jn]	Ela não deve correr perigo de morrer. [jn]
Podemos mesmo perder nossas memórias. [jn]	Os bandidos que cometeram tamanho crime devem estar escondidos. [jn]
Não posso deixá-la morrer. [jn]	Aquele lixo deveria ter sido despejado em um lugar menos movimentado. [jn]
Algo poderá mudar no Brasil, basta o povo querer. [jn]	Você deve conseguir uma licença especial para pilotar aviões. [jn]

ANEXO C – Amostras do jornal televisivo MGTV

Minas Gerais pode ter rodovias. [mgtv]
Minhas agulhas podem repelir qualquer tipo de incômodo do paciente. [mgtv]
Algo poderá mudar o Brasil, basta o povo querer. [mgtv]
Posso sentir o cheiro daqui. [mgtv]
Não posso lhe ensinar aquilo. [mgtv]
Você pode controlar este animal. [mgtv]
Você poderá provar de tudo. [mgtv]
Estou fazendo o que posso. [mgtv]
A gente não pode fazer nada sobre isso. [mgtv]
É o seu dever como filho dele. [mgtv]
Devo dizer que foi impressionante. [mgtv]
Todos deverão fazer os exames até a data marcada. [mgtv]
Se o empregado continuar faltando muito ao emprego, deve perder o trabalho mais rápido do que imagina. [mgtv]
Os pedestres não devem passar aqui, é perigoso. [mgtv]

ANEXO D – Amostras de séries de TV

Eu não posso entregar isso a você. [stv]	Não pensem que podem escapar de mim. [stv]
Posso ouvi-la respirando. [stv]	Posso sentir todos os movimentos dele. [stv]
Você não pode usar mais isso. [stv]	Podem vir. [stv]
Como você pode deixar um hospede fazer a limpeza. [stv]	Eles só podem me ver chegar ao topo. [stv]
Eles estão confiantes que podem recuperá-la a qualquer hora. [stv]	Você pode prever as coisas com 100% de precisão. [stv]
Quem disse que você poderia atacar aquele campo. [stv]	Minhas previsões podem acontecer nas próximas semanas. [stv]
Não se esqueça que você não pode me desrespeitar. [stv]	Isso pode estar certo. [stv]
Você pode atacar. [stv]	Há algum lugar que possa levá-la. [stv]
Pode cair sem se preocupar. [stv]	Podem levá-la para o hospital. [stv]
Ele não pode mais lutar. [stv]	Eu não pude perdô-lo. [stv]
Você pode materializar objetos sólidos. [stv]	Não podemos nos defender contra eles. [stv]
Isso pode ser ruim numa luta. [stv]	Nós podemos resolver isso. [stv]
Usar uma força acima de sua capacidade pode ter repercussão desastrosa. [stv]	Eu poderia eliminar todos em 7 segundos. [stv]
Isso pode se tornar uma fraqueza. [stv]	Esse cara pode roubar a habilidade dos outros. [stv]
Isso pode rivalizar alguém do outro grupo. [stv]	Ele não pode esquecer os tesouros. [stv]
A materialização pode produzir uma espada. [stv]	Você não pode fugir. [stv]
Há várias coisas que não podem ser criadas. [stv]	Os moradores podem entrar se tiverem coragem. [stv]
A licença pode ser usada como passagem. [stv]	Não pude ler sua carta. [stv]
Ninguém pode fazer uma corrente invencível. [stv]	Não posso abandonar este lugar. [stv]
Quanto mais poderosa a condição mais poderosa poderá ser sua arma. [stv]	Posso baixar uma nova bolsa. [stv]
Com isso, posso me infiltrar sorrateiramente. [stv]	Você não pode brincar aqui. [stv]
Porque só você que pode ver os espíritos. [stv]	Não posso deixar você se envolver com isso. [stv]
Ela pensou que você poderia salvá-la. [stv]	Ela pode matar até vocês. [stv]
Não podem sair daqui depois que as comunicações caírem. [stv]	Não posso me descuidar com você. [stv]
Pode ficar aqui para sempre. [stv]	Será que posso ir. [stv]
Tome cuidado, ele pode parecer um cavaleiro, mas não é. [stv]	Killua pode assistir a lutar. [stv]
O inimigo pode usar o exercito. [stv]	Podia ter gasto o dinheiro com chocolate. [stv]
Isso pode não ser muito útil. [stv]	Você pode ser meu futuro oponente. [stv]
Acha que poderia viver calmamente a partir de agora. [stv]	Eu posso sentir a tensão da batalha. [stv]
Não podemos deixar a chefe aqui. [stv]	Podem treinar com ele. [stv]
Como seu coração pode emitir um som tão claro. [stv]	Não podemos apresar o treinamento. [stv]
Podemos resolver isso sozinhos. [stv]	Vocês podem começar a aprender o Gyon. [stv]
Essa corrente pode ser ocultada usando algo grande . [stv]	Esse gráfico mostra os 6 grupos do qual você pode pertencer. [stv]
Posso curá-la facilmente. [stv]	Você não poderá usar minha estratégia. [stv]
Até ossos quebrados podem ser regenerados. [stv]	Vocês podem ver ela agora. [stv]
Mas pode haver pessoas desonestas no jogo. [stv]	Há várias coisas que não podem ser criadas pelas mãos humanas, como, por exemplo, a fé. [stv]
Ele pode conseguir controlar a força bruta. [stv]	Eu não posso encher isso para você, num tá vendo que tô machucado. [stv]
Um papel pode ser transformado em uma faca, se a pessoa que manipula souber como se corta alguém. [stv]	Podem haver pessoas escondidas nessas casas. [stv]

Continua

Continuação

Meu irmão poderá me golpear, se acertar minha pergunta. [stv]	Posso pegar sua caneta emprestada? [stv]
Ele poderia ter vencido aquele garoto, se seguisse meus conselhos. [stv]	Vocês não podem deixar essa sala ainda. [stv]
Mais dois jogadores podem usar o cartão de memória do jogo. [stv]	Um dragão pode soprar fogo da boca. [stv]
Podemos resolver isso sozinhos. [stv]	Mas pode haver pessoas desonestas no jogo. [stv]
Essa corrente pode ser ocultada usando algo grande. [stv]	No xadrez, a rainha pode atravessar o tabuleiro inteiro num único movimento. [stv]
Posso curar as meninas facilmente com as ervas da montanha. [stv]	Eu não posso simplesmente morrer neste lugar. [stv]
Fiz tudo o que pude para conseguir esse emprego. [stv]	Vocês podem usar esse método para se defenderem. [stv]
Você pode sorrir naturalmente agora. [stv]	O tesouro pode ter sido alterado pelo vendedor. [stv]
Você pode relaxar agora. [stv]	Essas crianças podem ter sido enganadas pelo vendedor. [stv]
Aquele pequeno trapaceiro pode ganhar muito dinheiro, se continuar jogando assim. [stv]	Não pude perdoá-lo. [stv]
Ele pode perder a vida naquele mar bravio. [stv]	Korina não podia ter feito isso comigo. [stv]
Não há garantias que todos possam sair vivos. [stv]	A Marina bem que podia entrar na academia, ela tá bem gordinha. [stv]
Pode ser que ela esteja doente, por isso não chegou. [stv]	Esse dinheiro todo poderia se provar muito benéfico para você também, é só fazer um empréstimo. [stv]
Podem parar com isso, já. [stv].	Você não poderia ter um desafiante melhor. [stv]
Você não pode brincar aqui! [stv]	Você poderia cuidar da limpeza por hoje. [stv]
Kate pode estar em casa. [stv]	Você poderá escapar por aqui. [stv]
O cachorro chamado Cérbero pode abrir a porta do inferno. [stv]	Eu poderei voltar para o quartel. [stv]
Pode continuar checando as autorizações que você pediu, porque são muitas. [stv]	Eu não pude perdoá-lo. [stv]
Você não poderá usar minha estratégia. [stv]	Nunca pude te odiar por mais motivos que você me deu. [stv]
Isso pode não ser muito útil. [stv]	Vocês podem usar este método para se defenderem. [stv]
Você poderia assinar o recibo, precisamos disso para evitar problemas. [stv]	Eles só podem me ver chegar ao topo. [stv]
Pensei que você não poderia fazer o que fez. [stv]	Eu poderia eliminar todos em 7 segundos. [stv]
Eu nem podia respirar com eles em volta de mim. [stv]	Ele pode sair agora. [stv]
Você deve achar seu livro na mesa do capitão. [stv]	É por isso que disse que você não deve correr no salão. [stv]
Vocês devem se concentrar nos estudos agora [stv]	O esconderijo dos indianos deve ficar por aqui. [stv]
Aquela revista deve pertencer a você	Já deve ter capturado alguém. [stv].
Esse deve ser um artefato roubado. [stv]	Deve ter sido sofrido ficar sozinho tanto tempo. [stv].
Você deve obedecer o que digo sou sua mãe ...(sic) [stv]	Você não devia comer essas coisas estranhas. [stv]
Este vaso deve ser um artefato roubado. [stv]	Você devia avisar pra sua mãe pra onde a gente tá indo. [stv]
Você não devia comer estas coisas estranhas. [stv]	Você não deveria falar isso do seu pai. [stv]
Ele deve ter ficado desapontado comigo. [stv]	Aqueles meninos já deveriam ter chegado. [stv]
Deve ter sido sofrido para ele fazer uma cirurgia daquelas. [stv]	Você deverá procurar por suas respostas. [stv]
Algo deve estar impedindo ele de atender o telefone. [stv]	Devo encontrar minha irmã lá no parque. [stv]
Eles devem ter feito uma armadilha para aqueles meninos. [stv]	Aqueles jovens devem saber o que fazem. [stv]

Continua

Continuação

Ele viu algo que não deveria ver. [stv]	Você deverá procurar por suas respostas. [stv]
Cani deverá pagar sua dívida logo ou será expulso da corporação. [stv]	Você devia ter deixado ela quebrar a cara dele. [stv]
Você não deveria falar isso do seu pai. [stv]	Carlos deveria aprender a usar isso, já tô cansada de arrumar essa porta do armário. [stv]
Aqueles meninos já deveriam ter chegado. [stv]	Talvez você devesse falar com ela sobre aquelas marcas de bala na parede. [stv]
Você não devia comer estas coisas estranhas. [stv]	Talvez você deva sumir por uns tempos, até as coisas se acalmarem por aqui. [stv]
Marian deve sair daquela bagunça sozinho. [stv]	killua, deve estar sendo humilhado pelo pai neste momento. [stv]
Os rapazes devem cair na real a qualquer momento. [stv]	Você devia ter me avisado sobre essa ventania. [stv]
Joshua deve sair daqui! [stv]	Você deve ter concentração em suas atividades. [stv]
Vocês não devem ficar até mais tarde na rua, entenderam. [stv]	

ANEXO E - Amostras de Conversas Informais

Podem comer mais. [ci]	Posso ajudar. [ci]
Podemos acessar a internet. [ci]	Embora não possa imaginar sua reação, vamos aguardar. [ci]
Aqui só se pode aprender com a família. [ci]	Podemos entrar na internet agora. [ci]
Você pode ver, mas não tocar. [ci]	Pode ir já pro seu quarto. [ci]
Pode ser interessante. [ci]	Posso comer um pedaço de bolo? [ci]
Não pode ser verdade. [ci]	Pode ir já pro seu quarto. [ci]
O único que pode comer isso sou eu. [ci]	Podemos entrar na internet agora. [ci]
Não posso parar de rir. [ci]	Posso sentir o cheiro daqui. [ci]
Ele pode perder na batalha. [ci]	Podem comer mais. [ci]
Você pode ficar aí. [ci]	Você pode contar comigo. [ci]
Os únicos que podem se comparar a eles são aqueles ali. [ci]	Aqueles dados poderiam ter sido alterados por qualquer um. [ci]
Pode passar. [ci]	Só podemos esperar pelo momento certo. [ci]
Posso ver isso. [ci]	Podemos entrar na internet agora? [ci]
Pode me ouvir. [ci]	Não pude ler todo o seu trabalho, estou muito atarefada. [ci]
Posso pegar isso emprestado. [ci]	Camélia não pode dizer nada para ela, senão a amizade acaba. [ci]
Ele pode ter feito coisas escondido. [ci]	O único que pode comer isso sou eu. [ci]
Wagner não pôde vir, porque a supervisora dele num liberô. (sic) [ci]	Posso pegar seu caderno emprestado. [ci]
Você podia pegar aquela tigela verde na geladeira pra mim. [ci]	Fiz tudo que pude para conseguir esse emprego. [ci]
A PUC podia colocar uma creche aqui dentro pros alunos que têm filho pequeno. [ci]	Se eu puder descobrir a informação, seria ótimo. [ci]
Não sabia que você podia arranjar livros digitais tão fácil. (sic) [ci]	Ele só pode estar blefando. [ci]
Aquele cara não podia estar pensando na sua felicidade? [ci]	Você só pode estar brincando. [ci]
Pode continuar checando a autorização dos que estão na fila, que eu vou lançar. [ci]	Ele pode ter feito coisas escondido e ninguém ficou sabendo. [ci]
Posso pegar isso emprestado. [ci]	Não podemos depender da nossa mãe o tempo todo. [ci]
Ela deve R\$ 15,00 em xerox. [ci]	Eu devo encontrar os meninos lá na porta do Bang Bang Burger. [ci]
O Dener me deve 10 reais, desde o ano passado, cê acredita? [ci]	Esses peões devem ser manipulados com alguém, num é possível, eu num ganho nunca (sic)... [ci]
Posso comer um pedaço desse bolo? [ci]	Ele deve ser viciado em tortura, ouve tudo que a mulher fala. [ci]
Eu devo, no mínimo, manter a dignidade de uma mulher. [ci]	Devo ter lembrado direito da fórmula, sei lá! [ci]
Ele deve ter ficado desapontado com isso. [ci]	Eu devo ter ligado a tv. [ci]
A Carolina não devia se preocupar tanto com seu bebê. [ci]	Você deveria aprender a usar seu computador. [ci]
Eles já deviam ter chegado, tô cansada de esperar. [ci]	Marcus deve estar ocupado hoje. [ci]
Joana devia telefonar para a irmã dela, já tá ficando tarde. [ci]	Janaína deveria cuidar da limpeza da casa. [ci]
Meu pai deve chegar mais cedo hoje. [ci]	Deveríamos estar relaxando com este filme chato? [ci]
Kamila devia ter me avisado sobre essa ventania, olha o meu cabelo como é que tá. [ci]	Todos os alunos devem se reunir na sala de vídeo. [ci]
Você deverá ser eliminado por muitos adversários, se continuar jogando desse jeito. [ci]	Não devemos ter problemas com aquela prova de manhã, a matéria tá muito fácil. [ci]

Continua

Continuação

Você deveria ter perdido o jogo para que eu pudesse vencer, que coisa. [ci]	Você deve ter terminado o trabalho, tá assistindo tv tão tranquilo. [ci]
Sua conta deve ter a mesma quantidade de dinheiro que a minha... [ci]	Aquela pasta no sofá deve pertencer a você. [ci]
Vocês devem treinar mais, estão péssimos no jogo. [ci]	Você devia ter deixado ela quebrar a cara dele. (sic) [ci]
Algo deve estar impedindo ele de atender o telefone. [ci]	Deveríamos estar relaxando com este filme chato? [ci]
Silvia deveria ter nos avisado que estava voltando. [ci]	